



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL - 1ª REGIÃO FISCAL - SRRF 01**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

MARÇO/2015



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL - 1ª REGIÃO FISCAL - SRRF 01**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, IN TCU nº 72/2013, DN TCU nº 134/2013, DN TCU nº 139/2014, DN TCU nº 140/2014, Portaria TCU nº 90/2014 e Portaria CGU nº 522/2015.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AFRFB – Auditor Fiscal de Receita Federal do Brasil
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil
AGU – Advocacia-Geral da União
Art. – Artigo
ATA – Assistente Técnico-Administrativo
ATRFB – Analista Tributário da Receita Federal do Brasil
AUDIT – Coordenação-Geral de Auditoria Interna
CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil
CGU – Controladoria-Geral da União
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
COAEF – Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal
COANA – Coordenação-Geral de Administração Aduaneira
COCAD – Coordenação-Geral de Gestão de Cadastro
COCAJ – Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial
CODAC – Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança
COFIS – Coordenação-Geral de Fiscalização
COGEP – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
COGER – Corregedoria-Geral da Receita Federal do Brasil
COGET – Coordenação-Geral de Estudos, Previsão e Análise
COMAC – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes
COPAV – Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
COPEI – Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação
COPES – Coordenação-Geral de Programação e Estudos
COPOL – Coordenação-Geral de Programação e Logística
COREC – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição
COSIT – Coordenação-Geral de Tributação
COTEC – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DE – Despacho Aduaneiro de Exportação
DEMAC - Delegacia Especial de Maiores Contribuintes
DI – Despacho Aduaneiro de Importação
DIAAC - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Atendimento e Controle do Crédito
DIAAD - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Aduaneiros
DIAEX - Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo
DIAFI – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Fiscalização
DIATA – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Tecnologia e de Administração
DIFIS – Divisão de Fiscalização
DN – Decisão Normativa
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil
DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
FAPI – Fichas de Auditoria de Importação
FDI – Fichas Despacho Importação

FHAB – Ficha de Habilitação
GDA – Gerencial de Desempenho Aduaneiro
GIFA – Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação
IN – Instrução Normativa
IRFB – Inspeção da Receita Federal do Brasil
PAINT - Plano Anual da Auditoria Interna
PCC – Plano de Cargos e Carreira
PDV – Programa de Demissão Voluntária
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PF – Pessoa Física
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PJ – Pessoa Jurídica
PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal
PNFA – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira
RADAR – Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros
RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RFB – Receita Federal do Brasil
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
SAGA – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento aos Contribuintes
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUARA – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal do Brasil
SUARI – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil
SUCOR – Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil
SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil
SUTRI – Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil
TCU – Tribunal de Contas da União
TME – Tempo Médio de Atendimento
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada

SUMÁRIO

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Introdução.....	11

Itens do Relatório de Gestão, Parte A, Conteúdo Geral, Anexo II, DN TCU nº 134/2013

1 - Identificação e Atributos das Unidades cujas gestões compõem o Relatório

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	13
1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada.....	14
1.3 - Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada.....	16
1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada.....	22

2 - Informações sobre a Governança

2.1 - Descrição das Estruturas de Governança da Unidade Jurisdicionada.....	65
2.2 - Avaliação, pelos próprios dirigentes da Unidade Jurisdicionada, da qualidade e suficiência dos Controles Internos.....	68

3 - Relacionamento com a Sociedade

3.1 - Descrição dos Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão para fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias, Sugestões, etc.....	72
3.2 - Informações sobre a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão.....	74
3.3 - Demonstração dos Mecanismos para medir a Satisfação dos Cidadãos-Usuários ou Clientes dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação da Unidade Jurisdicionada.....	74
3.4 - Detalhamento do caminho de acesso, no portal da unidade jurisdicionada na Internet.....	96
3.5 - Resultados da avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada na prestação de serviços ao cidadão.....	98

3.6 - Medidas adotadas pelos órgãos para o cumprimento das normas relativas à Acessibilidade.....	98
---	----

4 - Planejamento e Resultados Alcançados

4.1 - Planejamento da Unidade Jurisdicionada.....	102
4.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.....	129
4.3 - Informações sobre Outros Resultados Gerados pela Gestão.....	129
4.4 - Identificação dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho operacional da Unidade Jurisdicionada.....	134
4.5 – Informações Sobre Outros Resultados (Gestão Regional 1ª Região Fiscal).....	134

5 - Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade.....

6 - Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

6.1 - Demonstração da Execução das Despesas.....	157
6.2 - Informações sobre despesas com ações de publicidade e propaganda.....	160
6.3 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	160
6.4- Demonstração da Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	160
6.5 - Informações sobre Transferências de Recursos mediante Convênio, Contrato de Repasse.....	161
6.6 - Informações sobre Suprimento de Fundos.....	162

7 - Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

7.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	169
7.2 - Informações sobre a Contratação de mão de obra de Apoio.....	182
7.3 - Informações referentes a Contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da Folha de Pagamento.....	189

8 - Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

8.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros.....	191
--	-----

8.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada.....	193
8.3 - Imóveis Locados de Terceiros.....	197
9 - Gestão da Tecnologia da Informação	
9.1 - Informações sobre Sistemas Computacionais.....	199
10 - Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	
10.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras.....	202
11 - Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas	
11.1 - Tratamento de determinações exaradas em acórdãos do TCU.....	204
11.2 - Tratamento de recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno ao qual se vincular a Unidade Jurisdicionada.....	204
11.3 - Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93..	204
11.4 - Demonstração das Medidas Administrativas adotadas para apurar Responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário.....	205
11.5 - Alimentação SIASG e SICONV.....	206
12 - Informações Contábeis	
12.1 - Demonstração das Medidas para a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	208
12.2 - Informações sobre a conformidade contábil.....	212
12.3 - Declaração do Contador responsável por Unidade Jurisdicionada.....	215
13 - Outras Informações sobre a Gestão	
13.1 - Informações não exigidas que sejam consideradas relevantes pela Unidade Jurisdicionada.....	218
Considerações Finais.....	220
ANEXO.....	222

LISTA DE QUADROS, DECLARAÇÕES E ANEXOS (conforme Portaria TCU nº 90/2014)

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 1 – Identificação da UJ	13
Quadro 2 – Unidades Descentralizadas da SRRF01.....	22
Quadro 3 – Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário.....	23
Quadro 4 – Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros.....	30
Quadro 5 – Macroprocesso Administração Aduaneira.....	38
Quadro 6 – Totais de Importação em 2014 por Unidade Aduaneira.....	43
Quadro 7 – Totais de Exportação por Unidade Aduaneira.....	43
Quadro 8 – Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios.....	44
Quadro 9 – Macroprocesso Interação com a Sociedade.....	50
Quadro 10 – Resultados dos Indicadores em 2014.....	53
Quadro 11 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	68
Quadro 12 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	157
Quadro 13 – Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação	158
Quadro 14 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação	158

Quadro 15 – Despesas com Publicidade	160
Quadro 16 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores	160
Quadro 17 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências vigentes no Exercício de Referência	161
Quadro 18 – Resumo dos Instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos Exercícios	161
Quadro 19 – Concessão de Suprimento de Fundos	162
Quadro 20 – Utilização de Suprimento de Fundos	163
Quadro 21 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência ..	163
Quadro 22 – Força de Trabalho da UJ	169
Quadro 23 – Distribuição da Lotação Efetiva	171
Quadro 24 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas	173
Quadro 25 – Custos do Pessoal	176
Quadro 26 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva	182
Quadro 27 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	185
Quadro 28 – Composição do Quadro de Estagiários	188
Quadro 29 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.	193
Quadro 30 – Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	194
Quadro 31 – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ	195

Quadro 32 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ	196
Quadro 33 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	197
Quadro 34 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014	199
Quadro 35 – Aspectos da Gestão Ambiental	202
Quadro 36 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR	204
Quadro 37 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014	205

Declarações

Declaração de Inserção e Atualização dos Dados no SIASG e SICONV	206
Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis	216

Anexos

Anexo I – Quadro da Frota de Veículos.....	222
--	-----

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente Relatório de Gestão consolida as informações referentes às Unidades Gestoras da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal.

As informações apresentadas a seguir estão estruturadas de acordo com os itens e subitens previstos na Parte A, Conteúdo Geral e Parte B, Conteúdo Específico, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, combinados com as orientações e os quadros contidos na Portaria TCU nº 90/2014.

Os quadros: “*Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS*”, “*Ação/Subtítulos – OFSS*” e “*Ações não previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar Não Processados – OFSS*” não foram apresentados, tendo em vista que a Unidade Jurisdicionada não gerencia Orçamento Fiscal da Seguridade Social - OFSS.

O Quadro “*Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa*” não foi apresentado, tendo em vista que a 1ª **Região Fiscal** não recebe recursos de outros órgãos fora da estrutura do Ministério da Fazenda.

O Quadro “*Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse*” não foi apresentado, tendo em vista que a UJ **não realizou**, no exercício de 2014, transferências relativas a convênios ou contratos de repasse.

O Quadro “*Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse*” não foi apresentado, tendo em vista que a UJ **não celebrou**, no exercício de 2014, convênios e/ou contratos de repasse.

O Quadro “*Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício*” não foi apresentado pela UJ, tendo em vista que **não houve**, no exercício de 2014, determinações do TCU para atendimento da SRRF01. O Quadro “*Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício*” não foi apresentado, tendo em vista que **não houve**, no exercício de 2014, deliberações do TCU que permaneciam pendentes de atendimento no exercício.

O Quadro “*Relatório de Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno*” não foi apresentado, tendo em vista que, no exercício de 2014, **não houve** recomendações do Órgão de Controle Interno à Unidade Jurisdicionada.

O Quadro “*Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício*” não foi apresentado, tendo em vista que, no exercício de 2014, não havia recomendações do órgão de controle interno que permaneciam pendentes de atendimento.

O “*Item 5: Gestão de Fundos do Contexto da Atuação da Unidade*” não se aplica, tendo em vista que a Unidade Jurisdicionada não é gestora de fundos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL -
1ª REGIÃO FISCAL - SRRF 01

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 1: Identificação e Atributos das Unidades cujas gestões compõem o Relatório
(Item 1, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Brasília/DF – Março/2015

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 – Identificação da UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal - SRRF01			
Denominação Abreviada: Superintendência da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal			
Código SIORG: 003148	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 170018	
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.460/0159-20	
Principal Atividade: Administração Tributária			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 3412-4609	(61) 3412-4621	(61) 3412-4644
Endereço Eletrônico: srrf01.df@receita.fazenda.gov.br			
Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br			
Endereço Postal: Setor de Autarquias Sul, Quadra 03, Bloco “O”, 6º Andar, Sala 601, Edifício Órgãos Regionais do Ministério da Fazenda, Brasília/DF, CEP: 70.079-900			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Lei Ordinária nº 11.457, de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19/ de março de 2007			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U. em 17 de maio de 2011.			
Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. em 17 de maio de 2012.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Carta de Serviços ao Cidadão			
Cartilha Prevenção à Fraude Tributária com Títulos Públicos Antigos (publicação conjunta com a STN, PGFN e MPU)			
Cartilha do Regime de Tributação Unificada (RTU)			
RTU – Manual de Usuário – Perfil Condutor Paraguaio/Brasileiro			
RTU – Manual de Usuário – Perfil Representante do Vendedor Paraguaio			
RTU – Manual de Usuário – Perfis Responsável e Representante do Microimportador			
Manual de Despacho de Importação			
Manual de Despacho de Exportação			
Manual do Usuário – Empresa de Transporte Expresso Internacional			
Manual do Imposto de Renda Retido na Fonte – Maçon – 2014			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
170019	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Brasília – DRF/BSB		
170020	Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Brasília – ALF/BSB		
170109	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campo Grande – DRF/CGE/MS		
170110	Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Corumbá – IRF/COR/MS		
170111	Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Ponta Porã – IRF/PPA/MS		
170192	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cuiabá – DRF/CUI/MT		
170198	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Goiânia – DRF/GOI/GO		
170247	Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Mundo Novo – IRF/MNO/MS		
170271	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Palmas – DRF/PAL/TO		
170388	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Dourados – DRF/DOU/MS		
170516	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Anápolis – DRF/ANA/GO		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			

Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170019	00001
170020	00001
170109	00001
170110	00001
170111	00001
170192	00001
170198	00001
170247	00001
170271	00001
170388	00001
170516	00001
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
170010	Coordenação Geral de Programação Orçamentária e Logística – COPOL/SUCOR/RFB

1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) é órgão específico e singular diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda. Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF) que se subordina diretamente ao Secretário.

A RFB tem por finalidade exercer a administração, fiscalização e arrecadação dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e aqueles incidentes sobre o comércio exterior; atuar na administração e fiscalização aduaneira; auxiliar o Poder Executivo na elaboração da política tributária federal; e prevenir e combater a sonegação fiscal, a lavagem de dinheiro, o contrabando, o descaminho, a pirataria, a fraude comercial, o tráfico de drogas e de animais em extinção e outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

A RFB é um dos órgãos do Ministério da Fazenda (MF) que contribuem para o aperfeiçoamento da gestão dos serviços e da relação com a sociedade, com importante papel no fortalecimento do equilíbrio fiscal e tributário do país.

As competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil são definidas, de modo mais geral, no artigo 15 da Estrutura Regimental do MF (Decreto nº 7.482, de 16/05/2011) e no artigo 1º do Regimento Interno da RFB, (Portaria MF nº 203, de 14/05/2012):

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor;

II - propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação e a consolidação da legislação tributária federal;

III - interpretar e aplicar a legislação tributária, aduaneira, de custeio previdenciário e correlata, editando os atos normativos e as instruções necessárias à sua execução;

IV - estabelecer obrigações tributárias acessórias, inclusive disciplinar a entrega de declarações;

V - preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários e de reconhecimento de direitos creditórios, relativos aos tributos por ela administrados;

VI - preparar e julgar, em instância única, processos administrativos de aplicação de pena de perdimento de mercadorias e valores e de multa a transportador de passageiros ou de carga em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita à pena de perdimento;

VII - acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos sociais e econômicos;

VIII - planejar, dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação e controle dos tributos e demais receitas da União sob sua administração;

IX - realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, bem como coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;

X - propor medidas destinadas a compatibilizar a receita a ser arrecadada com os valores previstos na programação financeira federal;

XI - estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais, ressalvada a competência de outros órgãos que também tratam da matéria;

XII - promover atividades de cooperação e integração entre as administrações tributárias do País, entre o fisco e o contribuinte, e de educação fiscal, bem assim preparar e divulgar informações tributárias e aduaneiras;

XIII - realizar estudos para subsidiar a formulação da política tributária e estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;

XIV - celebrar convênios com órgãos e entidades da administração pública e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades, desenvolvimento de sistemas compartilhados e realização de operações conjuntas;

XV - gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, a que se refere o Decreto-Lei no 1.437, de 17 de dezembro 1975;

XVI - negociar e participar da implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária e aduaneira;

XVII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos;

XVIII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar o controle do valor aduaneiro e de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas, ressalvadas as competências do Comitê Brasileiro de Nomenclatura;

XIX - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas com nomenclatura, classificação fiscal e econômica e origem de mercadorias, inclusive representando o País em reuniões internacionais sobre a matéria;

XX - planejar, coordenar e realizar as atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, e à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, observada a competência específica de outros órgãos;

XXI - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, ressalvadas as competências de outros órgãos;

XXII - articular-se com órgãos, entidades e organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que atuem no campo econômico-tributário, econômico-previdenciário e de comércio exterior, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

XXIII - elaborar proposta de atualização do plano de custeio da seguridade social, em articulação com os demais órgãos envolvidos;

XXIV - orientar, supervisionar e coordenar as atividades de produção e disseminação de informações estratégicas na área de sua competência, em especial as destinadas ao gerenciamento de riscos ou à utilização por órgãos e entidades participantes de operações conjuntas, visando à qualidade e fidedignidade das informações, à prevenção e ao combate às fraudes e práticas delituosas, no âmbito da administração tributária federal e aduaneira; e

XXV - realizar e disseminar estudos e estatísticas econômico- tributários e relativos à matéria de comércio exterior, em estreita colaboração com a Secretaria de Política Econômica e com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, visando aprimorar os estudos e as políticas públicas a seu cargo.

Às Superintendências compete a supervisão, no limite de suas jurisdições, das atividades de tributação, arrecadação, cobrança, fiscalização, controle aduaneiro, combate aos ilícitos fiscais e aduaneiros, cadastros, acompanhamento dos maiores contribuintes, interação com o cidadão, tecnologia e segurança da informação, gestão de pessoas e programação e logística, conforme definido no art. 209, do Anexo, da Portaria MF nº 203, de 14/05/2012 que aprovou o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil:

Art. 209. Às **Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil - SRRF** compete: (Redação dada pela Portaria MF nº 512, de 2 de outubro de 2013)

I - gerenciar os processos de trabalho inerentes às atividades e competências da RFB no âmbito da respectiva Região Fiscal; (Incluído pela Portaria MF nº 512, de 2 de outubro de 2013)

II - propor metas e avaliar as atividades das unidades subordinadas; (Incluído pela Portaria MF nº 512, de 2 de outubro de 2013)

III - avaliar a execução dos processos de trabalho no âmbito de atuação e propor melhorias e inovação; (Incluído pela Portaria MF nº 512, de 2 de outubro de 2013)

IV - gerenciar projetos de interesse institucional; (Incluído pela Portaria MF nº 512, de 2 de outubro de 2013)

V - cuidar da comunicação com vistas a preservar e fortalecer a imagem institucional; e (Incluído pela Portaria MF nº 512, de 2 de outubro de 2013)

VI - fornecer apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na região fiscal.

Parágrafo único. As **SRRF** compõem o núcleo estratégico do órgão e exercerão suas atividades observado o parágrafo único do art. 1º, de forma integrada e em estreita colaboração com as Unidades Centrais. (Incluído pela Portaria MF nº 512, de 2 de outubro de 2013)

Essas finalidades e competências fundamentam o papel institucional da RFB com relação às políticas públicas, o qual está expresso por meio da sua Missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

1.3 - Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada

No exercício de suas atribuições e na condução de sua Missão, a RFB tem uma estrutura organizacional basicamente funcional e delineada em dois grupos estratégicos: Unidades Centrais e Unidades Descentralizadas. As Unidades Centrais da RFB são compostas pelas Unidades de Assessoramento Direto e de Atividades Específicas. Estão localizadas, predominantemente, em Brasília - DF e desenvolvem atividades normativas, de supervisão e de planejamento, com subordinação direta ao Secretário da RFB.

Já o grupo das Unidades Descentralizadas, é composto por órgãos regionais e locais, os quais são distribuídos e organizados geograficamente por todo o país, a fim de desempenhar funções táticas e operacionais, sob o comando central.



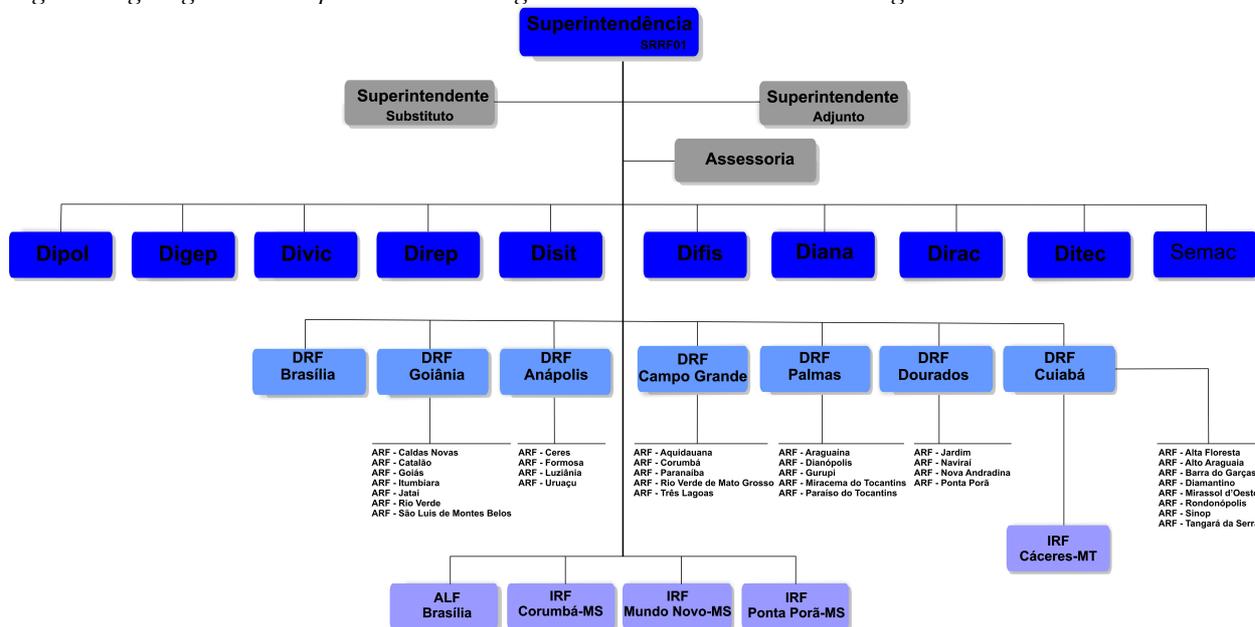
A 1ª Região Fiscal jurisdiciona os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e o Distrito Federal.

As Superintendências são responsáveis, ainda, pela supervisão das unidades locais sob jurisdição da respectiva Região Fiscal (RF): Delegacias, Inspetorias, Alfândegas e Agências.

Subordinam-se à SRRF01 as unidades locais da RFB, que se classificam em Delegacias, Inspetorias e Alfândegas, às quais estão subordinadas Agências e Inspetorias de Classes Menores.

1.3.1 - Estrutura Organizacional da SRRF01

Figura: Organograma da Superintendência Regional da Receita Federal na 1ª Região Fiscal



(*) Não estão representadas, no organograma, as 33 Agências da Receita Federal da SRRF01, vinculadas às Delegacias (DRF).

1.3.2 - Estrutura da RFB por Áreas Estratégicas

I - Unidades Centrais:

As Unidades Centrais de Assessoramento Direto são responsáveis por assessorar diretamente o Secretário da RFB e subsidiar as decisões estratégicas da RFB em matérias tributárias, jurídicas, legislativas, de transparência e integração com a sociedade, de comunicação interna e externa, de estudos econômico-financeiros, de ética e disciplina, de auditoria interna e de gestão de riscos, de cooperação e integração fiscal com outros entes federativos e organismos estatais, de desenvolvimento e desempenho institucional, além de estudos e pesquisas, na área de inteligência, contra crimes tributários.

As Unidades Centrais de Atividades Específicas (5 Subsecretarias), subordinadas ao Secretário da RFB e compostas por coordenações-gerais e demais subunidades, são responsáveis pela gestão de um macro conjunto de atividades que impactam diretamente a condução da missão institucional. São atividades de Arrecadação e Atendimento; Aduana e Relações Internacionais; Pessoas, Tecnologia e Orçamento/Logística; de Fiscalização; e Tributação e Contencioso.

- 5 Assessorias: Gabin, Ascom, Asesp, Cetad, Coger;
- 4 Coordenações Gerais: Audit, Cocif, Copav, Copei;
- 5 Subsecretarias: Suara, Suari, Sucor, Sufis, Sutri.

II - Unidades Descentralizadas:

Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário.

Às Superintendências compete também a gestão das atividades estratégicas, em seu âmbito de atuação, uma vez que as políticas e diretrizes gerais adotadas pelas Unidades Centrais são replicadas nas Regiões.

Assim, cabe à **Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal (SRRF01)**, no limite de sua jurisdição, a supervisão das atividades de tributação, arrecadação, cobrança, fiscalização, controle aduaneiro, combate aos ilícitos fiscais e aduaneiros, cadastros, acompanhamento dos maiores contribuintes, interação com o cidadão, tecnologia e segurança da informação, gestão de pessoas e programação e logística.

1.3.3 – Informações sobre as Competências das Áreas Estratégicas

Na **1ª Região Fiscal**, as competências institucionais são agregadas por atribuições às seguintes Divisões/Serviço:

- Dirac: Divisão de Arrecadação e Cobrança;
- Difis: Divisão de Fiscalização
- Diana: Divisão de Administração Aduaneira
- Disit: Divisão de Tributação
- Divic: Divisão de Interação com o Cidadão
- Semac: Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes
- Direp: Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho
- Dipol: Divisão de Programação e Logística
- Ditec: Divisão de Tecnologia da Informação

- Digep: Divisão de Gestão de Pessoas

À Divisão de Arrecadação e Cobrança - Dirac compete gerenciar as atividades de arrecadação e de cobrança de créditos tributários, propor metas e avaliar a execução nas unidades da respectiva região fiscal, e, em especial as atividades relativas às ações judiciais, restituição, compensação, ressarcimento, reembolso, imunidade, suspensão, isenção e redução de alíquotas em matéria tributária.

- Titular: Elisa Mariko Okama
- Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
- Período de atuação: 01/01/2014 a 31/12/2014

À Divisão de Fiscalização - Difis compete coordenar e gerenciar as ações de programação e fiscalização e a utilização de instrumentos de controle especiais aplicáveis às operações de produção e comercialização, exceto em relação aos tributos e direitos comerciais relativos ao comércio exterior.

- Titular: Juliano Melo de Souza
- Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
- Período de atuação: 01/01/2014 a 31/12/2014

À Divisão de Administração Aduaneira - Diana compete gerenciar as atividades de pesquisa, seleção e fiscalização aduaneira e de habilitação de importadores e exportadores para operar no Siscomex; orientar acerca de procedimentos e sistemas informatizados da área aduaneira, além da aplicação da legislação aduaneira; examinar e emitir parecer em recursos administrativos contra atos decisórios praticados por autoridades diretamente subordinadas ao Superintendente relativos a matéria compreendida na legislação aduaneira; acompanhar, supervisionar e apoiar as atividades de controle aduaneiro desempenhadas pelas unidades jurisdicionadas; e desenvolver estudos e sugerir medidas para o aperfeiçoamento do controle aduaneiro.

- Titular: Ênio Motta Junior
- Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
- Período de atuação: 01/01/2014 a 31/12/2014

À Divisão de Tributação - Disit compete orientar as unidades da região fiscal acerca da interpretação da legislação e sobre as decisões em matéria tributária, na esfera administrativa ou judicial; examinar e emitir parecer em recursos administrativos dirigidos ao Superintendente, no âmbito de sua competência; examinar e propor informação em mandado de segurança impetrado contra o Superintendente; examinar e emitir parecer nos pedidos relativos a regimes fiscais especiais previstos na legislação tributária específica e de competência da Superintendência; e desenvolver estudos e pesquisas, com vistas a oferecer sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária.

- Titular: Rodrigo Augusto Verly de Oliveira
- Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
- Período de atuação: 01/01/2014 a 31/12/2014

À Divisão de Interação com o Cidadão - Divic compete gerenciar as atividades de interação com o cidadão, inclusive quanto aos serviços prestados por conveniados, as atividades de Ouvidoria e de Educação Fiscal, bem como planejar, controlar e avaliar as atividades relativas aos cadastros da RFB.

- Titular: José Raimundo da Silva
- Cargo: Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil

- Período de atuação: 01/01/2014 a 31/12/2014

Ao Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes - Semac compete gerenciar as atividades de identificação e acompanhamento diferenciado de contribuintes de maior potencial tributário, inclusive a análise dos setores e grupos econômicos aos quais pertençam e propor metas para as unidades da respectiva região fiscal, bem assim, elaborar a previsão, acompanhamento e análise de receitas.

- Titular: José Augusto Figueirôa Filho
- Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
- Período de atuação: 01/01/2014 a 31/12/2014

Às Divisões de Repressão ao Contrabando e Descaminho - Direp compete gerenciar as atividades de vigilância e repressão aduaneira; executar ações de repressão ao contrabando, descaminho, porte ou transporte não autorizado de moeda, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, observada a competência específica de outros órgãos; formalizar os correspondentes autos de infração e representações fiscais, conforme planejamento das operações; e efetuar o levantamento e troca de informações internas e externas necessárias para o planejamento e execução das operações em sua área de atuação.

- Titular: Elmir Ferreira Manrique
- Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
- Período de atuação: 01/01/2014 a 31/12/2014

À Divisão de Programação e Logística - Dipol competem as atividades relacionadas à programação e execução orçamentária e financeira, contabilidade, logística, comunicação administrativa, licitações, gestão de contratos, supervisão e execução de projetos, obras e serviços de engenharia, gestão de documentos, apoio administrativo, gestão de recursos materiais e patrimoniais, serviços gerais e administração de mercadorias apreendidas, bem assim administrar e supervisionar as atividades pertinentes aos Serviços de Gestão de Mercadorias Apreendidas - Semap, as Seções de Gestão de Mercadorias Apreendida - Samap e as Seções de Obras e Serviços de Engenharia - Saeng.

- Titular: Hamilton Antônio de Medeiros
- Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
- Período de atuação: 01/01/2014 a 31/12/2014

À Divisão de Tecnologia da Informação - Ditec compete gerenciar o ambiente informatizado; gerenciar e aplicar políticas, normas e procedimentos de segurança da informação; gerenciar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação; executar a prospecção, a avaliação, a internalização e a disseminação de tecnologias, produtos e serviços de informática; supervisionar e executar o cadastramento, habilitação e certificação digital de usuários e cadastradores do ambiente informatizado; e supervisionar as atividades relativas à guarda, recuperação e disseminação de informações econômico-fiscais.

- Titular: João Paulo Osório Flores
- Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
- Período de atuação: 01/01/2014 a 31/12/2014

À Divisão de Gestão de Pessoas - Digep compete, ressalvada a competência específica das Unidades Descentralizadas dos órgãos setoriais do Ministério da Fazenda, gerenciar e supervisionar as atividades de gestão de pessoas, acompanhar ações judiciais pertinentes, realizar ações destinadas à promoção dos valores morais e éticos imprescindíveis ao enriquecimento da

cultura organizacional, no âmbito da respectiva região fiscal, bem como executar as atividades de elaboração da folha de pagamento, concessão de vantagens, indenizações, gratificações, adicionais, ressarcimentos, consignações e benefícios, dos servidores em exercício nas unidades situadas no respectivo Estado.

- Titular: Bárbara Cristina de Oliveira Alves
- Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
- Período de atuação: 21/07/2014 a 31/12/2014

- Titular: Neiva Renck Maciel
- Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
- Período de atuação: 01/01/2014 a 20/07/2014

À Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal estão subordinadas as Unidades abaixo:

1 – Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF), Alfândegas da Receita Federal do Brasil (ALF) e Inspetorias da Receita Federal do Brasil (IRF)

As DRF, ALF e IRF de classes “Especial A”, “Especial B” e “Especial C”, são responsáveis pelos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, e no que couber, no desenvolvimento das atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, atendimento e interação com o cidadão, comunicação social, fiscalização, controle aduaneiro, tecnologia e segurança da informação, programação e logística, gestão de pessoas, planejamento, avaliação, organização e modernização.

1.1 – Delegacias da Receita Federal do Brasil

- Delegacia da Receita Federal do Brasil em Brasília – DRF/BSB;
- Delegacia da Receita Federal do Brasil em Anápolis – DRF/ANA/GO;
- Delegacia da Receita Federal do Brasil em Goiânia – DRF/GOI/GO;
- Delegacia da Receita Federal do Brasil em Palmas – DRF/PAL/TO;
- Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cuiabá – DRF/CUI/MT;
- Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campo Grande – DRF/CGE/MS;
- Delegacia da Receita Federal do Brasil em Dourados – DRF/DOU/MS.

1.2 – Alfândegas da Receita Federal do Brasil

- Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional JK em Brasília – ALF/BSB.

1.3 - Inspetorias da Receita Federal do Brasil

- Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Mundo Novo – IRF/MNO/MS;
- Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Corumbá – IRF/COR/MS;
- Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Ponta Porã – IRF/PPA/MS;
- Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Cáceres – IRF/CAC/MT;
- Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Bela Vista – IRF/BEV/MS;
- Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Porto Murtinho – IRF/PMU/MS.

1.4 - Agências da Receita Federal do Brasil (ARF)

São responsáveis pelas atividades de atendimento ao contribuinte. Atualmente estão sob a jurisdição da SRRF01 o total de 33 (trinta e três) agências.

As Agências da Receita Federal do Brasil são subordinadas às Delegacias da Receita Federal. As Inspetorias da Receita Federal do Brasil Classes “A” e B” podem ser subordinadas às Delegacias, às Alfândegas ou às Inspetorias de Classe Especial.

Quadro 2: Unidades Descentralizadas da SRRF01

UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA 1ª REGIÃO FISCAL	QUANTIDADE
Superintendência (SRRF)	1
Delegacias da Receita Federal (DRF)	7
Inspetorias da Receita Federal (IRF)	6
Alfândega da Receita Federal (ALF)	1
Agências da Receita Federal (ARF)	33
TOTAL	48

Fonte: Regimento Interno da RFB

1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada

Processos são um conjunto de atividades que, de forma integrada, viabilizam o cumprimento dos objetivos institucionais. Os processos executados na RFB estão organizados hierarquicamente em níveis, sendo o nível mais alto representado por Macroprocessos.

A Cadeia de Valor da RFB é a representação gráfica de como são organizados e agrupados os seus processos de trabalho e é um importante instrumento no cumprimento da Missão da Instituição e na geração de valor para seus clientes: Estado, sociedade, contribuintes, parceiros institucionais e servidores. Por ela verifica-se como os processos se relacionam e fica evidente a necessidade de compartilhamento de informações e ações entre as áreas.

Conforme painel a seguir, a Cadeia de Valor da RFB é constituída por 13 Macroprocessos, divididos em três grupos:

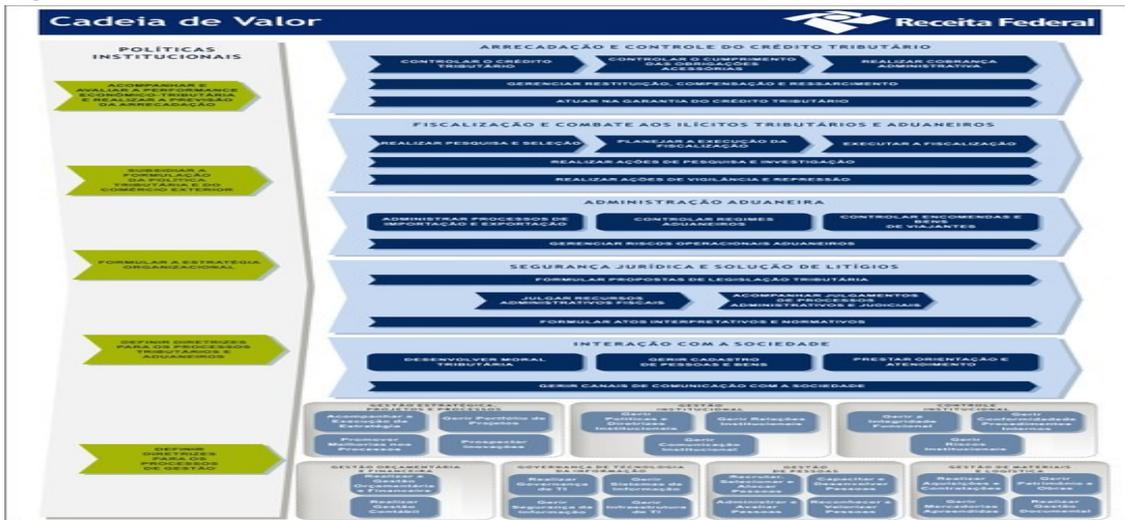
1 - Macroprocessos Finalísticos: correspondem às grandes funções da organização e para as quais devem estar voltadas suas unidades internas e descentralizadas. Além disso, também orientam os processos internos, os objetivos estratégicos e a geração de produtos e serviços para os clientes interno e externo;

2 - Macroprocesso de Políticas Institucionais: apresenta os Processos de Trabalho relacionados às políticas gerais do órgão;

3 - Macroprocessos de Apoio: dão suporte aos Macroprocessos Finalísticos conforme as políticas institucionais.

Esse modelo de Cadeia de Valor foi definido em 2011, sendo incorporada ao processo de Planejamento Estratégico da Organização como um dos mais importantes subsídios para sua formulação.

Figura: Cadeia de Valor da RFB



Fonte: Intranet RFB

Considerando que as Unidades Centrais desenvolvem atividades normativas, de supervisão e de planejamento, e que as Unidades Descentralizadas (regionais e locais), por sua vez, desempenham atividades táticas e operacionais, sob o comando Central, torna-se essencial a integração entre elas, no âmbito da maior parte dos Macroprocessos Finalísticos.

As tabelas a seguir identificam os cinco Macroprocessos Finalísticos da RFB constantes de sua Cadeia de Valor; a descrição desses Macroprocessos; as áreas responsáveis pela sua condução; os principais produtos e serviços decorrentes dos processos de trabalho; e os principais clientes. Abaixo de cada tabela, encontra-se uma descrição, sucinta, de como o macroprocesso foi conduzido pelas áreas estratégicas da RFB durante o ano de 2014.

Como já mencionado, a execução das atividades contidas na maior parte dos macroprocessos depende da atuação combinada de mais de uma área responsável da RFB e, em geral, pode envolver também os dois níveis organizacionais (Central e Descentralizado), de modo a garantir uma completa integração e continuidade administrativa dos trabalhos.

Quadro 3: Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário

Macroprocesso Finalístico	Arrecadação e Controle do Crédito Tributário				
Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes
<ul style="list-style-type: none"> - Controlar o Crédito Tributário. - Controlar o cumprimento das Obrigações Acessórias. - Realizar cobrança administrativa. - Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento. - Atuar na garantia do 	<ul style="list-style-type: none"> - Suara (Codac, Corec). - Sufis (Cofis). - Superintendências Regionais e Unidades Locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crédito tributário constituído acompanhado dos bens nos casos previstos pela legislação. - Débitos confessados decorrentes de obrigações acessórias. - CT lançado de 	<ul style="list-style-type: none"> - Executores do processo de fiscalização. - Fiscalização. - Sistema MAED - Contribuinte. - Sistema de Arrecadação. - Sistema de cálculo. - Sistema de cobrança. - PGFN. - DRJ e CARF. 	<ul style="list-style-type: none"> - Administração da arrecadação tributária, incluindo sua classificação e destinação. - Gestão da cobrança administrativa dos créditos tributários e obrigações acessórias. - Gerenciamento de 	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuintes. - CARF. - PGFN. - Banco do Brasil. - Gabinete do Ministro da Fazenda. - Gabinete do Secretário da Receita Federal.

Crédito Tributário.		<p>Ofício.</p> <ul style="list-style-type: none"> - CT de MAED. - Demais CT confessados (declarações de compensação, e parcelamentos). - Informações sobre pagamentos e depósitos. - Resultados da consulta de tabelas e cálculos. - Resultado da cobrança administrativa. - Processo instruído com despacho visando alteração, manutenção ou cancelamento da inscrição na Dívida Ativa. - Resultado do julgamento. - Dados de arrecadação. - Documentos de arrecadação. - DJE. - Devolução e restituição de Depósitos. - Pedido de devolução. - Retorno de informações. - Pedido de emissão de certidão (CND ou CPDEN) ou Consulta Situação Fiscal Contribuintes. - Obrigação tributária principal ou informações relacionadas. - CT com saldo devedor. - Hipóteses de cautelar fiscal e de arrolamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Rede arrecadadora. - Contribuinte. - CEF. - STN. - interessado. - Contribuinte ou responsável. 	<p>ressarcimentos, restituições e compensações.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atendimento aos contribuintes. - Gestão dos cadastros da RFB. - Acompanhamento da Rede Arrecadadora. - Dimensionamento da arrecadação potencial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. - Tribunal de Contas da União.
---------------------	--	--	---	---	--

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

➤ **Processo: Controlar o crédito tributário**

Este processo de trabalho, gerido no âmbito da Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento (Suara), realiza as seguintes atividades:

- Controlar a arrecadação dos créditos declarados e lançados de ofício;
- Dimensionar a arrecadação potencial;
- Realizar análises do desempenho da arrecadação de tributos, considerando a arrecadação prevista, a potencial e a efetiva;
 - Controlar o crédito tributário em todas as fases, desde sua constituição até sua realização, garantindo agilidade de tramitação em todo o ciclo (envolvendo arrecadação, cobrança, parcelamento, contencioso administrativo e judicial); e
 - Controlar, de forma integrada, todos os créditos do contribuinte com a finalidade de atuar na garantia do crédito.

Em 2014, a arrecadação das receitas federais de impostos, contribuições e taxas (administradas pela RFB) e de outras receitas recolhidas, porém administradas por outros órgãos, atingiu o valor de R\$ 1.187 trilhões, sendo que deste montante R\$ 1.146 trilhões são decorrentes de receitas administradas pela RFB. O processo de arrecadação conduzido pela RFB abrangeu a recepção e processamento de quase 300 milhões de documentos de arrecadação (DARF, DJE, DAS e GPS) e uma rede arrecadadora composta por 26 bancos credenciados.

Na **1ª Região Fiscal** o valor arrecadado, em 2014, foi R\$ 131,5 bilhões em documentos de arrecadação utilizados para extinção dos créditos tributários.

➤ **Processo: Controlar o cumprimento das obrigações acessórias**

Este processo de trabalho, também gerido no âmbito da Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento (Suara), realiza as seguintes atividades:

- Verificar e exigir o cumprimento das obrigações acessórias; e,
- Realizar a cobrança administrativa de créditos decorrentes do descumprimento das obrigações acessórias.

As principais iniciativas implementadas, em 2014, são:

- Atualmente, há um indicador estratégico, o Índice de Adimplência de Obrigação Acessória (IAOA) que mede o grau de entrega da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (Dirpf) de quem é obrigado a cumprir a obrigação. No 4º trimestre de 2014, o resultado desse índice, para o nível Brasil, alcançou 97,8%.
- Em relação ao controle do cumprimento das obrigações acessórias das pessoas jurídicas, durante o ano de 2014, foi especificado o sistema que controlará, de forma centralizada, a obrigatoriedade de entrega das diversas obrigações da pessoa jurídica (DCTF, Dirf, Sped). Por meio deste controle, será possível apurar as pessoas jurídicas omissas de declaração e iniciar a aplicação das respectivas sanções legais. A implementação do sistema de controle de omissos para pessoa jurídica está prevista para 2015.
- A partir do exercício 2014, ano-calendário 2013, a RFB disponibilizou aos contribuintes a Declaração Pré-Preenchida do IRPF, contendo informações relativas a rendimentos, deduções, bens e direitos e dívidas e ônus reais.
- Foi disponibilizado um aplicativo que possibilita iniciar o rascunho da declaração IRPF 2015 ao longo do ano de 2014, à medida que os fatos acontecem, bem antes do lançamento do programa gerador da declaração IRPF (PGD IRPF 2015) que ocorrerá em março de 2015.

➤ **Processo: Realizar cobrança administrativa**

Ainda sob a gestão da Suara, este processo é composto pelas seguintes atividades:

- Efetuar a cobrança administrativa dos débitos declarados pelo contribuinte e lançados de ofício sem o respectivo pagamento, e proceder ao encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Efetuar a cobrança e rescisão dos parcelamentos inadimplentes, e proceder ao encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Validar as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário informadas pelo contribuinte; e
- Proceder à análise de emissão de pedidos de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos, e inscrição no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).

Alguns resultados apresentados, em 2014:

Entre os meses de janeiro a agosto, a RFB efetuou a cobrança de 1,38 milhões de Pessoas Jurídicas devedoras de tributos não previdenciários, totalizando R\$ 105,6 bilhões de créditos tributários em cobrança. Desse total, foram recebidos em pagamento R\$ 560 milhões (0,5% do total), foram parcelados R\$ 996 milhões (0,9%), extintos por compensação R\$ 30,5 milhões (0,03%), totalizando R\$ 1,5 bilhão de créditos tributários recuperados (1,5% do total de crédito tributário cobrado);

Para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, foram emitidas 255.395 cartas de cobrança (Intimação para Pagamento - IP) para contribuintes inadimplentes no período de janeiro a dezembro/2014. Do total cobrado, cerca de R\$ 15,76 bilhões, foram obtidos os seguintes resultados: R\$ 78 milhões em pagamentos; R\$ 1,28 bilhões transformados em débitos para fins de parcelamentos; R\$ 2,98 bilhões foram objeto de retificação; R\$ 8,8 bilhões foram transformados em débitos para sequência de cobrança e envio à PGFN; R\$ 35 milhões excluídos; restando ainda R\$ 2,59 bilhões aguardando a conclusão do prazo da IP;

Na **1ª Região Fiscal**, para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, foram emitidas 32.762 cartas de cobrança (Intimação para Pagamento - IP) para contribuintes inadimplentes no período de janeiro a dezembro/2014. Do total cobrado, cerca de R\$ 1,042 bilhões, foram obtidos os seguintes resultados: R\$ 47 milhões em pagamentos; R\$ 995 milhões transformados em débitos para fins de parcelamentos; R\$ 221 milhões foram objeto de retificação; R\$ 773 milhões foram transformados em débitos para sequência de cobrança e envio à PGFN; R\$ 452 mil excluídos; restando ainda R\$ 75 milhões aguardando a conclusão do prazo da IP.

Foram também acompanhados e analisados na **1ª RF** os créditos tributários vinculados a medidas judiciais, controlados em processos, chegando a um montante de R\$ 28 bilhões no final de 2014.

Na cobrança de débitos de Pessoa Física, foram emitidos um total de 1.323.058 avisos de cobrança com quase R\$ 36,5 bilhões;

Na **1ª região** houve emissão de 138.836 avisos de cobrança de débitos de Pessoa Física, que totalizaram R\$ 29,5 bilhões.

Nesse período, a cobrança de débitos de imóveis rurais abrangeu 448.005 avisos de cobrança e um montante de R\$ 164 milhões;

Na área de parcelamento não previdenciários, houve a continuação da rotina de exclusão mensal automática dos contribuintes inadimplentes e o encaminhamento automático desses débitos para inscrição em Dívida Ativa da União.

De forma a evitar ilícito tributário na suspensão indevida na exigibilidade do crédito tributário por medida judicial, houve continuidade de atuação no enfrentamento às fraudes com títulos da dívida pública, exercendo papel de liderança, juntamente com os demais órgãos de Estado, como a PGFN, STN e MPF e Judiciário, para identificar e combater este tipo de fraude contra o erário público;

Foi objeto de melhoria o sistema Malha para Declarações de Créditos e Débitos Tributários Federais (DCTF), que visa a identificar e apurar possíveis inconsistências em relação aos valores declarados nas DCTF, aumentando a percepção de risco dos contribuintes infratores. Este procedimento objetiva, ainda, a identificação de possíveis fraudes contra a Fazenda Pública, envolvendo a tentativa de obtenção de restituições ou certidões indevidas;

Nesse ano, foram encaminhados para a Dívida Ativa da União um pouco mais de 6 milhões de débitos, referentes a mais de 590 mil contribuintes pessoa jurídica, totalizando R\$ 20,9 bilhões; e

Entrou em produção o Pré-Cadin, que tem por objetivo suprir a necessidade de controle das inclusões no Cadin/Sisbacen pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Direta e Indireta, no âmbito do macroprocesso do crédito público.

➤ **Processo: Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento**

A Suara atua nas seguintes atividades:

- Recepcionar, tratar, analisar e decidir sobre pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso e declarações de compensação;
- Cobrar os débitos indevidamente compensados; e
- Pagar restituições e ressarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da RFB ou da PGFN.

Alguns resultados alcançados no ano de 2014:

- Foram recepcionados, pela RFB, 1.157.482 Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), incluindo os pedidos referentes às contribuições previdenciárias, sendo 648.043 declarações de compensação, 374.319 pedidos de restituição, 78.191 pedidos de ressarcimento, 12.094 pedidos de reembolso e 44.835 pedidos de cancelamento. Em termos de valores, as declarações de compensação transmitidas em 2014 totalizam mais de R\$ 87 bilhões em débitos compensados, enquanto os pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso perfazem 42,4 bilhões em créditos pleiteados. Do total de PER/DCOMP ativos (cerca de 10.437.994 documentos), 70,4% haviam sido trabalhados em procedimentos eletrônicos ou manuais, totalizando R\$ 324,3 bilhões em débitos compensados e R\$ 140,8 bilhões em créditos em pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso.

- Na 1ª Região Fiscal foram trabalhados 8.695 Pedidos Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), sendo 2.904

declarações de compensação, totalizando R\$ 1,92 bilhões; 130 Per/Dcomp que apresentavam maiores valores de crédito pleiteado, totalizando R\$ 64,73 milhões; e 5.661 pedidos de restituição/ressarcimento/ reembolso.

- Foram emitidas, aproximadamente, 96 mil comunicações eletrônicas pelo Sistema de Controle de Créditos e Compensações - SCC, sendo 40.571 intimações (em razão de incorreções ou inconsistências detectadas nos PER/DCOMP ou de solicitação de documentos complementares), 3.525 despachos decisórios de não admissibilidade de cancelador ou retificador e 51.881 despachos decisórios com apreciação de mérito envolvendo créditos de cerca de R\$ 6,5 bilhões.

- Foram encaminhados, de forma eletrônica para pagamento, 58.386 processos de restituição ou ressarcimento, contabilizando, aproximadamente, R\$ 1,69 bilhão. Do total desses processos, 83,53% foi efetivamente creditado, o que corresponde a 48.770 processos, totalizando, aproximadamente, R\$ 1,57 bilhão. Foram devolvidos, por motivo de domicílio bancário inválido, 9.616 processos, correspondendo a cerca de R\$ 121,63 milhões.

- Houve o encaminhamento à rede bancária de, aproximadamente, R\$ 15,45 bilhões para pagamento de restituição de cerca de 12,26 milhões de pessoas físicas, referentes a imposto de renda retido na fonte ou recolhido a maior.

Os Projetos encerrados, em 2014, são:

- Projeto Pagamento Automático: é responsável pelo pagamento, em lote, de cerca de 245 mil processos, representando um valor total de, aproximadamente, R\$ 4,70 bilhões. Apenas no ano de 2014, foram pagos cerca de 48.770 processos, totalizando R\$ 1,57 bilhão. Ainda no escopo desse Projeto, foram emitidas quase 10.000 comunicações solicitando correção de dados bancários, as quais resultaram em ação do contribuinte em cerca de 4.000 processos, sendo que, em quase 3.000 processos, a correção foi efetuada por meio do serviço “Alteração de Dados Bancários para Restituição e Ressarcimento”, disponível no e-Cac, sem necessidade de comparecimento a uma unidade de atendimento da RFB. Foram, também, emitidas mais de 65 mil comunicações para autorização de compensação de ofício e executadas as compensações em cerca de 21 mil processos.

- Projeto SCC Reintegra: é responsável pela análise automática de mais de 88% dos quase 20 mil pedidos de ressarcimento transmitidos pelos contribuintes até o final de dezembro de 2014. Com a implantação do módulo SCC Reintegra, os pedidos de ressarcimento desse crédito estão sendo analisados e efetivamente pagos aos contribuintes em um prazo médio de 90 dias. Em razão da celeridade da análise dos pedidos de ressarcimento de Reintegra, eventuais compensações indevidas são não homologadas e ocorre a imediata cobrança dos débitos, agilizando a realização do crédito tributário. O rápido processamento dos pedidos de ressarcimento do Reintegra praticamente elimina a possibilidade de homologação por disposição legal. Destaca-se que, dos mais de 8,2 bilhões em créditos de Reintegra pleiteados, mais de 95% já foram utilizados em compensações ou efetivamente ressarcidos aos contribuintes.

➤ **Processo: Atuar na garantia do crédito tributário**

Este processo tem como áreas gestoras a Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento (Suara), por meio da Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança (Codac), bem como a Subsecretaria de Fiscalização (Sufis), no âmbito de sua Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis), cujas atuações serão descritas a seguir.

A Suara atua nas atividades a seguir:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;

- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes, tanto do lançamento de ofício, quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para o bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

Em 2014, foram implementadas Iniciativas:

- No âmbito de natureza normativa e de orientação: publicação da nota de roteiro operacional de Arrolamento e Medidas Cautelares Fiscais, com o objetivo de orientar e padronizar os procedimentos afetos às medidas cautelares fiscais e procedimentos afetos ao arrolamento de bens.
- No âmbito de ordem operacional: disponibilização de listas com os créditos tributários dos sujeitos passivos às unidades descentralizadas para realização de arrolamentos de bens e direitos.
- No âmbito de natureza gerencial: o acompanhamento do indicador estratégico "Índice de Garantia do Crédito Tributário", desde o início da medição, em janeiro de 2012, mostra que houve incremento de 345% no valor de bens e direitos arrolados, chegando-se ao montante atual de R\$ 77,5 bilhões. Só em 2014, foram arrolados R\$ 19,7 bilhões em bens e direitos. Constatou-se, também, o incremento nos valores garantidos por medida cautelar fiscal, de cerca de R\$ 1 bilhão no início de 2013 para mais de R\$ 8 bilhões no final de 2014.
- Na **1ª Região Fiscal** foram arrolados em 2014 mais R\$ 494,8 milhões em bens e direitos, perfazendo o montante atual de R\$ R\$ 3,96 bilhões ao final do ano. Ainda em 2014 houve incremento de R\$ 861,4 milhões em valores garantidos por medida cautelar fiscal.

A Sufis atua nas seguintes atividades:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes tanto do lançamento de ofício quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

No âmbito de iniciativas operacionais, a Sufis realizou, em 2014, a homologação de novas funcionalidades no sistema de controle da garantia – Conprovi.

Na **1ª Região Fiscal** (SRRF01), as ações para melhoria da garantia do crédito tributário destacam-se em:

- Acompanhamento dos processos de interesse da 1ª RF, com julgamentos previstos no CARF e CSRF, para elaboração de subsídios, memoriais e alertas para a Procuradoria da Fazenda Nacional
- Realização de seminário de Garantia do Crédito Tributário, com objetivo de intercâmbio entre as diferentes áreas da RFB (programação, fiscalização, inclusive aduaneira, arrecadação, cobrança) e órgãos parceiros (PFN, PR).
- Elaboração de roteiro para a utilização do sistema Conprovi, com a colaboração da fiscalização da DRF/Brasília, visando atender demandas das unidades no que se refere a elaboração e cadastramento de arrolamentos de bens e direitos e representações fiscais.
- Atendimento das demandas sobre o sistema Conprovi apontadas no Suporteweb e em e-mails enviados pelos servidores da 1ª RF.

Quadro 4: Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros

Macroprocesso Finalístico	Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros				
Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes
<ul style="list-style-type: none"> - Realizar pesquisa e seleção. - Planejar a execução da fiscalização. - Executar a fiscalização. - Realizar ações de pesquisa e investigação. - Realizar ações de vigilância e repressão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sufis (Cofis, Copes e Comac). - Copei. - Suari (Coana). - Superintendências Regionais e Unidades Locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Documentação apresentada pelo sujeito passivo. - Informações derivadas de diligências. - Demandas externas requisitórias e não requisitórias. - Resultado dos procedimentos fiscais para análise do cumprimento de metas e diretrizes. - Resultado das investigações. - Relato, fato, dados, documentos, etc. oriundos de outras unidades da RFB, de outros órgãos públicos, de notícia veiculada na mídia ou de qualquer outra fonte de informação acerca do cometimento de ilícitos tributário-aduaneiros ou irregularidades fiscais e criminais. - Sistemas informatizados da Receita Federal. - Cães de faro. - Armamento institucional. - Veículos oficiais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sujeitos passivos da obrigação tributária e terceiros. - Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos públicos externos. - Executores do processo de fiscalização. - Área de inteligência da RFB. - Unidades da RFB. - Órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência. - Unidades de inteligência fiscal dos fiscos estaduais. - Outros órgãos de governo. - Representações de outros países e organismos internacionais. - Sociedade. - Servidores da Receita Federal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de estudos tributário-fiscais. - Análise, seleção, planejamento e fiscalização de contribuintes. - Acompanhamento dos Grandes Contribuintes. - Monitoramento de Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias. - Atividades de Inteligência Fiscal. - Prevenção e combate aos crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores. - Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estado. - Órgãos do governo. - Sociedade.

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

➤ **Processo: Realizar Pesquisa e Seleção**

Este processo de trabalho, gerido no âmbito Subsecretaria de Fiscalização (Sufis), tem como escopo um conjunto de etapas, que vão desde a pesquisa até a seleção dos contribuintes a

serem fiscalizados, aplicando-se ao procedimento de seleção os princípios da razoabilidade, da objetividade e da impessoalidade. Sua importância está centrada na possibilidade de gerar conhecimento e informações que vão otimizar e direcionar as ações fiscais, permitindo o alcance das metas e de objetivos estratégicos, tais como: “aproximar a arrecadação efetiva da potencial”, “elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras” e “elevar a percepção de risco e a presença fiscal”.

Nesse sentido, atua na realização de estudos sobre operações evasivas e elisão fiscal e sobre o impacto da fiscalização no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias, atua em pesquisas e estudos para subsidiar sua seleção de contribuintes a serem fiscalizados, além de elaborar dossiês de contribuintes para subsidiar as fiscalizações e monitorar tanto os grandes contribuintes como os segmentos econômicos.

Em 2014, destacaram-se as seguintes ações:

- Aprimoramento do sistema informatizado para levantamento e identificação do passivo tributário do contribuinte – ContÁgil, com a liberação de ferramenta de construção e visualização das conexões entre as pessoas (Grafo de Relacionamentos) e a disponibilização de consulta aos dados do sistema Dossiê Integrado, ampliando as fontes de pesquisa na plataforma de suporte à fiscalização.

- Manutenção do elevado percentual de realização, no Portfólio de Produtos de TI (PPTI) dos anos anteriores, dos sistemas de seleção (Siga DW e SIF), os quais terminaram o exercício com as informações completas do ano-calendário 2013, foco da programação em 2015.

- Conclusão das especificações do sistema Coleta Nacional, o que dará mais autonomia para o recebimento de dados estruturados não captados pelas obrigações acessórias da Receita.

- Atualização dos manuais de seleção, os quais já contêm cerca de 150 regras de seleção, com explicação detalhada da metodologia a ser aplicada, desde a etapa de cruzamento de dados até a etapa de análise individual.

- Produção de 14 notas técnicas Copes orientativas sobre procedimentos de seleção.

- Produção de 11 notas Copes de análises de ilícitos tributários, como subsídios para o planejamento da fiscalização.

- Início do projeto-piloto de regionalização da seleção dos contribuintes de todos os segmentos.

- Investigação de distorções de arrecadação, no seguimento dos contribuintes diferenciados, cujo montante foi de aproximadamente R\$ 63 bilhões, por meio da avaliação das declarações prestadas pelos contribuintes, confrontando-as com informações externas, num esforço que promoveu a recuperação de créditos tributários na ordem de R\$ 5,3 bilhões.

No âmbito da 1ª Região Fiscal, o monitoramento das distorções de arrecadação no segmento dos maiores contribuintes (diferenciados) alcançou o montante de aproximadamente R\$ 8,5 bilhões. A recuperação de créditos tributários na ordem de R\$ 821 milhões deveu-se, principalmente, ao cotejamento das declarações prestadas pelos contribuintes e as informações externas utilizadas.

Análise, até novembro de 2014, de mais de R\$ 588 bilhões em processos, débitos vinculados e declarações de compensação, por meio de um conjunto de ações para dar celeridade e tratamento conclusivo à cobrança dos créditos tributários constituídos, em discussão administrativa e judicial e às compensações dos maiores contribuintes.

Entrada em produção de nova funcionalidade do Siscoserv, de Registro de Presença Comercial no Exterior no módulo venda e conclusão da especificação do DW Siscoserv.

Percentual de 91,86% de fiscalizações encerradas com resultado, reflexo da melhoria constante na qualidade da seleção. Foram identificados, para 2015, um total de 14.861 contribuintes, com seus respectivos indícios de infração à legislação tributária mapeados.

Continuidade do processo de integração com outras administrações tributárias, por meio das seguintes ações:

- Participação no projeto dos países do G-20 para combater a erosão da base tributária e a transferência de lucros para países de baixa tributação (BEPS).
- Gerenciamento do projeto FATCA, para atender ao acordo de troca de informações financeiras firmado com os Estados Unidos, projeto alçado à categoria de institucional corporativo e, como tal, acompanhado mensalmente pelo Ministério da Fazenda.

Na **1ª Região Fiscal (SRRF01)**, além da execução das diversas ações planejadas pela Unidade Central e desmembradas para as regiões fiscais, em 2014 foram elaboradas 49 notas técnicas para auxiliar respostas a demandas do Judiciário e do Ministério Público.

A EPMAC/SRRF01 - Equipe Regional de Seleção e Programação de Maiores Contribuintes da 1ª Região Fiscal realizou um total de 155 estudos (dossiês) provisórios de programação de fiscalização de Pessoa Jurídica Diferenciada e de Pessoa Física de elevada capacidade contributiva, sendo que a região possui cerca de 700 contribuintes com esse porte.

➤ **Processo: Planejar a Execução da Fiscalização**

Em continuidade ao processo Realizar Pesquisa e Seleção, este processo engloba as etapas necessárias ao planejamento da execução dos dossiês dos contribuintes a serem fiscalizados que foram selecionados no processo anterior.

A atuação se dá no planejamento, acompanhamento e avaliação da revisão de declarações; no planejamento e acompanhamento das ações fiscais realizadas; na avaliação de seus resultados em relação às estimativas feitas (tempo de execução, valor do crédito lançado, etc.); bem como no monitoramento do grau de aderência entre o crédito lançado e o crédito efetivamente cobrado.

No âmbito desse processo, foram realizadas as seguintes iniciativas:

- A implementação, no segundo semestre de 2014, do projeto Cartas, para alcançar os contribuintes pessoas físicas ainda não habituados a consultar a internet para verificar pendências na declaração e providenciar sua correção.
- A continuidade à iniciativa implementada no início de 2013, após publicação da Portaria RFB 2.207/2012, na qual a Fiscalização tem intensificado o trabalho de análise dos lançamentos efetuados e discutidos na 2ª Instância Administrativa, com o objetivo principal de avaliar e melhorar a aderência dos lançamentos da fiscalização, mediante atuação detalhada, perene e articulada de várias áreas envolvidas, entre as quais a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Nesse sentido, com o objetivo de garantir a manutenção do crédito tributário e o constante aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização, até o ano de 2014, foram registrados cerca de 1035 processos para avaliação, dos quais mais de 357 foram encaminhados à PGFN e

cerca de R\$ 172 bilhões de crédito tributário em processos foram analisados pela Fiscalização (dados acumulados até 05/01/2015).

Referidos resultados são decorrentes da participação efetiva das divisões de fiscalização das Superintendências e das Delegacias, que trabalham de forma integrada às áreas responsáveis pelo monitoramento do contencioso administrativo e da PGFN.

No planejamento das fiscalizações aduaneiras, o grau de eficácia da seleção igualou a meta projetada de 91% para a realização das auditorias (número de auditorias com resultado em relação ao total de auditorias realizadas).

➤ **Processo: Executar a Fiscalização**

Este processo abrange a realização de fiscalizações, de revisão de declarações e de diligências; lavratura de autos de infração; expedição de notificações de lançamento; arrolamento de bens dos contribuintes; propositura de medida cautelar fiscal; elaboração de representação fiscal para fins penais; e aplicação de regimes especiais de fiscalização.

No ano de 2014, a Fiscalização da Receita Federal constituiu crédito tributário no valor de R\$ 150,5 bilhões, 2º melhor resultado histórico. O montante lançado resultou de 16.989 procedimentos de auditoria externa e 348.843 procedimentos de revisão interna de declarações de pessoas físicas, jurídicas e ITR, que totalizaram 365.832 procedimentos de fiscalização.

Na **1ª Região Fiscal**, durante o ano de 2014, foram encerrados 859 procedimentos de fiscalização e 30.514 procedimentos de revisão interna de declarações, que resultaram em lançamentos de créditos tributários da ordem de R\$ 7,705 bilhões.

Esses procedimentos ainda resultaram em 320 Representações Fiscais para Fins Penais e 166 procedimentos de arrolamento de bens para garantia do crédito tributário.

A EFMAC01 - Equipe Regional de Fiscalização de Maiores Contribuintes – da 1ª Região Fiscal encerrou 12 procedimentos fiscais, todos com resultado, que resultaram num crédito tributário da ordem de 617,32 milhões de reais.

No período compreendido entre 2010 e 2014, houve uma evolução nominal do crédito tributário lançado de 67,13%. Tal evolução reforça a estratégia implementada em 2010, no sentido de selecionar os sujeitos passivos a partir de regras nacionais compartilhadas, bem como atuar de maneira mais próxima ao fato gerador em relação aos contribuintes de grande porte, combinado com um intenso programa de capacitação continuada dos servidores e o uso intensivo de tecnologia da informação.

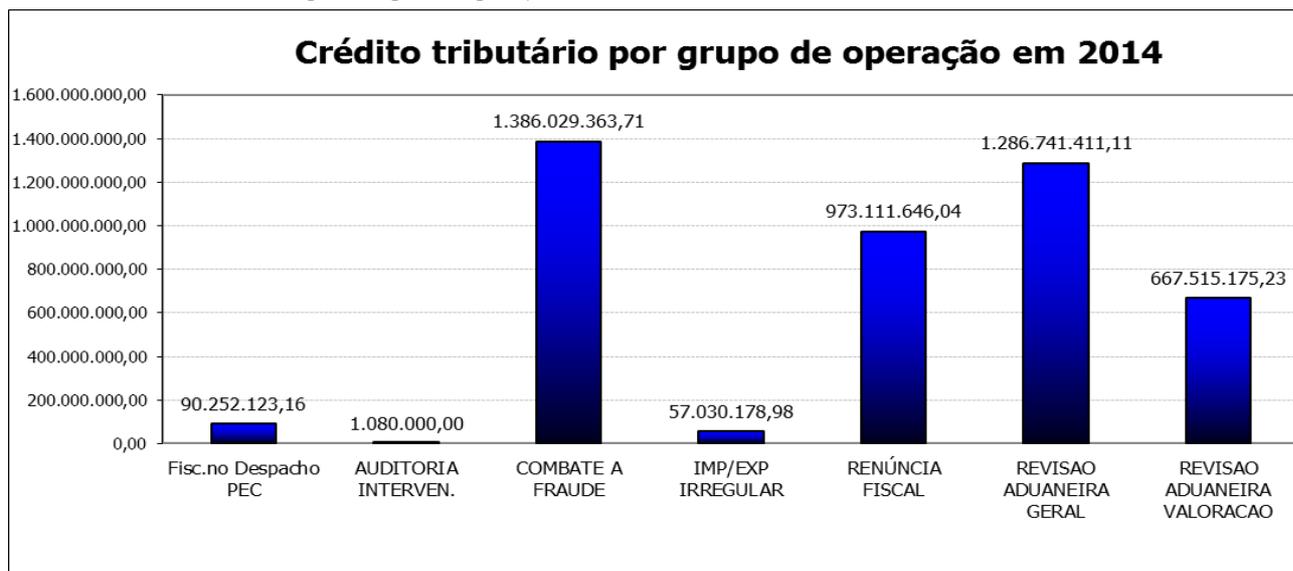
Em 2014, destacaram-se as seguintes atividades na condução desse processo de trabalho:

- Solução de mais de 270 dúvidas sobre vários tributos e procedimentos de fiscalização, por meio do sistema SuporteWeb.
- Criação da comunidade Manuais da Fiscalização, na Conexão Receita, a qual atualmente é a segunda maior comunidade, com 312 membros.
- Disponibilização da versão 4.0 do e-Safira, cujas novas funcionalidades dinamizam e simplificam o encerramento, a montagem e a formalização dos processos na constituição do crédito tributário.

- Treinamento nacional, com a capacitação de quase 2000 auditores-fiscais de todas as unidades do país, para disseminação das novidades apresentadas com a versão 4.0 do e-Safira.
- Desenvolvimento de ações de conformidade tributária, por parte do acompanhamento de maiores contribuintes, os quais são comunicados sobre possíveis erros no preenchimento de suas obrigações acessórias, para eventual correção, o que resultou, em 2014, na retificação de 269 DIPJs e no aumento de R\$ 59,5 bilhões na receita bruta declarada pelas empresas selecionadas.
- Implantação da nova versão do Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (Scorpios), nas linhas de produção.
- Instalação do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe) em mais 15 fábricas, totalizando 283 estabelecimentos controlados e operando com normalidade, o que tornou possível o controle da produção de cerca de 14 bilhões de litros de cerveja, 15,7 bilhões de litros de refrigerante e 2,2 bilhões de litros de outras bebidas.
- Alcance do número recorde de 10 bilhões de documentos autorizados no âmbito da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), projeto desenvolvido, de forma integrada, pelas Secretarias de Fazenda dos estados e pela Receita Federal do Brasil.
- Efetivação, em 8 estados da Federação, da Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica (NFC-e), documento digital para o varejo, com potencial para se tornar obrigatória em todos os estados ao longo de 2015.
- Edição das Instruções Normativas nº 1486 e 1510, de 2014, que tornaram obrigatória a Escrituração Contábil Digital (ECD) para todas as pessoas jurídicas, exceto aquelas abrangidas pelo Simples Nacional, assim como as imunes e isentas enquadradas nos critérios da EFD-Contribuições.
- Avanço na especificação do projeto eSocial e criação do Grupo de Trabalho Confederativo, com a participação de entidades como a CNI, a Fenacon e outras.
- Instituição do eSocial pelo Decreto nº 8373, de 11 de dezembro de 2014, projeto que envolve vários órgãos federais e que vai unificar o envio de informações pelo empregador (pessoas físicas ou jurídicas) em relação a seus empregados.
- Implementação do piloto da primeira fase do projeto Malha PJ, com a emissão de cartas e a apresentação de extrato na internet, para o contribuinte identificar o problema que levou ao apontamento da empresa na malha e o que pode ser feito se houver erro nas informações fornecidas à Receita Federal.
- Ampliação do número de municípios conveniados a executar a fiscalização do ITR: até dezembro de 2014, havia 1.996 municípios conveniados em todo o Brasil.
- Lançamento da segunda edição do Programa Alerta Simples Nacional, em conjunto com as Secretarias de Fazenda dos estados, municípios e Distrito Federal, para que os contribuintes optantes do Simples Nacional possam corrigir erros de preenchimento nas declarações e na apuração de tributos, antes do início de procedimento formal de fiscalização.

No que se refere à fiscalização aduaneira, em 2014 foram encerradas 4.039 ações fiscais, sendo 1.454 auditorias posteriores ao despacho, 802 auditorias no curso do despacho (Procedimentos Especiais de Controle) e 1.783 diligências fiscais. As 1.454 auditorias posteriores ao despacho correspondem a 92% do total de ações fiscais executadas no mesmo período de 2013 (1.585 ações fiscais). O total de créditos tributários e apreensões chegou a R\$ 4,5 bilhões. No gráfico a seguir encontram-se discriminados os créditos tributários lançados em 2014 por grupo de operação.

Gráfico: Crédito Tributário por Grupo de Operação em 2014



Fonte: Suari

Na **1ª Região Fiscal**, em 2014, a Fiscalização Aduaneira executou 67 ações fiscais, sendo 58 auditorias pós despacho e 9 fiscalizações no curso do despacho (Procedimentos Especiais de Controle), totalizando R\$ 45.431.621,88 de resultado, dos quais R\$ 45.426.951,88 (99,99%) relativos a lançamento de crédito tributário (as ações de fiscalização aduaneira aqui consideradas não abrangem as executadas em decorrência da repressão aduaneira, cujos valores de apreensão somaram mais de 16 milhões de reais, e estão sendo informados em item específico deste relatório).

A Região atingiu 101% das metas de auditoria posterior ao despacho aduaneiro e de quase 70% da meta de fiscalizações no curso do despacho, prejudicado em boa medida, por escassez de pessoal ao longo do ano. O "Combate à Fraude", com R\$ 29,5 milhões, e a "Revisão Aduaneira", com R\$ 14 milhões, foram os grupos de ação com maior resultado para a região.

➤ **Processo: Realizar ações de pesquisa e investigação**

As ações de Pesquisa e Investigação da RFB resultaram, em 2014, na realização de 32 operações de impacto, contabilizadas apenas aquelas com expressiva exposição na mídia, deflagradas pela instituição em parceria com outros órgãos públicos, principalmente com o Departamento de Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Ministério Público Federal.

Em tais operações foram cumpridos 557 mandados de busca e apreensão e realizadas 203 prisões temporárias ou preventivas, números que ajudam a consolidar a estratégia organizacional de elevar a percepção de risco e a presença fiscal com o desenvolvimento de ações de combate ao crime organizado, particularmente em casos envolvendo crimes contra a ordem tributária, de contrabando e descaminho e de lavagem de dinheiro.

Dentre as principais operações realizadas merecem destaque:

- Operação Lava Jato - Investigação de grande esquema de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo empresa estatal, grandes empreiteiras do país, doleiros e políticos;
- Operação Sorte Grande - Investigação de organização criminosa responsável por esquema de blindagem patrimonial e interposição fraudulenta com o objetivo de sonegar e impedir a execução fiscal de dívidas tributárias;

- Operação Labirinto de Creta - Investigação de empresas do ramo frigorífico, responsáveis por crimes de sonegação fiscal, fraude à execução fiscal e lavagem de dinheiro;
- Operação Delivery – Investigação na qual foi desbaratada organização criminoso suspeita de contrabando e distribuição de cigarros fabricados no Paraguai.
- Operação Sustenido – Desarticulação de grande esquema de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e evasão de divisas centralizado em Foz do Iguaçu, montado para atender organizações criminosas ligadas a contrabando, sequestro e tráfico de entorpecentes.
- Operação Blindagem de Papel - Investigação da RFB, em conjunto com a PGFN, sobre esquema perpetrado por rede de supermercados gaúcha, devedora contumaz da Fazenda Nacional suspeita de sonegação fiscal de R\$ 260 milhões.

A realização de investigações integradas e intercâmbio de informações de Inteligência com o Departamento de Polícia Federal e organismos policiais e aduaneiros internacionais (Projeto Exportações) possibilitou a apreensão, em 2014, de cerca de 3,5 toneladas de cocaína (no Brasil ou no exterior) com efetiva atuação da Receita Federal.

O ano de 2014 foi marcado pela realização no Brasil da Copa do Mundo FIFA de futebol. Na fase preparatória e durante a realização do evento, a unidade de inteligência da RFB também participou efetivamente das atividades do Centro de Inteligência Nacional (CIN) e de suas projeções, os Centros de Inteligência Regionais (CIR), compostos por órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). A atuação também ocorreu por meio de verificações e batimentos cadastrais de mais de 268 mil voluntários inscritos para atuar na Copa do Mundo de 2014, com o objetivo de avaliar riscos e fornecer subsídios para a necessária boa atuação dos órgãos de defesa e de segurança pública.

No ano de 2014 foram empreendidas diversas ações institucionais de prevenção e combate à lavagem de dinheiro:

Em alinhamento com as diretrizes de gestão estratégica da Instituição, o Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (Lab/LD) foi instalado em abril de 2014, em um contexto de busca contínua da instituição pela inovação e pela melhoria dos processos de trabalho por meio de ferramentas especializadas de gestão do conhecimento e da informação. Alguns dos primeiros “pilotos” realizados pela equipe do Laboratório foram fundamentais para alcance de objetivos traçados no esforço estratégico da RFB na fiscalização de Pessoas Físicas, contribuindo para realização de operações de combate a fraudes em Declarações de Imposto de Renda, a exemplo da Operação “Pensão Fantasma”, deflagrada em Manaus – AM, e da Operação “Ábaco”, abrangendo declarantes dos municípios de Vila Velha, Rio Novo do Sul e Piúma, no Espírito Santo.

Foi ofertada a servidores da RFB o primeiro treinamento em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro da RFB, na modalidade de Ensino a Distância (EaD), com realização nos meses de julho a outubro de 2014. Cumprindo carga horária de 80 horas/aula, participaram dessa primeira turma 100 (cem) servidores dos mais diversos processos de trabalho da Receita Federal, em exercício em diferentes regiões do país.

Dentre as 14 (quatorze) ações conduzidas em 2014 no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), merecem destaque três iniciativas propostas e coordenadas pela RFB relacionadas diretamente ao combate à sonegação fiscal e aspectos penais relacionados:

- Ação 2: Elaborar proposta de alteração legislativa visando ao fim da extinção e suspensão da punibilidade pelo pagamento ou parcelamento de tributos e o aumento do rigor na punição da sonegação fiscal. Como resultado, foi produzida nota de apoio à aprovação das propostas relacionadas aos crimes contra a ordem tributária apresentadas no Parecer nº 1.576, da Comissão Temporária de Estudo da Reforma do Código Penal (Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012), de autoria do Senador Pedro Taques (Relator), em especial na parte que trata do fim da extinção da punibilidade desses delitos pelo pagamento dos tributos devidos.

- Ação 3: Elaborar diagnóstico sobre os mecanismos para identificação de beneficiários finais de pessoas jurídicas domiciliadas no exterior operando no País, visando propor medidas que tragam maior eficiência ao sistema. O grupo de trabalho responsável encerrou suas atividades dando apoio a projeto da RFB que cria a obrigatoriedade para as empresas domiciliadas no exterior de declararem suas informações societárias, no momento de sua inscrição inicial no CNPJ.

- Ação 5: Elaborar proposta de alteração legislativa prevendo a ampliação das prerrogativas dos órgãos de fiscalização e controle, no curso de processo administrativo, em situações expressamente previstas, em que a postergação de atuação do Estado prejudique a obtenção de provas, mediante autorização do Poder Judiciário, fiscalização do Ministério Público e em articulação com os órgãos de persecução penal. Os trabalhos foram concluídos com a redação de minuta de proposta legislativa que visa conceder prerrogativa às fazendas estadual e federal para solicitação administrativa de busca e apreensão de elementos de prova que comprovem indícios de prática de infrações penais e tributárias.

➤ **Processo: Realizar ações de vigilância e repressão**

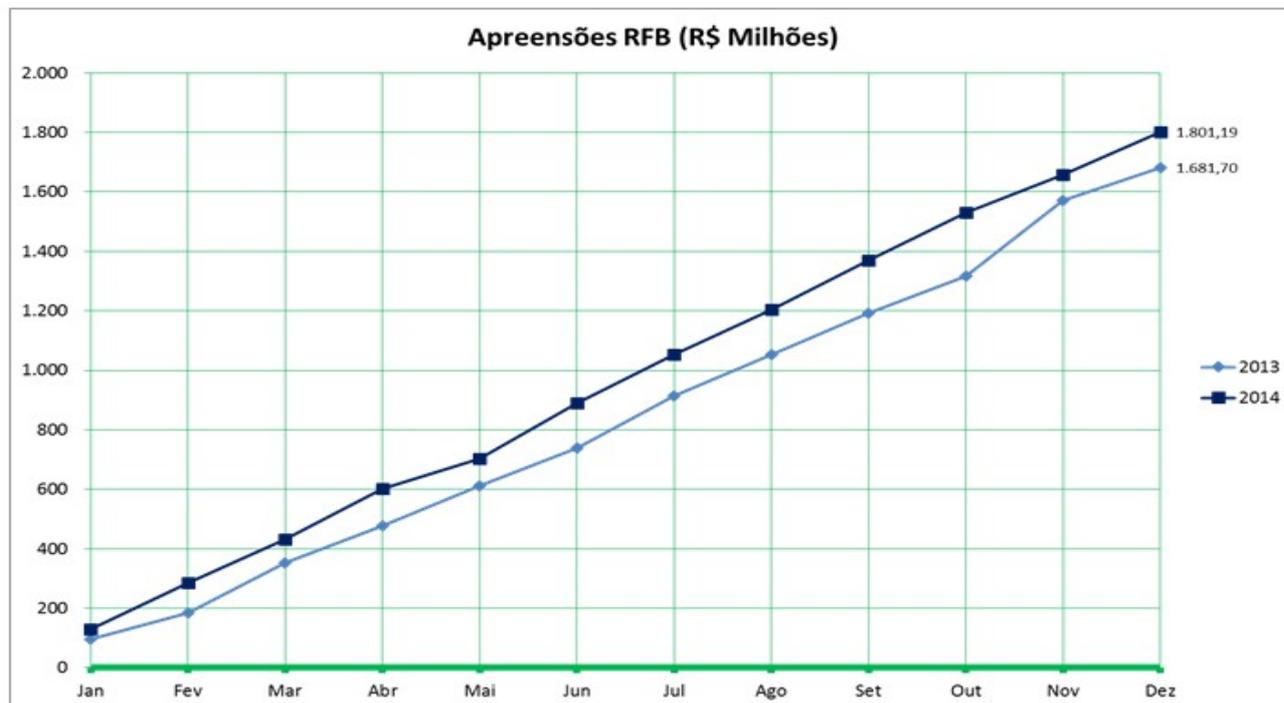
Este processo de trabalho, ocorre no âmbito da Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais (Suari) que, em 2014, implementou diversas iniciativas na RFB, voltadas a aprimorar e estruturar a atividade de vigilância e repressão. Nesse sentido, merecem destaque aquelas relacionadas ao Projeto Armamento Institucional, o qual envolve: o treinamento e acautelamento de pistola em calibre 40 e de equipamento não letal para os servidores da atividade; a construção de Reservas de Armamento; a aquisição de coletes balísticos e o desenvolvimento do Projeto Cães de Faro.

Além disso, foram realizadas 3.110 operações de vigilância e repressão, sendo que parte delas foram realizadas conjuntamente ou contaram com o apoio de outros órgãos, entre os quais: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Força Aérea Brasileira e Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Na **1ª Região Fiscal (SRRF01)**, o foram efetuadas 109 operações de vigilância e repressão, correspondendo a R\$ 16.570.000,00 o valor de apreensões provenientes dessas ações diretas de vigilância e repressão, sendo que o valor total das mercadorias apreendidas na RF01 em 2014 chegou a 46.300.000,00.

A apreensão total de mercadorias resultante da atuação de RFB nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior (inclusive bagagem), foi superior ao atingido no ano de 2013, com um total de R\$ 1,8 bilhão, o que pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico: Comparativo das Apreensões de 2013 e 2014



Fonte: Dipav/Suari

Dentre essas apreensões, destacam-se: Cigarros, Eletrônicos, Veículos e Artigos de Vestuário. A distribuição total dos valores apreendidos por tipo de item se encontra na tabela abaixo.

Importante mencionar que, entre os fatores que provocaram o incremento nas apreensões, destacam-se a utilização de escâneres, sejam móveis ou fixos, existentes em portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados, bem como a presença de Cães Farejadores, que constituem a Equipe de Cães de Faro da Receita Federal.

Quadro 5: Macroprocesso Administração Aduaneira

Macroprocesso Finalístico	Administração Aduaneira				
Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes
<ul style="list-style-type: none"> - Administrar processos de importação e exportação. - Controlar regimes aduaneiros. - Controlar encomendas e bens de viajantes. - Gerenciar riscos operacionais aduaneiros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Suari (Coana). - Superintendências Regionais e Unidades Locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas informatizados (Siscomex, e-DBV, Sistema Remessa e outros). - Informações e documentos apresentados pelo importador, exportador, transportador ou viajante. - Legislação aduaneira e tributária aplicada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Servidores da Receita Federal. - Despachantes. - Importadores. - Exportadores. - Transportadores. - Viajantes. - Órgãos públicos intervenientes no comércio exterior (Anvisa, Vigiagro, Ministério da Defesa, Ibama e outros). 	<ul style="list-style-type: none"> - Despacho aduaneiro de importação e exportação. - Despacho de internação (ZFM). - Gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior. - Execução e controle das políticas para operações de importação e 	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas Físicas e Jurídicas - Órgãos Públicos. - Organizações Estrangeiras. - Países Estrangeiros etc.

				exportação. - Controle de cargas. - Habilitação dos intervenientes no comércio exterior.	
--	--	--	--	--	--

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

Os quatro processos que compõem este macroprocesso são desenvolvidos pela Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais (Suari), no âmbito da Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana) e operacionalizados pelas Superintendências Regionais e unidades locais da RFB.

Na busca contínua pela melhoria de seus processos, controles, normas e dos sistemas informatizados, a RFB implementou ou melhorou, no âmbito da Administração Aduaneira, durante o ano de 2014, diversas iniciativas e atividades, das quais se destacam:

- Lançamento e/ou atualização dos manuais de procedimentos com vistas a estabelecer um padrão de procedimentos a serem adotados em todo território brasileiro. Esses manuais são disponibilizados eletronicamente e seu rico conteúdo procedimental, de normas e de instrução ao uso dos sistemas aduaneiros, é atualizado, constantemente, com vistas a facilitar e simplificar a atividade dos operadores de comércio exterior.
- Lançamento do Portal Único do Comércio Exterior, com a Implantação do Portal Siscomex e da Visão Integrada do Comércio Exterior (VICOMEX), melhorias e avanços nos sistemas de controle de carga e novas versões do Siscomex Importação Web. O Portal Siscomex visa centralizar o acesso aos serviços e sistemas governamentais destinados à obtenção de autorizações, certificações e licenças para exportar ou importar e a legislação pertinente às operações de comércio exterior.

No sistema de controle de carga foram implantadas diversas alterações no Sistema Mercante para absorção, pela RFB, da fiscalização e do controle do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), decorrentes da publicação do Decreto nº 8.257, de 29 de maio de 2014. A principal alteração do sistema está relacionada à solicitação e concessão dos benefícios de isenção e suspensão do AFRMM automaticamente.

Foram implantadas, também, novas versões web do sistema Siscomex Importação, disponibilizando funcionalidades e facilidades até então somente disponíveis na versão desktop.

Diversas Instruções Normativas produzidas no âmbito da Administração Aduaneira da RFB, das quais destacam-se: Instrução Normativa RFB nº 1461, de 01 de abril de 2014, que aprovou o Guia Aduaneiro para a Copa do Mundo FIFA 2014; a Instrução Normativa RFB nº 1471, de 03 de junho de 2014, que dispôs sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); a Taxa de Utilização do Mercante (TUM) e os procedimentos aduaneiros correlatos; e a Instrução Normativa RFB nº 1521, de 05 de dezembro de 2014, que Instituiu o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado.

O Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (OEA): lançado em 10/12/2014, consiste na certificação dos intervenientes da cadeia logística que representam baixo grau de risco em suas operações, tanto em termos de segurança física da carga, quanto ao cumprimento de suas obrigações aduaneiras. O programa é de adesão voluntária e tem por objetivo atingir, até 2019, a meta de 50% (cinquenta por cento) das declarações de exportação e de

importação registradas no Brasil por empresas certificadas como OEA e será implantado em 3 fases, descritas a seguir:

- OEA Segurança: o foco desta etapa é o fluxo de exportação. Os operadores econômicos autorizados receberão uma certificação com base no cumprimento dos requisitos de segurança definidos pelo Programa. Essa fase foi implementada em dezembro de 2014.
- OEA Conformidade: o foco é o fluxo de importação. Nesta etapa, ocorrerá a certificação dos operadores. Será baseada no cumprimento das normas e procedimentos aduaneiros, por meio da ampliação e revisão do Programa Linha Azul. Tem previsão de início para dezembro de 2015. Os operadores que optarem pela certificação conjunta do OEA Segurança e Cumprimento serão classificados como OEA Pleno.
- OEA Integrado: serão integrados ao Programa Brasileiro de OEA outros órgãos de Estado, como ANVISA e VIGIAGRO, visando à agilização, à simplificação e à integração dos procedimentos de controle do comércio exterior. A previsão de entrada em vigor dessa etapa é para dezembro de 2016.

Na **1ª Região Fiscal**, diversas atividades sob responsabilidade da Diana 01 contribuíram para o fortalecimento da aduana brasileira, tais como:

- Operação Fronteira Blindada

A Operação Fronteira Blindada é uma ação permanente da Receita Federal no combate ao contrabando, descaminho e pirataria, inserida no Plano Estratégico de Fronteiras do Governo Federal.

No marco dessa Operação na **1ª Região Fiscal**, a Diana01 é responsável pela coordenação da seleção de servidores para atuarem no reforço de pessoal nas Unidades de jurisdição de fronteira terrestre, especialmente nas Inspetorias de Mundo Novo/MS e Corumbá/MS, que fazem divisa com o Paraguai e a Bolívia, tendo em vista a insuficiência de recursos humanos nestas unidades, para fazer face aos objetivos da Operação.

Em meados de setembro de 2014, a Diana01 promoveu mudanças no processo seletivo, adotando medidas que visaram conferir maior adesão de servidores, transparência aos gestores e eficácia ao recrutamento, por meio do aprimoramento dos critérios técnicos adotados e melhor planejamento do cronograma de convocações. Desde então, tem-se observado maior otimização na alocação de pessoal e eficácia nas ações empreendidas nas unidades de fronteira.

- Visitas técnicas

Ao longo do ano de 2014, foram realizadas visitas técnicas a quase todas as unidades da 1ª RF, visando principalmente a identificação dos temas considerados mais relevantes a serem tratados, sejam em relação a situações pontuais, que ensejassem necessidade de orientação, seja para a adoção de medidas mais abrangentes por parte da Superintendência.

- Treinamentos

Como evento de capacitação, pode-se mencionar a realização de visita técnica à DRF-Foz do Iguaçu/PR, com o objetivo de identificar boas práticas no processamento das apreensões de mercadorias decorrentes da repressão aduaneira da RFB e da atuação dos demais órgãos de controle. Os servidores das Unidades da 1ªRF e da Diana01, adquiriram conhecimento sobre medidas de aprimoramento dos processos de trabalho, a exemplo do que vem sendo implementado na IRF/PPA, que resultou em significativa elevação da produtividade na lavratura de autos de perdimento de mercadorias apreendidas.

Também foram treinados servidores para atuar como multiplicadores regionais do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (OEA).

- Análise de processos

Como atividade rotineira e decorrente das atribuições da Divisão, foram emitidas 21 Informações Diana em processos administrativos sobre assuntos diversos, como subsídio técnico às decisões de competência da Superintendência, especialmente em relação a questões sobre alfandegamento de recintos aduaneiros.

- Acompanhamento dos Indicadores de Desempenho

A Divisão desenvolve permanente acompanhamento dos Indicadores de Desempenho das Unidades locais, especificamente na área aduaneira, sinalizando para medidas que necessitem de reforço ou ajuste de atuação, bem como promovendo o reconhecimento daquelas que atingiram satisfatoriamente as metas estabelecidas.

- Recursos Humanos

O ano de 2014 foi marcado por diminuição no quadro de pessoal na Divisão, já considerada reduzida. A lotação inicial do ano era de apenas 4 AFRFB, e chegou a contar com apenas 2 Auditores-Fiscais, por um período de aproximadamente 4 meses. Apenas a partir de dezembro logrou-se efetivar o ingresso de 2 novos AFRFB. Tal situação impactou a realização de outras iniciativas por parte da Divisão, a exemplo da implementação do Gerenciamento de Risco Aduaneiro em nível regional e a promoção de treinamentos, os quais foram replanejados para o ano seguinte.

A Copa do Mundo foi outro tema importante que contou com a atuação da Receita Federal, em 2014:

Em 31/03/2014, por meio da Instrução Normativa RFB nº 1.461, foi publicado o Guia Aduaneiro para a Copa do Mundo FIFA 2014. Esse guia, elaborado com base na Lei da Copa (Lei nº 12.350, de 2010) e em diversas normas tributárias e aduaneiras, teve por objetivo informar sobre os procedimentos aduaneiros a serem utilizados na Copa do Mundo de 2014. As orientações se destinaram às delegações estrangeiras de futebol e a entes que participaram da organização e execução dos eventos, como também aos profissionais de imprensa não residentes no Brasil que trouxeram do exterior, em suas bagagens, equipamentos profissionais para a cobertura jornalística dos eventos.

Com o intuito de se adequar ao significativo aumento da demanda à Instituição, durante o evento, a RFB executou a Operação Copa do Mundo, que teve início efetivo no mês de maio, com a chegada de diversas cargas de equipamentos de televisão para a cobertura do evento, em vários portos e aeroportos do país. Essa operação teve seu pico de atividades na primeira semana de junho, com a chegada da maior parte das seleções estrangeiras que disputaram o mundial, e se estendeu até dias após ao final da competição, quando as equipes de televisão reexportaram os equipamentos importados, temporariamente, para cobertura do evento.

No atendimento aos turistas estrangeiros em geral e para a importação de diversas estruturas temporárias utilizadas para a organização e realização das competições.

A **1ª Região Fiscal** (SRRF01), atuou de forma intensa na coordenação regional da atuação da 1ªRF durante a realização da Copa do Mundo FIFA 2014. As ações de coordenação envolveram diversas iniciativas, das quais destacam-se:

- Participação em Reuniões de Planejamento em diversos níveis e com distintos atores, seja em âmbito externo (Conaero, Autoridades Aeroportuárias), seja internamente (Reuniões de trabalho, Workshops e Seminários de Capacitação para a Copa do Mundo).

- Mobilização de reforço de pessoal para as principais Unidades com estimativa de impacto por demanda extra durante o evento. Essa mobilização abrangeu a seleção, o recrutamento e o treinamento de cerca de 50 servidores da própria 1ª Região Fiscal, bem como o planejamento junto às Unidades quanto à distribuição das equipes nos postos de trabalho, em função das demandas por atendimento e controle aduaneiro nestas Unidades.

- Acompanhamento, supervisão e análise dos processos referentes aos pedidos (ou alterações) de alfandegamento dos aeroportos de Brasília (DF) e Mal. Rondon (MT), a fim de permitir o atendimento a voos internacionais, em consonância com as exigências legais e operacionais necessárias à prestação do serviço e exercício do controle aduaneiro durante a Copa.

- Disseminação dos procedimentos aduaneiros aplicados especificamente aos trâmites relativos à Copa do Mundo.

- Coordenação da participação de servidores da 1ª RF em eventos de capacitação promovidos por outras Regiões Fiscais.

Durante o período da Copa do Mundo FIFA 2014 houve no âmbito da 1ª Região Fiscal (SRRF01), o incremento de voos internacionais da ordem de 150%, entre pousos e decolagens, com aumento de cerca de 78% da movimentação de passageiros internacionais no Aeroporto Internacional de Brasília. No caso do Aeroporto Mal. Rondon – Cuiabá/MT, que foi internacionalizado exclusivamente para o período da Copa, o movimento foi de aproximadamente 2.500 passageiros, em 50 voos internacionais, entre entradas e saídas, no período de junho e julho/2014. Houve também incremento no fluxo de viajantes nas unidades de fronteira terrestre (Corumbá/MS e Mundo Novo/MS).

O volume de comércio exterior é operacionalizado por meio das declarações aduaneiras, Declarações de Importação – DI/DSI e Declarações de Exportação – DE/DSE, processadas pela Receita Federal por meio do despacho aduaneiro de importação e de exportação.

No âmbito da **1ª Região Fiscal** (SRRF01), em 2014, os despachos de importação somaram aproximadamente 07 bilhões de dólares e mais de 2,3 bilhões em despachos de exportação, e apresenta as seguintes características:

- Nas IRF-Corumbá e IRF-Cáceres o valor expressivo de importações ocorre por meio gás via dutos → US\$ 3.544.306.510,00 em Corumbá e US\$ 199.576.363,00 em Cáceres.

- Na DRF-Anápolis a participação no comércio exterior é basicamente em operações de importação - representa 19,73% das importações da região; na IRF-Ponta Porã, as importações representam 0,76% e as exportações representam 8,27% da movimentação do comércio exterior na Região.

Relativamente às exportações da região, observa-se que o grande quantitativo concentra-se na IRF-Corumbá (82,57%).

Quadro 6: Totais de Importação em 2014 por Unidade Aduaneira

UA LOCAL DESPACHO	IMPORTAÇÃO TOTAL		IMPORT. TOTAL (-) IMPORT. DE GÁS POR DUTO	
	VMLE DOLAR	%	VMLE DOLAR	%
IRF - Corumbá	\$3.596.838.549,00	51,95%	\$52.532.039,00	1,65%
DRF - Anápolis	\$1.366.300.255,00	19,73%	\$1.366.300.255,00	42,97%
ALF - Aerop. Intern. JK	\$976.368.697,00	14,10%	\$976.368.697,00	30,71%
DRF - Cuiabá	\$370.581.320,00	5,35%	\$370.581.320,00	11,66%
DRF - Goiânia	\$242.207.956,00	3,50%	\$242.207.956,00	7,62%
IRF - Cáceres	\$201.113.435,00	2,90%	\$1.537.072,00	0,05%
IRF - Mundo Novo	\$82.271.065,00	1,19%	\$82.271.065,00	2,59%
IRF - Ponta Porã	\$52.807.592,00	0,76%	\$52.807.592,00	1,66%
DRF - Campo Grande	\$34.562.346,00	0,50%	\$34.562.346,00	1,09%
IRF - Bela Vista	\$262.949,00	0,00%	\$262.949,00	0,01%
1.º Região Fiscal	\$6.923.314.164,00	100,00%	\$3.179.431.291,00	100,00%

Quadro 7: Totais de Exportação em 2014 por Unidade Aduaneira

UA LOCAL DESPACHO	EXPORTAÇÃO TOTAL	
	VMLE DOLAR	%
IRF - Corumbá	\$1.915.420.153,00	82,57%
DRF - Anápolis	\$15.844.387,00	0,68%
ALF - Aerop. Intern. JK	\$72.709.103,00	3,13%
DRF - Cuiabá	\$11.004.910,00	0,47%
DRF - Goiânia	\$22.190.041,00	0,96%
IRF - Cáceres	\$1.325.742,00	0,06%
IRF - Mundo Novo	\$88.987.705,00	3,84%
IRF - Ponta Porã	\$191.764.422,00	8,27%
DRF - Campo Grande	\$479.023,00	0,02%
IRF - Bela Vista	\$12.290,00	0,00%
1.º Região Fiscal	\$2.319.737.776,00	100,00%

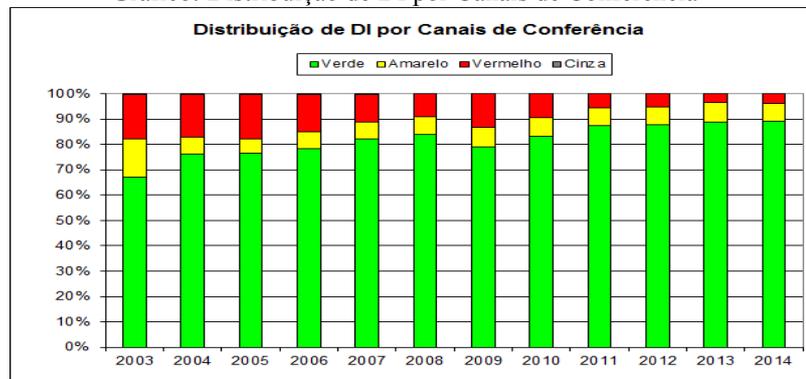
Dentre as inúmeras ações implementadas de forma conjunta e integrada entre as unidades aduaneiras de todo o Brasil, ao longo de 2014, estão:

- No âmbito do despacho aduaneiro de importação e exportação, o volume de comércio é operacionalizado por meio das declarações aduaneiras, Declarações de Importação – DI/DSI e Declarações de Exportação – DE/DSE, processadas pela Receita Federal. A aduana do Brasil desembarçou 3,89 milhões de Declarações de importação e exportação, sendo 2,51 milhões de despachos de importação e 1,38 milhão de despachos de exportação. Na importação, houve arrecadação de receitas superior a 88 bilhões de reais, sendo que somente a atividade de gestão de risco permitiu um incremento de aproximadamente 51,3 milhões de reais aos cofres públicos. Esse número tende a aumentar, haja vista que há ações originadas em 2014 ainda em fase de execução, bem como a abertura de procedimento interno de revisão de tributos, juros e multas lançados pela fiscalização em importações anteriores.

- No âmbito da atividade gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior, a análise dos últimos 12 anos mostra que a capacidade de conferência e a gestão de risco evoluíram, de forma a permitir a maior fluidez ao comércio, conforme mostram os dois gráficos

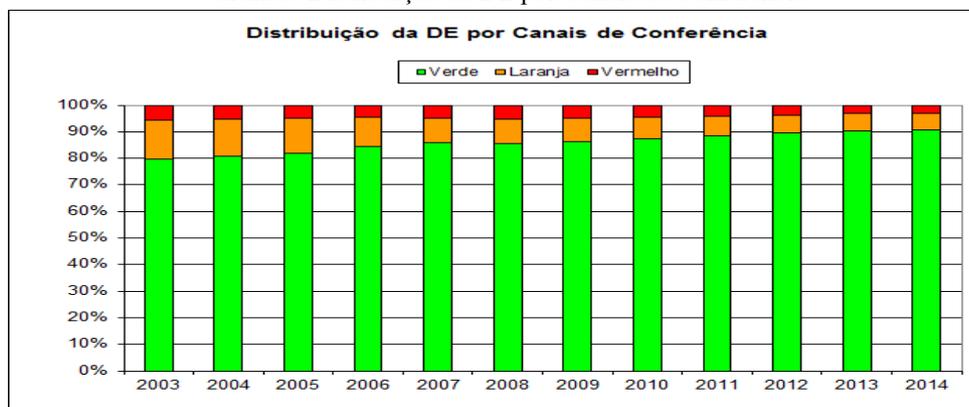
seguintes e, ao mesmo tempo, a aumentar o grau de eficácia na seleção e a efetividade da atuação da RFB no combate às irregularidades nas operações de importação e exportação.

Gráfico: Distribuição de DI por Canais de Conferência



Fonte: Suari

Gráfico: Distribuição da DE por Canais de Conferência



Fonte: Suari

No controle de bens de viajantes, um total de aproximadamente 300 mil passageiros circularam em 2014 pelos pontos de fronteira terrestre e aeroportos internacionais da **1ª Região Fiscal**, e foram inspecionadas cerca 160 mil bagagens no mesmo período.

Tendo em vista o elevado crescimento do tráfego aéreo internacional e a realização de grandes eventos esportivos internacionais no País, a Receita Federal tem planejado e executado investimentos com o objetivo de adequar os seus serviços aos padrões internacionais de agilidade e segurança. Entre as principais iniciativas da RFB na conjuntura apresentada, merecem destaque a disponibilização para download do App Viajantes da Receita Federal, na qual os viajantes têm acesso ao módulo da forma off-line da e-DBV, ou seja, na qual a declaração de bens poderá ser preenchida, em smartphones ou tablets, sem a necessidade de conexão com a internet. Dessa forma, os passageiros podem preencher os dados da declaração e calcular o imposto devido durante o voo. A conexão com a internet será necessária apenas na hora de transmitir a declaração à Receita Federal.

Quadro 8: Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios

Macroprocesso Finalístico	Segurança Jurídica e Solução de Litígios				
Descrição	Áreas	Insumos	Fornecedores	Produtos e	Principais

	Responsáveis			Serviços	Clientes
<ul style="list-style-type: none"> - Formular propostas de legislação tributária. - Julgar recursos administrativos fiscais. - Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais. - Formular atos interpretativos e normativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sutri (Cocaj, Cosit e DRJ). - Superintendências Regionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Demandas, propostas, estudos, análises. - Processos administrativos e judiciais. - Informações armazenadas em sistemas. - Legislações diversas, julgados, consultas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cidadãos. - Órgãos da administração pública. - Pessoas jurídicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de proposta de Legislação Tributária. - Julgamento dos recursos administrativos fiscais em primeira instância. - Acompanhamento do julgamento de processos administrativos e judiciais. - Soluções de consultas sobre a interpretação da legislação tributária e aduaneira. - Formulação de atos normativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - PGFN. - CARF. - Ministro da Fazenda. - Presidência da República. - Organismos Internacionais

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

Esse macroprocesso está sob responsabilidade principalmente da Subsecretaria de Tributação e Contencioso (Sutri), composta pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), pela Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial (Cocaj) e pelas Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ), e é composto pelo conjunto de quatro processos de trabalho:

➤ **Processo: Formular Propostas de Legislação Tributária e Aduaneira:**

Este processo consiste em três atividades realizadas na Sutri, no âmbito da Cosit, conforme abaixo.

1) Formulação de Atos Legais e Decretos - elaboração das minutas de atos legais e minutas de Decretos que regulamentam as matérias tributárias e aduaneiras;

2) Atualização dos Regulamentos da legislação tributária e aduaneira - atualização dos regulamentos da legislação tributária federal de competência da RFB; e

3) Análise de emendas - análise de propostas legislativas oriundas do Congresso Nacional e estudos/proposições encaminhadas por entidades governamentais, sociais e empresariais.

No âmbito da **1ª Região Fiscal (SRRF01)**, Disit01 é responsável pela atualização da IN RFB nº 1.300, de 2012, que consolida as regras relativas a restituição, ressarcimento, reembolso e compensação de tributos administrados pela RFB. O GT-Compensação, criado na 1ª RF, mantém a IN RFB nº 1.300, de 2012, anotada e comentada, a fim de propiciar aos servidores da RFB informações acerca de base legal, jurisprudência e atos interpretativos relativos à norma infralegal.

As principais alterações realizadas na referida IN durante o ano de 2014, foram:

IN	Data	Assunto
1472	02/06/2014	Disciplina a restituição do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e da Taxa de Utilização do Sistema de Controle de Arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (TUM).
1490	15/08/2014	Atualiza as regras relativas ao ressarcimento de créditos básicos e presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.
1529	18/12/2014	Incorpora as regras relativas à restituição e compensação da Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor (CPSS); disciplina a compensação da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB); e normatiza o ressarcimento de créditos apurados no âmbito do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra).

➤ **Processo: Julgar recursos administrativos fiscais:**

O processo Julgar Recursos Administrativos Fiscais é composto por quatro etapas no âmbito das DRJ:

- 1) Triar e classificar processo administrativo fiscal
- 2) Administrar e distribuir processo administrativo fiscal

A evolução no tempo médio de julgamento dos processos prioritários, na RFB pode ser verificada nos gráficos a seguir.

Gráfico: Tempo Médio dos Processos em Contencioso Administrativo de 1ª Instância (em dias)

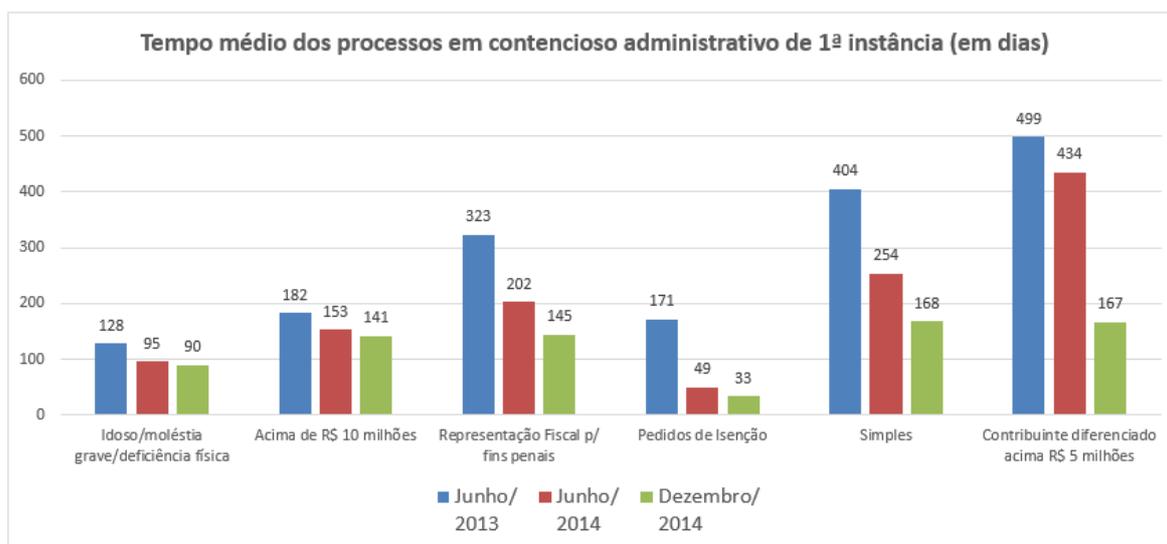


Gráfico: Processos Aguardando Julgamento em 1ª Instância



Gráfico: Tempo Médio dos Processos em Contencioso Administrativo de 1ª Instância (em dias)

3) Julgar processos administrativos fiscais.

As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) julgaram em 2014 mais de 84 mil processos, entre lançamentos de créditos tributários e pedidos de ressarcimento, de restituição, de reembolso e de compensação. Em termos de valor, esses processos envolveram aproximadamente R\$ 126 bilhões, o que representou um aumento de 29,5% em relação a 2013.

Na **1ª Região Fiscal (SRRF01)**, A Disit01 emitiu parecer em 50 processos relativos a recursos administrativos de competência do Superintendente, tendo mantido, ao longo do ano, o tempo médio de análise próximo ao prazo de 30 dias estabelecido pela legislação

➤ **Processo: Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais:**

Nesse processo se realiza o acompanhamento dos julgamentos de processos administrativos e judiciais. Em 2014, foram mapeados os subprocessos cujos resultados apresentamos abaixo:

- 1) Acompanhar julgamento de processos relevantes no CARF e na CSRF
- 2) Elaborar proposta de súmula do contencioso administrativo
- 3) Identificar entendimentos divergentes no contencioso
- 4) Acompanhar e divulgar a jurisprudência vinculante em matéria Tributária e Aduaneira
- 5) Consolidar e divulgar relações consolidadas de súmulas não vinculantes do STF e STJ.
- 6) Realizar estudos de jurisprudência.
- 7) Manter atualizadas relações de Recursos Extraordinários com Repercussão Geral e de Recursos Especiais Repetitivos.
- 8) Verificar a reprodução, pelo CARF, das decisões do STF e do STJ.

9) Acompanhar e divulgar decisões judiciais relevantes em matéria tributária e aduaneira.

10) Elaborar Boletim de Decisões Judiciais.

11) Elaborar Relatório Estatístico de Mandados de Segurança.

12) Atender demandas por informações sobre Mandados de Segurança.

Foram encaminhadas informações prestadas em mandados de segurança cadastradas no Sicaj, como contribuição na prestação de subsídios à PGFN, para subsidiar a defesa da Fazenda Nacional.

13) Acompanhar e analisar a produtividade das DRJ.

14) Atender a demandas diversas.

Foram atendidas demandas relacionadas com informações do acervo de processos em contencioso administrativo de 1ª e 2ª instâncias e com a identificação dos motivos de exoneração do crédito tributário.

15) Acompanhar e analisar o acervo do contencioso administrativo de 1ª e 2ª instâncias.

➤ **Processo: Formular atos interpretativos e normativos:**

Em 2014 foram mapeados os subprocessos Solucionar Consultas Externas e Solucionar Recurso ou Representação de Divergência e avançou-se no mapeamento dos subprocessos Solucionar Consultas Internas, Formular Atos Normativos e Formular Atos Interpretativos, os quais têm conclusão prevista para o início de 2015.

Abaixo estão descritas as suas três principais atividades desse processo:

1) Realizar soluções de consultas.

No estoque inicial de 2014 havia 1.081 consultas, tendo sido protocoladas mais 2.286 no decorrer do ano. Desse total, foram solucionadas pelas Disits/Cosit e revisadas pela Cosit 2.164 consultas.

Desde a edição da IN RFB nº 1.396, de 2013, as Divisões de Tributação detêm competência para: (1) minutar as soluções de consultas e submetê-las à aprovação da Coordenação-Geral de Tributação; e (2) declarar a ineficácia de consultas apresentadas em desacordo com a legislação. O Índice de Solução de Consulta mede a produtividade da Disit no que se refere ao processo de consulta e possui impacto direto na cesta de indicadores da Região Fiscal. O seu cálculo leva em consideração a saída de processos sobre o estoque inicial mais as entradas no período, de forma proporcional à quantidade de AFRFB na Região Fiscal, sendo que a meta estabelecida pela Cosit para o ano de 2014 foi de 70%.

Na 1ª Região Fiscal, a Disit01 cumpriu a meta estabelecida, tendo analisado cerca de 180 consultas sobre a interpretação da legislação tributária:

Apuração do Índice 70 – Quarto Trimestre – Solução de Consultas				
Região Fiscal	Quantidade Consultas Minutadas	Quantidade Auditores	Percentual de Auditores na RF	Índice
1	187	612	6,51%	85,28%
2	117	516	5,49%	63,28%
3	78	429	4,57%	50,74%
4	141	554	5,90%	71,03%
5	122	480	5,11%	70,94%
6	266	897	9,55%	82,76%
7	290	1496	15,92%	54,10%
8	339	2574	27,39%	36,76%
9	244	1052	11,20%	64,73%
10	237	787	8,38%	84,05%

2) Formular atos normativos.

Em 2014, a Cosit, juntamente com suas unidades técnicas, participou da elaboração de 33 (trinta e três) Instruções Normativas, dentre as quais destacam-se:

- IN RFB nº 1445 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Ajuste Anual do IRPF do exercício de 2014.
- IN RFB nº 1.483 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural do exercício de 2014.
- IN RFB nº 1.493 - Disciplina a Lei nº 12.973/2014 no tocante aos procedimentos contábeis e tributários relativos a ajustes a valor presente e avaliação a valor justo Além disso, a Instrução Normativa permite a criação de subcontas em 1º de janeiro do 2015 para as pessoas jurídicas optantes pela aplicação das regras previstas na Lei nº 12.973/2014 para o ano calendário de 2014. Com isso, todas as pessoas jurídicas, optantes ou não pelas novas regras trazidas pela Lei nº 12.973/2014, devem constituir as subcontas da adoção inicial na mesma data.
- IN RFB nº 1.500 - Dispõe sobre normas gerais de tributação relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.
- IN RFB nº 1.515 - Em caráter geral, atualizou e consolidou diversas normas infralegais que do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, especialmente no tocante tratamento a ser dispensado às recentes alterações legislativas, sobretudo as da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Foi a primeira grande alteração na normatização do IRPJ desde 1997. O ato absorveu o texto da IN RFB nº 1.493/2014, permitindo sua revogação juntamente como as Instruções Normativas SRF nº 93/1997 e nº 104/1998, que tratavam, respectivamente, da apuração do IRPJ e da CSLL e da apuração do Lucro Presumido com base no regime de caixa.
- IN RFB nº 1.520 - Dispõe sobre a tributação de lucros auferidos no exterior pelas pessoas jurídicas domiciliadas no País.
- IN RFB nº 1.523 - Altera a IN RFB nº 1.436, de 2013, que dispõe sobre a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.
- IN RFB nº 1.529 - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012, que estabelece normas sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e dá outras providências.
- IN RFB nº 1.530 - Regulamenta os critérios de transparência fiscal que devem ser obedecidos de acordo com a Portaria MF nº 488, de 2014.
- IN RFB nº 1.531 e IN RFB nº 1.503 – Dispõe sobre o IRRF e carnê leão

- IN RFB nº 1.537 - Altera dispositivo da IN RFB nº 907, de 2009, o qual trata do cálculo de IOF sobre operações de crédito.

3) Realizar interpretação da legislação.

Foram editados 11 (onze) Pareceres Normativos, dentre os quais destacam-se:

- Parecer Normativo RFB nº 7, que revogou o ADN Cosit nº 3, de 1996, e passou a disciplinar de forma mais detalhada e abrangente a questão da concomitância entre processo administrativo fiscal e processo judicial com o mesmo objeto.

- Parecer Normativo RFB nº 8, que consolidou e disciplinou a revisão de ofício de lançamento e de débito confessado, a revisão de despacho decisório que não homologou compensação, e a recorribilidade na execução de julgado administrativo.

- Parecer Normativo RFB nº 9, que tratou da apuração do IRPJ na operação de permuta de imóveis com ou sem recebimento de torna, realizada por pessoa jurídica que apura o imposto sobre a renda com base no lucro presumido.

- Parecer Normativo nº 11, que uniformizou o entendimento na RFB sobre o prazo prescricional para apresentar declaração de compensação de crédito decorrente de ação judicial e ratificou a importância da habilitação prévia desse crédito.

Quadro 9: Macroprocesso Interação com a Sociedade

Macroprocesso Finalístico	Interação com a Sociedade				
Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes
- Desenvolver moral tributária. - Gerir cadastro de pessoas e bens. - Prestar orientação e atendimento. - Gerir canais de comunicação com a sociedade.	- Suara (Coaf e Cocad). - Ascom. - Ouvidoria. - Superintendências Regionais e Unidades Locais.	- Sugestões. - Reclamações. - Notícias. - Pesquisas de Avaliação. - Fatos relevantes e notícias de interesse dos diversos públicos da RFB, incluindo ações de combate a contrabando, descaminho, pirataria e tráfico de drogas. - Campanhas, dicas e mensagens de interesse da RFB. - Resultado da prestação de serviços e demais ações, legislação pertinente, projetos estratégicos, processos internos e o balanço dos principais fatos que envolveram a RFB. - Notícias do dia relativas à RFB.	- Ouvidoria. - Unidades da Receita Federal. - Imprensa. - Contribuintes. - FGV. - Gestores de conteúdo da internet das unidades da RFB. - Equipes que atuam diretamente na repressão a ilícitos aduaneiros. - Administração da RFB. - Todas as unidades da RFB. - Empresa de clipping. - Produtora de vídeo. - Secom/PR.	- Atendimento aos contribuintes. - Alimentação e manutenção do cadastro. - Alimentação e manutenção da página da RFB na Internet. - Ações de Educação Fiscal e moral tributária, incluídas parcerias com outras instituições. - Atividades de ouvidoria. - Comunicação externa.	- Sociedade. - Contribuintes. - Servidores. - Órgãos públicos. - Outros entes federados. - Imprensa / jornalistas.

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

O macroprocesso Interação com a Sociedade abrange o desenvolvimento de atividades que dizem respeito ao relacionamento da RFB com a sociedade e que são operacionalizados em várias áreas da organização.

➤ **Processo: Desenvolver Moral Tributária:**

Esse processo possui dois campos de atuação:

1. Desenvolver Moral Tributária Interna: compreende desenvolver um conjunto de valores, princípios e ações que norteiem as atividades dos servidores e da Administração Tributária e Aduaneira para a criação de um ambiente propício ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias e aduaneiras;

2. Desenvolver Moral Tributária Externa: contempla o desenvolvimento, por meio da Administração Tributária e Aduaneira, de um conjunto de valores, princípios e ações que motivem os contribuintes a cumprirem voluntariamente as suas obrigações tributárias e aduaneiras.

A Coordenação de Atendimento e Educação Fiscal (Coaef) atua nas seguintes atividades:

- Realizar ações de educação fiscal;
- Realizar e estimular ações de desenvolvimento de moral tributária da Instituição e da sociedade; e,
- Realizar, em parceria com outras instituições, ações de educação fiscal e moral tributária.

Em 2014, o foco das ações de educação fiscal promovidas pela RFB esteve voltado a estudantes universitários e a profissionais da área contábil e aduaneira. Ao longo do ano, foram realizados 11.355 eventos de Educação Fiscal em todo o Brasil, quantidade superior à de 2013 (10.026).

No mesmo sentido, o programa de visitação às unidades aduaneiras, conhecido como “A Receita Federal Convida: conheça a nossa Aduana”, demonstrou, mais uma vez, ser um exemplo de sucesso no alinhamento das ações de educação fiscal aos objetivos estratégicos da Instituição. Ocorrido em 18 de novembro de 2014, no qual foram recebidos, em 48 unidades, mais de 1.800 visitantes.

Outro Projeto significativo é o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), que tem por objetivo difundir conhecimento, prestar auxílio fiscal e contábil a pessoas físicas e jurídicas hipossuficientes e proporcionar aprendizado a graduados de cursos ligados à área fiscal. O NAF é o resultado de parcerias entre a Receita Federal e universidades públicas e privadas interessadas nessa atividade de extensão acadêmica. Esse Projeto teve continuidade em 2014 com destaque para a expansão das unidades devido à criação de 21 NAFs, totalizando 50 no Brasil. Dentre as novas unidades e, como fruto da cooperação técnica entre a RFB e o Eurosocial, foram implementados NAF no México, Costa Rica, Guatemala e Honduras. Além disso, foi iniciado o processo de implantação no Chile, Bolívia, Peru, El Salvador e Equador.

Na 1ª **Região Fiscal** foram realizados, em 2014, 624 eventos de Educação Fiscal, com destaque para o projeto Ação de Cidadania realizado pela DRF/Campo Grande/MS denominado Receita Federal na Sua Cidade; o programa de visitação às unidades aduaneiras, conhecido como “A Receita Federal Convida: conheça a nossa Aduana”, realizado pela DRF/Anápolis/GO, Alfândega do Aeroporto de Brasília e IRF/Corumbá/MS; Projeto Ônibus da Cidadania realizado

pela DRF/Goiânia/GO; projeto Fórum de Atendimento ao Contribuinte pela DRF/Cuiabá/MT; projeto Formação em Educação Fiscal e Finanças Públicas para Prefeitos dos Estados de Goiás e Tocantins (DRF/Palmas/TO, DRF/Anápolis e DRF/Goiânia/GO) e implantação de NAFs (Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal).

As principais atividades da Coaef relacionadas com a Memória da Receita Federal são concursos, publicações, exposições e projetos. Para a RFB, recuperar a história de um órgão público significa prestar às gerações que se antecederam o reconhecimento pelo trabalho executado, incentivando os contemporâneos no desenvolvimento atual de suas atribuições e legando às gerações futuras a ciência dos caminhos percorridos, sucessos e aprendizados no cumprimento do serviço público.

No âmbito do Projeto Recuperação e Registro da Memória Institucional, foi realizada a 5ª edição do Concurso Histórias de Trabalho da RFB e, também, foram publicados e distribuídos, a todas as Regiões Fiscais, dois livros, que registram a história do imposto de renda e do fisco no Brasil.

Enquanto o livro *“Receita Federal – História da Administração Tributária no Brasil”* mostra a evolução do órgão arrecadador no país desde sua origem, o livro *“História do Imposto de Renda no Brasil, um enfoque da Pessoa Física (1922-2013)”* conta a história do imposto de renda no Brasil desde 1922, incluindo a legislação, as reformas e os avanços concernentes ao Imposto de Renda Pessoa Física no Brasil.

➤ **Processo: Prestar Orientação e Atendimento:**

A RFB atua na orientação e atendimento ao cidadão nas formas presencial e eletrônica e, além de gerir parcerias para a orientação e o atendimento, também estimula ações que facilitem, tanto o cumprimento, como a prevenção de erros na prestação das obrigações tributárias.

Durante o ano de 2014, a fim de atender com qualidade o volume de solicitações presenciais e não presenciais, foi dado andamento aos seguintes projetos: Modernização do Atendimento Presencial; Novo Portal de Atendimento ao Contribuinte; Visão Integrada do Atendimento (VIA); Integração do Atendimento de Tributos Internos e Aduana; e Modelo de Autoatendimento Orientado – Fases 2 e 3.

As medidas adotadas em 2014 que contribuíram para a execução desses projetos foram:

- Entrada em vigor da Instrução Normativa nº 1.412, de 22 de novembro de 2013, que dispõe sobre a transmissão e a entrega de documentos digitais para juntada a processo digital ou a dossiê digital de atendimento e que vem dar maior celeridade ao atendimento e conveniência ao contribuinte na entrega de sua documentação.
- A implantação da Declaração e Informações sobre Obras (Diso) por meio da Internet trouxe a simplificação da regularização de obras junto à Receita Federal, agilizando o atendimento, com redução significativa do tempo de atendimento do serviço, diminuição da quantidade de documentos a serem apresentados ao órgão, além da redução do número de contribuintes em nossas Unidades.
- Publicação da Instrução Normativa nº 1.511, de 6 de novembro de 2014 que, dispoendo sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, trouxe um importante avanço na simplificação da baixa da inscrição no CNPJ, facilitando a obtenção do serviço pelo contribuinte e simplificando o atendimento prestado pela Receita Federal.

- Publicação da Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014, com a qual foi alcançada a unificação das certidões negativas que fazem prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive as contribuições previdenciárias, trazendo maior simplificação e facilidade na obtenção do serviço pelos contribuintes e, ao mesmo tempo, redução de custos para a Administração Tributária.

Os Resultados de 2014 podem ser observados no quadro a seguir, que mostra, também, o número de atendimentos ao contribuinte no ano de 2013.

Quadro 10: Resultados dos Indicadores em 2014

	Tipos e Indicadores de atendimentos ao contribuinte	Número de Atendimentos	
		2013	2014
1	Atendimento Presencial	20.008.077	18.353.967
2	Tempo Médio de Espera	10m e 42s	10m e 59s
3	e-CAC	78.779.798	106.980.633
4	CPF em Conveniadas	10.635.817	10.941.506
5	Atendimento Telefônico	11.185.503	9.311.782
6	TME15	86,70%	85,29%
7	Autoatendimento Orientado	203.678	883.901
	Total (soma das linhas 1,3,4,5 e 7)	120.812.873	146.471.789

Fonte: Coaef

Na comparação entre 2013 e 2014, os dados mostram que houve um aumento de 21,14% no número de atendimentos prestados, passando de 120.812.873 atendimentos em 2013, para 146.471.789 atendimentos em 2014.

O atendimento eletrônico teve destaque com o uso massivo do Portal e-CAC. No ano de 2014, foram mais de 106 milhões de serviços acessados por meio desse Portal. Esse número é 5,8 vezes maior que a quantidade de atendimentos presenciais realizados no mesmo período, que foi de 18,3 milhões.

No mesmo sentido e, como resultado do esforço da RFB em ampliar o acesso do contribuinte ao atendimento não presencial, verifica-se que, em 2013, comparando-se apenas o atendimento presencial com o atendimento prestado por meio do Portal e-CAC, 74,7% do atendimento foi realizado pelo canal remoto. Já em 2014, 82,9% do atendimento foi realizado pelo Portal e-CAC.

No âmbito da **1ª Região Fiscal** (SRRF01), no ano de 2014 foram atendidos mais de 10,4 milhões de serviços virtualmente, por intermédio do Portal e-CAC e mais de 1,6 milhões de serviços presencialmente nos Centros de Atendimento ao Cidadão-CAC da 1ª Região Fiscal. O percentual de serviços atendidos com tempo menor ou igual a 15min ficou em 63,77%.

Registre-se que, objetivando a ampliação dos pontos de atendimento gratuito de serviços relativos ao Cadastro da Pessoa Física – CPF, a 1ª RF mantém convênio com algumas entidades, tais como: Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do DF, para atendimento nas Unidades do NA HORA; Secretaria da Fazenda de Goiás, para atendimento nas unidades do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (Vapt-Vupt); e Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Mato Grosso, para atendimento a pessoas com privação de liberdade.

É importante salientar que o volume de serviços prestados de maneira eletrônica tende a aumentar ainda mais, já que a RFB tem investido, intensamente, no desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis. Um exemplo é o desenvolvimento, em 2014, do “app atendimento”, um aplicativo que vai possibilitar, ainda nos primeiros meses de 2015, que o contribuinte agende o seu serviço e, ainda, realize a avaliação do atendimento prestado pela RFB.

➤ **Processo: Gerir Canais de Comunicação com a Sociedade**

Devido a sua finalidade, jurisdição e complexidade, a RFB é uma Instituição que necessita atuar de forma ampla e diversa com os seus diferentes públicos ou clientes (contribuintes, servidores, órgãos públicos, outros entes federados e imprensa/jornalistas). Em decorrência disso, a RFB atua nesse processo, principalmente, por meio da Assessoria de Comunicação Social da Receita Federal (Ascom) e da Ouvidoria.

A Ascom tem implementado diversas iniciativas a fim de melhor divulgar as ações da RFB e fortalecer a imagem da Instituição.

Já no âmbito da Ouvidoria, a atuação pode ocorrer por meio da Ouvidoria da Unidade Central, bem como de forma centralizada ou descentralizada nas Regiões Fiscais, a fim de receber, tratar e responder as mensagens encaminhadas pelos cidadãos e, a partir disso, manter e buscar a qualidade nos serviços prestados à Sociedade.

As principais ações implementadas por essas áreas para o alcance de resultados do Processo Gerir Canais de Comunicação com a Sociedade, serão descritas a seguir.

A Ascom realizou, no âmbito de suas competências, durante o ano de 2014, as seguintes iniciativas:

- **Internet:** O sítio da RFB na internet é um dos mais acessados do Brasil, onde o contribuinte pode encontrar enorme gama de informações e serviços. Para facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio, reformulando o layout e a forma de alimentação do conteúdo disponível. Agora, o sítio da RFB na Internet está mais atraente e melhor organizado e em conformidade com o padrão IDG (Identidade Digital de Governo). A nova forma de gestão do conteúdo passa a ser descentralizada, o que permite maior agilidade na alimentação das informações das diversas unidades da RFB que servem de insumos para o Sítio.

- **Sítio Operação Fronteira Blindada:** localizado dentro do sítio da RFB na Internet, o blog Operação Fronteira Blindada divulga, em tempo real, notícias de combate permanente a contrabando, descaminho, pirataria e tráfico de drogas, sobretudo nas regiões de fronteira. As informações são inseridas pelas equipes que atuam diretamente na área de repressão aos ilícitos.

- **Facebook:** em 09/12/2014, a Receita Federal ingressou no Facebook, atualmente a maior rede social do mundo, com o objetivo de ficar mais próxima do cidadão. A página da RFB no Facebook é mais um canal de divulgação dessa Instituição. As regras de uso deixam claro que não se trata de um canal de atendimento ao contribuinte. Por meio dessa rede social, a Receita Federal pretende estabelecer laços menos formais no relacionamento com o contribuinte Pessoa Física por meio da disseminação de campanhas, dicas e mensagens de interesse oriundas da administração.

- **Campanhas Publicitárias de Utilidade Pública:** em 2014 houve duas campanhas publicitárias de utilidade pública, a “IRPF 2014” e a “Aduana da Receita Federal”, realizadas por meio da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) e veiculadas através da internet, rádio, televisão e revistas. Voltando a fazer anúncios na mídia depois de muitos

anos, a RFB demonstra preocupação em prestar informações ao contribuinte e, ao mesmo tempo, fortalecer a imagem da nossa Instituição junto à opinião pública.

Durante o ano de 2014, foi dada continuidade a iniciativas anteriormente implementadas que contribuem para o alcance dos resultados do Processo Gerir Canais de Comunicação com a Sociedade. São elas:

- **Revista Fato Gerador:** a Revista Fato Gerador contribui para a produção e a divulgação de informações de interesse da mídia e da sociedade. Está disponível em formato impresso e eletrônico e publica o resultado semestral das ações fiscais, dos projetos estratégicos e do balanço dos principais fatos que envolveram a RFB no período a partir de contribuições de todas as áreas da Instituição. Para os administradores do Órgão, a revista representa material de consulta prático, atualizado e útil no contato com a imprensa e com os outros órgãos. Para os servidores, permite acompanhar ações das diferentes áreas, proporcionando uma visão integrada da RFB. Para a sociedade, o caderno possibilita que a Receita preste contas das suas atribuições legais.

- **Relatório Anual de Atividades Receita Federal 2013:** foi o primeiro relatório, criado para atender ao Princípio da Transparência e divulgar as realizações da Instituição que nem sempre chegam ao conhecimento do grande público, como aquelas decorrentes dos seus processos internos. Ao dar visibilidade a projetos como de Tecnologia da Informação ou de Gestão de Pessoas, a RFB facilita a troca de experiências com outras administrações tributárias e órgãos públicos e a busca constante pelas melhores práticas na administração pública. Esse Relatório foi publicado em 2014 também serve como um registro histórico para que, no futuro, seja possível acompanhar a evolução dos processos de trabalho da Instituição. Tal como a Revista Fato Gerador, o Relatório de Atividades recebe as contribuições vindas de todos os setores da Receita Federal.

- **Identidade Visual da RFB:** para gerir a sua identidade visual, a Receita padronizou a forma de utilização da sua marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações e uniformes são alguns dos itens padronizados com o propósito de fortalecer a imagem da Instituição por meio do reforço da identidade visual institucional. As unidades podem se orientar a respeito do uso da marca da RFB por meio de consulta às instruções e definições a respeito contidas no Manual de Identidade Visual da RFB, que é atualizado sempre que necessário.

- **Atendimento à Imprensa:** o serviço de atendimento à Imprensa da RFB encaminha as demandas da imprensa por notícias relacionada às unidades pertinentes, prestando, igualmente, suporte e assessoria às áreas técnicas na elaboração das suas ações de esclarecimentos para a imprensa e demais públicos acerca de atos e fatos protagonizados pela RFB ou dos quais ela faça parte.

- **Acompanhamento da Mídia - Clipping de Notícias:** a RFB faz o acompanhamento da mídia através de clipping diário de notícias, enviado pelo sistema de correio eletrônico - "Notes" - aos seus funcionários com informações provenientes das notícias dos jornais de circulação nacional e regional, que se referem, direta ou indiretamente, à RFB. Esse mecanismo permite que os funcionários conheçam o que se passa na imprensa a respeito da Instituição.

- **TV Receita:** a TV Receita divulga vídeos institucionais, especiais e programas jornalísticos, nos quais os temas relevantes e de interesse do servidor são tratados em entrevistas, debates e reportagens. Há, ainda, transmissão de eventos ao vivo, que são gravados para veiculação no mesmo dia ou posteriormente. A TV Receita objetiva tornar a divulgação institucional mais atraente e dinâmica, de modo a contribuir para maior integração do órgão. Em 2014, foi efetuada a contratação de uma produtora de vídeo, aumentando, significativamente, a capacidade de produção da TV Receita. Os assuntos tratados se originam de colaborações e iniciativas nascidas nas unidades da Instituição.

- **Youtube:** No canal da TV Receita no Youtube, os servidores da RFB e o público em geral podem acompanhar as principais notícias relacionadas à Instituição que foram produzidas e

veiculadas pela imprensa. Assim, quem não conseguir assistir as reportagens nos meios tradicionais pode acompanhar a Receita na mídia pelo Youtube.

Na **1ª Região Fiscal** (SRRF01), em 2014 o Serviço de atendimento à Imprensa no âmbito regional teve maior durante o período da DIRPF, nos meses de março e abril. Nesse período todas as televisões locais, assim como as estações de rádio, procuram esse serviço com mais intensidade, buscando entrevistas e informações para fins de esclarecimentos à sociedade.

Para as Delegacias e Inspetorias o atendimento à imprensa é feito pela Ascom/SRRF01 que encaminha as demandas ao chefe da unidade.

Durante o grande evento da Copa do Mundo, a Ascom/SRRF01 foi muito demandada, especialmente sobre assuntos relativos às chegadas e saídas das Seleções.

Outra atuante nesse processo é a Ouvidoria da RFB, a qual representa um canal de diálogo entre o cidadão e a RFB, na busca pela contínua melhoria dos serviços prestados. Nesse sentido, a partir do recebimento das mensagens dos seus usuários-cidadãos, ela coordena as atividades de exame, encaminhamento para as áreas responsáveis pelo conteúdo das mensagens, respostas e soluções das demandas.

No decorrer do exercício de 2014 foram recepcionadas 78.924 mensagens na Ouvidoria da Receita Federal, com média mensal de 6.577 manifestações. Isso corresponde a um aumento de 22% em relação ao ano de 2013. Dessas mensagens recebidas, 79% foram respondidas dentro do mês de recebimento.

Quanto ao tipo de mensagem, foram contabilizadas:

- 622 Elogios.
- 610 Sugestões.
- 1.927 Solicitações diversas.
- 17.137 Pedidos de Informação.
- 55.865 Reclamações.

Na **1ª Região Fiscal**, foram recebidas 3.629 mensagens na Ouvidoria, cerca de 303 manifestações/mês, sendo: 66,3% reclamações; 30% pedidos de informação, e o restante elogios, sugestões e solicitações diversas.

Além disso, a Ouvidoria realizou as seguintes iniciativas:

- Mais de 20 atuações da Ouvidoria na área de Tecnologia da Informação, demandando manutenção reparativa e/ou evolutiva nos sistemas disponibilizados para os cidadãos.
- Sucessivas intervenções nos serviços de agendamento e de atendimento presencial das unidades da RFB, que melhoraram esses serviços.
- Esforço desenvolvido, nas alfândegas (sobretudo em Curitiba), juntamente com os Correios, para agilizar as entregas das mercadorias adquiridas no exterior e submetidas ao Regime Simplificado de Tributação. A previsão é de um novo sistema entrar em operação no segundo semestre de 2015;
- As Unidades de Salvador/BA e Fortaleza/CE adotaram medidas que diminuíram as insatisfações dos contribuintes, relativas à demora no julgamento de processos.

Está em fase de implantação, para o exercício de 2015, um sistema de relatórios que permitirá apurar e avaliar todas as melhorias implementadas nos serviços prestados pela Receita Federal em decorrência das demandas trabalhadas na Ouvidoria.

➤ **Processo: Gerir cadastro de pessoas e bens**

A gestão de cadastros da RFB constitui importante elo da Administração Pública com a coletividade e representa a infraestrutura dos processos de trabalho da Instituição por administrar, disciplinar e monitorar o acesso e o fornecimento de informações dos cadastros das pessoas físicas, das pessoas jurídicas e de informações previdenciárias, bem como realizar estudos, projetos e articulação institucional, interna e externa, na sua área de competência.

As informações cadastrais custodiadas pela Receita Federal seguem as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas.

O gerenciamento das atividades de cadastro estão baseados nos seguintes preceitos: autenticidade, integridade, disponibilidade e sigilo, atributos que garantem a confiabilidade e grande interesse no intercâmbio de informações.

A Suara, por meio da Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros (Cocad), trabalha para acompanhar a evolução das modernas e integradas soluções tecnológicas, de modo que possa ofertar serviços compatíveis com os novos padrões de eficiência traçados para a Administração Pública, estabelecendo interoperabilidade com os demais poderes, esferas do governo e com a sociedade em geral.

Principais atividades do processo:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação.
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica.
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo.
- Apoiar a administração de riscos.

As principais realizações nos sistemas e base de dados atuais de cada tipo de cadastro, realizadas ao longo de 2014, foram:

a) CNPJ:

Fevereiro: foi disponibilizado aos contribuintes o aplicativo CNPJ para dispositivos móveis.

Abril: foi concluído o mapeamento de todas as inscrições no CNPJ que integram a Administração Pública Direta e Indireta, sendo criada funcionalidade que permite consultar qual a inscrição principal de cada Ente Federativo, assim como as inscrições a ele vinculadas. Além disso, foram implementadas melhorias nos processos de inscrição no CNPJ via Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários.

Junho: foi criado na base CNPJ o campo DPV – Data do Primeiro Vínculo, sendo o mesmo povoado, inicialmente, com informações da base de dados da Dataprev. Foram também atualizadas a tabela de Naturezas Jurídicas no CNPJ e a Instrução Normativa que rege esse Cadastro.

Segundo semestre: entrega do DW CNPJ, importante ferramenta gerencial para a tomada de decisões. Também, foi concluída a integração do CNPJ com o novo sistema de Registro e Licenciamento de Empresas (RLE), assim como também foi disponibilizada, no sítio da RFB,

uma lista com o CNPJ dos Entes Federativos, solicitação feita pelos órgãos de controle em reunião da ENCCLA.

Final do ano: descontinuidade do aplicativo de coleta offline do CNPJ. A partir de então, os contribuintes passam a utilizar, exclusivamente, a versão online do sistema. Foram concluídos estudos para expandir o identificador do CNPJ, tendo em vista que há algumas pessoas jurídicas na iminência de extrapolar o limite de 9.999 estabelecimentos permitidos pela estrutura atual.

b) CPF:

O banco de dados do cadastro CPF, gerenciado pela RFB, armazena informações cadastrais de contribuintes obrigados à inscrição no CPF ou de cidadãos que se inscreveram voluntariamente. As iniciativas e ações visam priorizar a ampliação dos canais de atendimento gratuitos, o saneamento da base CPF, as integrações com outras bases de dados e o aperfeiçoamento dos processos.

Dentre essas ações, encontram-se os projetos Novo CPF, construção do DW CPF, depuração do cadastro CPF, implementação e aumento da rede de atendimento através de convênios, aperfeiçoamento do atendimento online aos conveniados, otimização do serviço de atendimento CPF aos residentes no exterior, aperfeiçoamento e implementação dos serviços prestados através do sítio da RFB e implementação de sistemática de atendimento CPF para investidores não residentes pela CVM.

Além da sustentação dos processos de trabalho de gestão de cadastros, foram executados planos de projetos que integram o Programa de Integração dos Cadastros Fiscais (CadFisc). Para atingir esse novo modelo cadastral, foi construído o Programa, que é composto de 8 (oito) projetos, todos integrados, visando à revitalização dos cadastros da RFB e fundamentados em três pilares cadastrais, Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Imóveis. O programa prevê, como resultado, a integração de todos os temas de cadastros com agregação de atributos tributários, previdenciários e aduaneiros, cumprindo a função de ser, respectivamente, o cadastro fiscal de pessoas físicas, jurídicas e bens imóveis.

Os 8 projetos que compõem o Programa são:

Pessoa Jurídica: Novo CNPJ, REDESIM, CNAE e PUC 5 - atributos previdenciários no cadastro PJ;

Pessoa Física: Novo CPF e PUC5 - atributos previdenciários no cadastro PF – Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física (CAEPF).

Imóveis: Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR); Sistema de Gestão de Informações Territoriais do Brasil (SINTER); CAFIR WEB e Coletor do CAFIR; PUC – 5 – Cadastro Nacional de Obras.

São apresentadas, abaixo, as realizações relevantes no período com relação aos projetos do Programa CadFisc:

a) PIN – REDESIM:

O Projeto de Integração Nacional - Redesim - alcançou excelente resultado no ano de 2014, entregando cinco serviços webservice que inauguraram a plataforma tecnológica para funcionamento do Sistema Integrador Nacional, a cargo da RFB, conforme Resolução nº 25, do Comitê Gestor da Redesim. Estes cinco serviços compõem a etapa de conectividade ou etapa de curtíssimo prazo deste projeto estratégico. Ao final do ano, foi atingida a conexão com vinte e duas (22) unidades federativas: AL, AM, AP, BA, CE, ES, MG, GO, MT, MS, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE e TO.

Os serviços implementados no âmbito do projeto estão dentro dos parâmetros e padrões de desenvolvimento no modelo de integração preconizado pela Lei nº 11.598, de 2007. As entregas permitiram melhorias significativas no processo de registro e legalização de pessoas jurídicas, contribuindo para o avanço no compartilhamento e equivalência das informações com os órgãos de registro, garantindo o intercâmbio de informações. Tais ações deram início ao processo de simplificação e integração de procedimentos que impactam o objetivo maior do projeto: contribuir para a melhoria do ambiente de negócios do país.

b) Novo CNPJ:

Em dezembro de 2013, foi alocada a equipe responsável pelo desenvolvimento do projeto. Do trabalho conjunto das equipes foi elaborada a documentação na qual se observa a estratégia de desenvolvimento de 4 produtos distintos que compõem o Novo CNPJ, quais sejam: CNPJ-PROCESSAMENTO, CNPJ-CONSULTA, CNPJ-COLETA e CNPJ-REGRA.

Até dezembro, as equipes trabalharam na especificação dos produtos CNPJ-REGRA e CNPJ-COLETA, tendo sido desenvolvido a primeira versão do protótipo do CNPJ-REGRA. A construção do CNPJ-COLETA será iniciada em janeiro de 2015.

c) Novo CPF:

O projeto do Novo CPF tem o propósito de implantar um novo cadastro de Pessoa Física que atenda às necessidades das diversas áreas de atuação da RFB com visão de modernidade, agilidade e integração com outros órgãos cadastrais, em especial com órgãos de registro civil e identificação, bem como a inclusão de novos atributos que permitam conhecer o perfil integral do contribuinte.

O projeto desenvolverá dois produtos principais de Tecnologia da Informação: o Sistema Nacional de Informações Cadastrais da Pessoa Física (Sincad PF) e o Portal de Cadastros RFB. O Sincad PF será um repositório nacional de informações registrais, biométricas e cadastrais da pessoa física e o Portal de Cadastros, que já tem um protótipo desenvolvido pelo Serpro, será a interface gráfica, na suíte de aplicativos, por meio da qual a informação cadastral será disponibilizada a usuários da Receita Federal.

Integrado aos demais cadastros corporativos, como o CNPJ, CAEPF, CNO e SINTER, será também a ferramenta de gestão do processo de trabalho “Gerir Cadastros de Pessoas e Bens” e do sistema Sincad PF.

O Sincad PF está em fase de avaliação pelo Gabinete RFB, para fins de aprovação e negociação com os órgãos de registro civil e identificação, com previsão de implementação de sua primeira versão em 2015.

O Portal de Cadastros teve uma primeira entrega (protótipo) no 2º semestre de 2014 e previsão de implementação para o CPF no primeiro semestre de 2015.

O projeto Novo CPF impacta de maneira expressiva o objetivo de conhecer o perfil integral dos contribuintes e o fortalecimento das relações institucionais, pela integração de informações cadastrais, agregando em base nacional de pessoas físicas com informações do registro civil e de identificação biométrica. Da mesma forma a integração cadastral aprimora e amplia os serviços prestados à sociedade, desburocratizando o processo de registro, identificação e cadastro civil das pessoas físicas; eleva a percepção de risco e presença fiscal e aumenta a efetividade dos

mecanismos de garantia do crédito tributário, pois a integração cadastral com outros órgãos uniformiza as informações e potencializa o poder fiscalizatório de todos os órgãos.

d) SINTER:

Em junho de 2014, foi entregue a Minuta do Decreto de Regulamentação do Sistema de Registro Eletrônico e instituição do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (SINTER) com a respectiva Exposição de Motivos. A Minuta obteve parecer favorável da PGFN e seguiu para análise do Ministério da Justiça. Em dezembro de 2014, foi assinada pelo MF e inserida no SIDOF, sistema da Casa Civil, onde se encontra atualmente.

Foram iniciados os trabalhos de elaboração do Manual Operacional do Sistema de Registro Eletrônico com o Grupo de Trabalho 2 (GT2). Já estão elaboradas a especificação de mais de 160 espécies de Títulos Eletrônicos, a Matrícula Eletrônica de Imóveis, Extrato Eletrônico e Certidões Eletrônicas. Outros dois GTs seguem em paralelo – GT3 do Sistema Financeiro, modelando a interação do Sistema Financeiro com o Registro Eletrônico – e o GT4 de Garantia do Crédito Tributário, onde estão sendo modelados o novo macroprocesso de garantia do crédito fazendo a interação do Conprovi com o SINTER e as Centrais de Registro Eletrônico. Foi feita a pré-especificação da estruturação da Declaração de Bens do Imposto de Renda de Pessoas Físicas e criação de uma Declaração de Bens Simplificada no IRPJ visando o cruzamento de dados com o SINTER.

e) CNIR:

No ano de 2014, foi concluída a modelagem de processos do CNIR. Foram analisados os fluxos de processos atuais relativos a inscrição, alterações e baixa do Cafir. Em paralelo, foram examinados os processos de certificação de imóveis e as atividades dos atores envolvidos: detentor do imóvel, profissional credenciado, técnicos do Incra e registradores de imóveis. A compreensão clara dos processos e dos atores facilitou a construção do modelo futuro de cadastro representado pelo CNIR.

Dentre as premissas do modelo cumpre destacar: prestação da informação uma única vez pelo detentor do imóvel ou seu representante, compartilhamento das informações entre todos os órgãos produtores e usuários de informações sobre o meio rural brasileiro, atendendo ao princípio da interoperabilidade, consolidado pela política do Governo Eletrônico (e-Governo), integração cadastro-registro, integração das informações gráficas e literais.

Considerando a amplitude do Projeto CNIR, foram constituídos os Grupos Técnicos, para cumprimento de ações específicas:

- Portal Cadastro Rural - será o meio pelo qual os diversos entes envolvidos consultam e atualizam as informações relacionadas aos imóveis rurais do país. A primeira versão do Portal foi homologada em dezembro/2014 e permite o acesso a conteúdos informativos e acesso a serviços por meio de redirecionamento.

- Batimento das bases Cafir/SNCR - essa ação visa conciliar os dados cadastrais entre as bases existentes na RFB e no Incra, fundamentalmente o Cadastro de Imóveis Rurais-Cafir na RFB e o Sistema Nacional de Cadastro Rural no Incra. Os dois cadastros tratam o mesmo objeto, no entanto não existe até o momento nenhuma integração, tampouco qualquer processo de aproveitamento recíproco das informações contidas. O SNCR abrange atributos de interesse fiscal não contemplados no Cafir como as relações jurídicas dos imóveis, dados detalhados de utilização e dos detentores. Estabelecer essa correlação dos dois cadastros trará ganhos inequívocos à RFB em todas as atividades de gestão que utilizam dados de patrimônio do contribuinte. Na modelagem foi

definida como atividade prioritária a vinculação entre os imóveis constantes no Cafir e no SNCR, utilizando para tanto a DITR/2015, na qual o responsável pelo imóvel deverá efetuar a vinculação.

- DW Imóvel Rural - no período sob análise foi desenvolvido o primeiro módulo do DW- Imóvel Rural. Essa primeira versão utilizou como base o DW- Siga ITR, que tinha enfoque de fiscalização e não de cadastro. Sua estrutura cumpre fundamentalmente o papel de extração de dados agregados.

- Levantamento e propostas de alterações do Marco Legal - o grupo de trabalho (GT) foi constituído com as seguintes prerrogativas de levantamento de leis e normas vigentes que condicionam o Projeto: identificação dos marcos legais que necessitam adequação às propostas do Projeto e elaboração das propostas de minutas de alteração do marco legal que viabilizem a implantação das diversas etapas do Projeto. O primeiro relatório do GT – Legislação, identificou leis, decretos, portarias e instruções normativas que tratam de imóveis rurais, assinalando aqueles que impactam ou não o CNIR, o Cafir e o SNCR.

f) CAEPF:

A Divisão de Cadastro Previdenciário Dicap/Cocad foi responsável pelo desenvolvimento do Aplicativo CAEPF, produto do Projeto Matrícula CEI – Ajustes nos cadastros da RFB. Esse projeto faz parte do Programa de Unificação dos Créditos Previdenciários e Fazendários (PUC) que implantará o eSocial, a DCTF Web e outros sistemas e procedimentos que permitirão o tratamento unificado dos créditos sob a gestão da RFB.

O Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física (CAEPF), substituirá o Cadastro Específico do INSS (CEI) referente às matrículas referentes ao contribuinte individual, ao produtor rural e ao segurado especial e será responsável por registrar as atividades econômicas exercidas pela pessoa física.

Durante o ano de 2014 foram desenvolvidas as seguintes atividades para a implantação do Aplicativo CAEPF:

- Homologação do aplicativo concluída (aplicativo pronto para entrar em produção).
- Homologação da integração dos sistemas CPF – Cadastro de Pessoa Física e CAEPF concluída.
- Revisão da Instrução Normativa.
- Elaborado o e-manual do aplicativo (encontra-se na página dos e-Manuais aguardando publicação).
- Elaborada e publicada a Portaria de Perfil para acesso ao sistema.
- Definição e capacitação da equipe de servidores da RFB para atender as dúvidas relatadas ao CAEPF no sistema Suporte Web.
- Página do CAEPF no sítio da RFB elaborada.

g) CNO:

O CNO substituirá o CEI – Cadastro Específico do INSS referente às matrículas de obras de construção civil e será responsável pelo registro das obras vinculadas às pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas, que constituem fato gerador das contribuições previdenciárias.

Em 2014, também foi conduzida a consolidação do Programa de Reestruturação dos Cadastros da RFB:

Apropriação de quase 200.000 títulos de eleitor à base do CPF, aumentando a integração e controles no Cadastro de Pessoas Físicas;

No início do ano, a Receita Federal do Brasil, em parceria com o Ministério de Relações Exteriores (MRE), disponibilizou o segundo módulo do sistema de atendimento de inscrição no

CPF para residentes no exterior. No ano de 2013, o serviço ficou restrito a algumas representações diplomáticas e o atendimento era prestado somente para estrangeiros; na entrega desse segundo módulo tornou-se viável o atendimento de todos os brasileiros residentes no exterior;

Foi homologado o DW CPF e uma primeira versão será entregue no início de 2015. O DW permitirá a geração de relatórios que subsidiarão decisões gerenciais em âmbito local, regional e nacional, além disso, possibilitará a identificação de inconsistências cadastrais em grande escala ;

Em agosto, foi realizada a Operação Alter Ego. Essa ação, realizada em conjunto com a Polícia Federal, desarticulou quadrilha especializada em fraudes no CPF.

Além do exposto acima, outra iniciativa, em 2014, foi a análise de outros modelos internacionais de cadastros de contribuintes. Uma vez que os atuais cadastros cumprem somente a função de identificar e localizar os contribuintes, verificou-se a necessidade de reestruturação desses cadastros para que, além dessas funções, cumpram as seguintes:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação e controle aduaneiro;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias e aduaneiras a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração no gerenciamento de riscos tributários, previdenciários e aduaneiros.

Cenário Externo – Implementação do RIC e Impactos:

O Registro de Identidade Civil (RIC) foi instituído pela Lei 9.454/1997. Foi criado um Comitê Gestor para o projeto RIC, entretanto, questões básicas ainda carecem de definição, tais como:

- a) haverá suporte documental e certificado digital, ou não;
- b) tipo de coleta biométrica – íris, impressão digital etc;
- c) recursos para financiar o projeto, estimado em 6,5 bilhões;
- d) administração do sistema – se será de competência do Ministério da Justiça, da Polícia Federal ou de outro órgão.

Algumas soluções de contorno tem surgido nas diferentes esferas de governo: estados, como BA, DF e RJ, tem implementado melhorias em seus processos de Registro Geral (RG) – similar aos do RIC, todavia, elas não se comunicam entre si; o TSE implementou coleta de dados biométricos do eleitor e, também, criou grupo de trabalho para estudar a viabilidade de o TSE criar o Registro de Identidade Civil; o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) criou a carteira de trabalho informatizada e o cartão de identificação do trabalhador, o Ministério da Previdência, por sua vez, estuda a possibilidade de coletar dados biométricos de pessoas que recebem benefícios do governo.

As ações desses órgãos buscam mitigar as fraudes que ocorrem em seus processos por conta da identificação ineficiente da pessoa física. Nesse sentido, a RFB busca integrar o CPF com os dados do Registro Geral (RG), da Certidão de Nascimento/Casamento, do RNE (Registro Nacional de Estrangeiro) e da CTPS (Carteira de Trabalho), com vistas a obter a identificação inequívoca do contribuinte. Essa integração pretendida pelo CPF, inclusive, seria a primeira entrega do projeto RIC, todavia, isso não foi possível pois as articulações entre os integrantes do Comitê Gestor do RIC não avançaram e, em particular, as com os Institutos de Identificação dos Estados.

Vale pontuar que o RIC, quando implementado, proporcionará salto qualitativo para os processos da RFB, tais como: a) ampliação do atendimento a distância com segurança, b) fim do processo de inscrição do contribuinte por meio do atendimento presencial e c) redução drástica de fraudes relacionadas ao processo de identificação da pessoa física.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL -
1ª REGIÃO FISCAL - SRRF 01**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 2: Informações sobre a Governança

(Item 2, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

2.1 - Descrição das Estruturas de Governança da Unidade Jurisdicionada

Segundo o Referencial Básico de Governança (RBG), aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), conforme a Portaria-TCU nº 25, de 29 de janeiro de 2014 "a Governança no setor público compreende, essencialmente, os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade."

Nesse sentido, as boas práticas de governança estão relacionadas à adoção de boas práticas desses mecanismos por parte da Administração Pública, para que as funções de governança (avaliar, direcionar e monitorar) sejam executadas de forma satisfatória.

São exemplos de ações para uma boa governança: os controles internos dos órgãos; a gestão e análise de riscos; a criação de planos estratégicos; a definição e monitoramento de indicadores e metas; a contratação de bons servidores; a criação de programas de capacitação e avaliação de servidores; a transparência; a gestão da Tecnologia da Informação, entre outros.

Atualmente, a RFB possui as seguintes instâncias de governança que otimizam a busca tanto pela melhoria contínua de sua gestão, como pela maior qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade.

1- Núcleo Estratégico da SRRF 01:

Quanto à estratégia, na RFB não há uma estrutura formal de governança. No entanto, com a finalidade de analisar se os resultados da Instituição estão sendo alcançados, o Núcleo Estratégico da RFB avalia e acompanha as Iniciativas Estratégicas, periodicamente, com a realização de Reuniões de Avaliação Estratégicas (RAE).

A RAE é organizada pelo Gabinete do Secretário, com apoio metodológico da Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional (Copav). O Núcleo Estratégico da RFB possui os seguintes membros: Secretário da Receita Federal do Brasil, Secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil, Subsecretário de Gestão Corporativa, Subsecretário de Arrecadação e Atendimento, Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais, Subsecretário de Fiscalização, Subsecretário de Tributação e Contencioso, titulares das 9 Unidades de Assessoramento Direto ao Secretário e os 10 Superintendentes Regionais da RFB.

As Reuniões são realizadas trimestralmente e têm o objetivo de monitorar a execução da estratégia e, avaliar, analisar e definir mudanças de rumos a serem adotadas, caso sejam necessárias. Antes das reuniões, a Copav avalia os resultados obtidos a partir dos desempenhos estratégicos do respectivo período e, em acordo com os Subsecretários, decide quais objetivos e indicadores estratégicos devem pautar a reunião e, assim, serem objetos de avaliação e análise por seus membros. Desse modo, a RAE contribui para a boa governança da RFB, na medida que subsidia os processos de avaliação, direcionamento e monitoramento da Estratégia Institucional pelo Núcleo Estratégico da RFB.

2- Coordenação-Geral de Auditoria Interna (AUDIT):

É uma estrutura do Órgão Central responsável pelas iniciativas de proposição de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para a RFB; de coordenação e execução de atividades de auditoria interna e de gestão nas unidades centrais e descentralizadas; e de proposição de políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB. Não há extensão da unidade de

auditoria nas Superintendências Regionais da RFB e a administração, gerência e tomada de decisões relacionadas à auditoria interna cabem ao Órgão Central da RFB.

3- Ouvidoria Interna da SRRF 01:

Quanto à Ouvidoria, na RFB não há uma estrutura formal de governança. Entretanto, há uma estrutura de Ouvidoria Interna responsável por receber, examinar e encaminhar as mensagens dos cidadãos, referentes a procedimentos e ações de agentes e unidades, no âmbito da RFB.

A Ouvidoria Interna, composta por Unidades Central e Regionais da RFB, atua como canal de diálogo entre o cidadão e a RFB, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços prestados.

A Ouvidoria da RFB faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda (MF), o qual é composto por uma rede de ouvidorias, hierarquicamente distribuídas por áreas de competência e jurisdição, coordenadas por uma Ouvidoria-Geral.

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas, primeiramente, pelo Sistema Ouvidor (Sisouvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia ou reclamação), classificadas por tipo de serviço e repassadas às Unidades Central e Regionais da RFB.

As 5 formas de recepção das mensagens são: portal da ouvidoria na internet <http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/>; *call center* da ouvidoria pelo número: 0800.702.1111; correspondências e fax; formulários próprios, disponíveis nos Centros de Atendimento aos Contribuintes – Cac; e pessoalmente. Uma vez recebidas, cem por cento das mensagens são respondidas aos cidadãos, sendo o prazo máximo para resposta de até trinta dias.

De acordo com o seu conteúdo, o tratamento das mensagens é realizado por diferentes áreas da RFB. Os pedidos de informação, normalmente, são respondidos pela Ouvidoria da Unidade Central; as denúncias relativas à sonegação são encaminhadas e respondidas pelas Divisões de Fiscalização e as referentes a desvios de conduta de servidor à Corregedoria; os elogios, sugestões e reclamações são encaminhados às chefias das divisões responsáveis para conhecimento e providências; e as reclamações relativas a TI são direcionadas ao setor, mediante chamados de intervenção, com prioridade de atendimento.

Como resultado do processo de recebimento, exame, encaminhamento, respostas e medidas de correção e saneamento relativas às mensagens, são elaborados os relatórios de informações gerenciais, encaminhados ao respectivos gestores.

4- Sistema de Correição (Corregedoria da RFB):

A Corregedoria da RFB (Coger), foi instituída pelo Decreto nº 2.331, de 01/10/1997, com a finalidade de supervisionar, coordenar, executar, controlar e acompanhar todas as atividades correicionais no âmbito da RFB. Ela é uma das Unidades de Assessoramento Direto ao Secretário da RFB, sendo estrutura integrante do órgão central, com sede na cidade de Brasília.

5- Comissão de Ética Pública da Seccional da Receita Federal do Brasil (CEPS-RFB):

A Comissão de Ética Pública da Seccional da RFB foi constituída pela Portaria RFB nº 3262, de 19 de agosto de 2011, com a finalidade de cumprir o previsto no Capítulo II do Código de

Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, além de exercer as competências previstas no Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, na Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008, da Comissão de Ética Pública, (CEP) e nas demais normas pertinentes à matéria, sendo uma estrutura integrante do Órgão Central.

6- Comitê de Política Tributária e Aduaneira (CPTA da RFB):

Foi instituído pela Portaria RFB nº 1286, de 10 de setembro de 2013 e tem por finalidade subsidiar a formulação das políticas tributária e aduaneira, em consonância com as demais políticas institucionais. É composto pelos seguintes membros: Secretário da Receita Federal do Brasil, Secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil, Chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais, Subsecretário de Tributação e Contencioso, Subsecretário de Arrecadação e Atendimento, Subsecretário de Fiscalização, Subsecretário de Gestão Corporativa, Coordenador Geral de Pesquisa e Investigação, Chefe da Assessoria de Acompanhamento Legislativo, sendo uma estrutura integrante do Órgão Central.

7- Comitê de Execução Orçamentária da RFB:

Quanto às Finanças Públicas, o planejamento, a transparência, a prevenção de riscos e a correção de desvios estão entre os pressupostos da gestão fiscal responsável, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tais pressupostos visam preservar o equilíbrio das contas públicas, de forma a controlar o endividamento público.

Com a finalidade de assistir o Secretário e o Subsecretário de Gestão Corporativa na execução do orçamento da RFB, em consonância com os objetivos estratégicos institucionais, foi instituído pela Portaria RFB nº 1970, de 18 de novembro de 2014 o Comitê de Execução Orçamentária da RFB. Ele é composto pelos seguintes membros: Secretário da Receita Federal do Brasil, Secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil, Chefe de Gabinete da Secretaria da Receita Federal do Brasil, Subsecretário de Gestão Corporativa, Subsecretário de Arrecadação e Atendimento, Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais, Subsecretário de Fiscalização, Subsecretário de Tributação e Contencioso, Representante das Superintendências da RFB, Coordenador-Geral de Programação e Logística e Coordenador-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional.

Atualmente, como representantes das Superintendências foram designados os Superintendentes da 1ª RF e da 10ª RF.

O Comitê tem como atribuições: assistir o Secretário e o Subsecretário de Gestão Corporativa na execução orçamentária do órgão, acompanhar a execução orçamentária e examinar e manifestar-se sobre pedidos de alteração dos referenciais orçamentários estabelecidos. Esses pedidos referem-se aos recursos associados a Iniciativas Estratégicas, conforme definidas em ato específico do Secretário, e aos tipos de despesas de relevante interesse, conforme definidos em ato específico do Subsecretário de Gestão Corporativa.

As reuniões são ordinárias, conforme calendário previamente definido, e extraordinárias, mediante convocação do Presidente. São realizadas, preferencialmente, na sede da RFB, em Brasília, com um quórum mínimo de cinco membros, sendo um deles, necessariamente, o Presidente.

Este Comitê é presidido pelo Secretário da Receita Federal do Brasil e, em seus afastamentos ou impedimentos legais, pelo seu substituto ou, na ausência deste, pelo Subsecretário

de Gestão Corporativa. As matérias para deliberação poderão ser inclusas na pauta do Comitê mediante a solicitação do Secretário ou do Subsecretário de Gestão Corporativa e, atendido o quórum mínimo, elas são tomadas por maioria simples dos votos de seus membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade. As deliberações do Comitê são qualificadas como Resoluções, de caráter orientativo, e numeradas sequencialmente, por ano.

8- Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação (CTSI da RFB):

Segundo o TCU, a governança de TI é a parte da governança corporativa que tem por objetivo assegurar que o uso da TI agregue valor ao negócio com riscos aceitáveis. Desse modo, ela tende a diminuir ou, até mesmo, evitar deficiências da gestão institucional consideradas comuns, mas que prejudicam a qualidade e a eficiência dos serviços prestados. É o caso de planejamentos inadequados, da reincidência de projetos mal sucedidos ou de contratações que não alcançam seus objetivos.

O atual CTSI da RFB foi instituído pela Portaria RFB nº 229, de 26 de fevereiro de 2013, com a finalidade de deliberar sobre diretrizes e investimentos em tecnologia e segurança da informação, alinhando-os aos objetivos estratégicos institucionais. Ele apresenta a seguinte composição: Secretário da Receita Federal do Brasil, Subsecretário de Gestão Corporativa, Subsecretário de Arrecadação e Atendimento, Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais, Subsecretário de Fiscalização, Subsecretário de Tributação e Contencioso, Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação e Coordenador-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional, sendo uma estrutura integrante do Órgão Central.

2.2 - Avaliação, pelos próprios dirigentes da Unidade Jurisdicionada, da qualidade e suficiência dos Controles Internos

Quadro 11 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5

10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					x
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
<p>Análise crítica e comentários relevantes: Foram solicitadas informações das 12 (doze) Unidades que compõem a 1ª Região Fiscal acerca dos quesitos apresentados no quadro acima, sendo considerada a moda das respostas para a composição do quadro consolidado pela UJ.</p> <p>Conforme se observa pela compilação dos resultados obtidos junto às Unidades, verifica-se a efetividade dos sistemas de controle interno na Região, considerando os dados que poderão ser extraídos dos sistemas informatizados, por exemplo apurações e relatórios, bem como as orientações repassadas pela AUDIT, que é responsável pelo controle interno das atividades institucionais da Receita Federal do Brasil.</p>					
Escala de valores da Avaliação:					

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL –
1ª REGIÃO FISCAL - SRRF 01**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 3: Relacionamento com a Sociedade
(Item 3, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Não serão apresentadas neste Relatório de Gestão Informações sobre a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão (subitem 3.2 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013), pois tanto a elaboração quanto a divulgação da Carta de Serviços em sítio eletrônico são de responsabilidade do Órgão Central e, por esse motivo, as informações relacionadas a este subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

Não serão apresentadas neste Relatório de Gestão informações sobre os resultados da avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada na prestação de serviços ao cidadão (subitem 3.5 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013), pois nesta Região Fiscal não foram realizadas pesquisas de satisfação junto aos usuários dos serviços. Essas pesquisas, normalmente, são decididas e realizadas pelo Órgão Central e, por esse motivo, as informações relacionadas a este subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

3.1 - Descrição dos Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão para fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias, Sugestões, etc.

As informações disponibilizadas neste subitem devem atender as seguintes demandas:

- descrição dos canais de acesso do cidadão à unidade jurisdicionada para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc
- registro de dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões recebidas e sobre o atendimento/ encaminhamento das demandas apresentadas, analisando os resultados observados, inclusive frente a dados registrados em exercícios anteriores;
- possíveis alterações dos procedimentos adotados pela unidade jurisdicionada decorrentes das informações disponibilizadas nos canais de acesso.
- caso previsto, deve ser consignado, ainda, neste subitem cronograma de procedimentos a ser implementado em exercícios futuros com o objetivo de otimizar o referido atendimento.

3.1.1 - Sobre a Ouvidoria da Receita Federal:

A Ouvidoria da Receita Federal faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda MF.

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas pelo Sistema Ouvidor (Sisouvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia, ou reclamação), classificada por tipo de serviço, e repassadas às Unidades Central e Regionais da Receita Federal.

A Ouvidoria das Unidades Centrais trata as mensagens de âmbito geral e as mensagens relativas a Tecnologia da Informação. Compete também à Ouvidoria da Unidade Central a supervisão das ouvidorias regionais.

As ouvidorias da 3ª, 6ª e 9ª Regiões Fiscais são centralizadas na Superintendência Regional: Fortaleza, Belo Horizonte e Curitiba. As demais são descentralizadas e cada Delegacia ou Inspeção tem um ouvidor próprio e um substituto.

3.1.2 - Forma de recepção das mensagens:

As mensagens são postadas pelos cidadãos na ouvidoria, por intermédio de:

- portal da ouvidoria na internet: <http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/> ;
- call center da ouvidoria, que atende pelo número 080.702.1111;

- correspondências, fax, formulários próprios, disponíveis nos Centros de Atendimento aos Contribuintes – CAC; e
- pessoalmente.

3.1.3 - Tratamento das mensagens:

As denúncias relativas a sonegação são encaminhadas e respondidas pelas Divisões de Fiscalização. As referentes a desvios de conduta de servidor à Corregedoria.

Pedidos de informação normalmente são respondidos pela Ouvidoria da Unidade Central.

Elogios, sugestões e reclamações são encaminhados às chefias das divisões responsáveis, para conhecimento e providências. As reclamações relativas a TI são direcionadas ao setor, mediante chamados de intervenção, com prioridade de atendimento.

100% (cem por cento) das mensagens são respondidas aos cidadãos.

O prazo máximo para resposta é de até 30 (trinta) dias.

3.1.4 - Estatísticas relativas a 2014:

No decorrer do exercício de 2014 foram recepcionadas 78.924 mensagens na Ouvidoria da Receita Federal, com média mensal de 6.577 manifestações. Isso corresponde a um aumento de 22% em relação ao ano de 2013.

79% (setenta e nove por cento) das mensagens recebidas foram respondidas dentro do mês de recebimento.

Quanto ao tipo de mensagem, foram contabilizadas:

- 622 Elogios,
- 610 Sugestões,
- 1.927 Solicitações diversas,
- 17.137 Pedidos de Informação,
- 55.865 Reclamações.

3.1.5 - Informações gerenciais:

Os relatórios relativos à Ouvidoria são elaborados pelos Representantes Regionais da Ouvidoria de cada Superintendência e pelo Ouvidor da Receita Federal e encaminhados ao superior imediato na Unidade e às áreas de interesse.

O relatório do Ouvidor-Geral é encaminhado ao Secretário da Receita Federal e às áreas de interesse e publicado na Intranet da Instituição.

3.1.6 - Soluções aplicadas:

Está em fase de implantação, para o exercício de 2015, um sistema de relatórios que permitirá apurar e avaliar todas as melhorias implementadas nos serviços prestados pela Receita Federal, em decorrência das demandas trabalhadas na Ouvidoria.

Cabe ressaltar, contudo, que, no exercício de 2014:

- ocorreram mais de 20 atuações da Ouvidoria na área de Tecnologia da Informação, demandando manutenção reparativa e/ou evolutiva nos sistemas disponibilizados para os cidadãos.
- sucessivas intervenções nos serviços de agendamento e de atendimento presencial das unidades da Receita melhoram esses serviços.
- um grande esforço está sendo desenvolvido, nas alfândegas (sobretudo em Curitiba) juntamente com os Correios, para agilizar as entregas das mercadorias adquiridas no exterior e submetidas ao Regime Simplificado de Tributação. A previsão é de um novo sistema entrar em operação no segundo semestre de 2015;
- as Unidades de Salvador/BA e Fortaleza/CE adotaram medidas específicas para reduzir as insatisfações dos contribuintes, relativas à demora no julgamento de processos.

3.2 - Informações sobre a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão

A carta de Serviços ao Cidadão está disponível na Internet da Receita Federal no link: <http://www1.fazenda.gov.br/carta/compromisso.asp> tendo como compromisso aperfeiçoar a gestão dos serviços e garantir um atendimento de qualidade ao cidadão. Para tanto, estabelece:

- Atendimento Preferencial, conforme dispõe a [Lei nº 10.048, de 8/11/2000](#) e a [Lei nº 10.741, de 1/10/2003](#), para: gestantes, lactantes ou pessoas com crianças de colo; pessoa idosa (acima de 60 anos); e portadores de necessidades especiais.
- Atendimento agendado para determinados serviços da Receita Federal por meio do telefone (146) e internet (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/>);
- Atendimento obedecendo à data de agendamento e senhas disponibilizadas, de acordo com o horário e dia de funcionamento da unidade do órgão fazendário;
- Manutenção das unidades de atendimento, visando garantia de acessibilidade, segurança e limpeza;
- Atendimento por equipes qualificadas;
- Tempo de espera estimado em 25 minutos para as unidades da Receita Federal que possuem centro de atendimento;
- Disponibilidade de sistemas online nos quais o cidadão pode acompanhar o andamento de sua demanda.

3.3 - Demonstração dos Mecanismos para medir a Satisfação dos Cidadãos-Usuários ou Clientes dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação da Unidade Jurisdicionada

Em novembro de 2013 foi realizada uma pesquisa de imagem da Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme informações abaixo.

Notas sobre a metodologia (1)

Objetivo: Avaliar a imagem da Instituição junto ao seu público externo, visando fornecer informações que permitam subsidiar tomadas de decisão e planejamento estratégico.

Pesquisa: Quantitativa

Método: Entrevista pessoal.

População: O público é dividido em dois segmentos:

Pessoa Física: Cidadão brasileiro que tenha CPF em seu próprio nome; e,

Pessoa Jurídica: Representantes de empresas junto à RFB.

Período: As entrevistas foram realizadas entre os dias 10 de setembro e 20 de outubro de 2013.

Notas sobre a metodologia (2)

Amostra e Erro amostral: Foram realizadas 3.000 entrevistas, distribuídas da seguinte forma, com seus respectivos erros amostrais, a um nível de confiança de 95,5%:

REGIÃO	TOTAL (PJ + PF)			PESSOA FÍSICA			PESSOA JURÍDICA		
	POPULAÇÃO	AMOSTRA	ERRO AMOST.	POPULAÇÃO	AMOSTRA	ERRO AMOST.	POPULAÇÃO	AMOSTRA	ERRO AMOST.
1ª	15.415.105	340	5%	13.964.308	250	6%	1.450.797	90	10%
2ª	11.658.471	380	5%	10.952.785	300	6%	705.686	80	11%
3ª	15.218.467	190	7%	14.355.081	150	8%	863.386	40	16%
4ª	16.638.413	250	6%	15.657.983	200	7%	980.430	50	14%
5ª	13.841.255	140	8%	12.875.788	100	10%	965.467	40	16%
6ª	19.130.288	170	8%	17.577.358	100	10%	1.552.930	70	11%
7ª	19.762.744	500	4%	18.158.544	350	5%	1.604.200	150	8%
8ª	43.822.939	750	4%	39.238.377	550	4%	4.584.562	200	7%
9ª	17.024.439	140	8%	15.327.586	100	10%	1.696.853	40	16%
10ª	11.344.837	140	8%	10.169.475	100	10%	1.175.362	40	16%
TOTAL	183.856.958	3000	1,8%	168.277.285	2200	2,1%	15.579.673	800	3,5%

N

REGIÃO	PESSOA FÍSICA				PESSOA JURÍDICA			
	POPULAÇÃO	AMOSTRA	%	MULTIPLICADOR	POPULAÇÃO	AMOSTRA	%	MULTIPLICADOR
1ª	13.964.308	250	8%	0,730258	1.450.797	90	9%	0,827744
2ª	10.952.785	300	7%	0,477310	705.686	80	5%	0,452953
3ª	14.355.081	150	9%	1,251156	863.386	40	6%	1,108349
4ª	15.657.983	200	9%	1,023536	980.430	50	6%	1,006881
5ª	12.875.788	100	8%	1,683337	965.467	40	6%	1,239393
6ª	17.577.358	100	10%	2,298004	1.552.930	70	10%	1,139162
7ª	18.158.544	350	11%	0,678282	1.604.200	150	10%	0,549160
8ª	39.238.377	550	23%	0,932708	4.584.562	200	29%	1,177062
9ª	15.327.586	100	9%	2,003876	1.696.853	40	11%	2,178291
10ª	10.169.475	100	6%	1,329523	1.175.362	40	8%	1,508840
TOTAL	168.277.285	2200	100%	--	15.579.673	800	100%	--

Ponderação dos dados: Os dados são ponderados em função do peso relativo do número de CPF e CNPJ nas respectivas unidades da seguinte forma:

E também pela proporção de PF e PJ:

TIPO	POPULAÇÃO	AMOSTRA	%	MULTIPLICADOR
PF	168.277.285	2200	92%	1,248085
PJ	15.579.673	800	8%	0,317768
TOTAL	183.856.958	3000	100%	--

Notas sobre a metodologia (4)

Apresentação dos Resultados:

Todas as perguntas apresentam o índice de entrevistados que, por alguma razão, não a responderam.

Para título de avaliação de cada pergunta, são excluídos os questionários que não responderam à pergunta. Desse modo, as tabulações de frequência, bem como o cálculo da média, são apurados levando-se em conta apenas os questionários que tiveram a questão respondida.

Todos os resultados são apresentados por total, e, quando a base estatística é significativa, segmentados por Tipo, Atendimento e Unidade.

Todos os resultados segmentados são testados estatisticamente (Teste T e Teste Z), e, quando há alguma diferença ao nível de 95% de significância, ocorre uma sinalização em vermelho nos quadros.

Os dados, sempre que possível, são comparados com os resultados obtidos na pesquisa realizada em 2010. E, nesse caso, também é feito um teste estatístico para apontar se a diferença entre os dois resultados (o de 2010 e o atual) é, estatisticamente, significativo. Em caso positivo, e para maior, o resultado deste ano está assinalado em roxo.

Notas sobre a metodologia (5)

Testes Estatísticos

Os testes T e Z são dois Testes de Hipóteses, de Métodos Paramétricos utilizados em Pesquisa de Marketing para comparação de uma média (número absoluto) ou de uma porcentagem (número relativo - %) de uma população total com a respectiva média ou porcentagem de uma subpopulação (segmento).

O Nível de significância dessa comparação aponta o quão diferente (ou não diferente) são esses dois valores comparados. Pode ser de 99%, 98%, 95% ou 90%. O padrão utilizado nas Pesquisas de Marketing é de 95% de significância.

Notas sobre a metodologia (6)

Testes Estatísticos

Todos os resultados segmentados são testados estatisticamente (Teste T e Teste Z). Quando se encontrou um percentual na amostra segmentada com uma diferença significativa (ao nível de 95% de significância) em relação à amostra geral, esses percentuais foram assinalados em vermelho nos respectivos quadros. Ou seja, sempre que as diferenças encontradas entre os resultados segmentados e o resultado total da pesquisa forem expressivas e consistentes (vale dizer, significativas ao nível de 95%) e que, portanto, não foram um mero efeito do acaso, esses percentuais foram assinalados em vermelho.

No caso da comparação dos resultados das duas pesquisas (de 2010 e 2013), os Testes utilizados são os mesmos, o Teste T e o Teste Z com a ressalva de que são para amostras diferentes.

Notas sobre a metodologia (7)

Testes Estatísticos

O fato de existirem resultados segmentados não assinalados em vermelho não os invalida de forma alguma. Simplesmente indica que as diferenças em relação à média nacional não apresentam o nível de significância-padrão estabelecido.

Todos os resultados obtidos (médias nacionais e amostras segmentadas) são consistentes com a margem de erro e nível de confiança calculados para a amostra global e para cada subamostra. Por outro lado, os valores assinalados em vermelho nos dão uma informação adicional.

Assim, se as diferenças observadas forem consideradas como uma informação importante para subsidiar iniciativas gerenciais para aprofundar o conhecimento de um determinado segmento

(região, categoria de servidor, tipo de contribuinte, etc.), os segmentos cujos valores foram assinalados em vermelho, indicariam uma ordem de prioridade para intervenções.

Notas sobre a metodologia (8)

Escala de Likert

Em várias perguntas é utilizado o recurso de Pesquisa de Opinião e de Marketing conhecido como “Escala de Likert”, que consiste numa “régua” de 5 graus adaptada às necessidades do que se deseja avaliar.

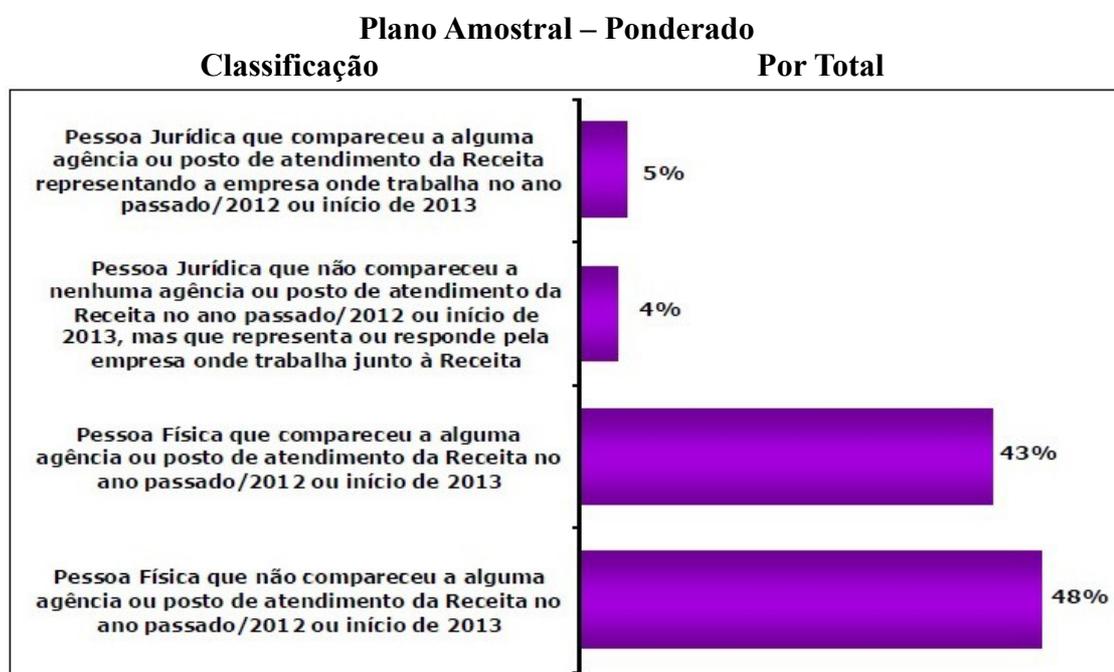
A nota mais baixa (1) é sempre associada ao conceito mais negativo, ao passo que a nota 5 é associada ao conceito mais positivo. Vale destacar que a nota intermediária, 3, refere-se àqueles que não têm opinião formada sobre o assunto perguntado.

Ao final, é sempre calculada uma média levando-se em considerações as frequências das 5 opções da Escala de Likert.

Deve-se ter um cuidado especial quando a média se posicionar muito próxima do valor intermediário (3) porque podem existir duas interpretações:

- Elevado índice de entrevistados sem opinião formada; ou
- Dicotomia expressiva entre os extremos da Escala de Likert.

PLANO AMOSTRAL PONDERADO

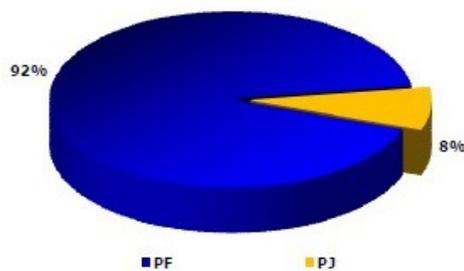


Base: Total da amostra: 3.000 entrevistas

P.2: Em relação à Receita Federal, como você se classifica? Estimulada – RU
Plano Amostral – Ponderado

Área

1º RF – 8%
2º RF – 7%
3º RF – 9%
4º RF – 9%
5º RF – 8%
6º RF – 10%
7º RF – 11%
8º RF – 23%
9º RF – 9%
10º RF – 6%



Por Total

1º RF – 9%
2º RF – 5%
3º RF – 6%
4º RF – 6%
5º RF – 6%
6º RF – 10%
7º RF – 10%
8º RF – 29%
9º RF – 12%
10º RF – 8%

Base: Total da amostra: 3.000 entrevistas

P.54: Estado/Unidade da Federação e Cidade. Espontânea – RU

PLANO AMOSTRAL - NÃO PONDERADO



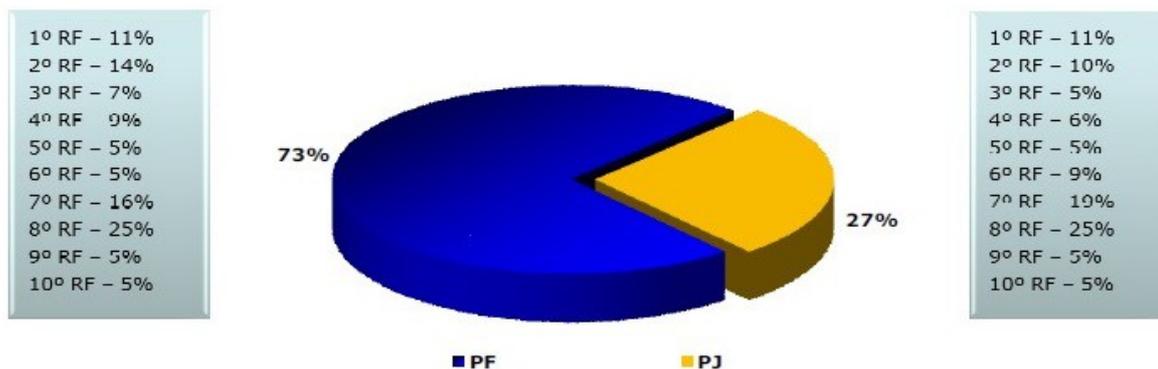
Base: Total da amostra: 3.000 entrevistas

P.2: Em relação à Receita Federal, como você se classifica? Estimulada - RU

Plano Amostral – Não Ponderado

Área

Por Total



Base: Total da amostra: 3.000 entrevistas

P.54: Estado/Unidade da Federação e Cidade. Espontânea – RU
Imagem da Secretaria da Receita Federal

Apresentação de Resultados

P.4) A palavra associada à RFB

Principais respostas	2010 (3000)	2013 (3000)
Tributos / impostos	29%	27%
Imposto de renda	14%	21%
CPF	11%	13%
Leão	4%	5%
Fiscalização / fiscal	3%	4%
Burocracia	3%	4%
Cobrança	2%	3%
Competência	0%	3%
Problema / dor de cabeça	3%	2%
Dinheiro	2%	2%
Órgão Federal	1%	2%
Sonegação de impostos	1%	2%
Documentações certidões	2%	2%
Responsabilidade	1%	1%
Governo Federal	2%	1%
Corrupção	2%	1%
Pagar / pagamento	1%	1%
Polícia Federal	0%	1%

Taxas / juros	1%	1%
CNPJ	1%	1%
Dívida	1%	1%
Outros	10%	1%
Não sabe	3%	1%

Base: Total da amostra: 3.000 entrevistas

P.4: Quando você pensa na RECEITA FEDERAL DO BRASIL, qual a primeira palavra que lhe vem à cabeça? Espontânea - RU

P.4) A palavra associada à RFB (por Total, Tipo e Atendimento)

Principais respostas	Total (3000)	Tipo		Atendimento		
		PF (2200)	PJ (800)	Nenhum (1161)	Presencial (1485)	Virtual (511)
Tributos / impostos	27%	26%	36%	29%	25%	30%
Imposto de renda	21%	21%	22%	21%	19%	23%
CPF	13%	13%	4%	12%	14%	8%
Leão	5%	5%	3%	6%	3%	6%
Fiscalização / fiscal	4%	4%	5%	4%	4%	5%
Burocracia	4%	4%	4%	2%	6%	3%
Cobrança	3%	3%	2%	3%	3%	2%
Competência	3%	3%	2%	2%	3%	3%
Problema / dor de cabeça	2%	2%	3%	2%	3%	2%
Dinheiro	2%	3%	1%	2%	2%	3%
Órgão Federal	2%	2%	2%	4%	2%	0%
Sonegação de impostos	2%	2%	2%	2%	2%	3%
Documentações certidões	2%	2%	1%	2%	2%	1%
Responsabilidade	1%	1%	1%	0%	2%	2%
Governo Federal	1%	1%	1%	1%	2%	0%
Corrupção	1%	1%	2%	2%	1%	0%
Pagar / pagamento	1%	1%	0%	1%	1%	1%
Polícia Federal	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Taxas / juros	1%	1%	1%	0%	1%	1%
CNPJ	1%	0%	3%	1%	1%	1%
Dívida	1%	1%	1%	1%	0%	0%

Outros	1%	2%	3%	-	3%	4%
Não sabe	1%	1%	0%	2%	0%	1%

Base: Total da amostra

P.4: Quando você pensa na RECEITA FEDERAL DO BRASIL, qual a primeira palavra que lhe vem à cabeça? Espontânea - RU

P.4) A palavra associada à RFB (por Total e Unidade)

Principais respostas	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
Tributos / impostos	27%	42%	32%	41%	33%	21%	23%	19%	23%	14%	34%
Imposto de renda	21%	11%	17%	8%	9%	21%	8%	25%	37%	26%	15%
CPF	13%	6%	18%	10%	6%	22%	6%	8%	22%	7%	8%
Leão	5%	3%	5%	8%	5%	2%	4%	14%	2%	8%	1%
Fiscalização / fiscal	4%	7%	4%	3%	4%	1%	7%	3%	3%	7%	5%
Burocracia	4%	3%	2%	6%	6%	5%	12%	7%	0%	1%	2%
Cobrança	3%	2%	4%	6%	4%	1%	3%	3%	1%	1%	9%
Competência	3%	4%	2%	4%	4%	5%	4%	0%	0%	2%	6%
Problema / dor de cabeça	2%	1%	1%	1%	5%	4%	7%	1%	1%	1%	3%
Dinheiro	2%	4%	2%	1%	4%	6%	3%	2%	1%	3%	-
Órgão Federal	2%	2%	1%	1%	2%	3%	8%	1%	0%	5%	3%
Sonegação de impostos	2%	3%	1%	1%	5%	1%	-	2%	2%	4%	3%
Documentações / certidões	2%	3%	3%	1%	1%	3%	0%	2%	0%	-	6%
Responsabilidade	1%	2%	2%	1%	1%	1%	2%	0%	2%	1%	-
Governo Federal	1%	2%	0%	1%	1%	2%	5%	1%	-	2%	1%
Corrupção	1%	0%	0%	0%	1%	0%	3%	1%	1%	2%	-
Pagar / pagamento	1%	0%	0%	-	1%	1%	-	1%	0%	5%	-
Polícia Federal	1%	1%	1%	-	-	-	-	2%	1%	2%	2%
Taxas / juros	1%	1%	-	1%	-	-	0%	2%	1%	1%	0%
CNPJ	1%	-	0%	3%	-	0%	-	0%	1%	-	-
Dívida	1%	2%	2%	1%	1%	1%	-	0%	0%	-	-

Outros	1%	1%	3%	2%	6%	-	4%	3%	2%	3%	2%
Não sabe	1%	-	0%	-	1%	-	1%	3%	0%	5%	-

Base: Total da amostra

P.4: Quando você pensa na RECEITA FEDERAL DO BRASIL, qual a primeira palavra que lhe vem à cabeça? Espontânea – RU

P.5) As funções da RFB - Comparativo (por Total)

Principais respostas	2010 (3000)	2013 (3000)
MISSÃO CORRETA	90%	94%
Órgão que faz arrecadação dos impostos	51%	48%
Órgão que cadastra / cancela / regulariza o CPF	28%	28%
Órgão responsável pela arrecadação do imposto de renda / recebe declaração	15%	22%
Órgão que fiscaliza a sonegação	14%	18%
Órgão que fiscaliza os tributos	7%	11%
Órgão que cadastra / cancela o CNPJ	8%	9%
Órgão que fiscaliza os ganhos das pessoas jurídica e física	9%	8%
Fiscaliza as fronteiras / alfândega	0%	6%
Orienta os contribuintes	-	1%
MISSÃO ERRADA	10%	14%
Órgão que legaliza os documentos	4%	4%
Órgão que administra entrada/saída de recursos nos cofres públicos	2%	3%
Tirar o passaporte	1%	2%
É um órgão que investe na economia do país	1%	1%
Cuida dos aeroportos	2%	1%
Órgão responsável pela distribuição de renda	-	1%
Órgão que controla o fisco do país	1%	1%
Órgão que regulariza documentos (CND, PIS, COFINS, etc.)	-	1%
Parcelamento de débitos	-	1%
Outras	1%	1%
Não sabe	5%	3%

* A soma dos percentuais das respostas excede 100% porque a pergunta é de respostas múltiplas, isto é, os entrevistados podiam dar mais de uma resposta.

Base: Total da amostra

P.5: Quais são as funções da RECEITA FEDERAL DO BRASIL? Para que serve a RECEITA FEDERAL DO BRASIL? Espontânea - RM

P.5) As funções da RFB (por Total, Tipo e Atendimento)

Principais respostas	Total (3000)	Tipo		Atendimento		
		PF (2200)	PJ (800)	Nenhum (1161)	Presencial (1485)	Virtual (511)
MISSÃO CORRETA	94%	94%	95%	93%	94%	95%
Órgão que faz arrecadação dos impostos	48%	47%	52%	48%	47%	49%
Órgão que cadastra / cancela / regulariza o CPF	28%	29%	18%	26%	31%	24%
Órgão responsável pela arrecadação do imposto de renda / recebe declaração	22%	22%	21%	21%	22%	24%
Órgão que fiscaliza a sonegação	18%	18%	17%	19%	15%	21%
Órgão que fiscaliza os tributos	11%	10%	17%	11%	11%	10%
Órgão que cadastra / cancela o CNPJ	9%	8%	12%	7%	11%	6%
Órgão que fiscaliza os ganhos das pessoas jurídica e física	8%	7%	11%	7%	8%	9%
Fiscaliza as fronteiras / alfândega	6%	6%	9%	7%	5%	6%
Orienta os contribuintes	1%	1%	1%	1%	1%	-
MISSÃO ERRADA	14%	13%	20%	10%	17%	16%
Órgão que legaliza os documentos	4%	4%	3%	3%	5%	3%
Órgão que administra entrada/saída de recursos nos cofres públicos	3%	3%	4%	3%	3%	5%
Tirar o passaporte	2%	2%	2%	2%	2%	2%
É um órgão que investe na economia do país	1%	1%	2%	1%	1%	2%
Cuida dos aeroportos	1%	1%	0%	1%	1%	0%
Órgão responsável pela distribuição de renda	1%	1%	2%	0%	1%	2%
Órgão que controla o fisco do país	1%	1%	1%	0%	1%	1%
Órgão que regulariza documentos (CND, PIS, COFINS, etc.)	1%	1%	3%	0%	1%	1%
Parcelamento de débitos	1%	0%	4%	0%	1%	-
Outras	1%	1%	1%	0%	1%	1%
Não sabe	3%	3%	1%	4%	2%	2%

**A soma dos percentuais das respostas excede 100% porque a pergunta é de respostas múltiplas, isto é, os entrevistados podiam dar mais de uma resposta.*

P.5: Quais são as funções da RECEITA FEDERAL DO BRASIL? Para que serve a RECEITA FEDERAL DO BRASIL? Espontânea - RM

P.5) As Funções da RFB (por Total e Unidade)

Principais respostas	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
MISSÃO CORRETA	94%	89%	98%	99%	94%	96%	96%	87%	95%	90%	95%
Órgão que faz arrecadação dos impostos	48%	55%	58%	43%	52%	46%	60%	51%	40%	42%	39%
Órgão que cadastra / cancela / regulariza o CPF	28%	20%	42%	35%	30%	28%	24%	18%	38%	14%	21%
Órgão responsável pela arrecadação do imposto de renda / recebe declaração	22%	11%	11%	24%	13%	25%	8%	23%	37%	16%	27%
Órgão que fiscaliza a sonegação	18%	16%	27%	21%	26%	30%	15%	15%	15%	16%	4%
Órgão que fiscaliza os tributos	11%	13%	10%	6%	11%	5%	8%	14%	7%	21%	21%
Órgão que cadastra / cancela o CNPJ	9%	9%	21%	21%	9%	17%	3%	2%	4%	5%	14%
Órgão que fiscaliza os ganhos das pessoas jurídica e física	8%	7%	10%	14%	11%	17%	6%	5%	5%	5%	4%
Fiscaliza as fronteiras / alfândega	6%	7%	4%	4%	6%	6%	0%	7%	9%	7%	4%
Orienta os contribuintes	1%	-	4%	-	-	-	8%	-	-	-	-
MISSÃO ERRADA	14%	17%	21%	13%	12%	19%	7%	13%	11%	19%	17%
Órgão que legaliza os documentos	4%	4%	2%	3%	3%	4%	1%	5%	1%	7%	14%
Órgão que administra entrada/saída de recursos nos cofres públicos	3%	6%	3%	3%	5%	1%	-	4%	2%	7%	1%
Tirar o passaporte	2%	1%	1%	-	1%	1%	-	1%	5%	2%	-
É um órgão que investe na economia do país	1%	1%	5%	5%	1%	-	0%	1%	1%	1%	-
Cuida dos aeroportos	1%	1%	1%	1%	1%	6%	-	0%	1%	1%	-
Órgão responsável pela distribuição de renda	1%	1%	3%	0%	1%	3%	-	1%	0%	1%	-
Órgão que controla o fisco do país	1%	2%	0%	-	1%	2%	-	1%	1%	-	1%
Órgão que regulariza documentos (CND, PIS, COFINS, etc.)	1%	0%	2%	0%	0%	1%	4%	-	0%	-	-
Parcelamento de débitos	1%	0%	3%	1%	-	2%	0%	0%	-	-	-
Outras	1%	0%	1%	0%	1%	0%	2%	1%	0%	1%	1%
Não sabe	3%	5%	-	-	1%	2%	2%	7%	2%	3%	0%

* A soma dos percentuais das respostas excede 100% porque a pergunta é de respostas múltiplas, isto é, os entrevistados podiam dar mais de uma resposta.

P.5: Quais são as funções da RECEITA FEDERAL DO BRASIL? Para que serve a RECEITA FEDERAL DO BRASIL? Espontânea - RM

Quadro Resumo Comparativo: P.6A, 6B, 6C, 6D, 6E, 6F e 6G (por Total)

	2010	2013
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão público burocrático e moroso na solução de questões que envolvem o contribuinte	2,12	2,01
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão compromissado com a situação econômica brasileira	3,71	4,04
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão transparente e confiável	3,41	3,71
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que combate a sonegação	3,65	4,05
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que busca melhorar o atendimento prestado aos contribuintes	3,61	3,93
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que favorece o cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes (pagamento dos impostos, entrega de declarações etc.)	4,01	4,23
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que investe em novas tecnologias e na informatização de seus serviços	3,88	4,06

Base filtro: respondeu à pergunta

Média na escala de 1 a 5: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não tem opinião formada (3), Concorda parcialmente (4), Concorda totalmente (5)

Quadro resumo: P.6A, 6B, 6C, 6D, 6E, 6F e 6G (por Total, Tipo e Atendimento)

	Total	Tipo		Atendimento		
		PF	PJ	Nenhum	Presencial	Virtual
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão público burocrático e moroso na solução de questões que envolvem o contribuinte	2,01	2,02	1,90	1,97	2,03	2,15
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão compromissado com a situação econômica brasileira	4,04	4,05	4,01	4,02	4,06	4,01
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão transparente e confiável	3,71	3,71	3,68	3,60	3,79	3,76
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que combate a sonegação	4,05	4,05	4,03	3,98	4,08	4,19
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que busca melhorar o atendimento prestado aos contribuintes	3,93	3,94	3,85	3,94	3,91	3,94
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que favorece o cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes (pagamento dos impostos, entrega de declarações etc.)	4,23	4,25	4,09	4,26	4,20	4,25
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que investe em novas tecnologias e na informatização de seus serviços	4,06	4,05	4,07	3,99	4,08	4,14

Base filtro: respondeu à pergunta

Média na escala de 1 a 5: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não tem opinião formada (3), Concorda parcialmente (4), Concorda totalmente (5)

Quadro resumo: P.6A, 6B, 6C, 6D, 6E, 6F e 6G (por Total e Unidade)

	Total	Unidade									
		1ª RF	2ª RF	3ª RF	4ª RF	5ª RF	6ª RF	7ª RF	8ª RF	9ª RF	10ª RF
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão público burocrático e moroso na solução de questões que envolvem o contribuinte	2,01	2,08	2,48	1,88	2,23	2,16	1,98	1,92	1,66	2,10	2,49
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão compromissado com a situação econômica brasileira	4,04	3,91	4,02	4,08	3,81	4,19	3,74	4,02	4,30	4,00	4,19
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão transparente e confiável	3,71	3,63	3,74	4,04	3,53	3,67	3,34	3,40	3,80	3,85	4,21
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que combate a sonegação	4,05	3,95	4,05	4,00	3,95	3,75	4,01	3,89	4,35	3,87	4,21
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que busca melhorar o atendimento prestado aos contribuintes	3,93	3,73	3,96	4,07	3,60	3,92	3,53	3,77	4,27	4,05	4,07
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que favorece o cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes (pagamento dos impostos, entrega de declarações etc.)	4,23	4,19	4,37	4,11	4,00	4,32	4,38	4,04	4,35	4,16	4,30
A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que investe em novas tecnologias e na informatização de seus serviços	4,06	3,93	4,10	4,12	3,79	4,13	4,07	3,95	4,21	4,02	4,06

Base filtro: respondeu à pergunta

Média na escala de 1 a 5: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não tem opinião formada (3), Concorda parcialmente (4), Concorda totalmente (5)

P.6A) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão público burocrático e moroso na solução de questões que envolvem o contribuinte”

Média na escala de 1 (concorda totalmente) a 5 (discorda totalmente)

Por Total, Tipo e Atendimento

NÃO SABE	2%	2%	2%	4%	1%	2%
AVALIOU	98%	98%	98%	96%	99%	98%

TOP 2 BOXES - CONCORDA	72%	72%	77%	74%	72%	70%
Concorda totalmente (1)	34%	34%	34%	36%	35%	26%
Concorda parcialmente (2)	38%	38%	43%	38%	37%	44%
Não concorda nem discorda (3)	13%	13%	12%	12%	13%	13%
Discorda parcialmente (4)	9%	9%	7%	9%	8%	11%
Discorda totalmente (5)	6%	6%	4%	5%	7%	6%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	15%	15%	11%	14%	15%	17%
MÉDIA	2,01	2,02	1,90	1,97	2,03	2,15

Base: Total da amostra

P.6A: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não tem opinião formada (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6A) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão público burocrático e moroso na solução de questões que envolvem o contribuinte”

Média na escala de 1 (concorda totalmente) a 5 (discorda totalmente)

Por Total e Unidade

	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	2%	3%	0%	1%	0%	-	2%	3%	3%	4%	3%
AVALIOU	98%	97%	100%	99%	100%	100%	98%	97%	97%	96%	97%

	Total (2939)	Unidade									
		1ª RF (331)	2ª RF (375)	3ª RF (188)	4ª RF (249)	5ª RF (140)	6ª RF (167)	7ª RF (490)	8ª RF (727)	9ª RF (136)	10ª RF (136)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	72%	71%	58%	75%	68%	70%	68%	70%	83%	72%	64%
Concorda totalmente (1)	34%	38%	18%	31%	26%	35%	42%	32%	37%	46%	26%
Concorda parcialmente (2)	38%	33%	40%	44%	42%	35%	26%	38%	46%	26%	38%
<i>Não concorda nem discorda (3)</i>	13%	11%	15%	16%	11%	9%	16%	18%	13%	6%	9%
Discorda parcialmente (4)	9%	8%	22%	7%	16%	13%	8%	10%	3%	10%	9%
Discorda totalmente (5)	6%	10%	5%	2%	5%	8%	8%	2%	1%	12%	18%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	15%	18%	27%	9%	21%	21%	16%	12%	4%	22%	27%
MÉDIA	2,01	2,08	2,48	1,88	2,23	2,16	1,98	1,92	1,66	2,1	2,49

Base: Total da amostra

P.6A: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não tem opinião formada (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6B) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão comprometido com a situação econômica brasileira”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

Por Total, Tipo e Atendimento

NÃO SABE	2%	2%	1%	1%	2%	2%
AVALIOU	98%	98%	99%	99%	98%	98%

TOP 2 BOXES - CONCORDA	72%	72%	69%	72%	72%	73%
Concorda totalmente (5)	31%	31%	26%	31%	31%	30%
Concorda parcialmente (4)	41%	41%	43%	41%	41%	43%
<i>Não concorda nem discorda (3)</i>	17%	17%	20%	17%	17%	15%
Discorda parcialmente (2)	6%	6%	6%	5%	6%	7%
Discorda totalmente (1)	5%	5%	5%	6%	5%	5%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	11%	11%	11%	11%	11%	12%
MÉDIA	4,04	4,05	4,01	4,02	4,06	4,01

Base: Total da amostra

P.6B: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	2%	3%	0%	1%	2%	1%	1%	2%	1%	1%	4%
AVALIOU	98%	97%	100%	99%	98%	99%	99%	98%	99%	99%	96%

	Total (2957)	Unidade									
		1ª RF (329)	2ª RF (379)	3ª RF (188)	4ª RF (245)	5ª RF (139)	6ª RF (169)	7ª RF (491)	8ª RF (743)	9ª RF (139)	10ª RF (135)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	72%	68%	73%	81%	68%	82%	63%	71%	68%	81%	75%
Concorda totalmente (5)	31%	36%	31%	28%	27%	49%	35%	21%	25%	36%	34%
Concorda parcialmente (4)	41%	32%	42%	53%	41%	33%	28%	50%	43%	45%	41%
<i>Não concorda nem discorda (3)</i>	17%	14%	14%	10%	11%	6%	15%	21%	30%	7%	17%
Discorda parcialmente (2)	6%	10%	8%	6%	17%	5%	9%	3%	2%	1%	5%
Discorda totalmente (1)	5%	8%	5%	3%	4%	7%	13%	5%	-	11%	3%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	11%	18%	13%	9%	21%	12%	22%	8%	2%	12%	8%
MÉDIA	4,04	3,91	4,02	4,08	3,81	4,19	3,74	4,02	4,30	4,00	4,19

P.6B) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão compromissado com a situação econômica brasileira”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

Por Total e Unidade

Base: Total da amostra

P.6B: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6C) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão transparente e confiável”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

Por Total, Tipo e Atendimento

NÃO SABE	2%	2%	2%	2%	2%	1%
AVALIOU	98%	98%	98%	98%	98%	99%

<i>TOP 2 BOXES - CONCORDA</i>	62%	62%	61%	57%	65%	62%
Concorda totalmente (5)	27%	27%	23%	25%	28%	25%
Concorda parcialmente (4)	35%	35%	38%	32%	37%	37%
<i>Não concorda nem discorda (3)</i>	19%	19%	20%	20%	17%	20%
Discorda parcialmente (2)	8%	8%	8%	10%	8%	8%
Discorda totalmente (1)	11%	11%	11%	13%	10%	10%
<i>BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA</i>	19%	19%	19%	23%	18%	18%
MÉDIA	3,71	3,71	3,68	3,60	3,79	3,76

Base: Total da amostra

P.6C: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6C) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão transparente e confiável”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	2%	3%	1%	3%	1%	1%	1%	4%	2%	-	3%
AVALIOU	98%	97%	99%	97%	99%	99%	99%	96%	98%	100%	97%

	Total (2942)	Unidade									
		1ª RF (326)	2ª RF (378)	3ª RF (186)	4ª RF (249)	5ª RF (139)	6ª RF (169)	7ª RF (483)	8ª RF (736)	9ª RF (140)	10ª RF (136)
<i>TOP 2 BOXES - CONCORDA</i>	62%	62%	62%	74%	60%	68%	52%	48%	61%	72%	65%
Concorda totalmente (5)	27%	31%	27%	31%	21%	34%	24%	17%	26%	30%	33%
Concorda parcialmente (4)	35%	31%	35%	43%	39%	34%	28%	31%	35%	42%	32%
<i>Não concorda nem discorda (3)</i>	19%	14%	16%	13%	15%	7%	18%	30%	24%	11%	27%
Discorda parcialmente (2)	8%	11%	16%	10%	15%	11%	13%	8%	2%	6%	5%
Discorda totalmente (1)	11%	13%	6%	3%	10%	14%	17%	14%	13%	11%	3%
<i>BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA</i>	19%	24%	22%	13%	25%	25%	30%	22%	15%	17%	8%
MÉDIA	3,71	3,63	3,74	4,04	3,53	3,67	3,34	3,40	3,80	3,85	4,21

Por Total e Unidade

Base: Total da amostra

P.6C: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6D) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que combate a sonegação”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	1%	3%	1%	1%	2%	2%	-	2%	1%	2%	2%
AVALIOU	99%	97%	99%	99%	98%	98%	100%	98%	99%	98%	98%

	Total (2958)	Unidade										
		1ª RF (331)	2ª RF (376)	3ª RF (189)	4ª RF (246)	5ª RF (137)	6ª RF (170)	7ª RF (491)	8ª RF (743)	9ª RF (138)	10ª RF (137)	
TOP 2 BOXES - CONCORDA	74%	71%	73%	78%	75%	63%	70%	65%	84%	69%	79%	
Concorda totalmente (5)	32%	39%	36%	27%	28%	34%	43%	21%	31%	33%	34%	
Concorda parcialmente (4)	42%	32%	37%	51%	47%	29%	27%	44%	53%	36%	45%	
<i>Não concorda nem discorda (3)</i>	15%	12%	13%	11%	11%	15%	14%	24%	15%	14%	13%	
Discorda parcialmente (2)	6%	9%	10%	6%	10%	10%	7%	5%	1%	5%	7%	
Discorda totalmente (1)	5%	8%	4%	5%	4%	12%	9%	6%	-	12%	1%	
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	11%	17%	14%	11%	14%	22%	16%	11%	1%	17%	8%	
MÉDIA	4,05	3,95	4,05	4,00	3,95	3,75	4,01	3,89	4,35	3,87	4,21	

Por Total, Tipo e Atendimento

NÃO SABE	1%	2%	1%	2%	1%	0%
AVALIOU	99%	98%	99%	98%	99%	100%

TOP 2 BOXES - CONCORDA	74%	74%	75%	71%	76%	78%
Concorda totalmente (5)	32%	32%	30%	30%	34%	35%
Concorda parcialmente (4)	42%	42%	45%	41%	42%	43%
<i>Não concorda nem discorda (3)</i>	15%	15%	14%	16%	12%	15%
Discorda parcialmente (2)	6%	6%	5%	6%	7%	3%
Discorda totalmente (1)	5%	5%	6%	7%	5%	4%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	11%	11%	11%	13%	12%	7%
MÉDIA	4,05	4,05	4,03	3,98	4,08	4,19

Base: Total da amostra

P.6D: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6D) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que combate a sonegação”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

Por Total e Unidade

Base: Total da amostra

P.6D: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6E) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que busca melhorar o atendimento prestado aos contribuintes”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

Por Total, Tipo e Atendimento

NÃO SABE	2%	2%	2%	3%	1%	2%
AVALIOU	98%	98%	98%	97%	99%	98%

TOP 2 BOXES - CONCORDA	69%	70%	66%	67%	70%	72%
Concorda totalmente (5)	27%	28%	24%	27%	28%	23%
Concorda parcialmente (4)	42%	42%	42%	40%	42%	49%
Não concorda nem discorda (3)	17%	16%	20%	20%	16%	17%
Discorda parcialmente (2)	8%	8%	7%	7%	8%	6%
Discorda totalmente (1)	6%	6%	7%	6%	6%	5%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	14%	14%	14%	13%	14%	11%
MÉDIA	3,93	3,94	3,85	3,94	3,91	3,94

Base: Total da amostra

P.6E: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6E) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que busca melhorar o atendimento prestado aos contribuintes”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

Por Total e Unidade

	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	2%	4%	1%	1%	3%	1%	2%	2%	1%	3%	3%
AVALIOU	98%	96%	99%	99%	97%	99%	98%	98%	99%	97%	97%

	Total (2945)	Unidade									
		1ª RF (326)	2ª RF (375)	3ª RF (188)	4ª RF (242)	5ª RF (139)	6ª RF (168)	7ª RF (490)	8ª RF (745)	9ª RF (137)	10ª RF (135)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	69%	67%	70%	74%	60%	73%	61%	64%	71%	80%	74%
Concorda totalmente (5)	27%	30%	28%	23%	24%	37%	26%	16%	26%	38%	31%
Concorda parcialmente (4)	42%	37%	42%	51%	36%	36%	35%	48%	45%	42%	43%
Não concorda nem discorda (3)	17%	12%	16%	18%	15%	10%	13%	23%	26%	8%	15%
Discorda parcialmente (2)	8%	10%	11%	7%	17%	8%	11%	6%	3%	3%	9%
Discorda totalmente (1)	6%	11%	3%	1%	8%	9%	15%	7%	0%	9%	2%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	14%	21%	14%	8%	25%	17%	26%	13%	3%	12%	11%
MÉDIA	3,93	3,73	3,96	4,07	3,60	3,92	3,53	3,77	4,27	4,05	4,07

Base: Total da amostra

P.6E: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

NÃO SABE	1%	1%	1%	2%	1%	1%
AVALIOU	99%	99%	99%	98%	99%	99%

TOP 2 BOXES - CONCORDA	77%	77%	78%	77%	77%	80%
Concorda totalmente (5)	38%	39%	30%	40%	37%	38%
Concorda parcialmente (4)	39%	38%	48%	37%	40%	42%
Não concorda nem discorda (3)	15%	16%	13%	15%	15%	14%
Discorda parcialmente (2)	4%	4%	5%	4%	5%	4%
Discorda totalmente (1)	4%	3%	4%	4%	3%	2%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	8%	7%	9%	8%	8%	6%
MÉDIA	4,23	4,25	4,09	4,26	4,20	4,25

P.6F) “A RECEITA FEDERAL é um órgão que favorece o cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes (pagamento dos impostos, entrega de declarações, etc.)”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

Por Total, Tipo e Atendimento

Base: Total da amostra

P.6F: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda

totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6F) “A RECEITA FEDERAL é um órgão que favorece o cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes (pagamento dos impostos, entrega de declarações, etc.)”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

Por Total e Unidade

	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	1%	2%	2%	1%	3%	1%	1%	2%	1%	3%	0%
AVALIOU	99%	98%	98%	99%	97%	99%	99%	98%	99%	97%	100%

	Total (2961)	Unidade									
		1ª RF (333)	2ª RF (373)	3ª RF (189)	4ª RF (244)	5ª RF (139)	6ª RF (168)	7ª RF (494)	8ª RF (745)	9ª RF (137)	10ª RF (139)
TOP 2 BOXES - CONCORDA	77%	77%	73%	73%	77%	65%	74%	71%	88%	84%	70%
Concorda totalmente (5)	38%	44%	36%	32%	34%	36%	61%	24%	34%	48%	43%
Concorda parcialmente (4)	39%	33%	37%	41%	43%	29%	13%	47%	54%	36%	27%
<i>Não concorda nem discorda (3)</i>	15%	12%	23%	17%	8%	30%	14%	21%	10%	5%	22%
Discorda parcialmente (2)	4%	7%	3%	7%	12%	1%	6%	3%	1%	2%	6%
Discorda totalmente (1)	4%	4%	1%	3%	3%	4%	6%	5%	1%	9%	2%
BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA	8%	11%	4%	10%	15%	5%	12%	8%	2%	11%	8%
MÉDIA	4,23	4,19	4,37	4,11	4,00	4,32	4,38	4,04	4,35	4,16	4,30

Base: Total da amostra

P.6F: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.6G) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que investe em novas tecnologias e na informatização de seus serviços”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

Por Total, Tipo e Atendimento

NÃO SABE	5%	5%	4%	6%	3%	4%
AVALIOU	95%	95%	96%	94%	97%	96%

<i>TOP 2 BOXES - CONCORDA</i>	70%	70%	70%	65%	71%	78%
Concorda totalmente (5)	29%	29%	27%	27%	30%	30%
Concorda parcialmente (4)	41%	41%	43%	38%	41%	48%
<i>Não concorda nem discorda (3)</i>	20%	19%	21%	24%	19%	14%
Discorda parcialmente (2)	6%	7%	5%	7%	7%	4%
Discorda totalmente (1)	4%	4%	4%	4%	3%	4%
<i>BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA</i>	10%	11%	9%	11%	10%	8%
MÉDIA	4,06	4,05	4,07	3,99	4,08	4,14

Base: Total da amostra

P.6G: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
NÃO SABE	5%	12%	2%	3%	7%	2%	0%	4%	6%	3%	6%
AVALIOU	95%	88%	98%	97%	93%	98%	100%	96%	94%	97%	94%

	Total (2861)	Unidade									
		1ª RF (295)	2ª RF (374)	3ª RF (186)	4ª RF (235)	5ª RF (138)	6ª RF (168)	7ª RF (486)	8ª RF (712)	9ª RF (135)	10ª RF (132)
<i>TOP 2 BOXES - CONCORDA</i>	70%	68%	72%	77%	68%	75%	63%	65%	71%	77%	63%
Concorda totalmente (5)	29%	39%	29%	30%	24%	40%	36%	21%	22%	36%	29%
Concorda parcialmente (4)	41%	29%	43%	47%	44%	35%	27%	44%	49%	41%	34%
<i>Não concorda nem discorda (3)</i>	19%	14%	19%	14%	14%	12%	23%	25%	26%	10%	26%
Discorda parcialmente (2)	7%	10%	6%	7%	11%	9%	12%	4%	3%	3%	8%
Discorda totalmente (1)	4%	8%	3%	2%	7%	4%	2%	6%	0%	10%	3%
<i>BOTTOM 2 BOXES - DISCORDA</i>	11%	18%	9%	9%	18%	13%	14%	10%	3%	13%	11%
MÉDIA	4,06	3,93	4,10	4,12	3,79	4,13	4,07	3,95	4,21	4,02	4,06

P.6G) “A RECEITA FEDERAL DO BRASIL é um órgão que investe em novas tecnologias e na informatização de seus serviços”

Média na escala de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente)

Por Total e Unidade

Base: Total da amostra

P.6G: Gostaria que você me dissesse o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**. Para isso, considere a seguinte escala: Discorda totalmente (1), Discorda parcialmente (2), Não concorda nem discorda (3), Concorda parcialmente (4) e Concorda totalmente (5). Estimulada - RU

P.7) A Imagem dos Servidores da RFB

Por Total, Tipo e Atendimento

Principais Respostas	Total (3000)	Tipo		Atendimento		
		PF (2200)	PJ (800)	Nenhum (1161)	Presencial (1485)	Virtual (511)
São funcionários inteligentes / qualificados / competentes	39%	39%	35%	36%	42%	38%
São funcionários educados / atenciosos / gentis	27%	27%	23%	18%	35%	22%
São funcionários lentos / preguiçosos / morosos	13%	13%	15%	13%	13%	15%
São funcionários prestativos	6%	6%	5%	5%	8%	5%
São funcionários exigentes / rigorosos	6%	6%	7%	7%	5%	10%
São funcionários ágeis / rápidos / práticos	5%	5%	3%	4%	7%	4%
São funcionários descompromissados / desinteressados	4%	4%	6%	4%	5%	4%
São funcionários desqualificados / despreparados	4%	4%	6%	3%	6%	5%
São funcionários normais	3%	3%	2%	2%	4%	3%
São funcionários mal educados / desatenciosos	3%	3%	2%	3%	3%	3%
Tratam as pessoas friamente /são arrogantes	3%	3%	4%	2%	4%	3%
São funcionários compromissados / interessados	3%	3%	2%	3%	2%	3%
São funcionários honestos	3%	3%	2%	4%	2%	2%
São funcionários corruptos /desonestos	2%	2%	4%	3%	2%	1%
Metade atende bem e a outra metade compromete o trabalho	2%	2%	3%	1%	3%	1%
São funcionários concursados /públicos	2%	2%	1%	3%	2%	2%
Não sabe	11%	11%	10%	18%	4%	13%

Base: Total da amostra

A soma dos percentuais das respostas excede 100% porque a pergunta é de respostas múltiplas, isto é, os entrevistados podiam dar mais de uma resposta.

P.7: Vamos avaliar a sua impressão sobre o corpo de funcionários da Receita Federal do Brasil.

Que palavras você utilizaria para definir os funcionários da Receita Federal do Brasil?

Espontânea - RM.

P.7) A Imagem dos Servidores da RFB

Por Total e Unidade

Principais respostas	Total (3000)	Unidade									
		1ª RF (340)	2ª RF (380)	3ª RF (190)	4ª RF (250)	5ª RF (140)	6ª RF (170)	7ª RF (500)	8ª RF (750)	9ª RF (140)	10ª RF (140)
São funcionários inteligentes / qualificados / competentes	39%	44%	46%	43%	31%	61%	43%	20%	26%	56%	55%
São funcionários educados / atenciosos / gentis	27%	28%	23%	32%	26%	55%	16%	24%	26%	29%	17%
São funcionários lentos / preguiçosos / morosos	13%	8%	6%	11%	12%	1%	5%	10%	30%	5%	6%
São funcionários prestativos	6%	9%	12%	6%	2%	10%	4%	7%	2%	10%	8%
São funcionários exigentes / rigorosos	6%	7%	2%	1%	3%	6%	4%	14%	11%	-	1%
São funcionários ágeis / rápidos / práticos	5%	5%	8%	11%	8%	12%	3%	3%	2%	3%	5%
São funcionários descompromissados / desinteressados	4%	4%	2%	5%	3%	1%	9%	5%	6%	2%	1%
São funcionários desqualificados / despreparados	34%	4%	6%	4%	9%	6%	6%	3%	3%	1%	1%
São funcionários normais	3%	1%	0%	1%	3%	-	2%	3%	7%	4%	1%
São funcionários mal educados / desatenciosos	3%	4%	2%	3%	8%	6%	-	4%	1%	2%	1%
Tratam as pessoas friamente / são arrogantes	3%	2%	7%	3%	1%	3%	5%	5%	3%	1%	0%
São funcionários compromissados / interessados	3%	9%	1%	0%	2%	9%	2%	-	4%	-	-
São funcionários honestos	3%	4%	2%	-	1%	4%	1%	2%	2%	7%	5%
São funcionários corruptos / desonestos	2%	0%	1%	1%	0%	3%	1%	2%	5%	3%	-
Metade atende bem e a outra metade compromete o trabalho	2%	1%	4%	2%	2%	5%	7%	1%	1%	-	-
São funcionários concursados / públicos	2%	7%	1%	1%	2%	4%	4%	2%	1%	-	-
Não sabe	11%	8%	7%	9%	18%	-	12%	16%	11%	10%	14%

Base: Total da amostra

A soma dos percentuais das respostas excede 100% porque a pergunta é de respostas múltiplas, isto é, os entrevistados podiam dar mais de uma resposta.

3.4 - Detalhamento do caminho de acesso, no portal da unidade jurisdicionada na Internet

Conforme o Referencial Básico de Governança, aprovado pela Portaria TCU nº 25/2014, aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, a transparência é um dos componentes do mecanismo de governança denominado “controle”. A transparência nos resultados e na forma de atuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) é de fundamental importância para o alcance de sua finalidade e para o bom desempenho de suas competências institucionais.

A organização, para ter transparência, deve divulgar oportunamente as questões relevantes relacionadas à organização, inclusive sua situação financeira, desempenho, composição e governança da organização. A organização deve dar transparência às informações, especialmente para as de alta relevância, que impactem os negócios e que envolvam resultados, oportunidades e riscos. A transparência, no entanto, não é ilimitada, e há informações que, de acordo com a legislação, requerem salvaguarda.

A RFB busca facilitar o acesso a informações referentes as suas atividades utilizado-se de diversos instrumentos de divulgação.

A maioria dos instrumentos de divulgação é de responsabilidade do Órgão Central da RFB, e estarão informados no Relatório de Gestão do Órgão Central.

Dentre esses instrumentos, destacamos a Carta de Serviços ao Cidadão, de responsabilidade do Órgão Central, disponibilizada no site do Ministério da Fazenda e no Portal da RFB.

Informamos que esta unidade não possui página própria na internet, e que quase todas as informações de interesse dos usuários como, por exemplo, acesso a serviços, legislação, orientações, endereços, telefones e titulares das Unidades da Região Fiscal são disponibilizadas no portal da RFB, endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br>. Por meio desse portal, são disponibilizados links para outros portais de interesse dos usuários dos serviços da RFB.

Quanto aos Relatórios de Gestão da Unidade, Relatórios de Auditoria de Gestão e demais documentos e informações correlatas, informamos que, devido a esta unidade não possuir página própria na internet, a publicação é realizada pelo Órgão Central, no endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/auditorias>.

Essa publicação ocorre em cumprimento ao Decreto nº 5.481, de 30 de junho de 2005, que alterou o Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000. A Portaria CGU nº 262, de 30 de agosto de 2005, e a Norma de Execução nº 01, aprovada pela Portaria CGU nº 650, de 28 março de 2014, também orientam a forma de divulgação.

Essas normas determinam que o Relatório de Gestão, o Relatório de Auditoria, o Certificado de Auditoria, o Parecer do Órgão de Controle Interno e o Pronunciamento Ministerial devem ser publicados no site da entidade na internet, no link “Processos de Contas Anuais”. Além desses documentos, as normas determinam a publicação de informações complementares, como os números dos processos, situação do julgamento dos processos pelo TCU, entre outras.

A publicação desses documentos também é realizada no site do Ministério da Fazenda, no link Auditoria da página de transparência ativa, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), endereço <http://www1.fazenda.gov.br/acessoainformacao/>.

Ressalta-se que, para alguns exercícios, não há Relatório de Gestão e/ou documentos do Órgão de Controle Interno e Pronunciamento Ministerial, tendo em vista que essa documentação é

produzida de acordo com a previsão normativa do Tribunal de Contas União (TCU). Em alguns exercícios, o TCU dispensou esta unidade de apresentar Relatório de Gestão e/ou dispensou o Órgão de Controle Interno de realizar a auditoria de contas.

3.5 - Resultados da avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada na prestação de serviços ao cidadão

O atendimento ao público externo, em 2014, foi na ordem de cerca de 18,4 milhões de serviços prestados nas unidades da RFB, com Tempo Médio de Espera (TME) de 10 minutos e 59 segundos. O sítio da RFB na Internet recebeu cerca de 631 milhões de acessos, os quais geraram 1,9 bilhão de page views (páginas vistas). Foram recebidas por meio do sistema Receitanet em torno de 84,4 milhões de declarações. O Centro Virtual de Atendimento (Portal e-CAC), que pode ser acessado por certificado digital ou por código de acesso, registrou 106 milhões de serviços acessados. O serviço de Correio Eletrônico Fale Conosco respondeu cerca de 170 mil consultas e o Receitafone 146 recebeu aproximadamente 9,3 milhões de ligações, entre consultas automáticas e atendimentos personalizados. A rede conveniada (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios e Conveniadas Web) realizou 10,9 milhões de atendimentos de CPF no período. Quanto ao atendimento eletrônico (à distância), houve um incremento na inclusão de serviços disponibilizados no sítio da RFB na Internet e no Portal e-CAC, para realização de serviços pelo próprio contribuinte.

Número do Atendimento ao Contribuinte e Interação com a Sociedade	2013	2014
Atendimento Presencial	20.008.077	18.353.967
Tempo Médio de Espera	10m e 42s	10m e 59s
e-CAC	78.779.798	106.980.633
CPF em Conveniadas	10.635.817	10.941.506
Atendimento Telefônico	11.185.503	9.311.782
TME15	86,70%	85,29%
Ações de Educação Fiscal	10.026,57	11.432,30
Autoatendimento Orientado	203.678	883.901

3.6 - Medidas adotadas pelos órgãos para o cumprimento das normas relativas à Acessibilidade

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), em atendimento ao Ofício nº 614/2014-TCU/SecobUrban, de 13/10/2014, que encaminhou diligência pela qual a Secretaria de Fiscalização de Obras e Infraestrutura Urbana (SecobUrban) do Tribunal de Contas da União solicita informações com o objetivo de verificar o cumprimento das deliberações do Acórdão nº 2.170/2012-TCU-Plenário, com vistas ao saneamento do processo de Monitoramento nº 020.833/2014-8.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) editou a Nota RFB/Audit/Diaex nº 59, de 21 de novembro de 2014, em resposta ao ofício encaminhado pela SecobUrban, com as informações abaixo.

A RFB, por meio de seu plano nacional de engenharia executado nos exercícios 2013 e 2014, contratou intervenções específicas de adequações de acessibilidade física para 106 unidades,

com valor total de R\$ 4.136.996,48. Nesses contratos foram contempladas iniciativas de identificação tátil, piso tátil, colocação de corrimão, substituição de alças de segurança nos banheiros, confecção de placas de identificação, adaptação de mesas/balcões de atendimento, alargamentos de rampas, instalação de plataforma de elevação, indicação sonora e braile em elevador e reforma de banheiros.

Além dessas iniciativas específicas de acessibilidade, a RFB aplicou recursos no Projeto Unidades Modelo, cujo escopo compreende a construção de Agências concebidas dentro de critérios de identidade visual, flexibilidade, acessibilidade e sustentabilidade. No quadro abaixo estão demonstradas todas as unidades cujas contratações foram realizadas em 2013 e 2014, sendo que 51 se referem à contratação de levantamentos planialtimétricos, execução de sondagens e elaboração de projetos e 4 para a construção das agências.

Em 86 unidades da RFB, as necessidades de adequações de acessibilidade foram contempladas como itens de reformas mais amplas ou em obras de construção de novas sedes administrativas. Tais iniciativas foram contratadas em 2013 e 2014.

A RFB, por meio de seu plano nacional de engenharia planeja para o final de 2014 e para o exercício de 2015 a contratação de intervenções específicas de adequações de acessibilidade física para 159 unidades, com valor total de R\$ 20.454.059,47. Nessas, planejam-se a contratação de iniciativas de identificação tátil, piso tátil, colocação de corrimão, substituição de alças de segurança nos banheiros, confecção de placas de identificação, adaptação de mesas/balcões de atendimento, alargamentos de rampas, instalação de plataforma de elevação, indicação sonora e braile em elevador e reforma de banheiros.

Além de iniciativas específicas de acessibilidade, a RFB planeja a aplicação de recursos no Projeto Unidades Modelo, cujo escopo compreende a construção de Agências concebidas dentro de critérios de identidade visual, flexibilidade, acessibilidade e sustentabilidade. As unidades planejadas para contratação no final de 2014 e para o exercício de 2015, sendo que 45 se referem à contratação de levantamentos planialtimétricos, execução de sondagens e elaboração de projetos e 51 para a construção das agências.

Em 124 unidades da RFB, as necessidades de adequações de acessibilidade serão contempladas como itens de reformas mais amplas ou em obras de construção de novas sedes administrativas. Tais iniciativas foram planejadas para contratação no final de 2014 e para o exercício de 2015.

Importante esclarecer que a execução das iniciativas citadas é responsabilidade das unidades gestoras enumeradas em cada anexo. Cabe à Coordenação-Geral de Programação e Logística da Secretaria da Receita Federal do Brasil a tarefa de consolidar as necessidades de obras e serviços de engenharia, garantir os recursos necessários e acompanhar sua execução.

As metas a serem alcançadas com a implementação da ação foram definidas a nível nacional. Os resultados esperados, ao final dos prazos para implementação são os seguintes:

Para Unidades que prestam atendimento em um ou mais pavimentos ou andares:

Adequação de acessibilidade	Meta
Disponibilidade de mapa tátil na entrada da Unidade de atendimento.	90% das Unidades
Disponibilidade de piso tátil direcional na entrada do edifício.	90% das Unidades
Banheiro acessível na Unidade de atendimento.	70% das Unidades
Disponibilidade de mesas e balcões acessíveis a pessoas em cadeira de rodas.	70% das Unidades

A inclinação das rampas permite a circulação de uma pessoa em cadeira de rodas sem que seja necessária a ajuda de outra pessoa. 90% das Unidades

Adicionalmente, para Unidades que prestam atendimento em mais de um pavimento ou andar:

Adequação de acessibilidade	Meta
Disponibilidade de piso tátil de alerta próximo ao elevador.	90%
Disponibilidade de piso tátil de alerta próximo às escadas.	90%
Disponibilidade de indicação sonora e em braile em elevadores usados pelos usuários.	45%
Disponibilidade de rampa, elevador ou outro equipamento ligando os pavimentos ou vencendo desníveis.	70%

A proposta de fornecer capacitação em Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) aos servidores do atendimento mostrou-se inviável, devido a características próprias da atividade de atendimento na RFB, que comprometem a eficácia dessa solução. Embora os servidores assimilem corretamente o conteúdo do treinamento, o conhecimento se perde com o tempo, devido a pouca ou quase nenhuma utilização da Libras no cotidiano. Além disso, há uma rotatividade significativa de servidores, retirando da atividade mão de obra capacitada para realizar esse tipo de atendimento.

Diante das dificuldades apontadas, a solução indicada pela Receita Federal para possibilitar a prestação de serviços a surdos e deficientes auditivos será a implementação de um serviço de intermediação por vídeo.

Trata-se de solução tecnológica que possibilita a comunicação entre surdos e deficientes auditivos e ouvintes, no caso, os atendentes da RFB. Com esse sistema, que deverá funcionar a partir de equipamentos a serem instalados em todas as unidades de atendimento, o contribuinte poderá ser atendido pelo servidor deste órgão que acionará o intérprete de Libras no equipamento, realizando o atendimento.

Antes da implementação desta solução, entretanto, a área de Tecnologia da Informação da RFB está elaborando Nota Técnica para homologação do produto, uma vez que qualquer aquisição pela RFB de soluções tecnológicas passa por esse controle. Vários itens estão sendo estudados para possibilitar a aprovação desta solução no âmbito da RFB, tais como banda mínima requerida para que o sistema funcione adequadamente, existência de criptografia na comunicação da estação local com o servidor do serviço, existência de bateria interna do hardware, controle de acesso à estação local, suporte técnico entre outros.

Após a homologação, deverão ser adquiridas aproximadamente 600 (seiscentas) unidades deste equipamento, viabilizando a comunicação bilateral entre surdos e ouvintes, com a intermediação de intérpretes de uma central de atendimento, integrando-os à sociedade.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL –
1ª REGIÃO FISCAL - SRRF 01

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 4: Planejamento e Resultados Alcançados
(Item 4, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

4.1 - Planejamento da Unidade Jurisdicionada

A Estratégia da RFB, que é o plano de trabalho dessa Instituição, é formada por 4 instrumentos basilares: a Cadeia de Valor, o Mapa Estratégico, o Painel de Desempenho e o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais.

4.1.1 – Cadeia de Valor e Processos de Trabalho:

No processo de formulação da Estratégia para o período 2012-2015, foi incorporada a construção da Cadeia de Valor da RFB, que é a representação gráfica de como são organizados e agrupados os processos de trabalho para que a Instituição cumpra sua Missão e gere valor para os seus clientes. Esse tema (Cadeia de Valor) já foi detalhado no item 1.4 (*Macroprocessos Finalísticos*).

Processos de Trabalho são o conjunto de recursos e de atividades inter-relacionadas ou interativas que transformam insumos (entradas) em serviços/produtos (saídas), tendo como principal resultado a agregação de valor ao cliente/cidadão. As atividades envolvidas em um processo normalmente utilizam como recursos pessoas, equipamentos, instalações, infraestrutura e sistemas de informação e estão sujeitas a controles de políticas, regras, procedimentos operacionais, indicadores e metas.

Nesse contexto, a Gestão de Processos é uma abordagem conceitual que trata processos como ativos que potencializam diretamente o desempenho de uma organização e orienta a geração de valor a partir do foco no cidadão/cliente e da visão sistêmica das atividades.

A RFB vem investindo esforços contínuos em busca da modernização dos seus mecanismos de gestão com o objetivo de garantir tanto a qualidade, a rapidez e a eficiência dos serviços postos à disposição da sociedade, quanto o melhor entendimento das demandas dos cidadãos. Dessa forma, para promover uma evolução no modo como a Instituição desenvolve melhorias nos serviços ofertados à sociedade, tem-se priorizado a implementação e a estruturação da cultura de Gestão de Processos.

Ao longo de 2014, foram publicados 90 processos de trabalho da RFB. Somando-se tal dado ao número de processos publicados no ano de 2013, atualmente, a RFB dispõe de 98 processos de trabalho publicados.

Para a modelagem e a publicação dos processos, a Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional (Copav), por meio da Coordenação de Gestão de Processos Institucionais (Cproc), forneceu às diversas unidades organizacionais da RFB apoio técnico e metodológico. As consultorias prestadas pelo Escritório de Processos foram realizadas em nível 1 ou nível 2. Na consultoria nível 1, Analistas de Processos membros do Escritório de Processos atuam diretamente com a Equipe de Trabalho, por meio de reuniões, disponibilizando apoio técnico e metodológico no desenvolvimento das iniciativas de Gestão de Processos. Já na consultoria nível 2, Analistas de Processos membros da área gestora e/ou da área executora do processo são responsáveis pela condução e pelo andamento da iniciativa de Gestão de Processos. O Escritório de Processos orienta o planejamento da iniciativa e revisa notacional e metodologicamente os produtos gerados. Do total de modelos publicados, 37 tiveram consultoria nível 1 e 61 tiveram consultoria nível 2.

Além disso, a Copav, buscando disseminar a cultura de Gestão de Processos na RFB disponibiliza, frequentemente, eventos de capacitação para os servidores da Instituição. Em 2014,

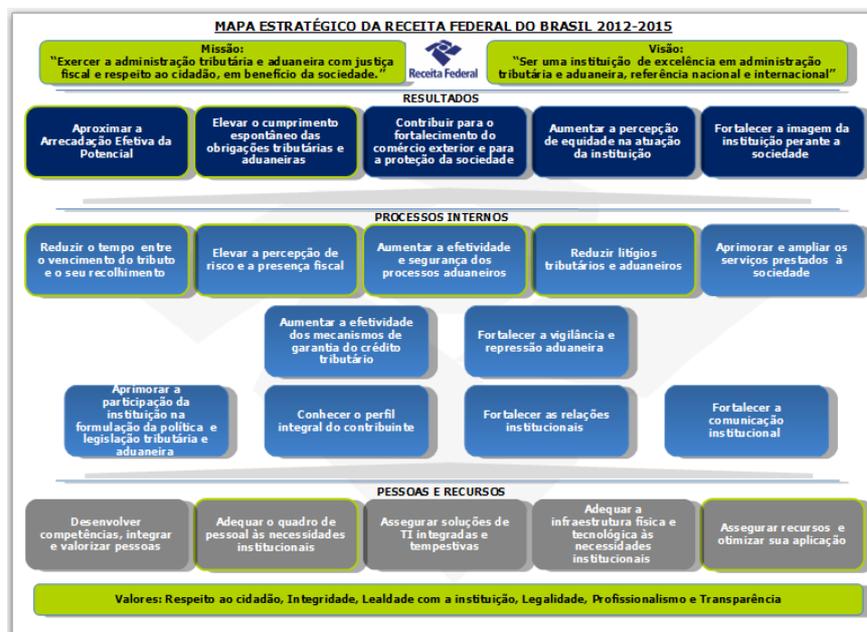
foram realizados 13 eventos com foco em Modelagem e Gestão de Processos. No total, 208 servidores foram capacitados pelo Escritório de Processos.

4.1.2 - Mapa Estratégico:

O Mapa Estratégico da RFB tem sua construção baseada na Cadeia de Valor e traduz a Missão, a Visão e a Estratégia da RFB por meio de um conjunto abrangente de objetivos interligados por relação de causa e efeito que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.

O Plano Estratégico em vigência abrange o Ciclo 2012-2015 e a vinculação desse plano com suas competências constitucionais, legais e normativas pode ser demonstrada a partir do conjunto de 6 elementos que compõem esse Mapa: Missão; Visão; Objetivos Estratégicos de Resultados; Objetivos Estratégicos de Processos Internos; Objetivos Estratégicos de Pessoas e Recursos; e Valores.

A seguir, a figura do Mapa Estratégico da Receita Federal do Brasil - Ciclo 2012-2015.



Fonte: Intranet RFB

A Missão (razão de ser da organização) da RFB é : "Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade" e expressa o papel institucional dessa Organização com relação às políticas públicas.

A Visão de Futuro (aspirações da organização em relação a seu futuro) da RFB está assim descrita: "Ser uma Instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional".

Os Valores Institucionais (o que é importante para a organização) que norteiam a atuação da RFB e de seu corpo funcional são: Respeito ao cidadão, Integridade, Lealdade com a Instituição, Legalidade, Profissionalismo e Transparência.

Os Objetivos Estratégicos são os fins a serem perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, determinando, assim, as estratégias a serem desenvolvidas ao longo do ciclo 2012-2015. No total,

são 21 Objetivos Estratégicos, distribuídos em 3 perspectivas: Resultados, Processos Internos e Pessoas e Recursos. Os Objetivos de Resultado demonstram o que a Instituição quer e os Objetivos de Processos Internos e de Pessoas e Recursos o que a Instituição deve fazer para alcançar os resultados desejados.

Os Objetivos Estratégicos da RFB estão descritos a seguir:

➤ Perspectiva de Resultados:

- 1) - **Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial:** envidar esforços para que o montante arrecadado pela RFB se aproxime da arrecadação potencial.
- 2) - **Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras:** ampliar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras empreendendo ações coordenadas que elevem a percepção de risco, simplifiquem o cumprimento, orientem o cidadão, fomentando uma aliança entre a Instituição e a sociedade.
- 3) - **Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade:** fortalecer o comércio exterior por meio da administração aduaneira transparente, ágil, eficiente e segura, proporcionando a proteção da economia e sociedade.
- 4) - **Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição:** aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição, demonstrando a correta e justa aplicação da legislação tributária e aduaneira.
- 5) - **Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade:** fazer com que a sociedade reconheça a RFB como uma organização que cumpre sua Missão com excelência, transparência, integridade e profissionalismo.

➤ Perspectiva de Processos Internos:

- 1) - **Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento:** racionalizar e agilizar os processos de controle e de recuperação do crédito tributário, permitindo a redução do tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento.
- 2) - **Elevar a percepção de risco e a presença fiscal:** intensificar a atuação da Instituição na administração de tributos internos e de comércio exterior, visando o aumento da presença fiscal e a elevação da percepção de risco pela sociedade.
- 3) - **Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros:** proporcionar processos aduaneiros integrados e harmônicos, garantindo agilidade aos operadores que atuam de acordo com os requisitos legais e aumentar a segurança e a efetividade dos procedimentos para coibir ilegalidades.
- 4) - **Reduzir litígios tributários e aduaneiros:** melhorar a qualidade do lançamento do crédito tributário, apreciar e julgar casos de litígios tributários e aduaneiros, em âmbito administrativo, com qualidade, celeridade e menor custo e reduzir a quantidade de divergências internas na interpretação da legislação tributária e aduaneira.
- 5) - **Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade:** adotar medidas de ampliação e aprimoramento dos serviços prestados pela instituição, visando aumentar a satisfação da sociedade.

6) - **Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário:** assegurar a arrecadação de tributos, por meio de mecanismos de garantia do crédito tributário, inclusive em relação ao patrimônio de contribuintes que possuam débitos, no interesse da Fazenda Nacional.

7) - **Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira:** adequar recursos e procedimentos necessários visando a melhorar e a ampliar o desempenho das atividades de vigilância e repressão aduaneira em todo o território nacional.

8) - **Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira:** aprimorar a participação da RFB nos fóruns de discussão de políticas e legislação tributária e aduaneira, subsidiando de forma ativa e efetiva as decisões tomadas em âmbito político, defendendo os interesses da administração tributária e aduaneira.

9) - **Conhecer o perfil integral do contribuinte:** conhecer e identificar o perfil cadastral, econômico, fiscal e contributivo e o comportamento dos contribuintes perante o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras, de forma a permitir uma atuação integral no atendimento, monitoramento e controle fiscal e aduaneiro.

10) - **Fortalecer as relações institucionais:** fortalecer parcerias estratégicas nacionais e internacionais, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com as administrações tributárias estaduais, distrital e municipais, com órgãos do Ministério da Fazenda, bem como com entidades e organismos que atuem em atividades afins.

11) - **Fortalecer a comunicação institucional:** aprimorar a comunicação institucional de forma que as informações que sejam de interesse dos públicos interno e externo sejam transmitidas de maneira objetiva, tempestiva e clara.

➤ Perspectiva de Pessoas e Recursos:

1) - **Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas:** capacitar, desenvolver e valorizar as pessoas, tendo em conta as competências individuais necessárias (fundamentais, gerenciais e específicas) ao alcance da estratégia institucional.

2) - **Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais:** prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário e suficiente para o bom desempenho de seu papel institucional, com vistas à presença efetiva e distribuída adequadamente pelo território nacional, tendo em conta os perfis profissionais e as características de cada unidade.

3) - **Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas:** assegurar soluções de TI integradas e tempestivas, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento institucional.

4) - **Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais:** disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional.

5) - **Assegurar recursos e otimizar sua aplicação:** assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar a sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais.

Dentre os Objetivos Estratégicos explicitados no Mapa Estratégico para o quadriênio 2012-2015, existem 8 considerados "objetivos-batalha", identificados com a marcação de uma borda verde. Esses objetivos foram selecionados na época da elaboração do Mapa, em função de

sua importância para a consecução da estratégia da RFB, para serem acompanhados de maneira mais atenta pela administração.

4.1.3 – Painel de Desempenho, Indicadores e Sistemas de Gestão:

Quando da elaboração do Mapa Estratégico, depois de estabelecidos a Missão, a Visão e os objetivos estratégicos, foram associados a esses objetivos Indicadores que pudessem ser ferramentas para determinar se a Organização está alcançando seus objetivos estratégicos e avançando rumo à plena implementação de sua estratégia e, posteriormente, vinculada uma meta a cada Indicador Estratégico, a fim de mostrar o quanto a RFB deve melhorar em cada um desses Indicadores.

Após a construção de um elenco de Indicadores Estratégicos, outra ação considerada relevante pelos gestores da RFB foi a construção do Painel de Desempenho da RFB, uma ferramenta de avaliação, acompanhamento e controle do atingimento da Estratégia desta Organização. Esse Painel é a representação gráfica dos Indicadores Estratégicos vinculados a cada um dos Objetivos constantes do Mapa Estratégico.

O Painel de Desempenho é gerado no SAGE-RFB (Sistema de Apoio à Gestão Estratégica da Receita Federal do Brasil), que tem como principal objetivo dar efetivo suporte aos procedimentos de gestão estratégica da Instituição, nos âmbitos nacional, regional e local, com base em uma visão integrada dos seus diversos elementos: Objetivos Estratégicos (conforme Mapa Estratégico), Indicadores Estratégicos e Iniciativas Estratégicas.

O acompanhamento dos resultados que a Instituição está obtendo em relação às metas estabelecidas para cada um de seus Indicadores Estratégicos e em relação ao grau de realização dos Objetivos Estratégicos é feito ao longo de todo o ano. A sistemática para o acompanhamento e a avaliação dos resultados dos Indicadores e Objetivos Estratégicos baseia-se num instrumento de comunicação visual – Semáforos de Desempenho – que pretende sinalizar, de forma simples e de fácil compreensão, por meio de codificação por cores e símbolos, como está o desempenho da Instituição e de suas unidades administrativas (nacionais, regionais e locais).

Esses semáforos servem de base para a elaboração das análises de desempenho das dimensões da gestão estratégica, para a realização das reuniões de avaliação nos diversos níveis e para o eventual redirecionamento da Estratégia da Instituição, funcionando como alerta para a possível ocorrência de situações que exigiriam cuidados e providências especiais, dando subsídios para a tomada de decisões.

Abaixo, a descrição dos Semáforos:

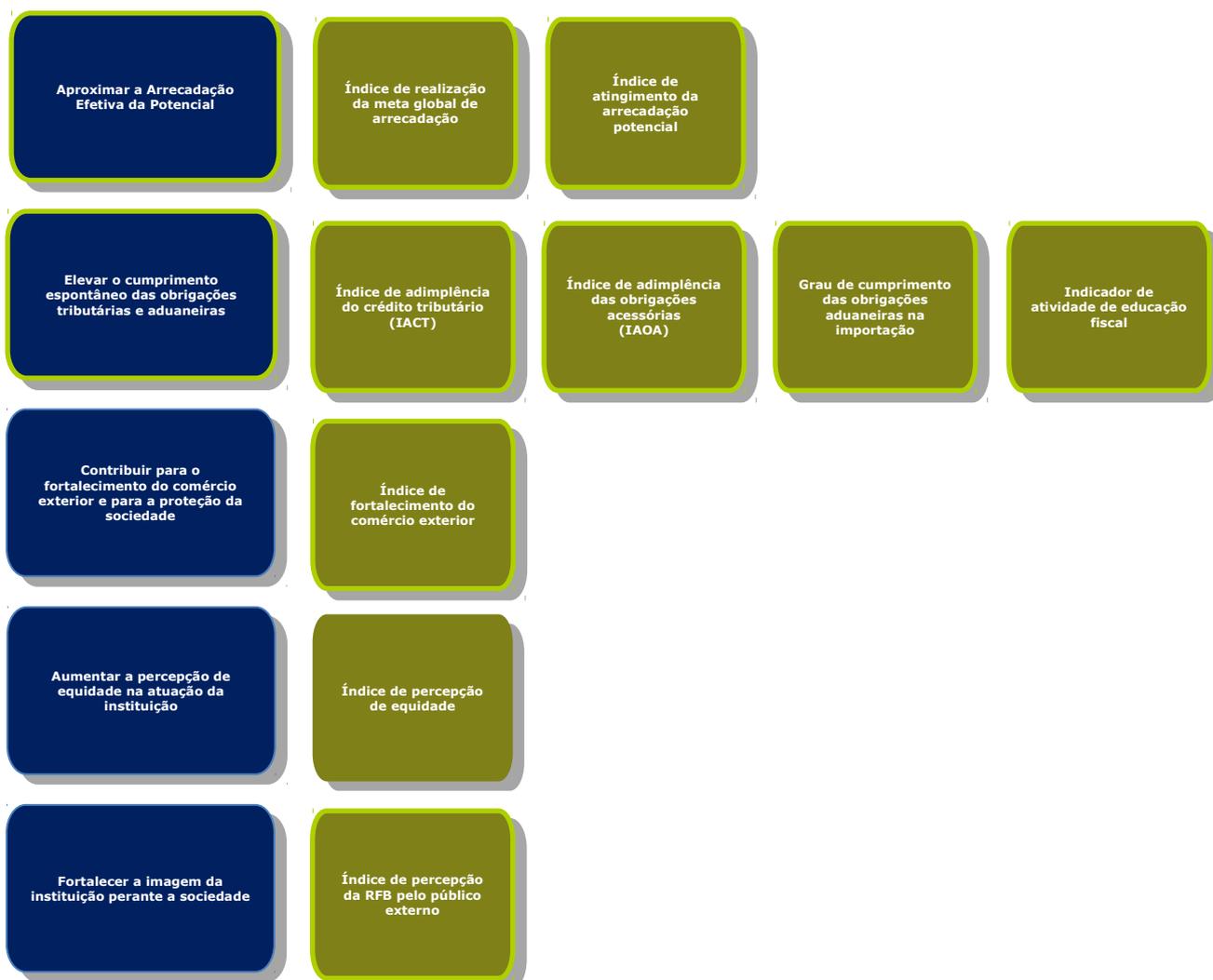
- **Semáforo Transparente (com ponto de exclamação):** utilizado para casos nos quais ainda não é possível calcular o desempenho do Indicador, seja porque não há base de comparação para estabelecimento de meta, ou não se completou, ainda, o período de apuração do resultado.
- **Semáforo Branco:** status igual a “Não disponível”.
- **Semáforo Preto (com um ponto de interrogação):** indicadores com resultados acumulados no ano ou metas anuais não informados.
- **Semáforo Vermelho:** indicadores com percentual de atingimento da meta anual (comparação do resultado acumulado com a meta) inferior a 50%; indicadores de

arrecadação com o percentual de atingimento da meta anual inferior a 97,5%; indicadores advindos da pesquisa de ambiência interna e externa com o resultado inferior a 37,5%.

- **Semáforo Amarelo:** indicadores com percentual de atingimento da meta anual (comparação do resultado acumulado com a meta) superior ou igual a 50% e inferior a 80%; indicadores de arrecadação com o percentual de atingimento da meta anual superior ou igual a 97,5% e inferior a 100%; indicadores advindos da pesquisa de ambiência interna e externa com o percentual de atingimento da meta anual superior ou igual a 37,5% e menor que 62,5%.
- **Semáforo Verde:** indicadores com percentual de atingimento da meta anual (comparação do resultado acumulado com a meta) superior ou igual a 80% e inferior a 130%; indicadores de arrecadação com o percentual de atingimento da meta anual superior ou igual a 100% e inferior a 130%; indicadores advindos da pesquisa de ambiência interna e externa com o resultado superior ou igual a 62,5%.
- **Semáforo Cinza:** todos os Indicadores com percentual de atingimento da meta anual (comparação do resultado acumulado com a meta) superior ou igual a 130%.

Abaixo, o Painel de Desempenho da RFB.

Painel de Desempenho da RFB – Perspectiva Resultados

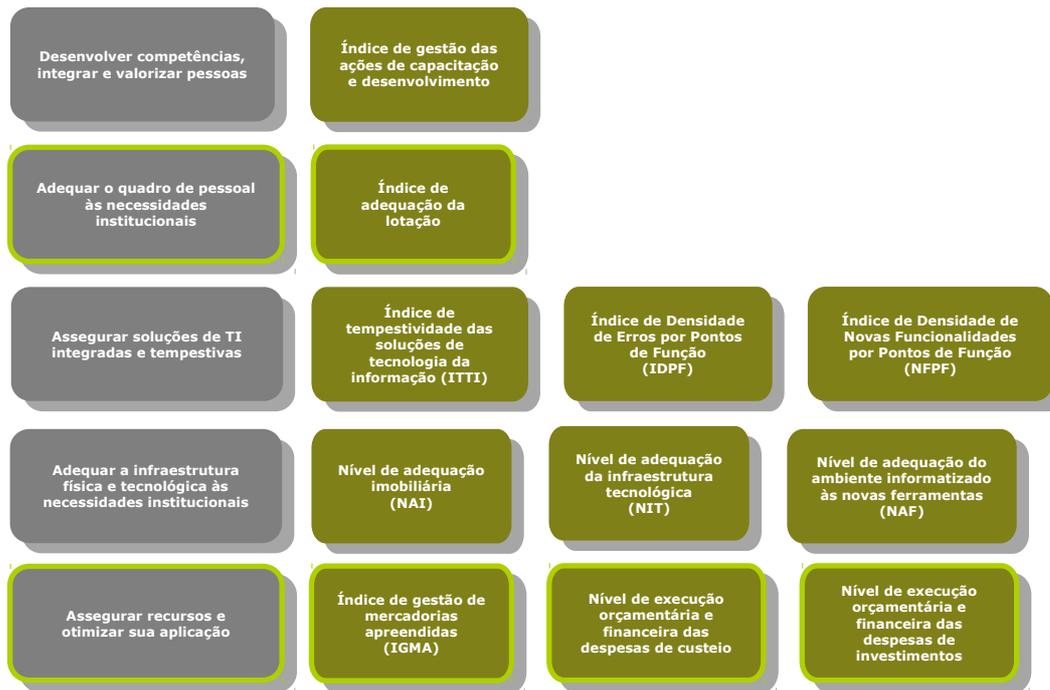


Painel de Desempenho da RFB – Perspectiva Processos Internos



Fonte: Copav

Painel de Desempenho da RFB – Perspectiva Pessoas e Recursos



Fonte: Copav

Além do SAGE, a RFB utiliza a Central de Gestão RFB, que é um Portal Corporativo no qual são divulgadas as análises de informações gerenciais da Instituição. É um produto do Centro de Informações RFB e armazena um conjunto de painéis de controle (*dashboards*) organizados por processos de trabalho da Cadeia de Valor da RFB. Em cada processo dessa Cadeia há um link para acessar os painéis de controle publicados.

No Macroprocesso "Gestão Estratégica, processos e projetos", mais especificamente no Processo de Trabalho "Acompanhar a Execução da Estratégia", existe o módulo "Gestão Estratégica". Este módulo é composto por painéis de controle que têm a finalidade de permitir o acompanhamento da gestão estratégica da Instituição por meio de relatórios, planilhas e gráficos, oferecendo uma visão sistêmica e integrada do desempenho da Instituição quanto aos seus Objetivos e Indicadores Estratégicos.

Os diversos gráficos e relatórios constantes do módulo Gestão Estratégica utilizam, de forma *on-line*, os bancos de dados e as tabelas do SAGE. As consultas a esses painéis de controle podem ser feitas filtrando-se por período, Unidade Central, Região Fiscal e Âmbito Nacional por intermédio das "abas": Mapa, Objetivo Estratégico, Indicador e Visão Geral.

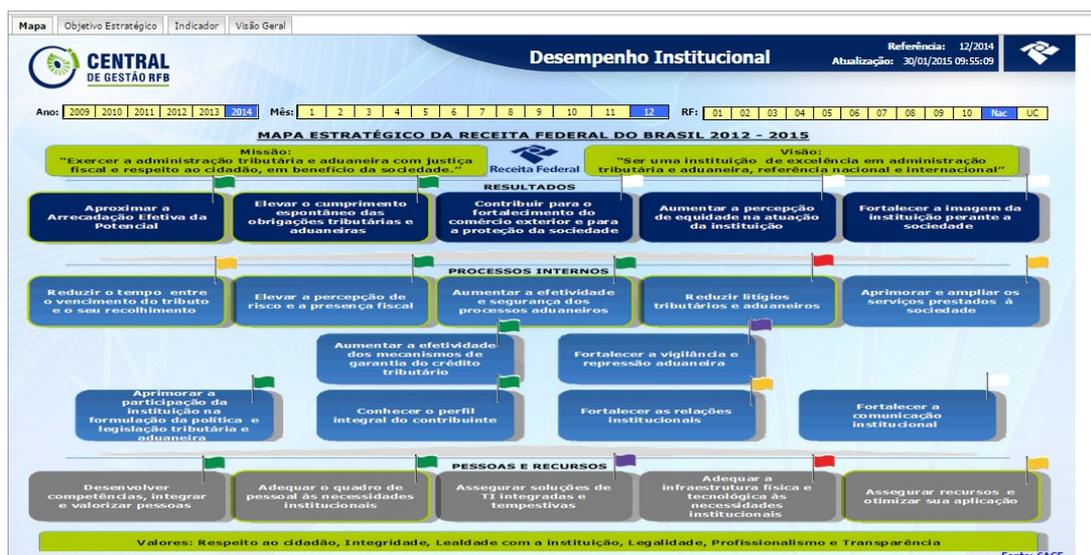
Na análise feita por meio da aba "Mapa", o *dashboard* gerado mostra o Mapa Estratégico da RFB com uma pequena bandeira (ou a sigla "ND" no caso de Não Disponível) em cada Objetivo Estratégico.

Abaixo, a descrição do significado de cada um dos símbolos que podem aparecer no Mapa:

- **Bandeira Verde:** quando todos os indicadores do referido Objetivo Estratégico estejam com semáforo verde.

- **Bandeira Roxa:** quando ao menos um indicador do referido Objetivo Estratégico esteja com semáforo roxo e os demais verde. Importante ressaltar que a cor roxa substitui a cinza utilizada atualmente no SAGE.
- **Bandeira Amarela:** quando ao menos um indicador do referido Objetivo Estratégico esteja com semáforo amarelo e os demais com semáforo verde e/ou roxo.
- **Bandeira Vermelha:** quando ao menos um indicador do referido Objetivo Estratégico esteja com semáforo vermelho, independente do semáforo dos demais indicadores.
- **Bandeira Branca:** quando, por algum motivo, todos os indicadores do referido Objetivo Estratégico não possam ser mensurados.
- **Sigla ND:** quando todos os indicadores do respectivo Objetivo Estratégico estejam "Não Disponíveis", ou seja, quando seja impossível medi-los no período consultado.

A seguir, o Mapa Estratégico da RFB, ano de referência 2014, com os símbolos referentes a cada Objetivo Estratégico.

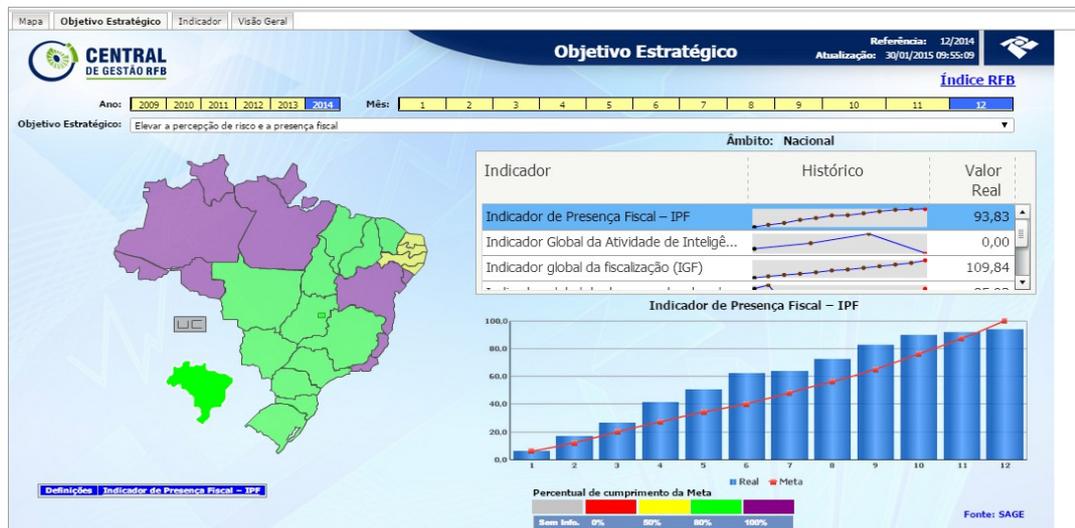


Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 30/01/15.

De acordo com a figura acima, a análise dos Objetivos Estratégicos na Central de Gestão, no ano de 2014, se encontra da seguinte forma:

- **Objetivos com Bandeira Verde:** 9
- **Objetivos com Bandeira Roxa:** 2
- **Objetivos com Bandeira Amarela:** 4
- **Objetivos com Bandeira Vermelha:** 2
- **Objetivos com Bandeira Branca:** 4
- **Objetivos com a Sigla ND:** não houve ocorrência

Já a análise por meio da aba "Objetivo Estratégico" permite visualizar o desempenho dos Indicadores por Objetivo Estratégico, em determinado período. O painel de desempenho mostra o mapa do Brasil, dividido por Região Fiscal e Unidades Centrais e o mapa menor representa os resultados nacionais. As cores do mapa seguem os mesmos critérios definidos para as bandeiras do painel de controle "Mapa". Existe também uma área para apresentação dos Indicadores do respectivo Objetivo Estratégico e um gráfico detalhado referente ao Indicador selecionado na área anterior.



Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 30/01/15.

Além disso, pode-se fazer a análise na Central de Gestão por meio da aba "Indicador", na qual verifica-se o resultado por ano e por Objetivo Estratégico, mostrando os desempenhos dos respectivos Indicadores nas Unidades Centrais, nas Regiões Fiscais e o resultado Nacional. Para completar a análise, na tela aparecem, também, os semáforos referentes ao desempenho do Indicador em cada uma das unidades e o gráfico detalhado desse Indicador, que faz o comparativo entre a meta estabelecida e o desempenho real.



Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 30/01/15.

As conclusões, realizadas a partir da análise dos Indicadores, referente ao ano de 2014, estão no item 4.4 deste Documento.

Por último, há a aba "Visão Geral", que possibilita a visualização, de forma rápida e clara, do desempenho geral dos objetivos estratégicos, nos âmbitos Nacional, Unidades Centrais e Regionais. Na Visão Geral constam todos os Objetivos Estratégicos da Instituição e quando algum Indicador vinculado a determinado objetivo tiver status "Não Disponível" ou não tiver resultado registrado no SAGE, o respectivo semáforo estará na cor branca.



Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 30/01/15.

Para completar o processo de "Acompanhar a Execução da Estratégia", foram realizadas, em 2014, quatro Reuniões de Avaliação Estratégica – RAE Nacional, sob tutela do Gabinete da RFB. Essas reuniões são realizadas trimestralmente, com a participação do Secretário da RFB, do Secretário-Adjunto, dos gestores das Unidades Centrais (Subsecretarias e Coordenações) e das Regiões Fiscais (Superintendências). Nesse encontro, são avaliados os resultados dos Indicadores, em que medida as metas foram alcançadas, bem como os motivos e as justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas para cada um dos deles.

4.1.4 – Projetos Estratégicos Institucionais:

A RFB, em sintonia com a Estratégia definida para o Ciclo 2012-2015, definiu o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais. Para essa definição, foram consideradas as orientações do Plano Plurianual – PPA – 2012/2015, os Objetivos do Mapa Estratégico e os Macroprocessos da Cadeia de Valor.

Os Projetos Estratégicos Institucionais são projetos que contribuem, diretamente, para o alcance dos Objetivos Estratégicos da RFB e devem estar alinhados à Missão da Organização e possuir característica de transversalidade. São patrocinados pela alta administração, por ela selecionados e acompanhados e têm prioridade na utilização de recursos.

A Tabela abaixo traz a Relação dos 57 Projetos Estratégicos Institucionais da RFB e sua descrição.

Projeto	Descrição
Aperfeiçoamento do Sistema Tributário	Elaborar propostas de medidas para o aperfeiçoamento do Sistema Tributário, as quais serão apresentadas com os respectivos estudos econômico-tributários, fiscais e jurídicos.

Aperfeiçoamento do Sítio da RFB na Internet	Reformular o sítio da RFB na internet de forma a atender as diretrizes do Governo Federal que tratam de e-Gov e potencializar a sua utilização como ferramenta de divulgação institucional.
CCPar – Consolidação e Cobrança de Parcelamentos	Propiciar a consolidação e a cobrança para as modalidades de parcelamentos que ainda não tenham sido efetuadas, sanear as pendências dos parcelamentos já consolidados e em cobrança, e readequar os recursos de pessoal e TI para atendimento da crescente demanda nessa área.
CCPar 01 – Parcelamentos Fazendários	Construir novas funcionalidades nos atuais sistemas de parcelamentos não-previdenciários e construir sistema de negociação, consolidação, cobrança, revisão e controle de inadimplência dos parcelamentos instituídos pela Lei nº 12.865/2013, art. 39, caput, art. 39, § 1º e art. 40.
CCPar 02 – Parcelamentos Previdenciários	Construir sistema de negociação, consolidação, cobrança, revisão e controle de inadimplência dos parcelamentos previdenciários não consolidados.
CCPar 03 – Parcelamento e Pagamento da Lei 11.194/09	Implantar sistemática para viabilizar o pagamento à vista, a opção e o controle dos parcelamentos de débitos, junto à PGFN e RFB, bem como o aproveitamento do prejuízo fiscal e da base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de que tratam os artigos de 1º à 13 da Lei nº 11.941/09.
CCPar 04 – Parcelamento de Débitos do Simples Nacional	Construir sistema de negociação, consolidação, cobrança, revisão e controle de inadimplência do parcelamento de débitos do Simples Nacional.
CCPar 05 – Parcelamento e Pagamento da Lei 11.941/09 – Reaberturas	Implantar sistemática para viabilizar o pagamento à vista, a opção e o controle dos parcelamentos de débitos, junto à PGFN e RFB, bem como o aproveitamento do prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL, de que trata o artigo 17 da Lei nº 12.865/13.
Construção e Reforma – Edifícios DF, SP e RJ	Este projeto trata dos prédios do MF localizados nos três principais municípios do País, e com valor de obra/reforma mais relevantes sob o ponto de vista orçamentário. Fazem parte do escopo deste projeto: - Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Brasília que abrigará RFB (UC, SRRF01, DRF, ALF e DRJ), PGFN e PRFN, CARF, COAF e CONFAZ. - Obras de recuperação completa e modernização dos Edifícios Sede do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro – RJ e em São Paulo – SP, incluindo os custos para deslocamento de parte dos servidores durante o período das obras. - Obras de construção de novos edifícios e ampliação de área de edifícios do MF nas capitais do RJ e SP. - Realização de estudos e viabilização de financiamento de novas obras por meio de Fundo de Investimento Imobiliário (FII), como alternativa no caso de que não haja recursos orçamentários disponíveis para execução da totalidade das obras previstas.
ContÁgil	Promover o desenvolvimento continuado do Sistema ContÁgil, garantindo à RFB uma ferramenta institucional de Auditoria Digital.
Criação de instrumentos de divulgação das informações dos julgamentos dos recursos fiscais	Implementar medidas para divulgação de informações consolidadas relativas aos julgamentos dos recursos administrativos fiscais em primeira e segunda instâncias.
e-Defesa	Implantar sistemática que permita o tratamento integrado de requerimentos apresentados pelos contribuintes (SRL, impugnações e manifestações de inconformidade) contra atos emitidos eletronicamente, de forma a conferir maior agilidade a sua análise, à informação de seu resultado, bem como permitir a retroalimentação dos sistemas corporativos.
e-Processo	Implantar o processo administrativo fiscal integralmente digital, com uso da tecnologia GED e WORKFLOW, em todo o fluxo do crédito tributário, envolvendo RFB, CARF e PGFN.
Garantia do Crédito Tributário	Aperfeiçoar normas, procedimentos e sistemas visando a garantia do crédito tributário.

Gestão de Recursos	O Projeto Gestão de Recursos visa o alinhamento da proposta orçamentária da RFB gerando informações gerenciais para a obtenção dos créditos necessários para o atingimento dos objetivos estratégicos e a devida otimização dos recursos disponíveis. É composto de quatro sub-projetos, sendo dois voltados para a fase de Planejamento (Alinhamento estratégico e Melhoria das informações para construção da proposta orçamentária anual), um para a Execução (Definição de critérios e forma de acompanhamento da execução das despesas) e o último, ligado à fase de Controle (Criação de relatórios de análise do Orçamento <i>vis-a-vis</i> a Estratégia).
Implantar a Política de Gestão de Riscos na RFB	O objetivo principal deste projeto é possibilitar a implementação da Política de Gestão de Riscos da RFB em todas as áreas da instituição, nos prazos estipulados pela Portaria RFB nº 2.027, de 2012, considerando todas as ações necessárias a esse mister.
Implantar o Sistema @tos	Implantar sistema informatizado que agilize, ordene, controle, sistematize a elaboração de minutas de atos tributários (MP, IN, Portarias. etc) dentro da Receita Federal do Brasil e a revisão de minuta de atos tributários (MP, IN, Portarias, etc) provenientes de outros órgãos do poder executivo.
Integração de Cadastros – Novo CNPJ	Implantar um novo cadastro de Pessoa Jurídica que atenda às necessidades das diversas áreas de atuação da RFB com visão de modernidade, agilidade e integração com as demais administrações públicas.
Intercâmbio Internacional de Informações Financeiras para Evitar a Evasão Fiscal (FATCA)	Este projeto tem por objetivo implementar a obrigação acessória e a disponibilização de dados financeiros que resulta da assinatura do Acordo Intergovernamental para Cumprimento da Legislação de Conformidade Tributária em Contas Bancárias de cidadãos norte-americanos ("FATCA - Foreign Account Tax Compliance Act", em inglês). Tal acordo complementa aquele firmado anteriormente com o governo norte-americano em 2007, de cooperação na área de intercâmbio de informações tributárias ("TIEA - Tax Information Exchange Agreement", em inglês), e incorporado à legislação local através do Decreto No. 8003, promulgado em 15 de maio de 2013. A execução do projeto far-se-á através de dois módulos, de implementação sequencial: o primeiro módulo contempla a disponibilização das informações dos cidadãos norte-americanos para a administração tributária daquele país e, na sequência, a obtenção de informações do governo norte-americano, relativas a investimentos de contribuintes brasileiros nos Estados Unidos. A implantação do projeto nesta forma sequencial obedece à cronologia que resulta de sua origem: o FATCA foi instituído para cumprir uma legislação tributária norte-americana visando reduzir a evasão fiscal por parte de seus cidadãos, e prevê, entre os incentivos à sua adoção global, o compartilhamento de informações com outras administrações tributárias, inclusive a brasileira. Assim, no contexto do mapa Estratégico da Receita Federal do Brasil, para o período de 2012 a 2015, o projeto está vinculado aos seguintes objetivos estratégicos da Instituição: <ul style="list-style-type: none"> . Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias; . Elevar a percepção de risco e a presença fiscal; e . Aumentar a percepção de equidade em sua atuação.
M-RFB	Acessar o site da RFB de todos os dispositivos móveis (celulares e tablets) a partir de um aplicativo próprio, com conteúdo idêntico ao do sítio principal. Este aplicativo deve levar em consideração que as necessidades e interesses do usuário de internet móvel são diferentes daqueles que estão em casa ou no trabalho. Este público geralmente precisa consultar rapidamente uma informação, sem precisar navegar por longos menus nem esperar muito para que a página carregue. Se as páginas apresentarem muitos elementos gráficos, como imagens ou animações, ou precisar de muitos níveis de navegação, pode-se irritar e frustrar o usuário, não apenas pelo longo tempo de resposta, mas também pelo alto custo que a conexão pode gerar
Melhoria na Governança de TI	Construir um sistema (e/ou integrar sistemas ou módulos de sistemas já existentes) de apoio à gestão da TI na RFB, e, caso necessário, estruturar ou otimizar processos de trabalho associados à Governança de TI.
Modernização do Atendimento Presencial	Desenvolver um conjunto de modelos, ferramentas gerenciais e aplicativos para que a prestação dos serviços solicitados pelo contribuinte seja mais rápida,

	simples e transparente.
OEA – Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado	Desenvolver, especificar e implantar um Programa Brasileiro de OEA em consonância com as diretrizes da OMA e as necessidades de segurança e controle aduaneiro do Brasil, com base na execução de Projetos-Piloto.
Padrões Nacionais de Despesas	Definição de parâmetros para quantificação de serviços terceirizados a serem contratados.
PCE – Programa Portal Único do Comércio Exterior	Desenvolver uma plataforma denominada Portal Único de Comércio Exterior, que suporte um fluxo único de documentos e informações, com visão compartilhada para todos os intervenientes do comércio exterior no Brasil, públicos e privados, integrando os sistemas de controle aduaneiro, fiscal e administrativo já existentes e atendendo às necessidades dos diversos órgãos, inclusive mantendo a possibilidade de atendimento de necessidades futuras.
PCE 01 – Plataforma de Fluxo Único	Desenvolver e implantar um portal web dinâmico, que permita ao usuário, a partir de um local único, acessar os atuais e futuros sistemas relacionados ao comércio exterior (sistemas de controle aduaneiro, fiscal e administrativo); ter uma visão global de suas operações no comércio exterior; e que permita aos órgãos públicos intervenientes publicarem conteúdos de forma simples, ágil e sem a necessidade de intervenção de equipes de tecnologia da informação. O projeto tem como objetivo, ainda, a definição do modelo visual padrão (leiaute) do portal web que servirá de subsídio para os demais projetos de desenvolvimento de sistemas do programa. O leiaute padrão define características comuns a todos os sistemas, como identidade visual e padrões de navegação. Os projetos que tenham como entrega sistemas a serem exibidos dentro do Portal deverão seguir os modelos de leiaute e navegabilidade definidos por este projeto.
PCE 02 – Anexação Eletrônica de Documentos e Imagens Digitais	Desenvolver e implantar um sistema que permita a recepção, compartilhamento, consulta e armazenamento de documentos, sons e imagens, relativos às operações de comércio exterior, pelos intervenientes e diversos órgãos de governo envolvidos no controle das importações e exportações.
PCE 03 – Novo Processo de Exportação	Aperfeiçoar o processo atual de exportação a fim de criar um fluxo único e contínuo que contemple as informações geradas pelos diversos intervenientes, integrando os documentos eletrônicos -- Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Registro de Exportação (RE), etc. -- e o tratamento administrativo, eliminando a multiplicidade de digitação de dados da operação, por meio do Portal Único de Comércio Exterior que fará a interface entre os diversos intervenientes.
PCE 04 – Cadastro de Intervenientes	Criar um canal único de gestão do cadastro de intervenientes para utilização compartilhada ou, quando isso não for possível, disponibilizar a base para replicação nos sistemas dos outros órgãos de acordo com o layout especificado para suas necessidades, além de criar um cadastro de operadores estrangeiros. Tais bases cadastrais proporcionarão gestão, compartilhamento, consulta e armazenamento das informações dos intervenientes e de seus relacionamentos, relativos às operações de comércio exterior. Considera-se interveniente, para os fins deste projeto, o importador, o exportador, o beneficiário de regime aduaneiro ou de procedimento simplificado, o despachante aduaneiro e seus ajudantes, o transportador, o agente de carga, o operador de transporte multimodal, o operador portuário, o depositário, o administrador de recinto alfandegado, o perito, o assistente técnico e os órgãos públicos, suas autarquias e fundações que tenham relação, direta ou indireta, com a operação de comércio exterior, assim como seus agentes. Considera-se operador estrangeiro, para fins deste projeto, o fabricante, fornecedor ou adquirente de produtos ou serviços localizado no exterior.
PCE 05 – Catálogo de Produtos	Implantar um Catálogo de Produtos, ferramenta disponível aos intervenientes do comércio exterior e que seja um repositório de informações detalhadas e de classificação fiscal sobre mercadorias a serem transacionadas no comércio exterior brasileiro.

PGE – Programas Grandes Eventos	Adequar e preparar os processos da RFB para atendimento da demanda decorrente de grandes eventos nos portos, aeroportos e fronteiras terrestres, compatibilizando as atribuições de segurança e controle aduaneiros com a agilidade e eficiência esperadas pela sociedade.
PGE 01 – Modelo de Controle e Fiscalização de Bagagem Acompanhada	<p>Definir o modelo de controle de bagagem acompanhada para os modais aéreo, marítimo e terrestre, compreendendo a organização administrativa, a infraestrutura, a gestão de recursos humanos, as formas e técnicas de seleção e fiscalização e as ferramentas de gestão de processos, de modo alinhado com a missão, a visão e as estratégias institucionais.</p> <p>O modelo de controle de bagagem abrangerá a definição de processos de trabalho, desde os eventos prévios à chegada do viajante até os eventos posteriores à conferência de bagagem, considerando o porte das unidades e as especificidades do modal logístico.</p> <p>Por modelo de controle compreende-se aqui, essencialmente, a definição dos valores e objetivos da atividade, suas formas e técnicas de execução e de gestão, ou, simplesmente, modelo constitui os meios escolhidos e a forma de empregá-los para se atingir objetivos definidos, e de medir e avaliar resultados.</p>
PGE 02 - e-DBV - Declaração Eletrônica de Bens de Viajante	Estabelecimento de procedimentos informatizados para agilizar a fiscalização aduaneira, elevar o controle aduaneiro e reduzir o tempo de permanência dos viajantes no recinto aduaneiro de verificação de bagagens acompanhadas. Instituição da Declaração Eletrônica de Bagagem Acompanhada – e-DBA.
PIN - Projeto de Integração Nacional - Redesim	Conceber, desenvolver e implantar uma solução de integração de processos e procedimentos relacionados à legalização de empresas e negócios, entre a RFB e os demais intervenientes no processo de simplificação e melhoria do ambiente de negócios do País.
Plano de Engenharia	Alocar créditos orçamentários para realização de obras e serviços de engenharia executados em todas unidades da RFB e melhorar o Processo Gerir Patrimônio e Obras.
PMF - Programa de Desenvolvimento e Modernização das Fronteiras Brasileiras	Dotar as unidades de fronteira da Receita Federal de instalações físicas padronizadas e adequadas a fim de garantir a segurança dos servidores, a agilidade e qualidade do atendimento de viajantes e veículos e do comércio internacional de mercadorias e a preservação da imagem da Receita Federal.
PTA 02 - Lacres Eletrônicos	Elaborar as especificações técnicas de um sistema de lacre eletrônico envolvendo o hardware (lacre em si), o software embarcado neste, os dados a monitorar, a forma de transmissão dos dados coletados, a periodicidade desta transmissão, o sistema de recepção destas transmissão, o armazenamento dos dados monitorados e, finalmente, o sistema de exibição e controle dos lacres, em tempo real.
PUC - Programa de Unificação de Créditos	Unificar o tratamento do Crédito Previdenciário (contribuição da empresa, contribuição do trabalhador e contribuições para terceiros) ao tratamento dado aos demais créditos, desde a constituição do crédito tributário por meio da declaração (eSocial e DCTF-Web) ou lançamento de ofício, cadastro, pagamento, cobrança, compensação, obras de construção civil e regularidade fiscal (Certidões).
PUC 01 - eSocial	Criar a Escrituração Fiscal Digital da Folha de Pagamento e Informações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas, com padronização das rubricas da folha de pagamento, de leiaute, de registro de empregados, vinculada a geração dos créditos tributários de contribuições previdenciárias para constituição e cobrança de tais créditos, substituindo gradualmente as obrigações acessórias atuais existentes no âmbito dos órgãos participantes.
PUC 02 - DCTF-Web	Implementar a Declaração de Créditos e Débitos de Tributos Federais (DCTF-Web) para os débitos previdenciários, vinculada a Escrituração Fiscal Digital da Folha de Pagamento e Informações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas, com padronização das rubricas da folha de pagamento, de leiaute, de registro de empregados, substituindo gradualmente as obrigações acessórias atuais existentes no âmbito dos órgãos participantes.

PUC 03 - Projeto Global da Construção Civil - PGCC	O objetivo do projeto é implantar um Portal de Obras na Intranet, composto por sistemas de cálculo por aferição de obras e serviços que estão vinculados à base da EFD Social, DCTF Previdenciárias, SIEF-Fiscel, SIEF-Processos, SisobraGer, etc, e que controle a emissão de intimações e autuações para o responsável pela obra. Esse Portal de Obras está vinculada à base do cadastro com dados oriundos das informações de alvarás e habite-se de obras transmitidas pelos órgãos públicos ou mesmo pela inscrição via CNO-WEB. Assim, também ocorrerá a adequação dos créditos previdenciários decorrentes de obras de construção civil via DCTF Previdenciária de Aferição ao SIEF Fiscel ou de Notificações de Lançamento ao SIEF Cobrança. Haverá também sistema de cálculo por aferição de obras na Internet, similar ao constante no Portal, à disposição do contribuinte. O propósito abrange ainda o aperfeiçoamento do sistema SisobraPref, este implantado nas Prefeituras Municipais e Administrações Regionais do DF.
PUC 05 - Ajustes nos Cadastros da Receita Federal	Reorganizar os cadastros de modo a permitir a correta classificação do sujeito passivo de acordo com sua personalidade jurídica e disponibilizar todos os cadastros administrados pela RFB no âmbito do Serpro.
PUC 06 - Adaptação do Ambiente de Pagamentos ao Crédito Previdenciário	Adaptar o Ambiente de Pagamentos da Receita Federal (APRF) para permitir a utilização do Darf para pagamento de contribuições previdenciárias, garantindo o atendimento das necessidades dos sistemas de controle do crédito tributário, classificação, contabilização e destinação do produto da arrecadação.
PUC 07 - Adaptação do Sief-Fiscel ao CT Previdenciário	Realizar as adaptações necessárias no Sief-Fiscel, de forma a permitir que o crédito previdenciário oriundo da Nova Declaração de Informações à Receita Federal do Brasil e à Previdência Social possa ser carregado e controlado naquele sistema.
PUC 09 - Adaptação dos Sistemas de Restituição e Compensação para o CP	Implantar sistemática que permita o tratamento integral dos pedidos de restituição e reembolso de Contribuições Previdenciárias e estabelecimento de controle de compensações, integrado ao Programa para a unificação do Crédito Previdenciário e Crédito Tributário no Sief.
PUC 11 - Unificação das Certidões Conjunta e Específica	Unificar as certidões conjunta e específica da RFB/PGFN e adequar o sistema de certidão conjunta para emissão da certidão de obra.
Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais	Desenvolver o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais, banco de dados de gestão do território nacional em uma concepção multifinalitária, que se constituirá no inventário oficial e sistemático do território nacional, com tecnologia de sistemas de informações geográficas, integrando as informações jurídicas de imóveis, constantes dos registros eletrônicos provenientes dos serviços de registros públicos, com as informações físicas, cadastrais, fiscais e fundiárias relativas a imóveis urbanos e rurais.
SCC - Pagamento Automático	Implantar sistemática para pagamento automático de restituição, ressarcimento e reembolso, incluindo verificação fiscal e efetivação de compensação de ofício quando necessário. Ressalta-se que as operações de verificação fiscal e compensação de ofício deverão considerar também as contribuições previdenciárias. Importante enfatizar que a sistemática implantada deverá atender às necessidades de pagamento de quaisquer sistemas utilizados na RFB para tratamento de pedidos de restituição, ressarcimento ou reembolso, a exemplo do SCC, Sief-Processos, Simples Nacional, Peres.
SCC - Reintegra	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes do Reintegra.
SCC – Créditos de PIS/COFINS	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes da não-cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

SIC - Sistemas Integrados do Crédito Público	Implantar um conjunto de sistemas que auxilie o controle, a cobrança e o acompanhamento, por parte da RFB, PGFN e PGF, dos créditos tributários não inscritos e da Dívida Ativa da União e das Autarquias e Fundações Públicas Federais, no âmbito das cobranças amigável, administrativa e executiva, com transparência e homogeneidade, favorecendo a legitimidade do processo e integração das organizações. Esse conjunto de sistemas permitirá também o tratamento dos efeitos de decisões judiciais e administrativas de créditos públicos no âmbito das cobranças amigável, administrativa e executiva, garantindo a integração com os sistemas de acompanhamento judicial utilizado pelas Procuradorias.
SIPET – Suporte Informatizado para Estudos Tributários	Prover a RFB de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB.
SISAM - Sistema de Seleção Aduaneira por Aprendizado de Máquina	Implantar um sistema que aprimore a seleção de DI para verificação no despacho aduaneiro de importação, por meio do uso do aprendizado de máquina.
Siscomex Carga	O objeto deste projeto é a evolução do Sistema Siscomex Carga, sistema de controle de cargas da RFB, para contemplar todos os modais de transporte (aéreo, terrestre e aquaviário) e integrá-lo com os demais sistemas aduaneiros: Siscomex Importação e Exportação, Trânsito Aduaneiro, Radar e o futuro SISAM.
Siscomex Exportação Web	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Exportação, modernizando a sua plataforma tecnológica e aperfeiçoando sua integração com outros sistemas, tanto internos como externos à RFB.
Siscomex Importação Web	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Importação em uma plataforma Web com acesso via Certificação digital, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, simplificar e aperfeiçoar seus procedimentos e promover maior integração com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
Solução de Litígios Tributários Administrativos de Baixa Complexidade	Reduzir litígios tributários administrativos de baixa complexidade mediante a sua prevenção e otimização da atividade de julgamento no contencioso administrativo.

Fonte: Copav/Copre – Sistema Clarity. Dados extraídos em 22/01/15.

Esses Projetos devem impactar, claramente, um ou mais Objetivos Estratégicos. Portanto, ao observar o Mapa Estratégico, é necessário haver ações reais que suportem o alcance das pretensões ali expostas.

A figura a seguir mostra os quantitativos de Projetos Estratégicos Institucionais agrupados por Objetivos Estratégicos.



Fonte: Copav/Copre

A tabela abaixo relaciona os Projetos Estratégicos Institucionais existentes aos Objetivos Estratégicos impactados mais fortemente.

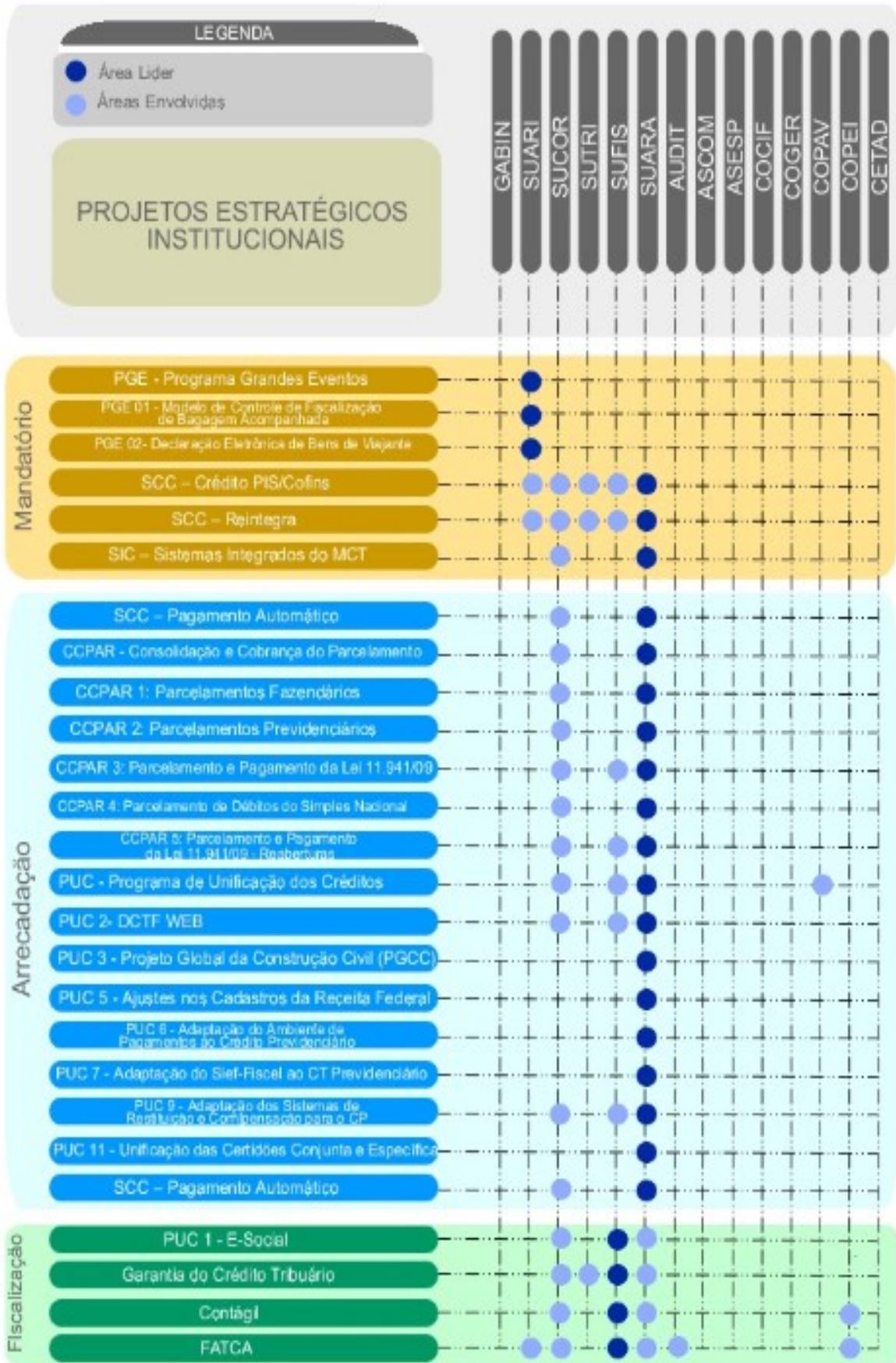
Objetivo Estratégico	Projeto
Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial	CCPar – Consolidação e Cobrança de Parcelamentos
	CCPar 01 – Parcelamentos Fazendários
	CCPar 02 – Parcelamentos Previdenciários
	CCPar 03 – Parcelamento e Pagamento da Lei 11.194/09
	CCPar 04 – Parcelamento de Débitos do Simples Nacional
	CCPar 05 – Parcelamento e Pagamento da Lei 11.941/09 – Reaberturas
	PUC 02 - DCTF-Web
	PUC 03 - Projeto Global da Construção Civil (PGCC)
	PUC 11 - Unificação das Certidões Conjunta e Específica
Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras	PUC 06 - Adaptação do Ambiente de Pagamentos ao Crédito Previdenciário
	Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais
Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade	OEA – Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado
	PCE – Programa Portal Único do Comércio Exterior
	PCE 01 – Plataforma de Fluxo Único
	PCE 03 – Novo Processo de Exportação
	PCE 04 – Cadastro de Intervenientes
	PGE 01 – Modelo de Controle e Fiscalização de Bagagem Acompanhada
	Siscomex Exportação Web
	Siscomex Importação Web
	Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento
e-Processo	
PUC 07 - Adaptação do Sief-Fiscel ao CT Previdenciário	
SIC - Sistemas Integrados do Crédito Público	
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	ContÁgil
	Intercâmbio Internacional de Informações Financeiras para Evitar a Evasão Fiscal (FATCA)
	PUC 01 - eSocial
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	PCE 02 – Anexação Eletrônica de Documentos e Imagens Digitais
	PCE 05 – Catálogo de Produtos
	PGE – Programas Grandes Eventos
	PGE 02 - e-DBV - Declaração Eletrônica de Bens de Viajante
	PTA 02 - Lacs Eletrônicos
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Siscomex Carga
	Solução de Litígios Tributários Administrativos de Baixa Complexidade
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	M-RFB
	Modernização do Atendimento Presencial
	PIN - Projeto de Integração Nacional - Redesim
	PUC - Programa de Unificação de Créditos
	PUC 09 - Adaptação dos Sistemas de Restituição e Compensação para o CP
	SCC - Pagamento Automático
	SCC - Reintegra
SCC – Créditos de PIS/COFINS	

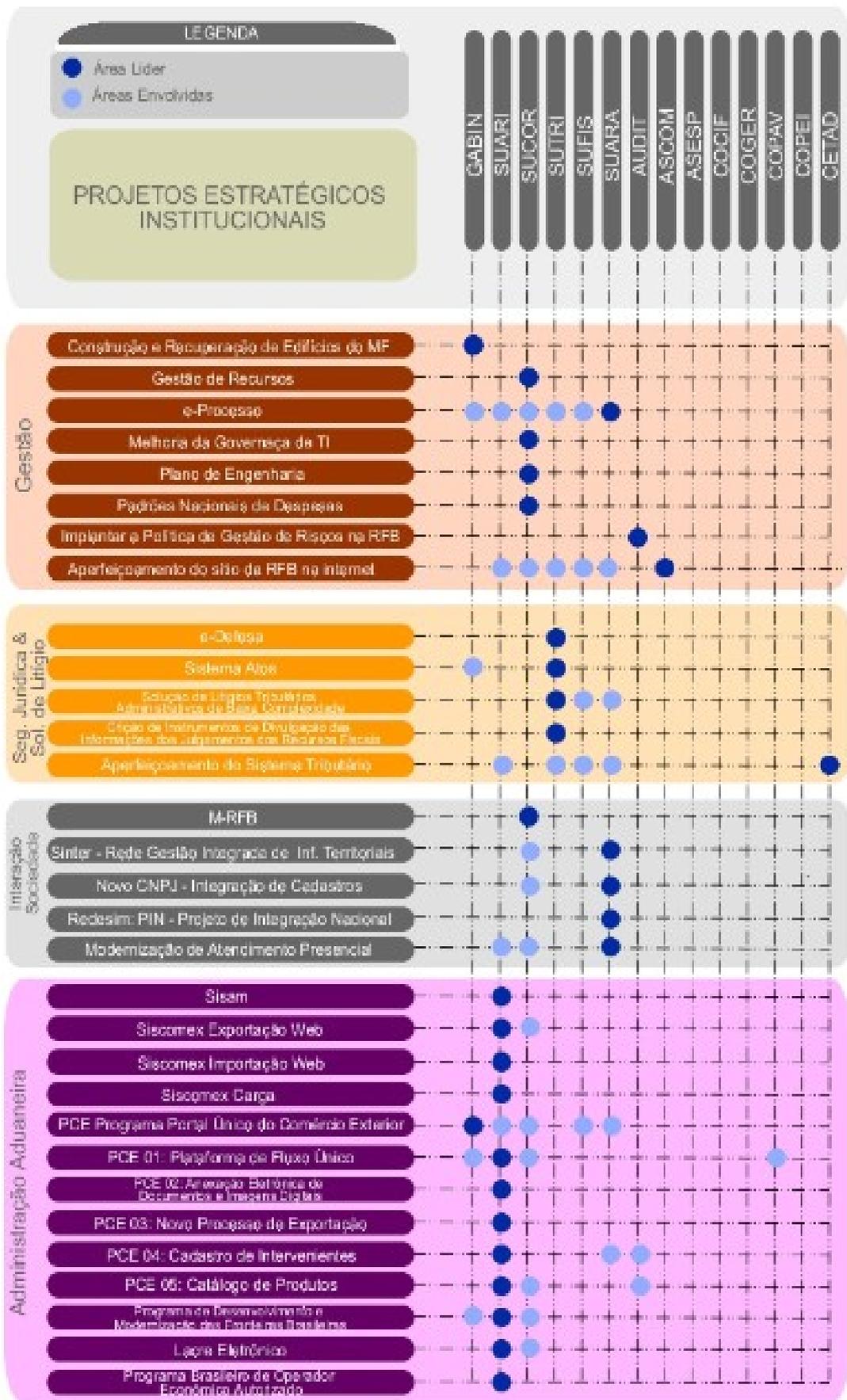
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Garantia do Crédito Tributário
Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Aperfeiçoamento do Sistema Tributário
	Implantar o Sistema @tos
	SIPET – Suporte Informatizado para Estudos Tributários
	SISAM - Sistema de Seleção Aduaneira por Aprendizado de Máquina
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Integração de Cadastros – Novo CNPJ
	PUC 05 - Ajustes nos Cadastros da Receita Federal
Fortalecer a comunicação institucional	Aperfeiçoamento do Sítio da RFB na Internet
	Criação de instrumentos de divulgação das informações dos julgamentos dos recursos fiscais
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Implantar a Política de Gestão de Riscos na RFB
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Melhoria na Governança de TI
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Construção e Reforma – Edifícios DF, SP e RJ
	Plano de Engenharia
	PMF - Programa de Desenvolvimento e Modernização das Fronteiras Brasileiras
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Gestão de Recursos
	Padrões Nacionais de Despesas

Fonte: Copav/Copre – Sistema Clarity e Relatórios de Acompanhamento. Dados extraídos em 22/01/15.

Para categorizar os Projetos Estratégicos, foram criadas Cestas Estratégicas de acordo com os Macroprocessos da Cadeia de Valor da RFB. Assim, os Projetos de mesma natureza foram agrupados por Cesta. Essa forma de categorização permite uma análise de balanceamento para que a execução da estratégica aborde todos os "assuntos" necessários de forma consistente para o alcance dos objetivos de resultado.

A seguir, por meio de imagens com o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais por Cestas, evidenciam-se a área líder de cada projeto e as demais áreas envolvidas, como forma de demonstrar a participação de diversas áreas da RFB em um Projeto, formando uma Matriz de Contribuição para a Estratégia.

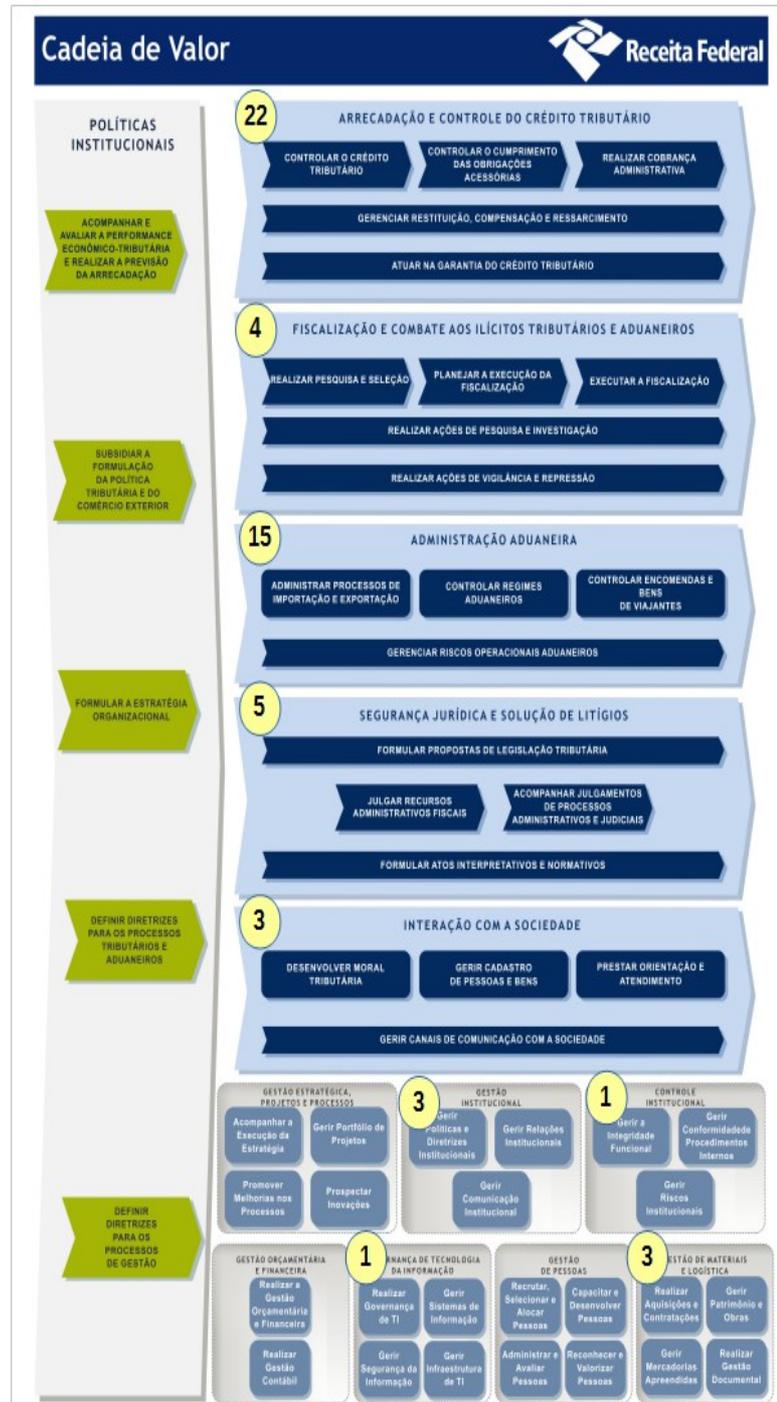




Fonte: Copav/Copre e Intranet RFB.

Observação: O Projeto "SIPET – Suporte Informatizado para Estudos Tributários" não consta na figura acima, pois foi concluído em maio de 2014. De acordo com a Portaria RFB nº 1.774 de 08/10/14, que atualiza a Portaria RFB nº 625 de 17/05/13, essa é a atual relação de Projetos por Cestas.

A figura seguinte apresenta a Cadeia de Valor da RFB com o quantitativo de Projetos Estratégicos Institucionais por Macroprocesso.



Fonte: Copav / Copre

Tem-se, ainda, a tabela abaixo, que traz a relação dos Projetos Estratégicos Institucionais por Macroprocessos da Cadeia de Valor.

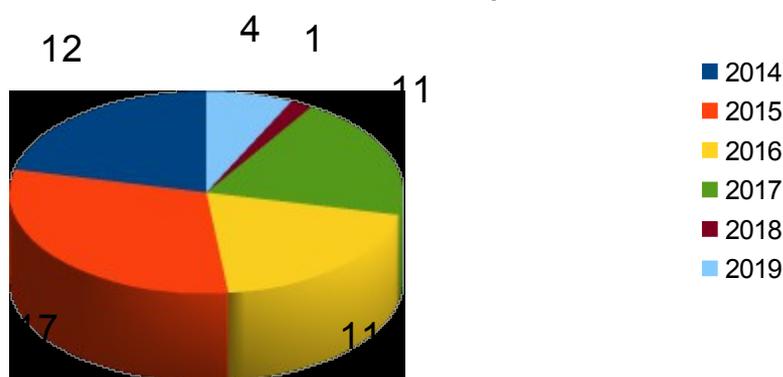
Macroprocesso da Cadeia de Valor	Projeto
Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	CCPar – Consolidação e Cobrança de Parcelamentos
	CCPar 01 – Parcelamentos Fazendários
	CCPar 02 – Parcelamentos Previdenciários
	CCPar 03 – Parcelamento e Pagamento da Lei 11.194/09
	CCPar 04 – Parcelamento de Débitos do Simples Nacional
	CCPar 05 – Parcelamento e Pagamento da Lei 11.941/09 – Reaberturas e-Processo
	Integração de Cadastros – Novo CNPJ
	Padrões Nacionais de Despesas
	PUC - Programa de Unificação de Créditos
	PUC 02 - DCTF-Web
	PUC 03 - Projeto Global da Construção Civil (PGCC)
	PUC 05 - Ajustes nos Cadastros da Receita Federal
	PUC 06 - Adaptação do Ambiente de Pagamentos ao Crédito Previdenciário
	PUC 07 - Adaptação do Sief-Fiscel ao CT Previdenciário
	PUC 09 - Adaptação dos Sistemas de Restituição e Compensação para o CP
	PUC 11 - Unificação das Certidões Conjunta e Específica
	Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais
	SCC - Pagamento Automático
	SCC - Reintegra
	SCC – Créditos de PIS/COFINS
SIC - Sistemas Integrados do Crédito Público	
Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros	ContÁgil
	Garantia do Crédito Tributário
	Intercâmbio Internacional de Informações Financeiras para Evitar a Evasão Fiscal (FATCA)
	PUC 01 - eSocial
Administração Aduaneira	OEA – Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado
	PCE – Programa Portal Único do Comércio Exterior
	PCE 01 – Plataforma de Fluxo Único
	PCE 02 – Anexação Eletrônica de Documentos e Imagens Digitais
	PCE 03 – Novo Processo de Exportação
	PCE 04 – Cadastro de Intervenientes
	PCE 05 – Catálogo de Produtos
	PGE – Programas Grandes Eventos
	PGE 01 – Modelo de Controle e Fiscalização de Bagagem Acompanhada
	PGE 02 - e-DBV - Declaração Eletrônica de Bens de Viajante
	PTA 02 - Lacres Eletrônicos
	SISAM - Sistema de Seleção Aduaneira por Aprendizado de Máquina
	Siscomex Carga
Siscomex Exportação Web	
Siscomex Importação Web	
Segurança Jurídica e Solução de Litígios	Criação de instrumentos de divulgação das informações dos julgamentos dos recursos fiscais
	e-Defesa

	Implantar o Sistema @tos
	SIPET – Suporte Informatizado para Estudos Tributários
	Solução de Litígios Tributários Administrativos de Baixa Complexidade
Interação com a Sociedade	M-RFB
	Modernização do Atendimento Presencial
	PIN - Projeto de Integração Nacional - Redesim
Gestão Institucional	Aperfeiçoamento do Sistema Tributário
	Aperfeiçoamento do Sítio da RFB na Internet
	Construção e Reforma – Edifícios DF, SP e RJ
Controle Institucional	Implantar a Política de Gestão de Riscos na RFB
Governança de Tecnologia da Informação	Melhoria na Governança de TI
Gestão de Materiais e Logística	Gestão de Recursos
	Plano de Engenharia
	PMF - Programa de Desenvolvimento e Modernização das Fronteiras Brasileiras

Fonte: Copav/Copre – Sistema Clarity e Relatórios de Acompanhamento. Dados extraídos em 22/01/15.

Os Projetos Estratégicos são acompanhados e passam por avaliações de desempenho, que são realizada em dois âmbitos: Institucional e Nacional. O Institucional abrange os Projetos de especial interesse do Gabinete da RFB, acompanhados por meio das Reuniões de Avaliação de Projetos (RAP). Já o Nacional, contempla aqueles projetos que, embora tenham objetivos que impactarão positivamente o resultado da Estratégia da RFB, são acompanhados pelas Subsecretarias por meio das Reuniões de Avaliação Estratégica Setorais (RAE Setoriais). A função principal destes acompanhamentos é dar subsídios à tomada de decisão e ao alinhamento da Organização, além de propiciar a continuidade e aumentar as chances de sucesso desses Projetos.

Previsão de Encerramento dos Projetos



Fonte: Copav/Copre – Sistema Clarity e Relatórios de Acompanhamento. Dados extraídos em 22/01/15.

Ao analisar o gráfico o acima, percebe-se que 21,43% dos projetos (12 projetos) tinham previsão de encerramento em 2014 e 50% dos projetos (28 projetos) têm previsão de encerramento nos anos de 2015 e 2016.

Observação: O projeto "Criação de Instrumentos de Divulgação das Informações dos Julgamentos dos Recursos Fiscais" encontra-se em fase inicial de Planejamento e ainda sem estimativa de Término. Dessa forma, foi feita a previsão de término de 56 Projetos Estratégicos Institucionais.

A tabela abaixo demonstra as datas de início e previsão de término, além do % executado de cada um dos Projetos Estratégicos Institucionais.

Projeto	Área Líder	Data de Início	Data de Término	% executado até dez/14
Aperfeiçoamento do Sistema Tributário	CETAD	01/09/14	15/12/14	0,00% *
Aperfeiçoamento do Sítio da RFB na Internet	ASCOM	15/09/11	01/10/14	100,00%
CCPar – Consolidação e Cobrança de Parcelamentos	SUARA	15/06/09	30/06/16	81,46%
CCPar 01 – Parcelamentos Fazendários	SUARA	01/07/10	17/07/15	80,67%
CCPar 02 – Parcelamentos Previdenciários	SUARA	16/12/10	13/11/15	81,78%
CCPar 03 – Parcelamento e Pagamento da Lei 11.194/09	SUARA	15/06/09	25/08/15	90,22%
CCPar 04 – Parcelamento de Débitos do Simples Nacional	SUARA	01/05/12	28/11/14	100,00%
CCPar 05 – Parcelamento e Pagamento da Lei 11.941/09 – Reaberturas	SUARA	09/10/13	30/06/16	12,54%
Construção e Reforma – Edifícios DF, SP e RJ	Gabinete da RFB	03/09/12	11/10/17	35,00%
ContÁgil	SUFIS	01/07/13	31/12/15	36,07%
Criação de instrumentos de divulgação das informações dos julgamentos dos recursos fiscais	SUTRI			
e-Defesa	SUTRI	07/06/11	31/03/17	31,79%
e-Processo	SUARA	27/02/06	31/12/14	83,95%
Garantia do Crédito Tributário	SUFIS	01/01/14	02/12/19	37,91%
Gestão de Recursos	SUCOR	01/07/09	31/07/15	82,04%
Implantar a Política de Gestão de Riscos na RFB	AUDIT	01/10/12	17/08/16	60,49%
Implantar o Sistema @tos	SUTRI	18/02/11	31/12/14	97,45%
Integração de Cadastros – Novo CNPJ	SUARA	02/06/11	31/07/17	27,36%
Intercâmbio Internacional de Informações Financeiras para Evitar a Evasão Fiscal (FATCA)	SUFIS	28/11/13	31/12/15	14,75%
M-RFB	SUCOR	19/03/12	31/12/14	100,00%
Melhoria na Governança de TI	SUCOR	25/02/12	14/07/17	48,96%
Modernização do Atendimento Presencial	SUARA	01/11/13	31/12/18	- *
OEA – Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado	SUARI	01/11/12	28/02/19	50,39%
Padrões Nacionais de Despesas	SUCOR	01/09/13	31/12/15	45,35%
PCE – Programa Portal único do Comércio Exterior	Gabinete da RFB	01/01/04	31/12/17	40,11%
PCE 01 – Plataforma de Fluxo Único	SUARI	30/07/13	07/08/15	46,17%
PCE 02 – Anexação Eletrônica de Documentos e Imagens Digitais	SUARI	01/08/13	07/08/15	55,25%
PCE 03 – Novo Processo de Exportação	SUARI	04/03/13	21/12/17	28,55%
PCE 04 – Cadastro de Intervenientes	SUARA	26/03/13	31/12/17	32,87%
PCE 05 – Catálogo de Produtos	SUARI	01/05/13	30/06/17	44,76%
PGE – Programas Grandes Eventos	SUARI	03/01/11	13/05/16	70,41%
PGE 01 – Modelo de Controle e Fiscalização de Bagagem Acompanhada	SUARI	03/01/11	29/09/14	83,01%
PGE 02 - e-DBV - Declaração Eletrônica de Bens de Viajante	SUARI	14/05/12	13/05/16	70,09%
PIN - Projeto de Integração Nacional - Redesim	SUARA	05/07/11	14/12/17	69,17%
Plano de Engenharia	SUCOR	09/12/13	31/12/15	36,27%

PMF - Programa de Desenvolvimento e Modernização das Fronteiras Brasileiras	SUARI	18/09/12	18/09/16	25,00%
PTA 02 - Lacs Eletrônicos	SUARI	18/07/14	31/03/16	4,57%
PUC - Programa de Unificação de Créditos	SUARA	01/03/10	31/12/17	55,00%
PUC 01 - eSocial	SUFIS	01/07/10	31/12/15	33,77%
PUC 02 - DCTF-Web	SUARA	04/10/10	31/08/16	39,92%
PUC 03 - Projeto Global da Construção Civil - PGCC	SUARA	12/04/10	02/02/17	66,98%
PUC 05 - Ajustes nos Cadastros da Receita Federal	SUARA	27/08/10	22/10/19	80,16%
PUC 06 - Adaptação do Ambiente de Pagamentos ao Crédito Previdenciário	SUARA	16/02/11	12/01/15	73,47%
PUC 07 - Adaptação do Sief-Fiscel ao CT Previdenciário	SUARA	07/10/10	29/10/16	57,73%
PUC 09 - Adaptação dos Sistemas de Restituição e Compensação para o CP	SUARA	01/03/10	06/03/15	64,61%
PUC 11 - Unificação das Certidões Conjunta e Específica	SUARA	19/10/10	01/01/16	59,06%
Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais	SUARA	01/03/13	31/12/16	12,98%
SCC - Pagamento Automático	SUARA	03/05/10	17/10/14	99,73%
SCC - Reintegra	SUARA	19/09/11	04/12/14	96,07%
SCC – Créditos de PIS/COFINS	SUARA	07/07/08	16/01/15	89,81%
SIC - Sistemas Integrados do Crédito Público	SUARA	04/06/07	11/11/15	66,25%
SIPET – Suporte Informatizado para Estudos Tributários	CETAD	18/02/11	30/05/14	96,48% *
SISAM - Sistema de Seleção Aduaneira por Aprendizado de Máquina	SUARI	15/02/10	22/12/14	95,56%
Siscomex Carga	SUARI	01/01/04	16/09/19	59,72%
Siscomex Exportação Web	SUARI	02/06/10	16/12/14	85,14%
Siscomex Importação Web	SUARI	08/06/10	31/12/15	88,29%
Solução de Litígios Tributários Administrativos de Baixa Complexidade	SUTRI	11/09/14	31/05/15	46,00%

Fonte: Copav/Copre – Sistema Clarity e Relatórios de Gestão. Dados extraídos em 22/01/15.

* O Projeto "Aperfeiçoamento do Sistema Tributário" encontra-se em reestruturação em razão dos esforços de ajuste fiscal em andamento.

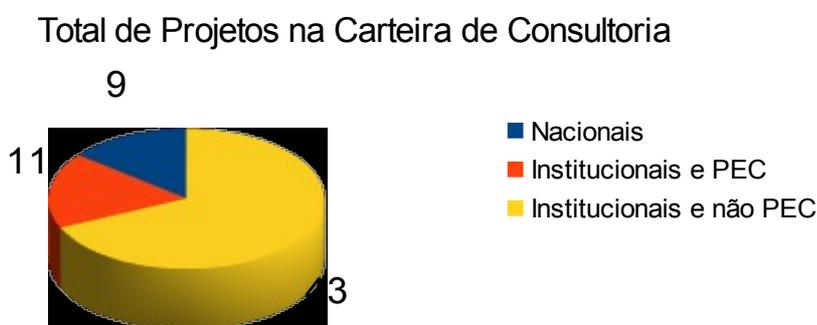
* O Projeto "Modernização do Atendimento Presencial" sofreu acréscimos em seu escopo e está sendo reestruturado. Portanto, o sistema de acompanhamento de projetos não apresenta, atualmente, o percentual executado desse Projeto.

* O Projeto "Sipet" foi encerrado em 2014 com 96,48% de realização em relação ao cronograma estabelecido, cumprindo o que foi proposto em seus objetivo geral e escopo. O projeto cumpriu todas as etapas previstas e entregou o seu principal produto.

O Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais, em 2014, apresenta-se da seguinte forma:

- Fase de Iniciação: 1 Projeto;
- Fase de Execução: 48 Projetos;
- Encerrados: 8 Projetos.

A Copre, em 2014, prestou consultoria em Metodologia de Gerenciamento de Projetos a 54 Projetos Estratégicos Institucionais. Dentre eles, 11 são Projetos Estratégicos Corporativos (PEC), ou seja, foram alçados à categoria de Projetos do Ministério da Fazenda. Além desses, a Copre também prestou consultoria a 9 Projetos Nacionais.



Fonte: Copav/Copre

Observação: Existem Projetos Estratégicos Institucionais que não estão na carteira de Consultoria, são eles: Construção e Reforma – Edifícios DF, SP e RJ; Melhoria na Governança de TI; e Plano de Engenharia.

Conclui-se, assim, que a interação perfeita entre o PPA, a Cadeia de Valor, o Mapa Estratégico e o Portfólio de Projetos Institucionais subsidia os ganhos de qualidade e a excelência perseguidos pela RFB e esperados pela sociedade brasileira.

4.1.5 - Planejamento Estratégico na 1ª Região Fiscal (âmbito Regional)

O Planejamento Estratégico no âmbito da **1ª Região Fiscal**, está alinhado com o planejamento institucional da RFB e contempla a instrumentalização metodológica em suas diversas fases, compreendendo a aplicação do planejamento e de pequenas práticas de gestão no âmbito da Região Fiscal

Visão Estratégica Regional:

Conjugar os esforços de todos os colaboradores, com vistas a cumprir com eficácia a missão da RFB na 1ª Região Fiscal, promovendo para tanto as melhorias pessoais e conjunturais necessárias.

Objetivo Geral:

Maximizar os recursos disponíveis na Região, com vistas à otimização de sua eficiência, na busca de uma administração tributária eficaz.

Objetivos Específicos:

São objetivos específicos da implementação do processo de planejamento, avaliação e controle da administração tributária na Região Fiscal: a) contribuir para o aperfeiçoamento da administração tributária na Região; b) otimizar o cumprimento das metas da RFB, no âmbito da Região; c) disseminar a cultura de planejamento, avaliação e controle de ações na Região; d) colaborar para a melhoria das pessoas da organização.

Utilizando os Objetivos Gerais e indicadores institucionais do Mapa Estratégico, cada unidade elabora sua proposta de Painel de Contribuição do Mapa Estratégico.

O Painel de Contribuição é constituído por indicadores e metas regionais ou locais, alinhados aos indicadores e metas nacionais, e validados pelo Superintendente.

A proposta dos Painéis de Contribuição das unidades, composto por metas e indicadores das diversas áreas, são analisadas nas Unidades, em conjunto, para análise e verificação da sua factibilidade, sob aspectos como peculiaridades locais, disponibilidades de recursos, conjuntura local, entre outros. Realizada a análise e sugeridos os ajustes necessários, a alta administração da Região reúne-se para a convalidação do Painel de Contribuição, mediante consenso dos participantes, obedecidas as diretrizes nacionais e regionais.

Acompanhamento

O *Sistema de Indicadores de Desempenho – SIDWEB* é a ferramenta de acompanhamento e gestão do Planeamento da Superintendência Regional da Receita Federal na 1ª Região Fiscal.

O Sistema controla iniciativas (projetos, ações e atividades), metas e indicadores estratégicos, no âmbito regional e local, apresentando painel com semáforos para que os atores possam verificar o resultado de seu trabalho, propiciando a adoção tempestiva de ações corretivas e/ou informações para próximo período ou próximo ciclo do planeamento.

4.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

Os quadros: “*Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS*”, “*Ação/Subtítulos – OFSS*” e “*Ações não previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar Não Processados – OFSS*” não foram apresentados, tendo em vista que a Unidade Jurisdicionada não gerencia Orçamento Fiscal da Seguridade Social - OFSS.

4.3 - Informações sobre Outros Resultados Gerados pela Gestão

4.3.1 – Publicação do Manual de Gestão de Processos e Atualização do Modelo de Governança de Processos

O Manual de Gestão de Processos foi publicado com o objetivo de difundir conhecimentos sobre o assunto e atualizar a metodologia utilizada na Receita Federal.

A principal novidade da metodologia foi a ampliação do escopo das iniciativas de trabalho com processos. Agora, a metodologia não trata somente de modelagem da situação atual, etapa mais conhecida e utilizada na Instituição, mas envolve, também, a efetiva gestão de processos, o que inclui a Transformação e a Gestão do Dia a Dia dos processos.

Na Transformação, busca-se a identificação de problemas e de suas possíveis soluções, com a finalidade de melhorar o desempenho do processo. Já a Gestão do Dia a Dia consiste no

acompanhamento da execução dos processos, a fim de manter seus desempenhos nos níveis desejados pela organização.

O referido manual foi aprovado pela Portaria RFB nº 1.708, de 22 de setembro de 2014, que estabelece diretrizes sobre o Modelo de Governança de Processos da RFB.

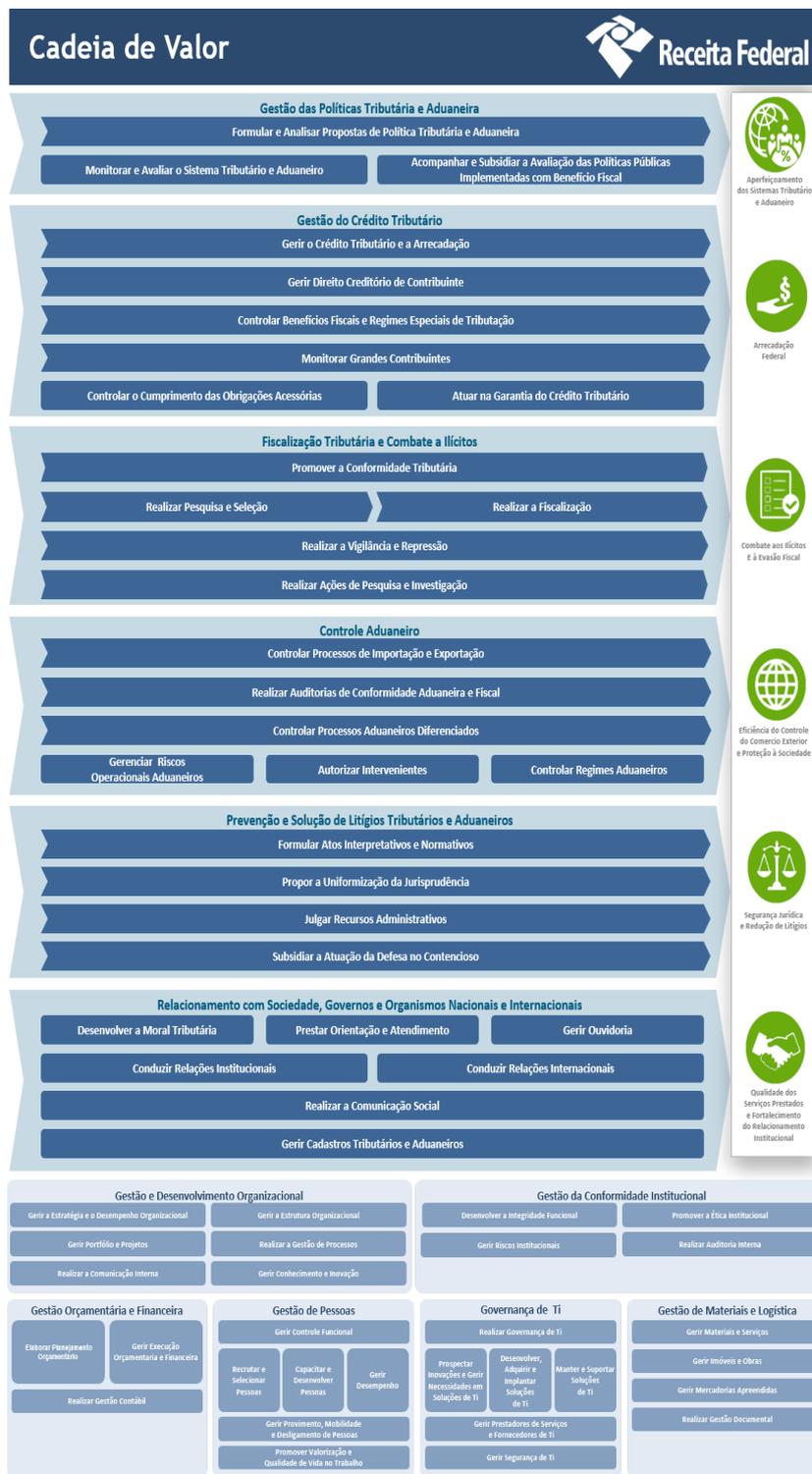
4.3.2 – Atualização da Cadeia de Valor da RFB

A Cadeia de Valor é a representação gráfica de como são organizados e agrupados os processos de trabalho de uma instituição, a fim de ela cumpra sua Missão e gere valor para seus clientes.

Ao final de 2013, foi publicada a Cadeia de Valor Integrada do Ministério da Fazenda, apresentando os processos de trabalho dos órgãos integrantes de sua estrutura. Assim, foi identificada a necessidade de alteração da Cadeia de Valor da RFB para compatibilizá-la, em certos pontos, com a do Ministério. Adicionalmente, em 2014, verificou-se a necessidade de atualização da Cadeia de Valor da RFB para melhorar a representação dos processos de trabalho executados na Organização, frente as alterações ocorridas no ambiente interno e externo, durante esse período.

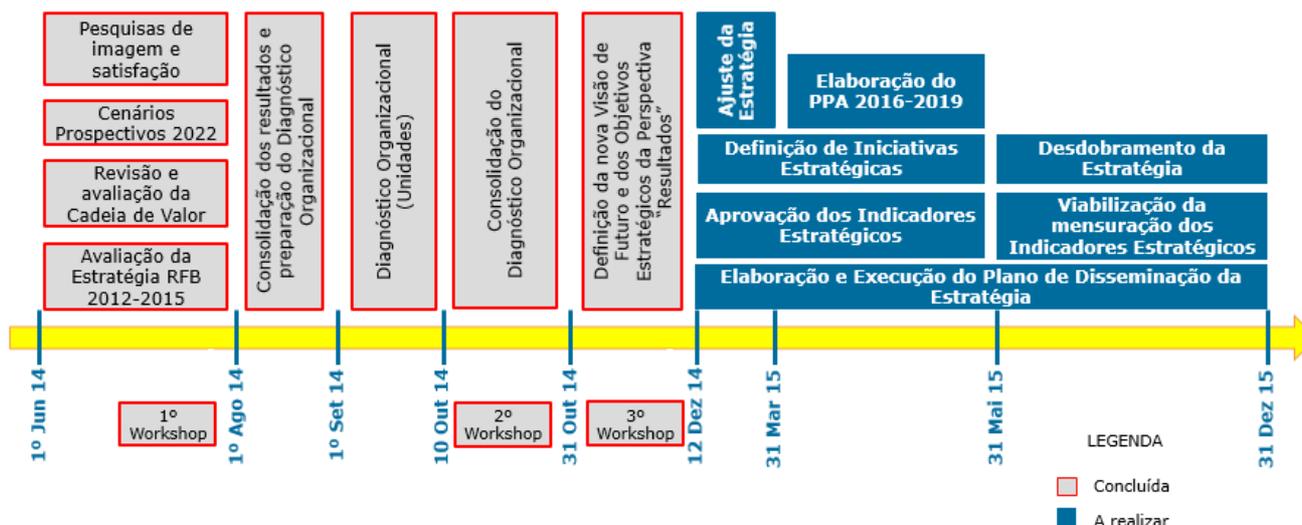
Assim, em 2014, a Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional (Copav) coordenou o trabalho de revisão da Cadeia de Valor da RFB, resultando na publicação de um Manual Descritivo, cujo principal objetivo é apresentar detalhadamente o desdobramento e a descrição da nova Cadeia de Valor. Esse documento também explica conceitos básicos que facilitam o entendimento e a leitura da Cadeia de Valor, mostra um pequeno histórico de como ela foi definida e, por fim, faz uma comparação entre as Cadeias de Valor do Ministério da Fazenda e da RFB.

A nova Cadeia de Valor foi aprovada pela Portaria RFB nº 2028, de 24 de novembro de 2014, que alterou o Anexo IV da Portaria RFB, nº 625, de 17 de maio de 2013.



4.3.3 - Elaboração do Novo Mapa Estratégico da RFB para o ciclo 2016-2019

A Receita Federal iniciou, em junho de 2014, o processo de formulação de seu Planejamento Estratégico para o ciclo 2016-2019. A figura abaixo representa o cronograma com as etapas previstas (em azul) e as já realizadas (em cinza) até 31/12/2014.



Esse processo teve início com o levantamento de 4 temas que serviram de insumo para o Diagnóstico Organizacional:

- Pesquisas de Imagem e Satisfação;
- Cenários Prospectivos 2022;
- Revisão e Avaliação da Cadeia de Valor;
- Avaliação da Estratégia RFB 2012-2015.

As Pesquisas de Imagem e Satisfação foram realizadas no final de 2013 com o objetivo de mensurar o nível de satisfação dos contribuintes e dos servidores em relação aos serviços prestados e à imagem da Instituição. A fim de subsidiar o Núcleo Estratégico da RFB nas próximas etapas do Planejamento Estratégico 2016-2019, a Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional (Copav), em 2014, analisou e consolidou as avaliações feitas pelas áreas e pelas Superintendências acerca dos resultados dessas pesquisas e seus impactos em cada Região Fiscal.

Os trabalhos sobre Cenários Prospectivos buscam mostrar a possibilidade de ocorrências que podem ser positivas ou negativas para uma instituição. Assim, eles têm um importante papel na formulação da Estratégia de uma organização e conseqüentemente no alcance dos resultados pretendidos. A RFB realizou dois trabalhos de prospecção de cenários: um em 2011 e outro em 2013, e no exercício de 2014, a Copav deu continuidade aos trabalhos de Análise dos Cenários Prospectivos 2022 e consolidou as informações obtidas nas duas prospecções de cenários anteriores. O objetivo foi trazer maior contribuição para a formulação da Estratégia da RFB para o próximo ciclo de 2016-2019.

Conforme explicado no item 4.3.2, em 2014 verificou-se a necessidade de atualização da Cadeia de Valor da RFB para melhorar a representação dos processos de trabalho executados na Organização frente às alterações ocorridas no ambiente interno e externo, durante esse período.

Além disso, para a preparação do próximo Ciclo de Planejamento Estratégico, foi necessária a Avaliação da execução da Estratégia RFB 2012-2015. Essa avaliação foi apresentada pelas Subsecretarias e se pautou na contribuição das áreas para o alcance dos objetivos estratégicos com foco nos processos de trabalho e ações vinculadas.

Entre os dias 30 de julho e 1º de agosto de 2014 foi realizado o 1º Workshop de Planejamento Estratégico RFB 2016-2019, que cumpriu os objetivos de finalizar a revisão da Cadeia de Valor da RFB e avaliar e identificar a criticidade dos respectivos processos de trabalho.

Os resultados obtidos por meio dos quatro insumos e do 1º Workshop serviram como subsídios para a realização de um Diagnóstico Organizacional. A consolidação dessas informações foi realizada pela Copav e resultou na elaboração de listas preliminares de Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças, que foram divulgados para avaliação inicial por toda a RFB na etapa Diagnóstico Organizacional (Unidades).

Na etapa de Diagnóstico foi feita uma avaliação dos ambientes externo e interno da RFB, a partir das listas preliminares elaboradas pela Copav. Este Diagnóstico foi realizado por meio de votação, em duas comunidades criadas na Conexão Receita (rede de relacionamento profissional da Instituição): uma disponível para todos os servidores e a outra apenas para os gestores.

Em continuidade aos trabalhos de formulação da Estratégia 2016-2019, foi realizado o 2º Workshop, entre os dias 21 a 24 de outubro de 2014, que teve como resultados a construção do Cenário Referência RFB 2016-2019 e a elaboração da proposta de uma nova Visão de Futuro da RFB.

Aprovada a nova Visão de Futuro da RFB, passou-se a buscar a definição dos Objetivos Estratégicos de Resultado para o novo Mapa Estratégico da Instituição, que representam os principais resultados que a instituição quer alcançar até 2019.

No início de dezembro de 2014 foi realizado o 3º Workshop, que teve como meta construir a estratégia que a Receita Federal adotará até 2019, visando ao alcance de sua Visão de Futuro. Ao discutir o que a Instituição deve fazer para alcançar essa Visão, foram definidos dois Objetivos Estratégicos de Resultado, sete de Processos Internos e quatro de Gestão e Suporte. Além disso, nesse Workshop foram discutidos Indicadores Estratégicos que poderão ser utilizados entre 2016 e 2019 na medição do alcance dos objetivos estratégicos então definidos.

Com a realização deste evento, foi finalizada a primeira versão do Mapa Estratégico RFB 2016-2019. Contudo, poderão ocorrer alguns ajustes na estratégia construída, devido à fase de transição entre os ciclos 2012-2015 e 2016-2019.

4.3.4 – Nova Metodologia de Gerenciamento de Projetos, Programas e Portfólios

Na área de Projetos, uma ação relevante, em 2014, foi a atualização das metodologias de Gerenciamento de Programas e Projetos, abaixo descritas:

- 1) Versão 4.0 da Metodologia de Gestão de Projetos da RFB (MGP 4.0): essa metodologia foi desenvolvida de maneira colaborativa com a Rede de Planejamento (REPLA) por meio da Conexão Receita (rede relacionamento profissional da Receita Federal). A nova versão da MGP reforça o caráter interativo do planejamento de projetos, especialmente no que se refere à necessidade de reprogramação anual, em respeito ao processo orçamentário. Além de maior governança por parte dos gestores de portfólio, há, também, maior participação dos Escritórios de Projeto e áreas suporte (Cotec, Copol, Cogep) no desenvolvimento dos projeto. Finalmente, na nova versão da cartilha da MGP há um maior detalhamento teórico de várias áreas do conhecimento (escopo, riscos, tempo e custo).

2) Versão 1.0 da Metodologia de Gerenciamento de Programas da Receita Federal (MGProg/RFB): assim como a MGP 4.0, foi gerada com apoio da Repla via Conexão Receita, tendo por base as melhores práticas externas, como os padrões de Gerenciamento de Programa do Project Management Institute (PMI) e do Office of Government Commerce (OGC), além de desenvolvimentos próprios surgidos com a experiência da Instituição. Esta primeira versão tem enfoque nos papéis, responsabilidades e fluxo de processos dentro de um programa. Um de seus principais artefatos é a Matriz de Gestão de Indicadores de Resultado, que visa promover uma relação clara entre indicadores X resultados X entregáveis, e já está em uso (na forma de piloto) no Programa Portal Único do Comércio Exterior. Outro aspecto desenvolvido por esta cartilha é a figura do Gerente de Mudanças, que tem o papel de fazer a ligação entre as operações do programa e as dos negócios com o intuito de garantir que as capacidades fornecidas pelos projetos sejam adotadas pela organização.

4.4 - Identificação dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho operacional da Unidade Jurisdicionada

Conforme descrito detalhadamente no item 4.1.2, para o ciclo de Planejamento Estratégico 2012-2015, a RFB possui 21 Objetivos Estratégicos, distribuídos em 3 perspectivas : Resultados, Processos Internos e Pessoas e Recursos. Para medir o alcance/desempenho dos referidos Objetivos, são utilizados 54 Indicadores Estratégicos. Em alguns casos não há desdobramento dos indicadores. Em outros casos, o desdobramento desses Indicadores ocorre no âmbito das **Regiões Fiscais**, que por sua vez, são desdobrados nos níveis locais, possuindo então caráter mais operacional.

A seguir, serão apresentados os Indicadores Estratégicos utilizados pela **1ª Região Fiscal** RFB, conforme a relação do Indicador com o respectivo Objetivo Estratégico que ele se propõe a medir, seguidos de uma análise geral dos resultados observados, a partir de informações extraídas do Sage, de acordo com os Semáforos gerados.

4.5 - Informações sobre outros resultados (gestão regional 1ª Região Fiscal)

4.5.1 - Índice de realização da meta global de arrecadação

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial	Índice de realização da meta global de arrecadação	98,25	100,00	96,30	Mensal	$[(\text{Arrecadação realizada em p no ano X}) / (\text{meta de arrecadação em p no ano X})] \times 100$

Análise de Desempenho:

A arrecadação global acumulada da 1ª Região Fiscal em 2014 atingiu o montante de R\$ 131.525 milhões, uma fatia de 11,56% da Arrecadação-Brasil. O crescimento nominal em relação aos valores de R\$ 125.266 milhões arrecadados em 2013 foi R\$ 6.259 milhões (+5%). Em relação à meta de arrecadação os números alcançados ficaram 3,73% abaixo da previsão.

A arrecadação fazendária registrou um valor de R\$ 97.681 milhões, apontando para uma elevação de R\$ 3.217 milhões em relação ao somatório dos recolhimentos obtidos em 2013, que to-

talizaram R\$ 94.464 milhões. Em relação à realização da meta ficou 4,97% abaixo da expectativa (- R\$ 5.110 milhões), embora tenha apresentado crescimento nominal de 3,41%.

A arrecadação das receitas previdenciárias somou R\$ 33.844 milhões, um aumento de R\$ 3.042 milhões em comparação com os R\$ 30.802 milhões arrecadados em 2013. O resultado apresentou uma variação positiva nominal de 9,87%. Em relação aos valores previstos nota-se que a previsão de arrecadação foi superada em 0,02%.



Pontos Críticos:

Desonerações tributárias implementadas após o encerramento da previsão de arrecadação.

Encaminhamentos: Não há.

4.5.2 - Índice de adimplência das obrigações acessórias (IAOA)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Índice de adimplência das obrigações acessórias (IAOA)	97,00	98,00	97,97	Trimestral	$IAOA = \frac{[N^{\circ} \text{ Declarantes}]}{[(N^{\circ} \text{ Declarantes} + N^{\circ} \text{ Omissos})] \times 100}$

Análise de Desempenho: Este indicador mede, atualmente, a omissão referente à Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF). A RF01 praticamente atingiu a meta de 98%, ao alcançar 97,97%. Não há ação específica da área de cobrança para incrementar este índice. A entrega de declaração se dá mais em virtude do receio da presença fiscal e recebimento de auto de infração.

Pontos Críticos: O indicador mede a omissão de entrega de declarações por quem é obrigado. Atualmente, o indicador utiliza somente a declaração DIRPF, pois há um sistema Omissos em produção para ela. Por ser uma declaração anual e o seu prazo de entrega se encerrar no último dia útil de abril de cada ano, somente após o fim desse prazo é possível definir quem era obrigado e se omitiu de entregar a DIRPF para o determinado ano-calendário. Assim, o dado do 1º trimestre

contém somente a omissão de declarações de anos anteriores. O sistema Omissos apresenta parametrização nacional. Há estudo de implementação dessa parametrização em nível regional

Encaminhamentos:

Futuramente, o índice deverá medir também o grau de omissão das declarações DCTF, Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica (DIPJ) e Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), com a primeira entrega prevista para 2015 do programa Omissos PJ.

4.5.3 - Indicador de atividade de educação fiscal

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Indicador de atividade de educação fiscal	610,35	608,00	625,02	Anual	Qde de eventos realizados com a participação da RFB x Peso definido pela Coaef

Análise de Desempenho:

A 1ª RF somou 624,92 pontos em eventos no exercício 2014, atingindo 102,78% da meta anual (608 pontos). O destaque fica com as realizações voltadas ao marketing externo, por ocasião do PIR, sobretudo para a Unidade de Goiânia, que manteve um programa diário em rádio local para dirimir dúvidas.

Unidades como DRF/GOI e ALF/BSB, que tem projetos estruturados junto aos respectivos GEFES, estão na fase de planejamento das atividades neste início de ano.

Pontos Críticos:

Em decorrência da carência de servidores, os representantes de Educação Fiscal são responsáveis por diversas outras demandas o que dificulta a dedicação aos projetos da área de educação fiscal. Contenção de recursos que impediram a realização de algumas ações.

Encaminhamentos:

Busca-se melhorar a capacitação dos representantes.

4.5.4 - Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação	71,59	72,60	82,79	Mensal	Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês

Análise de Desempenho:

O resultado da 1ª RF no ano de 2014 ficou 10 pontos percentuais acima da meta estabelecida para a região, destacando-se a IRF/Mundo Novo/MS que obteve resultado de 100%.

Pontos Críticos: Não há.

Encaminhamentos: Não há.

4.5.5 - Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	59,40	54,00	64,90	Anual	$[(\text{Saldo inicial DCOMP} - \text{saldo atual DCOMP}) / (\text{saldo inicial DCOMP})] \times 100$

Análise de Desempenho:

No início de 2014, a Coordenação de Restituição, Ressarcimento e Reembolso-Corec definiu o estoque de perdcomp e a meta de redução do valor desse estoque para todas as regiões.

Para a 1ª Região, o estoque era composto de 7.269 famílias de perdcomp, no montante de R\$ 2,83 bilhões e a meta definida para o ano foi de redução de 54% do valor do estoque inicial. Ao final de 2014 a 1ª região conseguiu reduzir 64,9% do valor do estoque, incrementando positivamente a meta proposta. Foram trabalhados 2.266 conjuntos de perdcomp, correspondendo a R\$ 1, 85 bilhões. No final do trimestre, houve o atingimento de 120% da meta inicialmente proposta.

Pontos Críticos: Não há nada relevante.

Encaminhamentos: Para 2015, visando atingimento de melhor resultado e otimização dos recursos humanos da região, está em estudo a “quebra de jurisdição”, para fins de otimizar os resultados em face da carência de servidores.

4.5.6 – Índice global de desempenho da seleção (IGDS)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	85,79	85,00	86,68	Mensal	$(S \times 0,5) + (R2 \times 0,5)$

Análise de Desempenho:

O Indicador Global de Desempenho da Seleção - IGDS é resultante da composição do esforço (indicador S) e da qualidade (indicador R2) da Programação Fiscal.

A meta estabelecida para o período 2014 foi de 85%. O alcance da 1ª RF foi de 86,68%, superior ao alcançado no exercício anterior, que foi de 85. A 1ª RF obteve o 5º melhor desempenho dentre as regiões fiscais para o quarto trimestre de 2014.

Em relação ao R2 - Índice de Qualidade da Seleção Fiscal o desempenho da região foi

de 94,85%.

O indicador S – Índice de Formação de Estoque de Dossiê da 1ª RF foi de 78,50% para uma meta de 80%. O segmento de PJ Diferenciada contribuiu negativamente para esse desempenho.

Pontos Críticos:

- Escassez de recursos humanos.
- Instabilidade das ferramentas utilizadas nos trabalhos da seleção (Siga PJ, Siga DW, Receitanet BX, Webprog e e-Processo).
- Falta de recursos financeiros para promoção de eventos de capacitação e reuniões de trabalho das equipes de seleção.

Encaminhamentos:

- Priorização de treinamentos para a seleção.
- Com a criação da Eqpac, pretende-se que seja otimizada a distribuição dos servidores da área de seleção, que atuarão de forma especializada por regra/tributo, para que melhore o estoque de dossiês em todos os segmentos.

Observações: O IGDS é regional e estabelecido pela soma dos indicadores:

R2 – Índice de qualidade da Seleção Fiscal.

S – Índice formação de estoque de dossiê.

IGDS= R2 multiplicado pelo peso de 50% + S multiplicado pelo peso de 50%.

4.5.7 - Índice de Presença Fiscal (IPF)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador de Presença Fiscal (IPF)	86,8	100,00	87,00	Anual	$IPF = [(P1 \times 0,65) + (P2 \times 0,10) + (P3 \times 0,20) + (P4 \times 0,03) + (P5 \times 0,02)]$

Análise de Desempenho:

O alcance deste indicador na 1ª RF foi de 87%, abaixo da média nacional.

Pontos Críticos:

A relação de contribuintes por AFRFB no âmbito da 1ª RF é bastante elevada em comparação com as demais regiões fiscais, sendo que a carência de servidores impossibilita os gestores de aumentar o quantitativo de auditores na fiscalização.

A elevada prevalência de procedimentos que aumentam a hora média de fiscalização, como os arrolamentos (19,3% dos procedimentos fiscais encerrados na 1ª RF possuem arrolamento, a segunda RF que mais fez arrolamento em 2014 executou apenas 12,1% dos procedimentos e a média Brasil é de 8,2%), impactando assim o número global de procedimentos realizados.

A 1ª RF é a terceira região fiscal que mais realiza Representações Fiscais para Fins Penais (37,3% dos procedimentos são encerrados com RFFP, a média Brasil é de apenas 28,3%), o que também impacta o número global de procedimentos realizados.

Encaminhamentos:

Realizar trabalhos para diagnosticar os problemas locais e propor soluções para melhoria do desempenho de cada Unidade.

4.5.8 - Índice Global de Fiscalização (IGF)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global da fiscalização (IGF)	102,30	100,00	112,36	Anual	(Índice de Desempenho da Fiscalização IDF x 0,90) + (Índice de Realização de Crédito Tributário ICT x 0,10)

Análise de Desempenho:

O IGF é composto pelo Índice de Desempenho da Fiscalização – IDF (90%), que reflete o alcance das metas de fiscalização; e pelo Índice de Crédito Tributário Lançado – ICT (10%), que é calculado pela média do crédito tributário lançado nos últimos 3 anos, acrescido de 10%.

A 1ª RF em 2014 superou a meta prevista, alcançando um índice de 112,36%, sendo 112,5 no IDF e 110,8 no ICT.

Pontos Críticos:

Carência de recursos financeiros em 2014 para a realização de reuniões presenciais e eventos de capacitação.

Carência de recursos humanos que inviabiliza o desempenho linear de todas as metas de forma simultânea.

A metodologia de apuração da meta de ICT ser acrescida em 10% em relação à média aritmética do triênio anterior, sem exclusão de atipicidades que atendam à realidade regional.

Encaminhamentos:

Realização de videoconferências com as Xfis da SRRF01 para diagnosticar os problemas locais e propor soluções para melhoria do desempenho de cada Unidade.

4.5.9 - Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)	99,30	100,00	87,50	Anual	(Índice de Presença Fiscal Aduaneiro IPFA x 0,25) + (Índice de Crédito Tributário Aduaneiro ICTA x 0,05) + (Índice de Desempenho da Fiscalização Aduaneiro IDFA x 0,70)

Análise de Desempenho: A cesta de indicadores do IGFA, na 1a. RF apresentou os seguintes percentuais:

IDFA	96,00%
IPFA	75,80%

ICFA	27,20%
IGFA	87,51%

Segue adiante a análise de cada um dos indicadores.

IDFA – Indicador de Desempenho da Fiscalização Aduaneira - fórmula de cálculo:

$$\{ [(AF \times 150) + (PEC \times 140)] / [(Meta \ AF \times 150) + (Meta \ PEC \times 140)] \}$$

Sendo:

- AF: auditoria fiscal posterior ao despacho
- PEC: procedimento especial de controle no curso do despacho (canal cinza)

IDFA na 1ª Região Fiscal:

Dado	Resultado	Meta
AF – Fiscalizações Pós Despacho	101,09%	100,00%
PEC – Procedimento Especial de Controle no curso de despacho	69,23%	100,00%
IDFA – Indicador de Desempenho da Fiscalização Aduaneira	95,73%	100,00%

Com relação às PEC's, ressalta-se que a ALF-BSB foi a unidade que impactou no resultado, tendo em vista que tendo uma meta de 5 PEC's, realizou apenas 1 procedimento. Fundamentalmente, a dificuldade reside na falta de pessoal, que repercutiu diretamente para o baixo desempenho da Unidade.

Dado	2013		2014	
	Meta	Realizado (qtde)	Meta	Realizado (qtde)
AF – Fiscalizações Pós Despacho	113,4	95,7	64,4	65,1
PEC – Proced. Espec.de Cont. no curso do desp.	-	6	13	9
Total de Ações Fiscais (AF + PEC)	113,4	101,7	77,4	74,1
IDFA – Ind. de Desemp. Da Fiscaliz. Aduaneira	84,40%		95,23%	

Evolução 2013 x 2014 – Análise da 1.º Região Fiscal:

De todo modo, constata-se evolução do IDFA de 84,4%, em 2013, para 95,23%, em 2014, ou seja, uma melhoria de 14% no desempenho da região fiscal.

IPFA – Indicador de Presença Fiscal – fórmula de cálculo:

$$\{ [Qtde \ de \ ações \ executadas \ + \ (Qtde \ de \ diligências \times 0,1)] / (Qtde \ de \ operadores \ 99\% \ do \ comércio \ exterior \times 8\%) \}$$

Entre as ações executadas, consideram-se as fiscalizações pós despacho e os procedimentos especiais de controle no curso do despacho. Além disso, o indicador considera 10% as diligências.

IPFA na 1ª Região Fiscal

AÇÕES FISCAIS					
Meta (Qtde de Ações Fiscais)	Resultado				
	AF	PEC	Diligências x 0,1	Total de Ações Fiscais	IPFA (%)
96,4	58	9	6	73	75,73%

A quantidade de contribuintes de interesse (99% dos Operadores de Comércio Exterior) observou crescimento da ordem de 4,33%. Tais aumentos resultaram em incremento da meta de presença fiscal em 24% para o ano de 2014. O IPFA ficou prejudicado, ainda, em função do reduzido quadro de auditores fiscais atuando na atividade de fiscalização, em comparação com a meta exigida.

ICTA – Indicador de Crédito Tributário – fórmula de cálculo:

$$[(CT + AM) \text{ do período} / (\text{Média do triênio} (CT + AM) \times 110\%)]$$

Sendo:

- CT: Crédito Tributário lançado
- AM: Apreensões de Mercadoria

Ano	Crédito Realizado	Crédito fora da normalidade	Total de RPF com crédito	Média Geral	Média sem desvio
2013	R\$ 247.519.395,33	R\$ 166.000.000,00	65	R\$ 3.807.990,70	R\$ 1.254.144,54
2014	R\$ 45.431.621,88	R\$ 0,00	41	R\$ 1.108.088,34	R\$ 1.108.088,34
Δ	R\$ 202.087.773,45	-	24	R\$ 2.699.902,36	R\$ 146.056,21

Analisando os dados de 2013 e 2014, constatam-se 2 fatores que se não analisados geram uma aparente redução de desempenho das equipes no que diz respeito ao ICTA. O indicador ficou prejudicado por 2 fatores:

1.º Fator: constata-se que em 2013, apenas 1 das fiscalizações representou um grande desvio para comparação com as demais fiscalizações ou demais anos. Esta fiscalização representou um montante de 166 milhões de reais, muito superior ao somatório do valor lançado por todas as demais 64 ações fiscais executadas com resultado em 2013 pela 1ªRF, que resultou em R\$ 81 milhões. Este valor acabou distorcendo não somente o resultado do ano como base de comparação, mas também a definição da meta de 2014 (que leva em consideração o último triênio).

2.º Fator: o volume de fiscalizações reduziu em função da redução do quadro de servidores na atividade de fiscalização. Logo, menor volume de fiscalizações, resta em menor volume de RPF, e por consequência uma possível redução dos créditos tributários (o que de fato ocorreu).

Pontos Críticos do IGFA:

- Reduzido quadro de servidores dedicados à atividade de fiscalização aduaneira;
- Atividade decorrente de gestão de risco aduaneiro local ainda baixo nas Unidades descentralizadas;
- Aumento de operadores de comércio exterior, bem como perspectiva de meta crescente de presença fiscal ao longo dos próximos anos.

Encaminhamentos:

Trabalha-se com duas iniciativas que permitirão, em conjunto, melhorar os índices da 1a. RF:

- Implementação de equipe regional de fiscalização aduaneira pós despacho, com o objetivo de reforçar a equipe da Alfândega do Aeroporto de Brasília – que hoje concentra a atividade – com servidores de outras Unidades descentralizadas da 1a. RF;
- Estabelecimento do Gerenciamento de Risco Aduaneiro Regional, que incrementará a atuação na execução de PECs por parte das Unidades descentralizadas.

4.5.10 - Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)	97,00	90,00	74,50	Trimestral	(Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100

Análise de Desempenho:

No âmbito da 1ª Região Fiscal:

Qtde de RPF's concluídos	55
Qtde de RPF's com resultado cfe Port. Coana nº 75/2013	41
Qtde de RPF's com resultado financeiro – independente do valor	45
Qtde de RPF's com algum resultado (monetário ou não)	49

IGES = 74,5%

Meta = 90%

Port. Coana 75/2013: são considerados somente aqueles com crédito ou apreensão > 10 mil.

Deve-se ponderar que o indicador possui a limitação de não considerar o resultado positivo de ações fiscais que não têm como objetivo apurar valores de crédito tributário ou apreensão de mercadorias. É o caso, por exemplo, da aplicação de sanções administrativas a beneficiários de regimes aduaneiros, quando incorrem em infrações à legislação vigente. Quatro auditorias realizadas pela Alfândega de Brasília assumem esse perfil e, portanto, não foram levadas em conta no indicador. Se os considerarmos, o grau de eficiência na seleção aumentaria para 81,81%.

Pontos Críticos: Não há pontos críticos

Encaminhamentos: Não há encaminhamentos

4.5.11 - Índice de solução de consultas

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Índice de solução de consultas	83,00	70,00	85,28	Trimestral	(Número acumulado de consultas respondidas pela unidade da RFB até o trimestre / ((acervo inicial nacional de consultas do período analisado que aguardavam solução / 4) x número do trimestre) + número nacional acumulado de consultas recebidas até o trimestre analisado) x (número total

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
						de auditores lotados nas Regiões Fiscais / número de auditores lotados na unidade da RFB)

Análise de Desempenho:

Desde a edição da IN RFB nº 1.396, de 2013, as Divisões de Tributação detêm competência para: (1) minutar as soluções de consultas e submetê-las à aprovação da Coordenação-Geral de Tributação; e (2) declarar a ineficácia de consultas apresentadas em desacordo com a legislação. O Índice de Solução de Consulta mede a produtividade da Disit no que se refere ao processo de consulta e possui impacto direto na cesta de indicadores da Região Fiscal. O seu cálculo leva em consideração a saída de processos sobre o estoque inicial mais as entradas no período, de forma proporcional à quantidade de AFRFB na Região Fiscal, sendo que a meta estabelecida pela Cosit para o ano de 2014 foi de 70%. A Disit01 cumpriu a meta estabelecida, tendo analisado cerca de 180 consultas sobre a interpretação da legislação tributária e alcançado o índice de 85,28%. O atual efetivo da Divisão (cinco pareceristas) é suficiente para o alcance da meta estipulada.

Pontos Críticos:

Há algumas minutas de soluções que ainda aguardam aprovação na Cosit. Em face das alterações da legislação tributária, possivelmente, será necessário modificá-las.

Encaminhamentos:

Para 2015, há a possibilidade de alteração da forma de cálculo do índice, tendo em vista que índice atual mede a eficácia da Divisão (número de processos analisados). Aguarda-se um índice composto, que meça a eficácia e a eficiência (número de processos analisados e quantidade de pareceristas disponíveis).

4.5.12 - Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	36,71	86,00	47,55	Trimestral	$\left[\frac{\text{Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos}}{\text{quantidade de atendimento presencial}} \right] \times 100$

Análise de Desempenho:

No ano de 2014, foram atendidos 1.621.007 serviços presencialmente e 10.474.416

virtualmente através do Portal e-CAC na 1ª Região Fiscal.

O percentual de serviços atendidos com tempo menor ou igual a 15min ficou em 63,77%, aquém da meta estabelecida, que é de 86% dos serviços atendidos com Tempo Médio de Espera -TME, igual ou menor que 15min. Somente em outubro a 1ª RF alcançou a meta, com percentual de 88,46% dos serviços atendidos com TME < ou = 15min. Nos meses de maio, junho e setembro os resultados ficaram próximos da meta.

As Unidades de atendimento com resultados mais críticos em relação a meta foram os CAC/Brasília e Cuiabá .

Pontos Críticos:

Problemas com sistemas (lentidão, fora do ar, falta de integração);
Falta de pessoas para atender a demanda dentro dos parâmetros da meta.

Encaminhamentos:

Realização de um Seminário voltado para os gerentes de atendimento;
Diversos treinamentos, presencial e a distância para os atendentes, sobre os assuntos que mais impactam o atendimento (via videoconferência).

4.5.13 - Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes	777,00	801,00	628,00	Anual	(Somatório do nº de PER pendentes x nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente) / total de PER pendentes

Análise de Desempenho:

A Corec definiu no início de 2014 o estoque inicial para todas as regiões fiscais e meta de redução de 40% do tempo médio. Na 1ª região haviam 9.554 Pedidos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso-PER, com tempo médio inicial de 1.231 dias. Durante o ano foram trabalhados 5.661 documentos, o que resultou na redução do tempo médio para 628 dias ao final de 2014, ultrapassando a meta proposta de 801 dias. A Dirac01, em parceria com a Disit01, auxiliou nos trabalhos das Unidades ao elaborar 02 Ordens de Serviço que dispõem sobre procedimentos de análise sumária referentes a contribuições previdenciárias. Atingimento de 121% da meta proposta (redução de 49% do tempo médio inicial).

Pontos Críticos: não há.

Encaminhamentos:

Para 2015 a Dirac irá analisar o estoque a ser trabalhado e estudar metodologias para atingir melhores resultados.

4.5.14 - Grau de fluidez do despacho de importação

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Grau de fluidez do despacho de importação	74,08	72,37	73,53	Mensal	Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês

Análise de Desempenho: O resultado da 1ª RF no ano de 2014 foi de 74,29%, ficando acima da meta estabelecida para a região (72,37%).

Destacam-se a ALF BSB que obteve o resultado de 82,80% e a DRF ANA com resultado de 74,57%. Considerando que essas duas unidades representam mais de 50% do volume de importações da região, o resultado obtido por elas contribuiu para o bom desempenho da região.

Pontos Críticos: Não há.

Encaminhamentos: Não há.

4.5.15 - Índice de crédito tributário garantido (ICTG)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Índice de crédito tributário garantido (ICTG)	30,20	27,20	27,39	Anual	$ICTG = \frac{\text{Total de Arrolamentos e Medidas Cautelares Fiscais}}{\text{CT Passíveis de Garantia}} \times 100$

Análise de Desempenho:

A 1ª região atingiu ao final do 4º trim/2014 o percentual de 27,39%, ultrapassando a meta prevista de 27,20%.

Pontos Críticos:

Enquanto o valor do passivo é atualizado mensalmente, o dos bens arrolados não seguem a mesma atualização, dificultando o atingimento da meta, pois às vezes um único bem seria suficiente para garantir o passivo, mas, com o valor defasado, obriga o servidor a despender tempo arrolando outros bens e direitos para cumprir a meta.

Encaminhamentos:

Envio de sugestão de melhoria da meta à Codac.

4.5.16 - Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira	124,00	100,00	136,13	Mensal	(Pontuação realizada no período / Pontuação prevista no período) x 100, onde: Pontuação = (quantidade de operações de pequeno porte x 1) + (quantidade de operações de médio porte x 2) + (quantidade de operações de grande porte x 4)

Análise de Desempenho:

As metas estabelecidas no ano de 2014 foram superadas devido ao esforço adicional empreendido pelos servidores da divisão e suas projeções que permitiu a realização de diversas operações de repressão durante o período de realização da Copa do Mundo de 2014 e, ainda, pelo reforço na atuação no combate ao contrabando e descaminho realizado por meio de linhas regulares de transporte rodoviário de passageiros.

Pontos Críticos:

A limitação de recursos humanos impede a atuação das equipes com maior frequência.

Encaminhamentos:

Buscar alternativas para substituição dos servidores que se demonstram desgastados devido ao longo tempo de exercício da atividade.

4.5.17 - Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)	98,00	100,00	100,00	Mensal	$(0,35 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,40 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,25 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$

Análise de Desempenho:

A 1ª Região Fiscal atingiu a meta estabelecida para 2014, atingindo os 100,00 pontos percentuais no somatório dos 3 (três) indicadores que compõem o IGAM - Indicador Global de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes. O resultado final do IGAM ficou distribuído da seguinte maneira: IPT – Indicador de Tratamento do Passivo Tributário (25,00 pontos percentuais); IDA – Indicador de Distorções de Arrecadação (35,00 pontos percentuais) e ISE – Indicador do Setor Econômico (40,00 pontos percentuais), perfazendo o total esperado de 100,00 pontos percentuais.

Pontos Críticos:

Para a realização das atividades com a qualidade esperada é necessário um número maior de servidores para que possamos ter um aprofundamento desejado pela Instituição.

Encaminhamentos: Não há.

4.5.18 - Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento	116,91	100,0	127,71	Trimestral	$\{0,5 \times [(carga\ horária\ total\ de\ capacitação\ / total\ de\ servidores\ da\ unidade) / meta]\} + \{0,5 \times [(total\ de\ treinandos\ capacitados\ sem\ repetições\ / total\ de\ servidores\ em\ exercício) / meta]\}$.

Análise de Desempenho:

Analisando o Índice de Gestão das Ações de Capacitação e Desenvolvimento - IGACD, referente ao ano de 2014 apurado em 127,71%, a 1ª Região Fiscal superou o esperado para o último trimestre (100%). Observa-se que, o atingimento e superação da meta deu-se pelo índice de aprofundamento, a maior parte das Unidades da 1ª RF ultrapassou a média de 44 horas de capacitação por servidor treinado. No caso do grau de amplitude, poucas Unidades ultrapassaram a meta de 78% de capacitação em relação a todos os seus servidores. O resultado final do IGACD foi satisfatório para 1ª Região Fiscal.

Pontos Críticos:

Contingenciamento orçamentário, da ordem de 20% , sobre as diárias e passagens;
 Restrições de deslocamento durante o período da Copa do Mundo (01/06 a 20/07);
 Projetos de grande amplitude com deslocamento da totalidade dos participantes, foram fortemente impactados pela restrição orçamentária.

Encaminhamentos:

Solicitação para que as unidades priorizassem ações locais (sem custos de deslocamento), ações de Ensino a Distância e parcerias com Escolas de Governo.

Focar no aumento da amplitude de servidores capacitados e aumento do número de cursos sem deslocamento ou EAD.

4.5.19 - Nível de adequação imobiliária (NAI)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação imobiliária (NAI)	50	55	49	Semestral	$\{ [(IA1 \times 1) + (IA2 \times 2) + (IA3 \times 3)] / 6 \}$ Média ponderada dos índices de adequação imobiliária dos imóveis, com peso 1 para os imóveis com pontuação igual ou superior a 60 (IA1), peso 2 para os imóveis com pontuação inferior a 60 mas superior ou igual a 40 (IA2), e peso 3 para os imóveis com

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
						pontuação inferior a 40 (IA3).

Análise de Desempenho:

O Nível de Adequação Imobiliária da 1ª Região Fiscal observado ao final do exercício de 2014, ficou abaixo da meta estabelecida de 55 (cinquenta e cinco) pontos, apresentando pequena evolução em relação ao índice de referência anterior, de 50 (cinquenta) pontos.

Diagnosticadas as principais dificuldades enfrentadas, encontra-se em fase de estruturação, a adoção de iniciativas centralizadas, no que tange a reformas, promoção da acessibilidade, e ações de sustentabilidade.

Implementação de avaliações periódicas do Plano de Engenharia da 1ª RF.

Pontos Críticos:

A carência de servidores para condução das licitações de reformas e obras (sobretudo nas unidades de fronteira) visto que, notoriamente, estas exigem um grau maior de complexidade na definição das especificações do objeto a ser licitado.

A relativa distância entre as unidades de fronteira e os centros urbanos, dificultando ou inviabilizando a contratação de obras e serviços de engenharia, quando não os tornam demasiadamente onerosos para a administração.

A carência de servidores com formação específica em arquitetura, engenharia e áreas afins, dificultando a implementação de um controle gerencial mais efetivo por parte da superintendência, além da rotatividade de servidores, especialmente na capital federal e nas unidades de fronteira.

Encaminhamentos:

Visitas periódicas dos servidores da SRRF/Dipol/Saeng às unidades da 1ª RF, para fins de apoio técnico na definição de necessidades, elaboração de anteprojetos, bem como auxílio no recebimento de projetos e obras.

4.5.20 - Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas	96,94	100,00	42,64	Trimestral	$[(ITU \times 0,30) + (IUU \times 0,30) + (IRS \times 0,20) + (ILO \times 0,20)] \times 100.$

Análise de Desempenho:

Inclui estações e licenças cuja distribuição para entrega se deu a partir do segundo semestre de 2014, Parte das ferramentas teve tombamento a partir do final de 2014.

Pontos Críticos:

Pessoal desempenha diversas atividades concomitantes (controle de acesso, demandas

dos usuários, gerencia correio, orientação etc) as quais concorrem com a gerencia do ambiente informatizado. Também a atuação em unidades remotas (ARFs, IRFs), e dificuldades de configuração de programas de gerência.

Encaminhamentos:

Videoconferências com o pessoal das unidades, tendo sido estabelecido um pontos de controle e um Curso em maio/2015.

4.5.21 - Nível de adequação da infraestrutura tecnológica

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica	98,16	100,0	96,77	Mensal	$[(IETA \times 0,15) + (IETS \times 0,20) + (IUCD \times 0,15) + (IUAD \times 0,15) + (IETG \times 0,20) + (IBDC \times 0,15)] \times 100.$ <p>IETA: Estações de trabalho adequadas; IETS: Estações de Trabalho Gerenciadas pela Solução de Segurança; IUCD: Usuários com Obrigatoriedade de Acesso à rede Windows via certificação digital; IUAD: Usuários Ativos no Active Directory; IETG: Estações de Trabalho Gerenciadas pelo Altiris; IBDC: Utilização da Banda de Circuitos de Rede Wan</p>

Análise de Desempenho:

Regular, ainda depende de Alertas constantes para as unidades.

Pontos Críticos:

Serviço de conformidade depende em boa parte do prestador de serviço (Serpro)

Encaminhamentos: Curso em maio/2015.

4.5.22 - Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	70,00	100,0	73,39	Trimestral	$[(0,4 \times ILE) + (0,3 \times IEB) + (0,3 \times IPF)]$, onde: ILE = valor arrecadado em leilões; IEB = estoque base; IPF = processos fiscais antigos.

Análise de Desempenho:

No ano de 2014, com a ênfase na destinação por leilão, modalidade que teve a meta regional superada em mais de 70%, mas essa diferença positiva não impacta no IGMA pelos atuais critérios de cálculo.

Pontos Críticos:

A restrição das doações e incorporações durante o exercício de 2014, em virtude do período eleitoral, nos termos da Portaria RFB nº 783/2014, contribuiu negativamente para os resultados do estoque base e de processos fiscais antigos.

Encaminhamentos:

Para o ano de 2015 o leilão ainda se apresenta como a principal forma de destinação, contribuindo com a diminuição dos estoques de mercadorias e com a arrecadação de recursos para os cofres públicos. Os outros tipos de destinação como: incorporação, doação e destruição, devem apresentar desempenho bem superior ao ano anterior.

4.5.23 - Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio	96,82	100,0	99,85	Mensal	$([VE / TDC] \times 100)$ VE = [Valor executado = empenhado a liquidar + liquidados]

Análise de Desempenho:

Verificou-se um desempenho de 99,85%, ou seja, a execução praticamente da totalidade da dotação orçamentária para despesas de custeio, demonstrando aproveitamento dos recursos como planejado. O nível da execução financeira também é alto, sendo os percentuais de despesa não liquidada e de disponibilidade orçamentária ou financeira não utilizada extremamente baixos. As UGs encaminham suas necessidades orçamentárias mensalmente. A Dipol analisa as solicitações; as despesas são executadas dentro de limites liberados pelo órgão central; as despesas excedentes são adiadas para execução do momento da liberação de dotações vinculadas ao atingimento de indicadores estratégicos da RFB e de liberações de créditos eventualmente descontingenciados.

Pontos Críticos:

Insuficiência de dotação orçamentária. Contingenciamentos constantes e recorrentes.

Encaminhamentos:

Solicitação de recursos para suprir as necessidades orçamentárias e financeiras.

4.5.24 - Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos	52,34	100,0	76,77	Trimestral	$(0,4 \times \text{VALOR.MP}) + \{0,6 \times [(0,6 \times \text{VALOR.OBRAS}) + (0,4 \times \text{QTDE.OBRAS})]\}$ VALOR.MP: Valor Materiais Permanetes; VALOR.OBRAS: Valor de Obras/Serviços; QTDE.OBRAS: Quantidade de Obras/Serviços.

Análise de Desempenho:

Desempenho observado, de 76,77%, se considerado o índice de referência 52,34%, ou seja, em comparação Nacional, a 1ª Região Fiscal obteve melhores níveis de execução para despesas de investimentos. O indicador é calculado considerando aquisição de material permanente, quantidade e valor de obras contratadas. A aquisição de material permanente atinge o nível de execução de quase 100%. A contratação de obras possui um nível de execução relativamente mais baixo, porém, satisfatório em comparação Nacional. Execução orçamentária sobre contratação de obras conforme valores e objetos constantes do Plano de Engenharia, que vigora anualmente.

Pontos Críticos:

Dificuldades, notadamente, decorrente de escassez de pessoal para realizar planejamentos sobre contratação/execução de obras em curto prazo demandado. Limitação para execução financeira. Insuficiência na descentralização do teto mensal de recursos financeiros.

Encaminhamentos:

A maioria das compras e contratações seguem o planejamento anual, definido em Portarias referentes ao Plano Nacional de Aquisição – PNA e Plano de Engenharia – PE.

4.5.25 - Índice de recuperação da cobrança especial (IRC)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de recuperação da cobrança especial (IRC)	-	45,00	48,10	Anual	$[50 \times (\text{resultado financeiro/carteira de trabalho}) + 50 \times (\text{medidas aplicadas/medidas aplicáveis})]$

Análise de Desempenho:

Este indicador tem por objetivo executar a cobrança de modo mais intenso, utilizando todas as medidas cabíveis para a recuperação do crédito. Verifica-se que onde foi aplicado maior número de medidas específicas o valor de crédito recuperado foi mais elevado.

Pontos Críticos:

Carência de servidores para possibilitar maior dedicação à aplicação das medidas cabíveis.

Encaminhamentos: não há.

4.5.26 - Índice de temporalidade média de processos de crédito tributário (ITMP)

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de temporalidade média de processos de crédito tributário (ITMP)	-	730,00	1.038,00	Anual	Tempo de existência dos processos em estoque / Quantidade de processos em estoque

Análise de Desempenho:

O ITMP é o indicador que mede a temporalidade média dos processos digitais localizados nas unidades locais e nas Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF).

A meta de 2014 foi baseada na temporalidade de dezembro de 2013 e, de forma proporcional ao longo dos trimestres, deveria haver uma redução de 15% desse tempo médio em relação à situação em dezembro de 2013. No 1º semestre houve ajuste no cálculo do indicador e, conseqüentemente, também foram recalculadas as metas parciais.

Na 1ª Região, 02 Unidades conseguiram reduzir consideravelmente o tempo médio dos seus processos. Já em relação às demais unidades, algumas justificam que tal índice ainda não retrata fielmente a realidade, carecendo de ajustes. Por esse motivo, a meta não foi priorizada por estas unidades.

Pontos Críticos:

O resultado final apurado em 2014 demonstra que o indicador necessita de ajustes.

Encaminhamentos:

Proposta de depuração do indicador.

4.5.27 - Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira.	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	20,91	16,57	21,66	Anual	Somatório dos valores apreendidos e dos créditos tributários lançados no mês, provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira.

Análise de Desempenho:

As metas estabelecidas no ano de 2014 foram superadas devido ao esforço adicional empreendido pelos servidores da divisão e suas projeções que permitiu a realização de diversas operações de repressão durante o período de realização da Copa do Mundo de 2014 e ainda pelo reforço na atuação no combate ao contrabando e descaminho realizado por meio de linhas regulares de transporte rodoviário de passageiros. Somente no mês de dezembro de 2014, 12 ônibus foram surpreendidos transportando cerca de 5 milhões em mercadorias irregulares.

Pontos Críticos: não há

Encaminhamentos: não há



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL –
1ª REGIÃO FISCAL - SRRF 01

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 5: Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade
(Itens 64 e 65, Conteúdo Específico, Parte B, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Este item não se aplica, tendo em vista que a Unidade Jurisdicionada não é gestora de fundos.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL –
1ª REGIÃO FISCAL - SRRF 01**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 6: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira
(Item 6, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

6.1 - Demonstração da Execução das Despesas

Quadro 12 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	170010	170018	25103.04.301.2110.2004.0001	-	-	15.576,12
Recebidos	170010	170018	25103.04.125.2110.20VF.0001	-	-	895.740,22
Recebidos	170010	170018	25103.04.125.2110.20VF.0001	-	-	1.640.318,63
Recebidos	170010	170018	25103.04.129.2110.2238.0001	-	-	84.403,09
Recebidos	170010	170018	25103.04.122.2110.2000.0001	-	-	34.483.581,90
Recebidos	170010	170018	25103.04.125.2110.2237.0001	-	-	2.279.901,93
Recebidos	170010	170018	25103.04.125.2110.20VF.0001	-	-	143.739,02
Recebidos	170010	170018	25103.04.125.2110.20VF.0001	-	-	34.638,09
Recebidos	170010	170018	25103.04.331.2110.00M1.0001	-	-	20.185,30
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	170010	170018	25103.04.125.2110.20VF.0001	13.821.825,01	-	-
Recebidos	170010	170018	25103.04.125.2110.20VF.0001	1.637.124,30	-	-
Recebidos	170010	170018	25103.04.125.2110.20VF.0001	61.555,99	-	-
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

O Quadro “*Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa*” não foi apresentado, tendo em vista que a **1ª Região Fiscal** não recebe recursos de outros órgãos fora da estrutura do Ministério da Fazenda.

Análise Crítica:

Na Receita Federal do Brasil, os créditos orçamentários são originariamente previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) e alocados no Órgão Central, cuja Unidade Orçamentária é 25103 que, por sua vez, descentraliza para a UJ, Unidade Gestora 170018 que, em decorrência, faz

a descentralização para as demais unidades gestoras que compõem a 1ª Região Fiscal nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Distrito Federal, cumprindo o planejamento anual, mediante a disponibilização mensal da programação orçamentária.

No que respeita ao teto orçamentário anual disponibilizado, tanto em relação às outras despesas correntes quanto às despesas de investimento, foi suficiente ao atendimento das demandas das unidades gestoras jurisdicionadas à SRRF01.

Com relação ao contingenciamento definido pelo Decreto de programação financeira anual, houve impacto, entretanto, com a liberação ocorrida foi possível obter os resultados institucionais previstos no planejamento anual.

Quadro 13 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	22.976.033,01	22.331.423,51	22.925.974,15	22.120.037,56
a) Convite	0,00	2.475,00	0,00	2.475,00
b) Tomada de Preços	223.243,99	93.455,59	223.243,99	93.455,59
c) Concorrência	2.146.402,41	0,00	2.146.402,41	0,00
d) Pregão	20.606.386,61	22.235.492,92	20.556.327,75	22.024.106,97
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	7.249.225,92	6.831.183,63	7.249.225,92	6.776.641,93
h) Dispensa	5.917.169,44	5.623.751,40	5.917.169,44	5.597.048,98
i) Inexigibilidade	1.332.056,48	1.207.432,23	1.332.056,48	1.179.592,95
3. Regime de Execução Especial	138.702,34	188.654,65	138.702,34	188.654,65
j) Suprimento de Fundos	138.702,34	188.654,65	138.702,34	188.654,65
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.890.429,25	2.979.705,99	2.890.429,25	2.979.705,99
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	2.890.429,25	2.979.705,99	2.890.429,25	2.979.705,99
5. Outros	1.813.111,84	2.485.569,21	1.813.111,84	2.472.841,34
6. Total (1+2+3+4+5)	35.067.502,36	34.816.536,99	35.017.443,50	34.537.881,47

Quadro 14 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1 - Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Outras Despesas Correntes	36.455.756,09	36.342.217,96	32.470.161,97	33.677.983,86	3.985.594,12	2.664.234,10	32.420.103,11	33.437.137,40
37 – Locação de Mão	15.766.492,61	16.511.785,99	14.414.968,79	15.466.265,74	1.351.523,82	1.045.520,25	14.414.968,79	15.318.708,58

de Obra								
39 – Out. Serv. Pes. Jurídica	13.312.974,15	10.633.167,52	11.541.005,14	9.554.238,72	1.771.969,01	1.078.928,80	11.540.980,18	9.472.885,50
14 - Diárias Civil	2.888.593,75	2.974.402,99	2.888.593,75	2.974.402,99	0,00	0,00	2.888.593,75	2.974.402,99
Demais elementos do grupo	4.487.695,58	6.222.861,46	3.625.594,29	5.683.076,41	862.101,29	539.785,05	3.575.560,39	5.671.140,33
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4 - Investimentos	14.982.096,71	42.259.021,91	2.597.340,39	1.138.553,13	12.384.756,32	41.120.468,78	2.597.340,39	1.100.744,07
51 – Obras e Instalações	13.505.933,35	40.596.022,79	2.472.751,75	137.055,59	11.033.181,60	40.458.967,20	2.472.751,75	119.136,53
52 - Equip. Mater. Permanente	1.439.573,36	1.634.999,12	111.898,64	1.001.497,54	1.327.674,72	633.501,58	111.898,64	981.607,54
39 - Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica	26.690,00	28.000,00	12.690,00	0,00	14.000,00	28.000,00	12.690,00	0,00
Demais elementos do grupo	9.900,00	0,00	0,00	0,00	9.900,00	0,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Análise Crítica:

A respeito da movimentação e da descentralização dos créditos orçamentários para a UJ, essas operações, normalmente, no que se refere as despesas de custeio, se dão pela distribuição de valores dos gastos decorrentes de programação mínima de um mês, de todas as necessidades das 12 unidades gestoras da região fiscal, já reduzidas de eventuais contingenciamentos ou de cortes orçamentário, definidos para o período, sendo que, os recursos, em sua quase totalidade, são oriundos das Órgãos Centrais da RFB, UG 170010, praticamente não havendo registro significativo decorrente de movimentação externa.

Quanto aos recursos de investimentos, sobre esses, geralmente, no início do ano, incide contingenciamentos em percentuais mais elevados do que para os créditos referentes as despesas fixa e, na medida das disponibilidades, quando, em cada caso, da conclusão do procedimento da licitação, se é solicitado o valor a ser empenhado, e, também, segue o mesmo formato de descentralização, originários dos Órgãos Centrais da RFB, UG 170010 para a UJ, UG 170018 e dessa para Unidades Gestoras da sua jurisdição, responsáveis pela execução de cada contrato.

Acerca da modalidade contratação, cabe evidenciar a utilização dos recursos com predominância e preferência pelas licitações nas modalidades de Pregão Eletrônico, Concorrência Pública e Tomada Preços.

6.2 - Informações sobre despesas com ações de publicidade e propaganda

Quadro 15 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação Orçamentária	Valores Empenhados	Valores Pagos
Institucional	2110 / 2000	6.176,75	6.176,75
Legal	2110 / 2000	63.651,64	49.526,25
Mercadológica	2110 / 2000	-	-
Utilidade pública	2110 / 2000	-	-

6.3 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve registro de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício financeiro de 2014.

6.4 - Demonstração da Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 16 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	43.949.761,91	14.542.600,81	98.187,92	29.308.973,18
2012	4.186.478,65	1.130.935,75	2.715.394,52	340.148,38
2011	74.619,20	67.186,29	7.432,91	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	278.918,88	263.767,42	15.151,46	0,00
2012	902.835,94	899.717,44	3.118,50	0,00
2011	144,88	0,00	144,88	0,00

Análise Crítica:

No que tange aos saldos de Restos a Pagar, inscritos em exercícios anteriores, conforme se verifica no Quadro acima, em relação as operações ocorridas no ano de 2011, já não há mais pendências a pagar. Quanto aos valores inscritos em 2012, o saldo remanescente, de R\$ 340.148,38, é pouco representativo se comparado aos R\$ 4.186.478,65 existentes no início do período. Note-se que, do valor inicial de 2012, mais de 50% foi cancelado, não gerando o desembolso financeiro previsto, em decorrência de atrasos na entrega do objeto e, por fim, do não cumprimento das obrigações por parte da contratada, tendo sido adotados todos os procedimentos aplicáveis ao caso.

Com relação ao valor de R\$ 29.308.973,18, originário do orçamento de 2013, a maior parte é resultante de investimentos em obras de melhorias das instalações imobiliárias que, por motivos específicos, em algumas situações, necessitou de verificações mais detalhadas, inclusive aditivos contratuais, com ajustes de execução e consequentes impactos nos cronogramas físico-financeiros não tendo sido possível a execução até o final de 2014.

6.5 - Informações sobre Transferências de Recursos mediante Convênio, Contrato de Repasse

Quadro 17 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências vigentes no Exercício de Referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal									
CNPJ: 00.394.460/0159-20					UG/GESTÃO: 170018/0001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	13-146-00	160509	850.000,00	0	846.628,00				
LEGENDA									
Modalidade:			Situação da Transferência:						
1 - Convênio			1 - Adimplente						
2 - Contrato de Repasse			2 - Inadimplente						
3 - Termo de Cooperação			3 - Inadimplência Suspensa						
4 - Termo de Compromisso			4 - Concluído						
			5 - Excluído						
			6 - Rescindido						
			7 - Arquivado						
Fonte: Sistema SIAFI e Controle Interno/Setorial Contábil/SRRF01									

Quadro 18 – Resumo dos Instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal				
CNPJ:		00.394.460/0159-20				
UG/GESTÃO:		170018/00001				
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em cada Exercício, Independentemente do Ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	0	1	0	846.628,00		
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
Totais	0	1	0	846.628,00	-	-

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

No exercício de 2014 foram repassados ao Exército Brasileiro os recursos financeiros, no valor de R\$ 846.628,00, referentes ao Termo de Cooperação EME 13 – 146-00, firmado entre esta UJ e o Centro de Comunicação e Guerra Eletrônica do Exército Brasileiro, através da Secretaria de Economia e Finanças, Unidade Gestora 160.509, para aquisição radiocomunicadores portáteis, Nota de Empenho nº 2013NE802067, processo nº 10166.731023/2013-53.

Esta UJ necessitava dos equipamentos com vistas a aperfeiçoar a atividade de vigilância e repressão aduaneira, dentro das Unidades Federativas da sua área de atuação, não só nos corredores rodoviários, mas, principalmente, na extensa fronteira terrestre entre o Brasil, o Paraguai e a Bolívia, com mais de 2.000 km de extensão.

Registre-se que todos os equipamentos objeto do Termo de Cooperação foram entregues satisfatoriamente à UJ no exercício, os quais serão devidamente incorporados ao respectivo patrimônio.

O Quadro “Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse” não foi apresentado, tendo em vista que a UJ **não possuiu**, no exercício de 2014, transferências relativas a convênios ou contratos de repasse.

O Quadro “Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse” não foi apresentado, tendo em vista que a UJ **não celebrou**, no exercício de 2014, convênios e/ou contratos de repasse.

6.6 - Informações sobre Suprimento de Fundos

Quadro 19 – Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	170018	SRRF01	0	-	29	134.700,00	12.400,00
	170019	DRF/BSB	0	-	7	23.000,00	5.000,00
	170020	ALF/BSB	0	-	3	4.101,76	4.000,00
	170109	DRF/CGE/MS	0	-	44	85.500,00	20.000,00
	170111	IRF/PPA/MS	0	-	3	9.265,25	8.000,00
	170192	DRF/CUI/MT	0	-	18	24.402,60	3.500,00
	170198	DRF/GOI/GO	0	-	42	42.160,00	4.000,00
	170247	IRF/MNO/MS	0	-	3	10.900,00	5.000,00
	170271	DRF/PAL/TO	0	-	2	3.000,00	8.000,00
	170388	DRF/DOU/MS	0	-	4	8.300,00	3.000,00
170516	DRF/ANA/GO	0	-	2	1.522,40	4.000,00	
2013	170018	SRRF01	0	-	30	91.000,00	20.600,00
	170019	DRF/BSB	0	-	4	6.000,00	1.500,00
	170020	ALF/BSB	0	-	3	4.155,70	4.000,00
	170109	DRF/CGE/MS	0	-	83	112.070,68	18.940,68
	170110	IRF/COR/MT	Não teve SF				
	170111	IRF/PPA/MS	0	-	3	14.146,31	8.000,00
	170192	DRF/CUI/MT	0	-	21	17.845,36	4.050,87
	170198	DRF/GOI/GO	0	-	71	93.500,00	4.000,00
	170247	IRF/MNO/MS	0	-	4	19.000,00	5.000,00
	170271	DRF/PAL/TO	0	-	3	7.686,00	8.000,00
	170388	DRF/DOU/MS	0	-	4	4.803,86	3.000,00
170516	DRF/ANA/GO	0	-	2	2.476,04	6.000,00	
2012	170018	SRRF01	0	-	30	159.300,00	8.000,00
	170019	DRF/BSB	0	-	6	9000,00	1500,00
	170020	ALF/BSB	0	-	4	6.873,96	4.000,00
	170109	DRF/CGE/MS	0	-	80	69.600,00	14.500,00
	170110	IRF/COR	0	-	3	20.000,00	20.000,00
	170111	IRF/PPA/MS	0	-	3	12000,00	8.000,00
	170192	DRF/CUI/MT	0	-	15	32.408,80	3.500,00
	170198	DRF/GOI/GO	0	-	70	105.259,40	4.000,00

	170247	IRF/MNO/MS	0	-	3	13.962,48	5.000,00
	170271	DRF/PAL/TO	0	-	3	3.000,00	8.000,00
	170388	DRF/DOU/MS	0	-	2	1.174,27	4.000,00
	170516	DRF/ANA/GO	0	-	2	5.884,53	2.500,00

Fonte: SIAFI

Quadro 20 – Utilização de Suprimento de Fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	170018	SRRF01	0	-	1	300,00	32.307,32	32.607,32
	170019	DRF/BSB	0	-	0	-	9.456,97	9.456,97
	170020	ALF/BSB	0	-	0	-	4.101,76	4.101,76
	170109	DRF/CGE/MS	0	-	26	11.696,00	29.407,24	41.103,24
	170110	IRF/COR/MS	0	-	0	-	-	-
	170111	IRF/PPA/MS	0	-	2	1.160,00	8.105,25	9.265,25
	170192	DRF/CUI/MT	0	-	18	4.819,50	10.796,40	15.615,90
	170198	DRF/GOI/GO	0	-	7	682,00	14.141,73	14.823,73
	170247	IRF/MNO/MS	0	-	6	645,00	2.441,46	3.086,46
	170271	DRF/PAL/TO	0	-	4	430,00	2.203,26	2.633,26
	170388	DRF/DOU/MS	0	-	2	735,00	2.770,17	3.505,17
170516	DRF/ANA/GO	0	-	2	95,00	1.427,40	1.522,40	
2013	170018	SRRF01	0	-	1	1.275,00	42.335,21	43.610,21
	170019	DRF/BSB	0	-	0	-	3.734,83	3.734,83
	170020	ALF/BSB	0	-	0	-	4.155,70	4.155,70
	170109	DRF/CGE/MS	0	-	18	7.735,00	46.082,74	53.817,74
	170110	IRF/COR/MS	0	-	0	-	-	-
	170111	IRF/PPA/MS	0	-	3	3.300,00	10.846,31	14.146,31
	170192	DRF/CUI/MT	0	-	18	5.197,25	13.284,50	18.481,75
	170198	DRF/GOI/GO	0	-	15	2.802,00	32.290,26	35.092,26
	170247	IRF/MNO/MS	0	-	8	2.670,00	2.140,08	4.810,08
	170271	DRF/PAL/TO	0	-	3	735,00	2.968,58	3.703,58
	170388	DRF/DOU/MS	0	-	4	902,00	3.901,86	4.803,86
170516	DRF/ANA/GO	0	-	1	200,00	2.276,04	2.476,04	

Fonte: SIAFI

Quadro 21 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
170018	SRRF01	339030	1	12.936,81
			16	144,50
			24	67,00

			26	120,23
			29	239,70
			39	7.469,37
		339039	17	250
			19	1.792,00
170019	DRF/BSB	339030	22	19,99
			16	225,00
			17	693,80
			25	439,29
			24	2.607,58
			26	1.981,31
		339039	17	3.030,00
			20	10,00
			59	450,00
170020	ALF/BSB	339030	16	223,10
			17	114,00
			21	505,70
			24	625,00
			25	81,10
			26	591,96
			28	40,00
			39	1.420,90
		339039	17	500,00
170109	DRF/CGE/MS	339030	01	4.028,25
			04	192,00
			07	796,00
			12	328,50
			16	472,39
			19	2.485,80
			21	1.039,50
			22	103,90
			23	302,00
			24	2.349,97
			25	235,00
			26	6.425,03
			28	537,00
			30	378,00
			39	164,36
			42	174,74
			44	45,00
		339036	22	1.625,00
			26	275,00
		339039	05	170,00

			12	800,00
			16	4.920,00
			17	3.874,80
			19	1.546,75
			20	5.664,90
			43	200,00
			46	360,00
			61	320,00
			63	1.541,00
			74	52,35
170111	IRF/PPA/MS	339030	16	287,11
			21	73,72
			22	67,60
			24	1.289,02
			26	1.518,40
			27	43,50
			28	1.210,30
			42	484,00
		44	73,60	
		339039	17	1.648,00
			19	1.320,00
			79	450,00
			16	800,00
		170192	DRF/CUI/MT	339030
04	106,00			
16	1.162,24			
17	2.323,67			
18	661,28			
19	54,00			
24	1.702,62			
25	591,00			
26	2.481,96			
28	98,20			
39	1.145,80			
339036	22			1.830,34
339039	16			1.260,00
	17			483,34
	19			1.134,20
	20			150,00
	63			727,80
83	417,14			
170198	DRF/GOI/GO	339030	01	2.979,67
			04	242,80

			07	54,00
			16	315,85
			17	309,70
			21	396,00
			22	246,65
			24	3.052,55
			25	1.155,70
			26	2.572,63
			27	37,59
			28	70,00
			39	25,00
			42	563,59
		339039	16	1.592,00
			17	890,00
19	50,00			
20	200,00			
63	70,00			
170247	IRF/MNO/MS	339030	04	200,00
			16	415,00
			24	1.504,86
			25	97,90
			26	691,60
			28	15,00
			42	92,10
		339039	17	35,00
			19	35,00
170271	DRF/PAL/TO	339030	4	55,00
			7	54,00
			16	437,95
			21	100,86
			22	300,42
			24	238,15
			26	374,18
			28	28,00
			29	52,70
			39	210,00
		339039	20	460,00
			83	322,00
170388	DRF/DOU/MS	339030	16	677,00
			24	1.089,60
			26	378,57
		339039	16	750,00
			17	300,00

			20	310,00
170516	DRF/ANA/GO	339039	44	255,00
			63	23,00
			59	80,00
			16	15,00
		339030	04	195,00
			42	82,50

Fonte: SIAFI

Análise crítica:

Cabe registrar que para a UJ, junto com as suas unidades jurisdicionadas, o Suprimento de Fundos se constitui em importante instrumento para o atendimento de demandas urgentes dada a particularidade das atividades desenvolvidas em localidades distantes dos grandes centros.

Conforme já observado, a jurisdição da UJ compreende todos os Estados da Região Centro-Oeste, inclusive o Distrito Federal, mais Tocantins na Região Norte. Desse modo, é muito comum ocorrer deslocamentos a serviço entre vários municípios onde funcionam unidades e subunidades, sendo que o CPGF se mostra como uma possibilidade de inestimável valia para solução de questões de suprimentos, tais como abastecimento e pequenos consertos de veículos.

Vale observar, também, que o CPGF se mostra como um instrumento eficaz na realização de pequenas aquisições, simplificando procedimentos complexos, por vezes mais onerosos do que o próprio bem ou serviço a ser adquirido.

Nesse sentido, merece ressaltar, a relevância da utilização do CPGF, suprindo pequenas necessidades, inclusive eventuais abastecimentos e reparos da frota, quando em ações em “campo”, com as equipes de fiscalização relacionadas atividades de contrabando e repressão aduaneiras, que, normalmente, atuam nos mais longínquos pontos de todos os Estados da 1ª Região Fiscal, com enormes distâncias, incluindo a parte da fronteira terrestre internacional do Brasil com o Paraguai e com a Bolívia, onde tem-se mais de 2.000 quilômetros de extensão.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL –
1ª REGIÃO FISCAL - SRRF 01**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 7: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados
(Item 7, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU N° 134/2013)

7.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

7.1.1. Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 22 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	2.443	1.672	146	107
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2.443	1.672	146	107
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.443	1.633	146	107
1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	2	0	0
1.5. Servidores requisitados art. 93, §7º, da Lei 8.112/90	Não há	2	0	0
1.6. Outros	Não há	35	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2.443	1.672	146	107

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, Relatórios dos Sistemas Siape (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) e Sisac (Sistema de Controle de Ações de Comunicação)

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A força de trabalho da RFB é composta por servidores da Carreira Auditoria e por servidores do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (PECFAZ) em exercício na RFB. Ambos são considerados “Servidores de carreira vinculada ao órgão”. Entretanto, a lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1.953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.
2. Consideramos como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB por provimento originário – nomeação por concurso público.
3. Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões, inclusive dos servidores lotados na RFB com exercício em outro órgão, visto que o cargo ocupado interfere em nosso grau de lotação.
4. Incluído o item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112/90.
5. Incluído o item 1.2.6 para demonstração de servidores cedidos, anistiados, e servidores com provimento de cargo por decisão judicial. Tais servidores são alocados em linha separada por possuírem uma situação funcional diferente da maioria do quadro funcional da RFB, ou seja, ativo permanente.
6. A extração dos dados da coluna “Lotação Efetiva” foi realizada no dia 02/01/2015 em relação ao dia 31/12/2014, e a da coluna “Egressos” foi realizada no dia 19/01/2015. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essas datas podem gerar distorção da informação.

Análise Crítica

Os servidores de carreira da Receita Federal do Brasil abrangem os pertencentes à Carreira de Auditoria (ARFB), ou seja, Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários e os pertencentes ao Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (Pecfaz) em exercício no Órgão.

A Receita Federal do Brasil, desde a década passada, vem distribuindo as vagas autorizadas dos servidores da Carreira ARFB pelas suas unidades gestoras tendo por base um Estudo de Lotação (EL). O EL atual está alicerçado na demanda de trabalho de unidades de tributos internos e aduaneiras, mensurada com distintos conjuntos de variáveis objetivas.

Para dimensionar a força de trabalho e subsidiar a política de movimentação de servidores, calcula-se o Grau de Lotação (GL) das Unidades de lotação. Sua fórmula contempla no numerador a quantidade de servidores lotados em cada unidade organizacional e no denominador o valor máximo de lotação distribuído para cada unidade de acordo com o EL, aprovado pela Portaria RFB nº1.953 de 27/07/2012.

Com base no referido GL, constata-se que em dezembro de 2014 a RFB apresentou uma defasagem de aproximadamente 51% do limite de ocupação de postos de trabalho da Carreira de Auditoria. Portanto, mesmo com o ingresso de 1.209 servidores no ano, o grau de lotação continua muito abaixo das necessidades do Órgão.

Diferentemente do que ocorre com a distribuição dos servidores da Carreira de Auditoria da RFB, que possui um quantitativo de vagas autorizadas em lei, número esse utilizado como base no Estudo de Lotação, as vagas relativas aos servidores administrativos (Pecfaz) ainda necessitam de autorização legal para que possam ser objeto de ato normativo da RFB.

Além do baixo grau de lotação citado anteriormente, o déficit no quadro de servidores é fortemente agravado pelo elevado número de vacâncias ocorridas no ano de 2014. A tabela a seguir mostra o grau de reposição dos egressos em 2014, calculado de acordo com a fórmula abaixo.

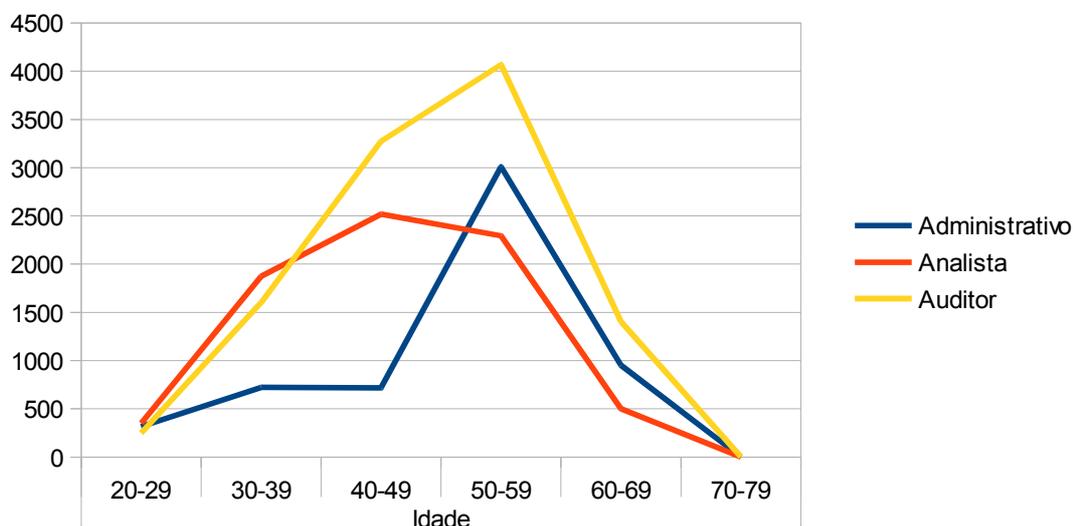
Fórmula: $\sum \text{entradas} / (\sum \text{vacâncias} + \sum \text{exonerações} + \sum \text{aposentadorias} + \sum \text{falecimentos} + \sum \text{demissões})$

	Ingressos 2014	Egressos 2014	Reposição do quadro
1ª RF	146	107	1,36
2ª RF	191	70	2,73
3ª RF	28	52	0,54
4ª RF	11	90	0,12
5ª RF	31	73	0,42
6ª RF	17	144	0,12
7ª RF	58	192	0,30
8ª RF	312	405	0,77
9ª RF	76	142	0,54
10ª RF	78	103	0,76
UC	260	112	2,32
DRJ	1	36	0,03
RFB	1.209	1.526	0,79

A tabela indica a proporção de ingressos sobre egressos. Os valores abaixo de 1 indicam perdas. Portanto, apenas 3 UJ receberam mais servidores do que perderam ao longo do ano. Em 2014 houve ingresso de servidores de todos os cargos que compõem o quadro da RFB (AFRFB, ATRFB, Administrativos Nível Médio e Administrativos Nível Superior) e, mesmo assim, o quantitativo decresceu em relação ao do ano de 2013.

Ainda em relação ao quadro acima cabe ressaltar que o número de egressos é elevado em grande parte em razão das aposentadorias. Dos 107 cargos vagos no ano em questão, 64%

ocorreram em função de aposentadoria. Esse fenômeno pode ser explicado pelo perfil etário dos servidores do Órgão, uma vez que mais de 51% desses servidores encontram-se na faixa etária acima de 50 anos – conforme gráfico abaixo – e mais de 20% fazem jus ao Abono de Permanência.



De acordo com o exposto acima, conclui-se que o Órgão está com grande déficit de pessoal, situação essa agravada pelo crescente número de vacâncias. Apesar de não representarem uma perda definitiva da força de trabalho, outro fator que contribui temporariamente para a sua redução são os afastamentos. O quadro abaixo totaliza o número de dias durante o ano dos afastamentos considerados relevantes para a análise da redução da força de trabalho.

Tipo de Afastamento	Quantidade de dias
Afastamento preventivo PAD	727
Licença acidente em serviço	999
Licença para tratamento de saúde	140.446
Falta	1.579
Suspensão	486
TOTAL	144.237

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3, extração realizada em 06/01/2015

Foram considerados apenas afastamentos para os quais pode haver algum tipo de ação de prevenção por parte do órgão. O somatório da quantidade de dias desses afastamentos corresponderia a 430 servidores ausentes, ou seja, 1,8% da força de trabalho, durante todo o ano.

Quadro 23 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	553	1.090
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	553	1.090
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	546	1.087
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	0

1.1.6. Servidores requisitados art. 93, §7º, da Lei 8.112/90	2	0
1.1.7. Outros	3	3
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	553	1.090

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Incluído o item 1.1.6 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112/90.
2. Incluído o item 1.1.7 para demonstração de servidores anistiados e servidores com provimento de cargo por decisão judicial. Tais servidores são alocados em linha separada por possuírem uma situação funcional diferente da maioria do quadro funcional da RFB, ou seja, ativo permanente. Este item difere do item 1.2.6 do Quadro 43 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ por não conter os cedidos. Para estes, não é possível obter informação de em qual processo de trabalho estão atuando.
3. A extração dos dados foi realizada no dia 02/01/2015 em relação ao dia 31/12/2014. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.
4. Processos da Área Fim considerados conforme conceito de macroprocesso finalístico introduzido pela Copav no tópico 1.4. Macroprocessos Finalísticos. A extração desta informação foi realizada no SA3, através de vinculação do Setor UA com o principal processo de trabalho nele realizado. Segue tabela com as correspondências:

Atividade Principal do Setor UA	Macroprocesso	
	Área Meio	Área Fim
Assessoria em Gabinete	x	
Assessoria Especial	x	
Atividades Auxiliares	x	
Auditoria Interna	x	
Corregedoria	x	
Gestão de Pessoas	x	
Logística e Gestão de Pessoas	x	
Planejamento, Organização e Avaliação Institucional	x	
Programação e Logística	x	
Tecnologia da Informação	x	
Tecnologia da Informação e Logística	x	
Administração Aduaneira		x
Arrecadação e Cobrança		x
Assessoria de Comunicação Social		x
Atendimento e Educação Fiscal		x
Contencioso Administrativo e Judicial		x
Cooperação Fiscal e Integração		x
Estudos Econômico-Tributários e Previsão e Análise de Arrecadação		x
Fiscalização		x
Gestão de Cadastros		x
Julgamento		x
Maiores Contribuintes		x
Ouvidoria		x
Pesquisa e Investigação		x
Programação e Estudos		x

Relações Internacionais		x
Ressarcimento, Compensação e Restituição		x
Tributação		x

Análise Crítica

O atual estudo para distribuição da lotação avalia apenas a demanda de trabalho vinculada aos processos aduaneiros e de tributos internos. Está em andamento atualização que busca contemplar todos os processos de trabalho executados no Órgão, inclusive aqueles das áreas meio e de atividades tipicamente gerenciais.

Quadro 24 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	65	64	16	14
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	65	64	16	14
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	65	64	16	14
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descendentalizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
1.2.6. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	254	226	68	79
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	254	225	68	79
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descendentalizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	1	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	319	290	84	93

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de portarias de nomeação e exoneração da função (um mesmo servidor pode estar contabilizado mais de uma vez). No caso da RFB, não é comum o aumento da força de trabalho por intermédio de ocupação de função. O padrão é a ocupação das funções por servidores do próprio quadro funcional.
2. Ingressos e egressos são contabilizados como ocorridos no ano de 2014 levando-se em conta a data de publicação da portaria. Lançamentos retroativos de exoneração podem gerar distorção da informação.
3. Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.
4. Incluído o item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório para alinhamento com o quadro da Força de Trabalho.
5. Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 – Aposentados.
6. A extração dos dados foi realizada no dia 13/01/2015 em relação ao ano de 2014. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

Análise Crítica

O quantitativo de cargos em comissão e funções gratificadas da RFB é distribuído pelo Regimento Interno (Portaria MF nº 203/2012). Nota-se pela análise do Quadro 45 que há quase 30 postos de chefia vagos, demonstrando uma baixa atratividade para ocupação destes cargos. Esse fato foi confirmado por diagnóstico interno realizado em 2014 para o Ciclo de Planejamento 2016-2019, no qual os servidores destacaram a pouca motivação para assumir chefias na RFB, uma vez

que o valor pecuniário estabelecido para as funções não condiz com o nível de responsabilidade assumido.

A constatação acima também é corroborada pela elevada rotatividade nesses postos. Houve mudança de 26% dos detentores de função durante o ano de 2014, número considerado alto e que prejudica a continuidade dos trabalhos em andamento, assim como o plano de capacitação que é realizado com todos os gestores da RFB, Programa de Desenvolvimento Gerencial – DGR.

7.1.2. Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

A qualificação e capacitação da força de trabalho da Receita Federal do Brasil é regida pela Portaria RFB nº 128/2013, que disciplina a aplicação da Política de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, alinhando-se às diretrizes do Decreto nº 5.707/2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/1990.

Tendo em vista o marco legal supramencionado, **a RFB adota o modelo de capacitação com foco em competências, o qual se apoia no inventário de competências construído por meio do mapeamento de competências realizado no período de outubro de 2010 a outubro de 2011. Foram identificadas as competências institucionais e individuais, as últimas classificadas por sua vez em gerenciais, fundamentais e específicas (por processo de trabalho). A partir das competências mapeadas são realizados ciclos bienais de diagnóstico, ou apuração das lacunas das competências, por meio da autoavaliação pelos servidores e da avaliação pela chefia imediata dos domínios existentes relativamente às competências individuais. Na metodologia aplicada, as lacunas de competência representam a diferença entre o domínio necessário e o domínio existente. Após a consolidação do diagnóstico, são aferidas as lacunas por servidor, por unidade, por macroprocesso e por processo de trabalho.**

Já foram realizados dois ciclos de diagnóstico, em 2011 e 2013, onde foram **identificadas as competências que apresentam maiores lacunas, ou seja, as que mais precisam ser desenvolvidas para o cumprimento dos objetivos organizacionais. As lacunas aferidas permitem realizar o diagnóstico de necessidades de capacitação, de forma a direcionar as ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores, isto é, trata-se de uma ferramenta para subsidiar o plano de médio prazo da capacitação e ainda permite aprimorar o diálogo entre as chefias e sua equipe na definição de planos de desenvolvimento individuais e da equipe.**

Na RFB, o plano de capacitação por competências é representado pelo Programa de Educação Corporativa (Proeduc), o qual está pautado na redução das lacunas de competências e na promoção do desenvolvimento sistemático e contínuo dos servidores. O Proeduc consolida, anualmente, ofertas de capacitação emanadas das Unidades Centrais, representadas prioritariamente pelos Programas Nacionais de Capacitação (PNC), e também por unidades descentralizadas, de modo que todas as ações de capacitação estejam relacionadas com uma ou mais competências individuais. Conforme a Portaria RFB nº 118/2012, o desenvolvimento do Proeduc deve observar as seguintes Diretrizes Estratégicas:

I - desenvolver ações de capacitação orientadas para o desenvolvimento integral dos servidores e gerentes, considerando o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes;

II - democratizar as oportunidades de capacitação, tornando-as acessíveis a todos os servidores e gerentes, primando ainda pelo incentivo ao autodesenvolvimento;

III - diversificar as modalidades e estratégias de capacitação, com intensificação da educação à distância;

IV - desenvolver as competências fundamentais, as quais devem integrar o conteúdo programático das ações de capacitação e

V - sistematizar Programas Modulares Nacionais e demais eventos de capacitação, relacionando aprendizagem à competência.

No que concerne ao Proeduc relativo ao exercício de 2014, aprovado pela Portaria RFB nº 1.881/2013, importa destacar que sua estruturação teve por base o 1º ciclo de mapeamento de competências, concluído em 2011, e o 2º ciclo de diagnóstico de competências, realizado em 2013, que contou com a participação voluntária de 75% dos servidores. Seu desenvolvimento se deu em conformidade com a análise estratégica de cada unidade e com base nas lacunas de competências, visando identificar as ações de capacitação que podiam melhorar o desempenho dos servidores e, por conseguinte, os resultados institucionais.

O quadro abaixo detalha as áreas das ações de capacitação e desenvolvimento ofertadas, suas respectivas lacunas e resultados alcançados em 2014:

Competências		Lacunas *	Nº de ações planejadas	Nº de ações executadas	Nº de participações (com repetição)	Nº de horas
Fundamentais	Comunicação eficaz	1,15	12	9	27	1.053
	Ética profissional	0,76	3	0	0	0
	Trabalho em equipe	1	3	1	20	320
	Orientação para resultados	1,15	6	2	51	1.152
	Ação sistêmica	1,2	6	4	114	1.564
	Autodesenvolvimento	1,25	15	22	90	2.656
	Criatividade e Inovação	1,36	4	1	7	14
	Excelência na prestação de serviços	1,06	9	12	194	1.460
	Racionalidade na utilização de recursos	1,11	5	0	0	0
Gerenciais	Visão e orientação estratégica	-0,46	4	2	32	1.097
	Efetividade de gestão	0,45	8	4	19	192
	Negociação e cooperação	1,15	4	0	0	0
	Liderança	1,11	6	1	19	456
	Gestão da mudança e inovação	0,52	2	0	0	0
Específicas Macroprocessos**	Políticas Institucionais	-0,71	0	0	0	0
	Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	-0,18	50	13	251	2.949
	Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros	0,91	170	41	504	11.379
	Administração Aduaneira	0,39	61	11	111	1.211
	Segurança Jurídica e Solução de Litígios	-1,07	16	4	27	278
	Interação com a Sociedade	0,08	36	18	284	4.001
	Gestão Estratégica, Projetos e Processos	-0,24	3	1	1	35
	Gestão Institucional	-0,42	4	1	10	200
	Controle Institucional	-3,62	0	0	0	0
	Gestão Orçamentária e Financeira	0,24	20	16	31	1.212
	Governança de Tecnologia Da Informação	-0,66	20	1	20	240
	Gestão de Pessoas	-0,37	18	5	34	294
	Gestão de Materiais e Logística	0,46	121	61	121	2.900

* Fórmula: DN – DE = L, onde DN = Domínio Necessário, DE = Domínio Existente e L = Lacuna de Competência.

** Macroprocessos conforme cadeia de valor vigente até novembro de 2014. A escala de valores possíveis para as lacunas vai de -5 a 5.

Fonte: SA3 e Siscad (extração de dados em 05/02/2015).

Analisando os dados explicitados na tabela acima, referentes às ações de capacitações realizadas ao longo do ano de 2014 por esta 1ª Região Fiscal, constata-se que a maioria das competências tiveram ações planejadas e executadas.

Há um esforço contínuo para suprir as maiores lacunas, muitas ações foram planejadas e executadas em 2014 visando superá-las. Observa-se, por exemplo, nas competências autodesenvolvimento e excelência na prestação dos serviços, que o número de ações executadas

superou o de planejadas. Por outro lado, para a competência Criatividade e Inovação foram planejadas quatro ações e somente uma foi realizada, entretanto, no 2º ciclo de diagnóstico de competências, já se verifica uma diminuição da referida lacuna de 1,6 para 1,36.

Como demonstrado acima, o esforço para suprir as maiores lacunas ficou demonstrado em ações executadas e também no número de horas de capacitação. A 1ª Região Fiscal teve 1.967 participações em ações de capacitação (com repetição).

Considerando apenas os servidores da 1ª RF, DRJ de Brasília e DRJ de Campo Grande que participaram de, ao menos, uma ação de capacitação, alcançou-se o percentual de 65,21% do total geral (1.164 servidores capacitados em um total de 1.785 servidores), sendo que a distribuição da carga horária média pelo número de servidores capacitados, nas três unidades, foi de 69,15 horas. A DRJ de Brasília teve 26 servidores capacitados, 66,67 dos servidores dessa unidade e a distribuição da carga horária média pelo número de servidores capacitados foi de 86,42 horas. Já a DRJ de Campo Grande teve 13 servidores capacitados, 41,94% do total dessa unidade e a distribuição da carga horária média pelo número de seus servidores capacitados foi de 27,31 horas.

As demandas estratégicas em que houve a maior concentração de esforços foram: Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros, por ser uma área prioritária da instituição; e Gestão de Materiais e Logística, por apresentar alto grau de rotatividade de servidores.

A gestão da capacitação em 2014 na 1ª Região Fiscal foi orientada para o aprimoramento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos estratégicos da Receita Federal do Brasil. A movimentação de servidores, seja por concurso de remoção ou pela nomeação de novos servidores, altera o perfil de conhecimentos acumulados nas unidades, alterando, assim, constantemente as demandas estratégicas. No entanto, as ações que têm sido implementadas se mostram muito eficazes, visto que houve diminuição das lacunas em todas as competências gerenciais e em quase todas as fundamentais em relação ao ciclo de diagnóstico de competências anterior.

7.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 25 - CUSTOS DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira Vinculados ao Órgão da Unidade Jurisdicionada											
Exercícios	2014	268.440.914,49	2.844.877,51	22.702.972,03	7.783.027,36	8.632.364,36	8.787.046,11	0,00	108.219,10	1.574.447,66	320.873.868,62
	2013	258.433.272,98	2.766.753,99	21.345.575,40	7.546.674,97	8.763.220,41	8.474.678,35	5.582,04	346.213,99	897.694,56	308.579.666,69
Servidores de Carreira SEM VÍNCULO com o Órgão da Unidade Jurisdicionada											
Exercícios	2014	0,00	3.093,96	257,83	87,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.439,19
	2013	0,00	3.041,28	253,44	168,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.463,68
Servidores SEM VÍNCULO com a Administração Pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus											
Exercícios	2014	5.388.146,94	0,00	502.307,96	218.297,30	125.911,51	183.813,38	0,00	0,00	48.454,34	6.466.931,43
	2013	5.464.705,33	0,00	429.875,34	171.800,94	132.568,03	191.861,51	0,00	1.620,45	31.144,92	6.423.576,52
Servidores com Contrato Temporário											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DW Siape – 10/02/2015

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Os custos relativos à folha de pagamento das DRJ estão alocados nos respectivos quadros das Regiões Fiscais.
2. A extração consistiu em coletar os valores de todas as rubricas relacionadas ao custo de pessoal das unidades pagadoras da Receita Federal do Brasil referente aos anos de 2014 e 2013, discriminado-as por natureza de despesa e agrupando-as de acordo com a tipologia de cargos. A classificação das rubricas por natureza de despesas e o agrupamento de servidores dentro da tipologia de cargos seguiu as determinações constantes da Portaria TCU 90/2014.
3. Foram utilizadas somente rubricas lançadas como rendimento, independente da denominação - exceto as referentes a adiantamento, para evitar duplicidade. Em comparação com a Prestação de Contas anterior, houve reclassificação de algumas rubricas por mudança de entendimento, principalmente quanto à coluna "Demais despesas variáveis". Houve também a inclusão de novas rubricas inexistentes na extração anterior, tendo em vista o novo agrupamento de servidores solicitados no quadro.
4. Sobre o agrupamento de servidores dentro da tipologia de cargos:
 - a. O agrupamento de servidores foi implementado por meio da situação funcional de cada servidor.
 - b. Não foram considerados os servidores na situação funcional de Aposentados ou Instituidores de pensão uma vez que estes são administrados pelas respectivas Superintendências Regionais do Ministério da Fazenda - SAMF, órgãos independentes da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB.
 - c. Não foram identificados servidores com contrato temporário.
 - d. Não existem Membros de Poder e Agentes Políticos.
 - e. No caso dos cedidos com ônus, a determinação da existência do ônus se baseou na característica do órgão de destino (se a cessão foi para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou para Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista, considerou-se como sem ônus - conforme Art. 93, §s 1º e 2º da lei 8.112/1990). Situações específicas como as previstas no art. 93 inciso II e §s 6º, 7º, foram ignoradas por se tratarem de exceções que demandariam uma análise individual de todos os casos de cessão.

Quadro de apoio à Folha de Pagamento

UNIDADE	Ajuda de Custo	Diárias	Transporte	Auxílio Moradia	Auxílio Funeral	Auxílio Creche	TOTAL
1ª RF	340.189,00	2.888.878,75	728,54	0,00	20.185,30	0,00	3.229.796,29

Fontes: SIAFI Gerencial e SIAFI Operacional. Extraído pela Copol, data-base da consulta: 26/01/2015.

7.1.4. Irregularidades na Área de Pessoal

7.1.4.1. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos

Como o Siape e Siapecad não disponibilizam informação sobre acumulação indevida de cargos, os procedimentos de controle adotados são:

- Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.
 - No ato da posse, são de entrega obrigatória os seguintes documentos:
 - Termo de Responsabilidade declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal.
 - Cópia da publicação do ato ou protocolo de pedido de vacância relativo ao cargo ocupado, se ocupante de outro cargo, emprego ou função pública.
 - O servidor se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.
 - No caso de servidor que pleiteia a licença para tratar de interesses pessoais, deve apresentar os seguintes documentos, que auxiliam na prevenção destes casos:

- Na solicitação da licença, deve anexar manifestação prévia favorável da Comissão de Ética da RFB ou da Controladoria-Geral da União (CGU), nos casos em que o servidor for exercer atividade privada ou atividade potencialmente geradora de conflito de interesses, obtida através de consulta efetuada por meio do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI);

- Formulário descrevendo as atividades que pretende desenvolver durante o período da licença, as efetivamente desenvolvidas durante e aquelas que passou a desempenhar após o término do afastamento.

- São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público. A Portaria RFB nº2.543/2011 estabeleceu o inventário de competências do órgão, sendo a Ética Profissional considerada uma competência fundamental, ou seja, é competência desejada de todos os servidores da RFB. Ela faz parte, portanto, da grade de disciplinas do programa de formação de novos servidores, bem como do programa anual de capacitação.

Em 2014 não foram detectados casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos nesta UJ. Caso venham a ser detectados, será aplicada a rotina prevista pelos artigos 133 e 143 da Lei 8.112/90.

7.1.4.2. Terceirização Irregular de Cargos

A RFB não possui terceirizados exercendo atividades típicas da Carreira de Auditoria Fiscal.

7.1.5. Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

Conforme Análise Crítica feita para o Quadro 22, o Órgão vem sofrendo perdas constantes no quadro de servidores, sendo que 30% dessas foram em função de vacância por posse em cargo inacumulável ou exoneração. Esse número reflete um problema de retenção de servidores, principalmente dos cargos de Analista-Tributário e Assistente-Técnico Administrativo, que acabam migrando para cargos de melhor remuneração dentro do próprio Poder Executivo. Na última nomeação para o cargo de Analista-Tributário, cerca de 15% dos nomeados não entraram em efetivo exercício na RFB.

O elevado percentual de vacâncias citado anteriormente tem alguns impactos significativos para o Órgão. O primeiro deles refere-se ao programa de capacitação elaborado para formação e aperfeiçoamento desses novos servidores, tendo em vista os custos financeiro e operacional envolvidos. Outro ponto negativo diz respeito à lacuna deixada nas unidades de exercício desses servidores. A recomposição do quadro da Unidade só irá ocorrer, na maior parte dos casos, quando houver um novo concurso público, situação essa que depende do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão responsável pela autorização de novos concursos.

Ações de Prevenção – Gestão de Processos e Desvio de Função

A RFB implementou em setembro de 2013 o seu Modelo de Governança de Processos (atualizado pela Portaria RFB nº1.708/2014), que estabelece a metodologia para o mapeamento da situação atual de processos de trabalho. Arelados a este modelo, foram também criadas a Política de Gestão de Riscos (Portaria RFB nº1.674/2014) e a Metodologia de Análise de Atribuições dos cargos em exercício na Receita Federal do Brasil (Portaria RFB nº2.226/2014). Tais instrumentos, utilizados em conjunto, possibilitam a identificação e a prevenção de riscos, na medida em que contribuem para:

1. Comunicação do fluxo de atividades para os servidores;

2. Manutenção do conhecimento;
3. Treinamento de novos servidores das áreas de negócio;
4. Adequação de normativos e manuais de procedimentos;
5. Padronização da execução do processo;
6. Análise da situação atual e identificação de oportunidades de melhoria;
7. Definição de papéis, responsabilidades, competências e atribuições, inclusive para acesso a sistemas;
8. Visualização e documentação dos riscos do processo.

Já foram mapeados e publicados na intranet da RFB 17 processos da Gestão de Pessoas, e elaborado cronograma para a análise de riscos de toda a árvore de processos da área para os próximos 4 anos.

A Metodologia de Análise de Atribuições dos Cargos, especificamente, é de competência da Cogep, que valida as informações prestadas pelas diversas áreas de negócio da RFB (inclusive a própria Gestão de Pessoas). Tem como finalidade não só otimizar a alocação do quadro funcional do órgão, considerando os diversos processos de trabalho desenvolvidos na instituição, como também conscientizar os gestores quanto à efetiva observância das atribuições legais dos cargos, com vistas a se evitar eventuais desvios de função.

7.1.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Grau de Lotação Bruto

Fórmula: (nº de servidores da carreira ARFB em 31/12) / (lotação autorizada)

A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

	2010	2011	2012	2013	2014
1ª REGIÃO FISCAL	50,39%	51,86%	46,62%	45,85%	46,95%
2ª REGIÃO FISCAL	54,89%	45,06%	46,48%	49,12%	54,04%
3ª REGIÃO FISCAL	74,34%	65,91%	62,62%	60,33%	60,09%
4ª REGIÃO FISCAL	67,60%	63,36%	58,69%	57,42%	56,14%
5ª REGIÃO FISCAL	53,05%	55,10%	51,64%	50,88%	49,49%
6ª REGIÃO FISCAL	61,68%	60,07%	55,88%	53,80%	51,79%
7ª REGIÃO FISCAL	60,99%	56,56%	53,63%	52,79%	52,45%
8ª REGIÃO FISCAL	42,22%	41,05%	40,34%	41,11%	39,51%
9ª REGIÃO FISCAL	57,63%	51,70%	48,63%	48,30%	47,29%
10ª REGIÃO FISCAL	58,53%	51,54%	49,74%	48,67%	47,56%
UC	51,64%	73,83%	67,64%	73,89%	78,23%
DRJ	55,13%	64,19%	62,90%	59,59%	56,71%
RFB	53,06%	51,76%	49,50%	49,50%	48,96%

A diminuição do valor do grau de lotação da RFB, em relação ao ano anterior, é resultado do baixo ingresso de Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários, em comparação às perdas ao longo de 2014. Percebe-se que o quadro da RFB vem decrescendo continuamente. Se considerarmos os dados desde 2008, temos uma perda líquida de quase 2.000 Auditores-Fiscais. Os dados sobre o Grau de Lotação corroboram os anteriormente apresentados sobre a reposição do

quadro. A RFB, mesmo com a entrada de novos servidores, não consegue suprir as saídas, vindo seu quadro diminuir ao longo dos últimos anos.

Este preocupante cenário foi constatado também pela CGU em 2012, que recomendou, tendo como base a Auditoria Anual de Contas, elaboração de projeto que evidenciasse o inadequado quantitativo de servidores em exercício na RFB. Seguindo esta recomendação, foi realizado estudo em dezembro de 2012, com dados estatísticos do quadro funcional da RFB, os benefícios de seu crescimento e os riscos e impactos nas atividades caso não haja recomposição. O estudo foi enviado à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda em 19/12/12 (Memo Gabin 1654/2012). A CGU emitiu parecer, através do Processo nº 12440.000160/2012-09, de que a RFB cumpriu o recomendado, explicitando as necessidades anuais de recomposição e fortalecimento de seu quadro para o período 2013-2015.

Em maio de 2014, para o ciclo de planejamento do PPA 2016-2019, foi enviado ao MF documentação com valores atualizados sobre a recomposição do quadro da RFB, levando em conta também novas demandas alocadas ao órgão: funcionamento 24 horas de portos, fiscalização das atividades de previdência complementar e implantação do projeto de Atendimento Integrado RFB/PGFN. Abaixo segue quadro com os valores solicitados ao MF:

Vagas Pleiteadas maio/14	2015	2016	2017	2018	2019	Total PPA 2016-2019
AFRFB	3.201	1.888	1.888	1.252	1.252	6.280
ATRFB	2.166	1.432	1.432	1.086	1.086	5.036
ATA NI	8.483	4.572	4.572	2.433	2.433	14.010
ATA NS	391	184	184	80	80	528

O Aviso Ministerial nº 164/2014/MF e a Nota Técnica nº 10.014/SGE/SE/MF, de 27/5/2014, propõem o provimento de 2.000 vagas de AFRFB e 3.000 de ATRFB para 2015, sujeitos ainda à apreciação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (para ATAs, não foi discriminado o quantitativo por órgão do MF).

O baixo grau de lotação da RFB pode ser desmembrado para cada um dos cargos da Carreira Auditoria, e vemos pelo quadro abaixo que eles estão entre os menores dentre as carreiras típicas de Estado:

Órgão	Cargo	Lotação Real [1]	Lotação Máxima[2]	Grau de Lotação Nov2014	Grau de Lotação Nov2013
RFB	AFRFB	10.496	20.395	51,46%	54,37%
	ATRFB	7.777	16.677	46,63%	45,27%
Ministério das Relações Exteriores	Diplomata	1.582	1.805	87,65%	86,26%
	Oficial de Chancelaria	848	1.893	44,80%	46,54%
Polícia Federal	Delegado	1.807	2.186	82,66%	78,37%
	Agente	6.147	8.033	76,52%	77,68%

Ministério do Trabalho e Emprego	Auditor Fiscal do Trabalho	2.732	3.644	74,97%	76,70%
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Procurador Geral da Fazenda Nacional	2.081	2.400	86,71%	87,08%
Tribunal de Contas da União[3]	Auditor Federal de Controle Externo	1.737	1.767	98,30%	93,32%
Média sem a RFB				78,80%	77,99%

[1] Boletim Estatístico de Pessoal nº 223 do MP, de novembro de 2014

[2] Publicação “Dados LDO” do MP. Portaria nº156. De 21/07/2014

[3] Relatório Trimestral de atividades do TCU (terceiro trimestre de 2014). A lotação máxima autorizada refere-se aos valores apresentados no documento “Quadro Lotação Autorizada x Atual”

Fica claro com estas comparações o baixo índice de provimento da lotação da carreira ARFB. As carreiras típicas de Estado compõem o Núcleo Estratégico do Estado, do qual decorrem os objetivos fundamentais e as políticas públicas formuladas pelo governo. É essencial que tal Núcleo seja robusto, sem apresentar as assimetrias verificadas.

Grau de Equalização

Fórmula: Quantidade de unidades de provimento de lotação com grau de lotação dentro da faixa de 15% em torno da média / total de unidades com provimento de lotação.

A RFB possui 167 unidades com provimento de lotação. Apesar do grau de lotação do órgão ser baixo, como ressaltado anteriormente, existe uma política de movimentação de pessoal que objetiva equalizar a distribuição dos servidores entre as unidades. Abaixo segue quadro com o quantitativo de ingressos e egressos internos e externos de cada região fiscal, no ano de 2014:

RF	Ingressos 2014	Egressos 2014	Entradas Remoção 2014	Saídas Remoção 2014	Saldo 2014
1	146	107	83	117	5
2	191	70	68	148	41
3	28	52	69	51	-6
4	11	90	68	36	-47
5	31	73	71	50	-21
6	17	144	120	68	-75
7	58	192	205	140	-69
8	312	405	834	865	-124
9	76	142	139	122	-49
10	78	103	89	105	-41
UC	260	112	184	234	98
DRJ	1	36	33	27	-29
RFB	1.209	1.526	1.963	1.963	-317

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3, extração das remoções em 19/01/2015

Das 1.963 remoções ao longo de 2014, 40% foram por tipos que contribuem diretamente para uma melhor equalização do grau de lotação (remoção a pedido por Concurso de Remoção, remoção a pedido para Equalização do Grau de Lotação, remoção de ofício para unidades que se localizam em municípios de fronteira). Este efeito pode ser percebido no quadro abaixo, que mostra a evolução do Grau de Equalização nos últimos dois anos:

Grau de Equalização				
	jun/13	dez/13	jul/14	dez/14
Unidades com grau de lotação de até 15% em torno da média	121	127	134	137
Nº de Unidades com lotação própria	167	166	167	167
Percentual	72,46%	76,51%	80,24%	82,04%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3.

Apesar das dificuldades de provimento e de se compensar as perdas constantes dos últimos anos, a distribuição dos servidores pelas unidades tem se tornado cada vez mais homogênea. Como o grau de lotação é baseado em Estudo de Lotação que leva em conta a demanda de trabalho comparativa entre as unidades, a RFB tem agido no sentido de, mesmo com a escassez atual de servidores, distribuir pelo território nacional um quantitativo justo.

7.2 - Informações sobre a Contratação de mão de obra de Apoio

Quadro 26 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal em Brasília – DRF/BSB													
UG/Gestão: 170019/00001						CNPJ: 00.394.460/0160-64							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2013	L	O	06/2013	12.576.703/0001-41	01/01/2014	31/12/2015	2	2				P	
2011	V	O	03/2011	09.267.406/0001-00	01/01/2013	31/12/2015			6	6		P	
Observações: Os fiscais dos contratos em questão não relataram quaisquer problemas relativos à prestação dos serviços relacionados acima, o que demonstra o regular andamento destes.													
Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional JK em Brasília – ALF/BSB													
UG/Gestão: 170020/00001						CNPJ: 00.394.460/0067-78							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2013	L	O	03/2013	02.203.129/0001-22	26/06/2013	14/01/2014	6	6				E	
2013	V	O	04/2013	03.602.646/0001-37	01/08/2014	31/07/2015			11	11		P	
Observações: Em relação ao contrato de vigilância ostensiva, a fiscalização está sendo feita de forma criteriosa, com controle de frequência e assiduidade. Estamos realizando também, acompanhamento detalhado em relação as faturas e comprovação por parte da empresa de recolhimento de contribuições previdenciárias e recolhimento de FGTS. Em relação a serviços de limpeza, o contrato desta unidade se extinguiu em 01/2015, sendo que a partir desta data a concessionária inframétrica, responsável pela gestão do aeroporto assumiu os serviços da área ocupada pela RFB, que estão sendo pagos através de rateio de despesas, conforme previsto pela IN 3518/2011. Quanto ao Depósito de Mercadorias apreendidas, estamos sendo atendidos através do contrato da SAMF.													
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campo Grande – DRF/CGE/MS													
UG/Gestão: 170109/00001						CNPJ: 00.394.460/0066-97							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das		Nível de Escolaridade Exigido dos				Sit.		

	e	a		(CNPJ)	Atividades Contratadas		Trabalhadores Contratados						
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	07/2011	09.016.469/00001-93	04/04/2013	03/07/2014	41	41	1		0	0	E
2014	L	O	09/2014	09.016.469/0001-93	04/07/2014	03/07/2015	30	30	1	1	0	0	A
2012	V	O	14/2012	05.014.372/0004-33	01/11/2014	31/10/2015	0	0	30	30	0	0	P
Unidade Contratante													
Nome: Inspeção da Receita Federal do Brasil em Corumbá – IRF/COR/MS													
UG/Gestão: 170110/00001							CNPJ: 00.394.460/0068-59						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	6	00.332.087/0003-66	28/10/12	27/10/15	26	26					P
2011	L	O	3	09.016.469/0001-93	06/12/11	04/04/15	13	13					P
Unidade Contratante													
Nome: Inspeção da Receita Federal do Brasil em Ponta Porã – IRF/PPA/MS													
UG/Gestão: 170111/00001							CNPJ: 00.394.460/0069-30						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	V	O	03/2013	04.731.108/0001-05	11/11/2014	10/11/2015	48	48					P
2014	L	O	11/2014	09.016.469/0001-93	05/01/2015	04/01/2016	15	15					P
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cuiabá – DRF/CUI/MT													
UG/Gestão: 170192/00001							CNPJ: 00.394.460/0065-06						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	11/2009	04.829.840/0001-12	01/09/2009	31/08/2014	13	13					E
2014	L	O	10/2014	09.432.202/0001-87	01/09/2014	31/10/2015	17	17					A
2010	V	O	03/2010	02.576.238/0003-57	01/12/2010	30/11/2015			19	19			P
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Goiânia – DRF/GOI/GO													
UG/Gestão: 170198/00001							CNPJ: 00.394.460/0161-45						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	V	O	20/2014	03.677.044/0001-49	09/12/2014	09/12/2015	17	17					A
2012	V	O	13/2012	03.677.044/0001-49	01/09/2012	30/04/2014	29	29					E
2013	L	O	09/2013	12.441.717/0001-58	17/06/2013	16/02/2015	41	41					A
Observações: O contrato não prevê a escolaridade mínima. Assim, colocamos ensino fundamental para todos.													
Unidade Contratante													
Nome: Inspeção da Receita Federal do Brasil em Mundo Novo – IRF/MNO/MS													

UG/Gestão: 170247/00001							CNPJ: 00.394.460/0048-05							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2009	L	O	12/2009	09.432.202/0001-87	01/01/2010	31/08/2014	10	10						E
2014	L	O	12/2014	09.016.469/0001-93	01/09/2014	31/08/2019	7	7						A
2013	V	O	04/2013	04.731.108/0001-05	01/01/2014	31/12/2018	20	20						A
Observações: Contrato de Limpeza, da sede e do Depósito de Mercadorias Apreendidas, reduzido em função de novo pregão a partir de setembro de 2014. Tanto os contratos de Vigilância como o de Limpeza, vem atendendo as expectativas da UG.														
Unidade Contratante														
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Palmas – DRF/PAL/TO														
UG/Gestão: 170271							CNPJ: 00.394.460/0356-03							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2011	V	O	02/2011	08.805.331/0001-00	01/09/2011	31/08/2016			15	15				A
2010	L	O	06/2010	07.116.584/0001-04	01/09/2010	30/08/2015			18	18				E
2014	L	O	03/2014	08.531.933/0001-17	01/09/2014	30/08/2019			18	18				A
Unidade Contratante														
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Dourados – DRF/DOU/MS														
UG/Gestão: 170388/00001							CNPJ: 00.394.460/0431-18							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2009	L	O	05/2009	09.016.469/0001-93	04/01/2010	04/01/2015	5	5						E
2013	V	O	05/2013	00.332.087/0003-66	01/01/2014	31/12/2015	8	5		3				P
Observações: O contrato de limpeza encerrou-se definitivamente em 04/01/2015, no entanto, em nova licitação a mesma empresa logrou êxito no pregão iniciando novo contrato no ano de 2015. A empresa vem atendendo as expectativas da UG. O contrato de vigilância, apenas ostensiva, vem atendendo as expectativas da UG, sendo passível ainda de prorrogação nos anos seguintes.														
Unidade Contratante														
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Anápolis – DRF/ANA/GO														
UG/Gestão: 170516/00001							CNPJ: 00.394.460/0449-47							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2012	L	O	04/2012	08.531.933/0001-17	24/01/2012	23/05/2015	11	11						P
2011	V	O	07/2011	08.931.820/0001-09	01/11/2011	28/02/2015	9	9						P
Observações: Tratam-se de contratos continuados cujos serviços tem sido prestados de acordo com o previsto nos contratos, conforme relatórios da fiscalização dentro dos processos de licitação, bem como, considerando a vantajosidade econômica demonstrada nestes processos, os mesmos encontram-se na situação prorrogados.														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Informações das Unidades e Controle Interno da UJ

Análise Crítica:

No que se refere a locação de mão de obra, essas são contratadas indiretamente, através de pessoa jurídica especializada, para prestação dos serviços continuados referentes aos postos das categorias referenciadas, absolutamente necessários as atividades das unidades vinculadas a UJ, observando as categorias profissionais conforme disposto no Decreto nº 2.271/1997 e regulamentações pertinentes, notadamente, do Ministério do Planejamento.

As contratações dos serviços, em geral, são na forma de prestação continuada, por prazo definido nos termos dos respectivos contratos e seus aditivos, quando prorrogáveis, observa-se as quantidades possíveis para tanto, inclusive a necessária vantajosidade para a Administração, conforme determinações legais pertinentes, sendo que, os contratos decorrem de processo licitatório, normalmente, na modalidade Pregão Eletrônico.

A prestação dos serviços, como regra, é acompanhada e fiscalizada por representante da Administração conferindo a efetiva realização dos trabalhos de acordo com as obrigações assumidas.

A UG 170018 (SRRF01) não possui estes tipos de contrato, pois a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda - SAMF/DF é quem gerencia os serviços terceirizados no edifício em que está localizada.

Quadro 27 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante														
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campo Grande – DRF/CGE/MS														
UG/Gestão: 170109/00001						CNPJ: 00.394.460/0066-97								
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2014	2	O	01/2014	09.016.469/00001-93	01/10/2014	30/09/2015			2	2				P
2014	4	O	01/2014	09.016.469/0001-93	01/10/2014	30/09/2015	4	4						P
2014	5	O	01/2014	09.016.469/0001-93	01/10/2014	30/09/2015			15	15				P
2014	6	O	01/2014	09.016.469/00001-93	01/10/2014	30/09/2015			1	1				P
2014	7	O	01/2014	09.016.469/0001-93	01/10/2014	30/09/2015			3	3				P
2014	9	O	01/2014	09.016.469/0001-93	01/10/2014	30/09/2015			1	1				P
2014	12	O	01/2014	09.016.469/00001-93	01/10/2014	30/09/2015	7	7	4	4				P
2013	2	O	41/2013	09.016.469/0001-93	01/10/2014	30/09/2015			1	1				P
2013	4	O	41/2013	09.016.469/0001-93	01/10/2014	30/09/2015	1	1						P
2013	5	O	41/2013	09.016.469/0001-93	01/10/2014	30/09/2015			1	1				P
2013	12	O	41/2013	09.016.469/0001-93	01/10/2014	30/09/2015	3	3	3	3				P
Observações: Atividades incluídas como “OUTRAS”: digitadores, carregadores, contínuo. Atividades incluídas como “TRANSPORTES”: motorista, operador de empilhadeira.														
Unidade Contratante														
Nome: Inspeção da Receita Federal do Brasil em Corumbá – IRF/COR/MS														
UG/Gestão: 170110/00001						CNPJ: 00.394.460/0068-59								
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores						Sit.	

					Contratadas		Contratados						
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	12	O	6	02.967.388/0001-20	01/09/14	31/08/15	1	1					A
2012	12	O	7	09.484.770/0001-21	18/12/12	02/04/15	6	6					P
2013	12	O	42	09.016.469/0001-93	01/10/13	21/03/15	4	4	1	1			P
2011	4	O	3	09.016.469/0001-93	01/09/14	20/03/15	1	1					p
2011	5	O	3	09.016.469/0001-93	01/09/14	20/03/15	2	2	3	3			
2014	9	O	5	16.963.323/0001-10	03/06/14	02/06/2015	2						A
Observações: O contrato 06/2014 prevê, ainda, serviços de médico veterinário em que não há cessão de mão de obra exclusiva. O Contrato 05/2014 prevê também o uso de mão de obra não exclusiva (equipe flutuante).													
Unidade Contratante													
Nome: Inspeção da Receita Federal do Brasil em Ponta Porã – IRF/PPA/MS													
UG/Gestão: 170111/00001							CNPJ: 00.394.460/0069-30						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	4	O	05/2014	09.484.770/0001-21	30/03/2013	30/03/2015	1	1	0	0	0	0	P
2014	5	O	05/2014	09.484.770/0001-21	30/03/2013	30/03/2015	0	0	2	2	0	0	P
2014	12	O	05/2014	09.484.770/0001-21	30/03/2013	30/03/2015	8	8	0	0	0	0	P
2014	2	O	05/2014	09.484.770/0001-21	30/03/2013	30/03/2015	0	0	2	2	0	0	P
2014	12	O	05/2014	09.484.770/0001-21	30/03/2013	30/03/2015	2	2	0	0	0	0	P
2014	12	O	02/2014	07.562.469/0001-63	03/02/2014	02/02/2015	0	0	9	9	0	0	P
Observações: Atividades incluídas como “OUTRAS”: Carregador, Operador de Máquina Empilhadeira, Secretariado. “TRANSPORTE”: Motorista.													
Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Goiânia – DRF/GOI/GO													
UG/Gestão: 170198/00001							CNPJ: 00.394.460/0161-45						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	12	O	14/2013	12.441.717/0001-58	25/08/2013	25/04/2015	8	8					A
2012	9	O	16/2012	09.033.055/0001-72	03/12/2012	02/04/2016	2	2					A
2012	4	O	17/2012	08.531.933/000-17	02/01/2013	01/05/2016	4	4					A
2013	5	O	15/2013	08.531.933/0001-17	02/12/2013	01/12/2015	18	18					A
Observações: Contrato 14/2013: Carregadores													
Unidade Contratante													
Nome: Inspeção da Receita Federal do Brasil em Mundo Novo – IRF/MNO/MS													
UG/Gestão: 170247/00001							CNPJ: 00.394.460/0048-05						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	2	O	01/2014	09.484.770/0001-21	06/02/2014	05/02/2019	2	2					A
2014	4	O	01/2014	09.484.770/0001-21	06/02/2014	05/02/2019	1	1					A
2014	5	O	01/2014	09.484.770/0001-21	06/02/2014	05/02/2019			1	1			A
2014	9	O	01/2014	09.484.770/0001-21	06/02/2014	05/02/2019	1	1					A
2014	12	O	01/2014	09.484.770/0001-21	06/02/2014	05/02/2019	8	8					A
Observações: Contrato de Serviços Terceirizados para serviços de apoio as atividades da IRF/MNO/MS vem atendendo as expectativas da UG, passível de ser prorrogado no momento oportuno.													
Unidade Contratante													

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Palmas – DRF/PAL/TO															
UG/Gestão: 170271						CNPJ: 00.394.460/0356-03									
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
							F		M		S				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C			
2012	2	O	03/2012	26.645.879/0001-12	08/04/2012	08/04/2017			3	3					A
2013	5	O	03/2013	05.784.565/0001-20	03/06/2013	02/06/2018			19	19					A
2013	12	O	04/2013	02.563.740/0001-61	01/07/2013	30/06/2018			2	2					A
2013	4	O	06/2013	09.611.589/0001-91	05/08/2013	04/08/2018			2	2					A
Unidade Contratante															
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Dourados – DRF/DOU/MS						CNPJ: 00.394.460/0431-18									
UG/Gestão: 170388/00001						CNPJ: 00.394.460/0431-18									
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
							F		M		S				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C			
2013	4	O	45/2013	03.025.281/0001-25	02/01/2014	01/01/2016									
2013	5	O	45/2013	03.025.281/0001-25	02/01/2014	01/01/2016									
2013	7	O	45/2013	03.025.281/0001-25	02/01/2014	01/01/2016									
2013	12	O	45/2013	03.025.281/0001-25	02/01/2014	01/01/2016									
Observações: A DRF/DOU encontra-se com elevada carência de pessoal, fato que justifica a contratação dos terceirizados - Locação de mão de obra. A atual prestadora dos serviços vem atendendo as expectativas da UG.															
Unidade Contratante															
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Anápolis – DRF/ANA/GO						CNPJ: 00.394.460/0449-47									
UG/Gestão: 170516/00001						CNPJ: 00.394.460/0449-47									
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
							F		M		S				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C			
2012	4	O	CT04/2012	08.531.933/0001-17	24/09/13	23/05/15			2	2					P
2013	5	O	CT08/2013	11.108.001/0001-70	24/10/13	23/06/15			10	10					A
2012	12	O	CT04/2012	08.531.933/0001-17	24/09/13	23/05/15			2	2					P
2012	9	O	CT06/2012	12.139.246/0001-28	01/10/12	30/09/14			2	2					E
Observações: Contrato 04/2012 “OUTRAS”: Carregadores Obs: Acima estão listados os demais contratos realizados com locação de mão de obra, de natureza continuada, dentre os quais, aqueles no qual foi demonstrada a vantajosidade econômica e relatados pela fiscalização do contrato como prestados adequadamente foram prorrogados. Para o contrato na situação ativo normal de recepção foi feita supressão de um posto de trabalho em relação ao contrato original e o contrato de manutenção não foi prorrogado por não ter sido possível demonstrar a vantajosidade econômica.															
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes 12. Outras						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									

Análise Crítica:

Assim como na locação de mão de obra referente a vigilância e limpeza, a UJ necessita contratar em das suas subunidades a prestação dos serviços continuados referentes a outras categorias de postos terceirizados, embora em menor volume, porém exigindo todos os trâmites inerentes as contratações públicas. Essa medida visa atender demandas específicas, referentes a especializações pertinentes ao objeto, porém, dentro do que está previsto no Decreto nº 2.271/1997, observando-se todas as demais regras da administração dos contratos, como, por exemplo, o acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços.

A prestação desses serviços, em princípio, tem se mostrado satisfatória, sem interrupções ou descumprimento de obrigações trabalhistas por parte dos contratados.

A UG 170018 (SRRF01) não possui estes tipos de contrato, pois a SAMF/DF é quem gerencia os serviços terceirizados no edifício em que está localizada.

7.2.1. Contratação de Estagiários

Quadro 28 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	146	154	150	152	851.504,90
1.1. Área Fim	0	0	0	0	0
1.2. Área Meio	146	154	150	152	851.504,90
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1. Área Fim	0	0	0	0	0
2.2. Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	146	154	150	152	851.504,90

Fonte: DW Siape – 05/02/2015

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Estagiários das DRJs estão contabilizados nos quadros das Regiões Fiscais;
2. Para este quadro, foi considerado o conceito de atividade-meio, ou seja, atividades de suporte administrativo, independentemente se a área/unidade em que elas são desenvolvidas tem caráter precípua finalístico ou de apoio;
3. Foram apuradas rubricas de Bolsa de Estágio, Auxílio Transporte de Estagiário e Recesso Remunerado de Estágio. Não são considerados os descontos de falta, auxílio transporte do período de recesso e GRU emitidas em nome do estagiário;

O lançamento de dados históricos no Siape, após a data da extração DW, pode gerar diferença nos valores apresentados.

Análise Crítica da Política de Contratação de Estagiários

A contratação de estagiários na RFB é realizada mediante a celebração de contratos junto a empresas que prestam serviços como agentes de integração entre universidades, estudantes e a própria RFB. Além da legislação específica para a contratação de estagiários, Lei 10.788/2008, na RFB o procedimento para a disponibilização de vagas para estágio não-obrigatório está regulamentado pela Portaria RFB/Cogep nº 163, de 11 de fevereiro de 2009, proporcionando uma padronização nos procedimentos de gestão de estagiários em todas as unidades descentralizadas.

O estágio na RFB é um ato educativo escolar desenvolvido na modalidade não-obrigatório visando à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior. Todos os estagiários na RFB são alocados em atividades-meio (suporte administrativo) em função de a Portaria RFB/Cogep nº 163, de 11 de fevereiro de 2009, em seu art. 4º, § 1º determinar que os estagiários não devem ser alocados em atividades que comprometam o sigilo fiscal – atividades estas que seriam as finalísticas da RFB.

Cabe à Divisão de Saúde e Qualidade no Trabalho – Disaq, da Coordenação-Geral de Gestão com Pessoas – Cogep, supervisionar a contratação de estagiários, em âmbito nacional, e à Divisão de Gestão de Pessoas – Digepe, das Superintendências – SRRF, regionalmente.

Na RFB a seleção de estagiários de nível superior atualmente é feita por exame curricular e entrevista, utilizando agente de integração, que divulga as vagas disponíveis de acordo com o curso de formação e período escolar pré-definido, recruta os estudantes e os encaminha para entrevista com o servidor que será o supervisor do estágio. As vantagens observadas neste tipo de seleção são: o menor custo, o sistema menos burocrático, exigência de menor logística, menor periodicidade, permitindo melhor ajuste às necessidades da dinâmica dos processos de trabalho da RFB, além de não privilegiar somente os estudantes com excelente formação teórica, oportunizando a experiência profissional para todos. Existe uma multiplicidade de áreas na RFB, e, por essa razão, são oferecidas vagas de estágio para diversos cursos de graduação.

O Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – Siape é o sistema primário utilizado nacionalmente para registro das contratações, alteração de dados e desligamento de Estagiários, bem como para pagamento da bolsa, auxílio-transporte e demais ações de folha de pagamento dos estudantes. Há outros sistemas/segmentos informatizados na RFB, replicadores dos dados do Siape, que também são utilizados como referência para gerenciamento das informações de Estagiários, tais como: SA3, DW-Siape, Sief ou mesmo planilhas de controle de uso local.

7.3 - Informações referentes a Contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

A única UG que apresentou tal tipo de contrato foi a 170516, porém o contrato foi assinado já na vigência da lei (Trata-se de contratação através da concorrência nº 01/2013 DRF/Goiânia para construção da ARF Modelo de Uruaçu, cujo contrato, depois de assinado pela DRF/Goiânia foi sub – rogado para DRF/Anápolis. Considerando que a concorrência, bem como o contrato, foram processados já sob a égide da legislação de desoneração, não há que se falar em valores pagos a maior pela empresa ou redução de valor contratual, uma vez que as planilhas de custo levam em consideração a legislação vigente à época da licitação que no caso ocorreu em 30/12/2013).

As demais Unidades Gestoras sob responsabilidade da UJ não possuem contratos com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL –
1ª REGIÃO FISCAL - SRRF 01

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 8: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário
(Item 8, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

8.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) **Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.**

- Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, que dispõe sobre o uso de carros oficiais;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a condução de veículo oficial;
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 37, XXI da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns;
- Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas;
- Decreto nº 5.450, de 31 de março de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns;
- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências;
- Portaria do Ministério da Fazenda nº 282, de 9 de junho de 2011, que estabelece critérios e condições para destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento;
- Portaria da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 3.010, de 29 de junho de 2011, que estabelece critérios e condições para destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento;
- Norma de execução da Coordenação Geral de Serviços Gerais da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda nº 1.03.003, de 14 de fevereiro de 1997, que estabelece procedimentos administrativos ao credenciamento de servidor para condução de veículo oficial;

Alguns veículos terrestres usados pela SRRF e suas Unidades Jurisdicionadas no cumprimento de sua missão institucional são incorporados aos seus patrimônios, na forma da legislação acima citada;

A incorporação, nos termos do parágrafo único do artigo 24 da Portaria RFB nº 3.010, de 2011, define- como “*a transferência do direito de propriedade dos bens que houverem sido destinados para o órgão público*” e recai sobre aqueles bens – no presente caso, veículos - que foram abandonados, entregues à Fazenda Nacional ou foram objeto de pena de perdimento.

Segundo a citada norma, somente poderão ser destinados a órgãos da Administração Pública veículos cujo uso esteja de acordo com a legislação a eles aplicável. **No âmbito desta 1ª Região Fiscal**, que abrange Unidades da Receita Federal do Brasil nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e no Distrito Federal, compete ao Superintendente Regional da Receita Federal, nos termos do artigo 43 da Portaria RFB nº 3.011, de 2011, destinar bens e mercadorias às Unidades sob sua jurisdição.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ.

Frente às características das 12 Unidades da Receita Federal do Brasil sob a jurisdição desta SRRF01, a frota de veículos é de grande importância e tem forte impacto sobre as atividades das Unidades da RFB na 1ª RF no cumprimento da missão institucional na fiscalização e arrecadação de tributos internos e no controle do comércio exterior, considerando a vasta extensão territorial, que abrange os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás e Distrito Federal, além de uma extensa fronteira terrestre, superior a 2,0 mil km, com Paraguai e a Bolívia.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos.

f) Custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros).

As considerações sobre os quesitos de letras “c”, “d”, “e” e “f” foram aglutinadas no Anexo I – Quadro da Frota de Veículos.

g) Plano de substituição da frota.

O plano de substituição da frota é elaborado pelo órgão central da Receita Federal do Brasil, após consulta às regiões fiscais.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação.

O órgão central da RFB estabelece as normas para a política de aquisição dos veículos e as razões de escolha da aquisição em detrimento da locação, baseadas nas estratégias da Receita Federal do Brasil. A UJ também substitui veículos antigos por outros mais novos, incorporando veículos apreendidos, adequados à necessidade do órgão.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O controle, normalmente, é feito através do preenchimento de formulários na entrada e saída dos veículos, como, por exemplo, os casos informados pela Delegacia de Cuiabá – MT que “utiliza o Sistema SIADS para controlar a utilização da frota, em que é feito o registro de várias informações, tais como, veículo a ser utilizado, placa, nome do motorista e assinatura do responsável que autoriza a saída, data e hora de saída, data e hora de chegada, quilometragem inicial e final e abastecimentos realizados”. Já na Inspeção de Ponta Porã – MS, o “controle é realizado mediante empresa especializada em gerenciamento de frotas”.

8.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada

Quadro 29 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ		
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013	
BRASIL	UF DF	2	2	
	BRASÍLIA	2	2	
	UF MS	19	18	
	CAMPO GRANDE	2	2	
	AQUIDAUANA	1	1	
	TRÊS LAGOAS	1	1	
	PARANAÍBA	1	1	
	CORUMBÁ	3	3	
	PONTA PORÃ	3	3	
	BELA VISTA	1	1	
	PORTO MURTINHO	2	2	
	MUNDO NOVO	2	2	
	DOURADOS	2	1	
	NOVA ANDRADINA	1	1	
	UF MT	14	13	
	ALTA FLORESTA	1	1	
	ALTO ARAGUAIA	1	1	
	BARRA DO GARÇAS	1	1	
	CÁCERES	3	2	
	DIAMANTINO	2	2	
	MIRASSOL D'OESTE	1	1	
	RONDONÓPOLIS	1	1	
	SINOP	1	1	
	TANGARÁ DA SERRA	2	2	
	VÁRZEA GRANDE	1	1	
	UF GO	15	15	
	GOIÂNIA	2	2	
	SENADOR CANEDO	1	1	
	CATALÃO	1	1	
	ITUMBIARA	1	1	
	JATAÍ	1	1	
	RIO VERDE	1	1	
	SÃO LUIS DE MONTES BELOS	1	1	
	GOIÁS	1	1	
	CALDAS NOVAS	1	1	
	ANÁPOLIS	1	1	
	LUZIANIA	1	1	
	FORMOSA	1	1	
	CERES	1	1	
	URUAÇU	1	1	
	UF TO	5	5	
	PALMAS	1	1	
	MIRACEMA DO TOCANTINS	1	1	
	PARAÍSO DO TOCANTINS	1	1	
	GURUPI	1	1	
	ARAGUAINA	1	1	
	Subtotal Brasil	55	53	
	EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
		cidade 1		
		cidade 2		

	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		55	53

Fonte: Sistema Spiunet/Edifica

Quadro 30 – Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170018	970117620.500-6	21	4	937.885,15	17/05/2011	24.000.000,00	-	-
170019	970124150.500-5	21/23	3		05/09/2011	217.758,24	-	-
170109	905100250500-6	21	3	11.728.026,40	04/12/2014	15.967.888,08	2.310.323,26	15.250,44
170109	905100607500-6	21	5	3.000.000,00	02/06/2011	3.125.013,79		3.714,32
170109	902100021500-9	21	6	90.629,14	24/10/2011	140.223,84		1.300,00
170109	916500063500-6	17	3	108.392,45	04/11/2011	227.365,57		2.862,64
170109	912500019500-7	21	6	60.316,18	28/10/2011	123.733,06		
170110	9063.00127.500-0	21	3	165.336,48	09/10/2001	165.336,48		2.759,47
170110	9063.00159.500-5	21	3	1.369.000,00	19/04/2011	1.369.000,00		16.875,90
170110	9063.00165.500-8	21	5	8.000.000,00	19/04/2011	8.000.000,00		75.060,94
170111	913100179500-2	13	5	3.379.372,70	31/12/2000	3.379.372,70	4.824.269,74	-
170111	904100019500-2	13	5	368.355,59	27/09/2010	368.355,59		
170111	913700129500-9	18	5	146.506,63	20/04/2000	146.506,63		
170111	913700135500-1	13	4	1.164,40	26/06/2000	1.164,00		
170111	913100237500-7	13	4	170.758,00	15/10/2010	170.758,00	DEVOLVIDO A UNIÃO	
170111	913100793500-0	13	4	80.000,00	07/04/2011	80.000,00	524.020,66	
170192	8987 00066.500-9	13	4	80.000,00	22/03/2011	352.083,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00
170192	9005 00010.500-7	5	4	5.995,00	29/08/2012	245.265,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00
170192	9035 00019.500-8	6	4	299.925,00	14/08/2012	881.698,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00
170192	9047 00091.500-4	5	4	330.000,00	21/03/2011	901.150,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00
170192	9047 00120.500-0	4	4	1.246.190,79	06/08/2012	4.043.062,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00
170192	9047 00212.500-0	5	4	600.000,00	22/04/2014	600.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
170192	9069 00024.500-0	5	4	16.187,50	02/06/2011	144.492,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00
170192	9069 00041.500-2	5	4	42.131,25	29/08/2011	42.131,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00
170192	9177 00006.500-9	5	4	5.443,75	29/03/2011	210.745,47	R\$ 3.237,14	R\$ 0,00
170192	9151 00043.500-7	5	4	159.930,00	29/03/2011	366.564,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00
170192	8985 00083.500-5	5	4	5.702.400,00	10/07/2014	5.702.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
170192	9185 00037.500-9	5	4	76.157,10	24/10/2011	76.157,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00
170198	9289.00022.500-6	11	8	511.218,13	02/07/2012	511.218,13	-	-
170198	9301.00017.500-1	13	4	817.753,45	25/07/2011	817.753,45	-	-
170198	9173.00219.500-7	13	5	1562.403,72	05/01/2010	1562.403,72	-	122.317,07
170198	9373.00311.500-7	13	1	1.320.857,37	01/02/2007	1.320.857,37	-	-
170198	9377.00040.500-7	13	4	181.074,67	10/08/2011	181.074,67	-	-
170198	9425.00013.500-3	17	4	189.289,67	26/07/2011	189.289,67	-	-
170198	9433.00026.500.5	13	3	430.329,88	07/10/2011	430.329,88	-	-
170198	9571.00015.505-4	13	3	850.271,21	07/10/2011	850.271,21	-	-

170198	9599.00003.500-9	13	4	286.115,88	08/09/2011	286.115,88	-	-
170198	9753.00002.500-8	13	6	3.761.358,73	-	3.761.358,73	-	-
170247	9179.00053.500-1	13	4	193.858,51	12/09/2013	1.957.597,00		798,30
170247	9179.00070.500-4	13	3	31.769,52	12/09/2013	4.710.731,50	-	6481,53
170271	9241.00037.500-3	13	1	63.616,00	23/12/2013	85.500,00	-	-
170271	9461.00012.500-4	16	3	75.380,00	23/12/2013	143.588,22	-	4.892,24
170271	9385.00011.500-0	13	3	166.591,24	23/12/2013	231.405,73	-	6000,00
170271	9519.00007.500-2	16	3	75.380,00	23/12/2013	155.160,06	-	-
170271	9733.00063.500-6	13	3	5.512.358,99	23/12/2013	7.761.727,20	-	21480,56
170388	9073.00091.500-3	13	3	536.793,84	31/12/2000	2.744.946,00	-	1.100,00
170388	9123.00029.500-5	13	5	91.980,00	21/07/2011	603.990,00	-	739,60
170516	9307.00075.500-7	21	3	126.289,79	06/10/2011	306.821,70	1848,28	-
170516	9445.00014.500-3	21	1	178.333,94	07/10/2011	414.361,19	2597,98	-
170516	9361.00026.500-4	21	4	542.745,04	07/10/2011	883.219,65	1048,30	-
170516	9221.00063.500-5	21	1	911.283,75	05/10/2011	11.416.929,10	505,40	-
170516	9633.00030.500-0	13	4	62.583,00	08/02/2010	-	-	-
Total							244.260,94	393.347,43

Fonte: Sistema Spiunet/Edifica

Legenda:

Regime

1 – Aqüicultura; 2 – Arrendamento; 3 – Cessão-Adm. Federal Indireta; 4 – Cessão-Outros; 5 – Cessão-Prefeituras e Estados; 6 – Cessão Onerosa; 7 – Comodato; 8 – Disponível para alienação; 9 – Em processo de Alienação; 10 – Em regularização-Cessão; 11 – Em regularização – Entrega; 12 – Em Regularização-Outros; 13 – Entrega-Adm.Federal Direta; 14 – Esbulhado (Invadido); 15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro); 16 – Irregular – Cessão; 17 – Irregular-Entrega; 18 – Irregular-Outros; 20 – Locação para Terceiros; 21 – Uso em Serviço Público; 22 – Usufruto Indígena; 23 – Vago para Uso.

Estado de Conservação

1- Novo; 2 - Muito Bom; 3 – Bom; 4 – Regular; 5 – Reparos Importantes; 6 – Ruim; 7 – Muito Ruim (valor residual); 8 – Sem Valor.

Quadro 31 – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9051002505006	9051002505006
	Endereço	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 Campo Grande - MS	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 3 Campo Grande - MS
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91	34.028.316/0009-60
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
	Atividade ou Ramo de Atuação	Financeiro / Bancário	Correios / transporte de encomendas
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato	Contrato
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Apoio aos servidores / PAB	Apoio à contribuintes e servidores / Agência
	Prazo da Cessão	Indeterminado	2018

Caracterização do espaço cedido	68,08	29,34
Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	0	600,00 (média - rateio)
Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não aplicável	Recebimento por GRU
Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não aplicável	Pagamento dos fornecedores / SI-AFI
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não aplicável	Proporcional à área

Quadro 32 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados							
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
Vazios							
170198	9571.00046.500-3	3	-	07/10/2011	155.202,21	-	-
170198	9599.00007.500-0	3	-	08/09/2011	163.685,42	-	-
Total						0	0

Fonte: Sistema Spiunet/Edifica

Análise crítica:

Em razão da natureza da atividade da UJ se faz necessário ter, notadamente, nas Capitais dos Estados, em Cidades de maior população e nos pontos de fronteira, unidades e subunidades de atendimento aos contribuintes, como fiscalização, controle aduaneiro e arrecadação, por exemplo, necessitando, por conseguinte, de ocupar imóveis de propriedade da União ou locados, quando for o caso.

Em geral, o controle do patrimônio imobiliário é feito através do Sistema EDIFICA, que registra, conforme questionário específico, todos os dados da situação de cada imóvel, tanto das condições de utilização quanto da sua parte documental, permitindo avaliar, individualmente, o Nível de Adequação Imobiliária – NAI que, quando alcança 100 pontos tem-se uma instalação totalmente adequada para utilização ou, quando apurada uma pontuação baixa, poderá indicar a necessidade de intervenções referente a melhorias. Nos controles realizados através do EDIFICA há, também, a previsão para inclusão dos dados e demais informações originárias do SPIUnet.

Anualmente é realizado um planejamento das ações referentes a novas construções, ampliações e reformas necessárias, para inclusão no Plano de Engenharia do Órgão, objetivando a melhoria do ranqueamento do NAI, e há uma constante preocupação no sentido de manter os dados atualizados.

Como decorrência dos controles existentes, especialmente o EDIFICA e o SPIUnet, os quais permitem uma gestão imobiliária adequada no âmbito da jurisdição da UJ.

8.3 - Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 33 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF DF	1	1
	TAGUATINGA	1	1
	UF MS	4	4
	RIO VERDE DE MATO GROSSO	1	1
	PARANAÍBA	1	1
	NAVIRAÍ	1	1
	JARDIM	1	1
	UF MT	3	2
	TANGARÁ DA SERRA	1	1
	RONDONÓPOLIS	1	0
	SINOP	1	1
	UF GO	3	3
	GOIÂNIA	1	1
	CALDAS NOVAS	1	1
	URUAÇU	1	1
	UF TO	2	2
	ARAGUAÍNA	1	1
	DIANÓPOLIS	1	1
Subtotal Brasil		13	12
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		12	12

Fonte: Sistema Spiunet/Edifica

Análise crítica:

A UJ, em razão da sua atividade fim, para atendimento aos contribuintes e demais serviços prestados a sociedade, tem a necessidade de manter unidade ou subunidades jurisdicionadas em diversos pontos estratégicos e cidades do País; daí, quando não é possível a disponibilização de imóvel adequado ao funcionamento, pertencente a União, é providenciada a locação imobiliária correspondente.

Visando reduzir essa dependência, tanto no que respeita a redução de gastos com locação quanto no que concerne ao estabelecimento permanente em local adequado, existe, no âmbito Nacional, projeto de engenharia referente a construção de Unidades Modelo, com padrões definidos, inclusive no se refere a acessibilidade e identidade visual, sendo que, atualmente, na jurisdição da UJ, existem 3 dessas edificações contratadas, cujas obras já foram iniciadas, nas Cidades de Uruaçu – GO, Caldas Novas – GO e Rio Verde do Mato Grosso – MS.

Já no que se refere às novas locações, sempre que possível, na seleção da edificação a ser locada é levado em conta, como um dos critérios para a definição do imóvel, que o locador realize, por sua conta, a adequação dos leiautes, instalações elétricas lógicas as necessidades da locatária.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL –
1ª REGIÃO FISCAL - SRRF 01

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 9: Gestão da Tecnologia da Informação
(Item 9, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

9.1 - Informações sobre Sistemas Computacionais

Os sistemas empregados na SRRF01 são os mesmos utilizados em toda a RFB. A relação dos sistemas e das necessidades de desenvolvimento de novos sistemas figuram no Relatório das Unidades Centrais.

A relação dos contratos que vigoram no exercício de 2014, incluindo a descrição do objeto, demonstração dos custos relacionados a cada contrato, dados dos fornecedores e vigência, constam no quadro abaixo.

Quadro 34 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

UG	Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
				CNPJ	Denominação		
170018	01/2012	Locação de impressoras.	18/05/2014 a 17/05/2016	62.451.735/0001-80	AMC informática	39.910,80	31.709,80
170019	01/2014	Prestação de serviços de impressão e cópia.	03/02/2014 a 02/02/2018	03.914.523/0001-31	GESET Com. de Assist. Técnica e Loc. de Máq. e Equip. Duplicadores	923.376,00	132.412,04
170020	Utiliza o contrato da DRF/BSB						
170109	03/2014	Locação de equipamentos multifuncionais, impressoras e scanners.	Início do contrato 06/04/2015	09.238.496/0001-00	W.A. EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA	132.672,00	76.945,20
	02/2010	Locação de equipamentos multifuncionais, impressoras e scanners.	Início do contrato 04/04/2014	73.505.349/0002-30	H2L EQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA	357.702,36	77.017,16
170110	03/2013	Locação de impressoras monocromáticas	17/05/2013 a 16/05/2016	09.238.496/0001-00	W.A. EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA.	57.969,00	9.145,24
	05/2013	Locação de Impressoras Coloridas.	24/06/2013 a 23/06/2016	09.238.496/0001-00	W.A. EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA.	63.720,00	2.775,36
170111	01/2014	Locação de equipamentos multifuncionais e impressora colorida.	03/02/2014 a 02/02/2018	09.238.496/0001-00	W.A. EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA	37.368,00	23.257,09
170192	2013CT01	Locação de equipamentos multifuncionais e impressoras.	01/02/2013 a 31/01/2015	08.518.233/0001-92	Prime Suprimentos e Equipamentos de Informática Ltda	96.091,20	92.200,40
170198	09/2012	Serviços de impressão com	01/06/2014 a 31/05/2016	62.541.735/0001-80	AMC informática	584.119,44	214.377,41

		fornecimento.					
170247	12/2012	Locação de Impressoras Multifuncionais.	21/12/2012 a 20/12/2014	09.238.496/0001-00	WA Equipamentos e Serviços Ltda		16.500,00
	12/12	Locação de Impressoras Multifuncionais.	21/12/2014 a 20/12/2016	09.238.496/0001-00	WA Equipamentos e Serviços Ltda		
170271	02/2014	Locação de Impressoras.	01/04/2014 a 31/03/2019	03.793.622/0001-02	Supricopy Suprimentos e Equipamentos Reprograficos Ltda	140.000,00	29.166,65
170388	03/2011	Locação de Impressoras e Máquinas multifuncionais.	03/2011 a 03/2015	01.927.631/0001-13	SISTEMAQ-AUTOMAÇÃO DE ESCRITÓRIO LTDA	34030,92	28359,1
170516	03/2012	reprografia e locação de equipamentos.	31/01/2012 a 30/01/2016	03.793.622/0001-02	Supricopy Suprimentos e Equipamentos reprográficos Ltda	54.159,60	60.759,60



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL –
1ª REGIÃO FISCAL - SRRF 01

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 10: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental
(Item 10, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

10.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obra

Quadro 35 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
7.	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.	http://www1.fazenda.gov.br/acessoainformacao/acoes_programas/acoes_programas.htm	
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.	http://intraspoa.fazenda/spoa/fazmelhor.php	
Considerações Gerais			
<p>A metodologia utilizada para análise dos quesitos foi pesquisa individual a cada uma das áreas de logística das Unidades Gestoras que são gerenciadas pela SRRF01, sendo considerada a moda a fim de consolidação das informações.</p> <p>No ano de 2014 a RFB não fazia parte do A3P, contudo, a partir de 2015, irá fazer parte indiretamente, pois o A3P é uma parte do Projeto Esplanada Sustentável (PES), do qual mesmo não fazendo parte diretamente, com a publicação da Portaria MPOG nº 23, de 12/02/2015, estaremos inseridos.</p> <p>No tocante à UG 170192 (DRF/CUI/MT), tendo em vista que ocupa imóvel gerenciado pela SAMF/MT, faz parte indiretamente do A3P, pois participa do Projeto Esplanada Sustentável (PES).</p>			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL –
1ª REGIÃO FISCAL - SRRF 01

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 11: Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas
(Item 11, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

11.1 - Tratamento de determinações exaradas em acórdãos do TCU

O Quadro “*Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício*” não foi apresentado pela UJ, tendo em vista que **não houve**, no exercício de 2014, determinações do TCU para atendimento da SRRF01.

O Quadro “*Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício*” não foi apresentado, tendo em vista que **não houve**, no exercício de 2014, deliberações do TCU que permaneciam pendentes de atendimento no exercício.

11.2 - Tratamento de recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno ao qual se vincular a Unidade Jurisdicionada

O Quadro “*Relatório de Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno*” não foi apresentado, tendo em vista que, no exercício de 2014, **não houve** recomendações do Órgão de Controle Interno à Unidade Jurisdicionada.

O Quadro “*Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício*” não foi apresentado, tendo em vista que, no exercício de 2014, não havia recomendações do órgão de controle interno que permaneciam pendentes de atendimento.

11.3 - Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93

11.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Não utilizamos o quadro original previsto na Portaria TCU nº 90/2014 pelas seguintes razões:

- As duas primeiras linhas (autoridades e cargos eletivos) não se aplicam à RFB;
- As 3 colunas relativas ao momento de entrega da DBR não constituem um bom modelo diante da preferência do servidor RFB em entregar as autorizações de acesso à DBR. Essa opção reduz a atividade de Gestão de Pessoas em controlar as entregas de DBR na posse ou final de exercício de função;
- A informação detalhada no quadro construído pela RFB possui uma amplitude de controle maior que a proposição do relatório de Prestação de Contas, incluindo todos os servidores em exercício no órgão e não apenas aqueles detentores de função.

Quadro 36 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Pendências de entrega da DBR						
Região Fiscal	Unidade Pagadora	Quantitativo				
		Servidores sem função	FG1	FG2	FG3	Total
1	DRF/CBA/MT	1	0	0	0	1
	DRF/CGE/MS	0	0	0	0	0
	DRF/GOI/GO	2	1	0	0	3
	DRF/PAL/TO	0	0	0	0	0
	SRRF/1A.RF	1	0	0	0	1
Total		4	1	0	0	5

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, extração realizada no dia 05/02/2015.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. As DRJ estão contidas na sua respectiva UPAG.

Atualmente 1.667 servidores da 01ª RF (99,7% do corpo funcional) estão com os registros atualizados. Não existe nenhuma pendência em relação aos ocupantes de DAS.

11.3.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

Em razão da Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298 de 6 de setembro de 2007, DOU 11/09/2007, que obriga todo agente público a entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF, todo servidor em exercício na RFB tem a obrigação de entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF. As autorizações de acesso à DIRPF são geradas e controladas via SA3.

A área de gestão de pessoas fornece, no ato da posse ou na realização da cobrança, a autorização de acesso à DIRPF a fim de estimular a entrega deste documento e minimizar o trabalho relativo à entrega de DBR ao final do exercício financeiro, da função ou cargo. Atualmente, menos de 2% dos servidores ainda optam pela entrega da DBR.

O arquivamento das DBR e autorizações entregues é de responsabilidade da área de Gestão de Pessoas que deve preservar o sigilo das informações. A autorização de acesso assinada pelo servidor é alocada na pasta funcional como qualquer documento. Para os casos em que ainda se entrega as declarações anuais, essas são recebidas em envelopes lacrados pelo servidor e alocados na pasta funcional.

Periodicamente a área de gestão de pessoas efetua cobrança da entrega da DBR, via contato pelo e-mail funcional, telefone ou, em última opção, carta registrada para o endereço residencial do servidor informando-o da necessidade, dos riscos e das consequências da não entrega do documento.

Não compete à área de Gestão de Pessoas analisar possíveis incompatibilidades entre o patrimônio e a remuneração dos servidores. Quando solicitada, a informação é transmitida à área competente para processamento da análise.

11.4 - Demonstração das Medidas Administrativas adotadas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário

Quadro 37 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais						
	Não instauradas			Instauradas			
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU			Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento		Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	
Recebimento Débito			Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
3			0	0	1	2	Furtos na Aeronave apreendida: Multa lavrada conforme processo vinculado 14108.720010/2014-85. Perda total do veículo OBF 1971: Processo 14108720010/2014-85 arquivado e cópia enviada



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL –
1ª REGIÃO FISCAL - SRRF 01

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 12: Informações Contábeis

(Item 12, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

12.1 - Demonstração das Medidas para a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Em atendimento ao Subitem 11.1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, a 1ª Região Fiscal - RFB atende, em sua maior parte, ao conjunto de Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16, aplicáveis ao setor público, em especial à NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio das entidades do setor público.

No que tange à NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, adotam-se as rotinas de mensuração subsequentes relativas ao ativo imobilizado, especialmente a depreciação, no entanto as relativas ao intangível (reconhecimento inicial, amortização e redução ao valor recuperável) estão com implantação em andamento.

1) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9, seguem informações em relação à metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão e as taxas utilizadas para os cálculos.

a) Depreciação

Representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

a1) Bens Móveis

Os bens móveis de propriedade da 1ª Região Fiscal são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS (Sistema desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda) e são depreciados, mensalmente, no SIADS com reflexo contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Metodologia adotada para estimar a vida útil dos bens móveis

- A metodologia é a definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações; e,

- Nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e nº 130/1999.

Metodologia de cálculo da depreciação

A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação dos bens móveis da 1ª Região Fiscal é a das quotas constantes, definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Taxas utilizadas para o cálculo da depreciação

As taxas do quadro abaixo foram definidas nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e 130/1999 e na Macrofunção SIAFI nº 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10
142120600	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20
142121000	Aparelhos e Equipamentos para Esporte e Diversões	10	10
142121200	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e Filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
142122600	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
142122800	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10
142123000	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
142123200	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
142123400	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10
142123500	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10
142123600	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10
142123800	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10
142123900	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10
142124000	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em Geral	10	10
142124600	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10
142124800	Veículos Diversos	15	10
142125100	Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10
142125200	Veículos de Tração Mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para Automóveis	5	10
142125800	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10
142126000	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10

a2) Bens Imóveis

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, que estabelece no âmbito da União o cronograma para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais e específicos, entre eles a depreciação de bens imóveis, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da depreciação de bens imóveis. Os bens imóveis da RFB são de propriedade da União e todos estão registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet.

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN e a Secretaria de Patrimônio da União - SPU ainda estão desenvolvendo trabalhos objetivando a criação de uma rotina de depreciação no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet com reflexo contábil no Sistema de Administração Financeira do Governo federal - SIAFI.

b) Amortização

Representa a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Existe projeto do Ministério da Fazenda em andamento, que está levantando os itens do intangível, principalmente os sistemas corporativos, e negociando com o órgão gestor do sistema de controle patrimonial (Secretaria do Tesouro Nacional), com o fim de definir a rotina do procedimento da amortização.

c) Exaustão

Representa a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

A 1ª Região Fiscal, por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

2) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.137/2008 que aprova a NBC T 16.10, a RFB utilizou como metodologia para a avaliação e mensuração de ativos e passivos a Portaria STN nº 437/2012 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais).

De acordo com MCASP Parte II, mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. O patrimônio das entidades do setor público, o orçamento, a execução orçamentária e financeira e os atos administrativos que provoquem efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade devem ser mensurados ou avaliados monetariamente e registrados pela contabilidade. Os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.

Ainda, de acordo com o Princípio da Oportunidade, as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem.

Conceitos

Avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.

Mensuração: constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo

decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas.

A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais da 1ª Região Fiscal obedecem aos critérios descritos a seguir:

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. A Conta Única do Tesouro Nacional e as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, tendo seus rendimentos atualizados a cada decêndio até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado

b) Créditos e Obrigações

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original. São apropriados por competência, considerando-se, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

No grupo de direitos a receber, destaca-se a contabilização dos tributos federais administrados pela RFB. A contabilização foi iniciada a partir do exercício financeiro de 2010, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais e visa atender, especificamente, aos Princípios da Competência e da Oportunidade.

Atende, também, à Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em entidades do setor público, além da Lei nº 4.320/1964, Artigos 85, 89 e 100. Devido a particularidades dos sistemas da RFB, de onde são extraídos os dados, o registro na contabilidade é efetivado com um mês de defasagem. Os ajustes para perdas prováveis são constituídos com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos. Assim, uma vez identificada a probabilidade de perda de um crédito, é constituído o ajuste, que é atualizado mensalmente. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Estoques

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado. As UG's do Ministério da Fazenda dispõem de sistema próprio para controle dos estoques, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços).

d) Investimentos

A RFB não possui investimentos em empresas ou em consórcios públicos ou públicos-privados.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado

são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Isso ocorre sobretudo com os bens imóveis registrados no SPIUNet. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Os imobilizados com vida útil econômica limitada estão incorrendo em registro de depreciação sistemática durante esse período.

f) Intangível

Os direitos, objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da 1ª Região Fiscal ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os softwares representam o item de maior relevância desse grupo, merecendo destaque os gastos com os sistemas corporativos. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Ressalta-se que ainda não está em prática o registro da amortização do intangível.

g) Diferido

O Ativo Diferido foi extinto pelas normas de contabilidade. A 1ª Região Fiscal não dispõe de registros contábeis neste item.

3) Impacto da utilização dos critérios contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 e 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

a) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à aplicação da NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público, o impacto no resultado do exercício financeiro de 2014 da 1ª Região Fiscal foi de R\$ 26.544.870,12 referente à depreciação de bens móveis. A depreciação refere-se ao desgaste dos bens móveis e é contabilizada em uma conta redutora do ativo imobilizado, contribuindo para o resultado diminutivo do exercício.

b) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Os impactos relacionados à aplicação da NBC T 16.10, que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público, somente serão informados no Relatório de Gestão das Unidades Centrais da RFB, pois se referem a contabilizações que não são realizadas em nível regional.

12.2 - Informações sobre a Conformidade Contábil

O processo de análise da conformidade contábil se inicia a partir da verificação da consistência dos itens que compõem os demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), tendo por base a Lei nº 4.320/1964 e as demais normas de contabilidade. Após isso, são verificadas ocorrências nas transações >CONCONTIR e >CONINCONS relativas aos dados contábeis da UG em análise. São verificadas também a ocorrência de saldos invertidos indevidos e saldos alongados em contas transitórias no balancete contábil, além dos registros de conformidade de gestão.

a) Instâncias responsáveis pela realização da Conformidade Contábil na RFB e as respectivas unidades gestoras analisadas.

A gestão de atividades relacionadas à Contabilidade na 1ª Região Fiscal é realizada pela Seccional Regional de Contabilidade (UG: 170541), que está subordinada tecnicamente à Divisão de Contabilidade – DITAB (UG 170379 - Seccional Contábil da RFB).

A Portaria SPOA nº 256/2007, que criou a Seccional Contábil da RFB (UG 170379) e as dez Seccionais Contábeis Regionais (UGs: 170540, 170541, 170542, 170543, 170544, 170545, 170546, 170547, 170548 e 170549), dispõe em seus artigos 1º e 2º:

“Art 1º: subdelegar competência à Ditab/COPOL para atuar como setorial de contabilidade das Unidades Centrais da RFB, bem como supervisionar as setoriais de contabilidade das SRRF.

Art 2º: subdelegar competências às SRRF para atuarem como setorial de Contabilidade das unidades gestoras executoras sob sua jurisdição, a partir do mês contábil SIAFI – Junho de 2007.”

A Seccional Contábil da 1ª Região Fiscal tem competências previstas no Decreto nº 6.976, de 07 de outubro de 2009. Dentre as competências previstas no artigo 8º do Decreto nº 6.976/2009, ressalta-se a competência de registrar a conformidade contábil, transcrita abaixo.

“Art. 8º Compete aos órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal:
[...]

V - realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista dos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, da tabela de eventos, do plano de contas aplicado ao setor público e da conformidade dos registros de gestão da unidade gestora; ”

Em virtude do que foi exposto anteriormente, apresenta-se a seguir a instância responsável pela realização da conformidade e as respectivas unidades gestoras executoras analisadas no âmbito da 1ª Região Fiscal.

Além disto, o regimento interno da RFB em seu artigo 171, dispõe que:

a.1) Conformidade Contábil de UG:

Unidades Setorial e Seccional Contábil	Unidade Gestora / Estrutura Administrativa	Quantidade de UG (função: executora)	Unidades Gestoras Executoras
170541- Seccional RFB 1ª RF	1ª RF	12	170018; 170019; 170020; 170109; 170110; 170111; 170192; 170198; 170247; 170271; 170388; 170516

b) Da segregação de função no processo de registro da conformidade

O registro de conformidade contábil, conforme previsto na Macrofunção SIAFI 020315 – Conformidade Contábil, compete a profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim.

c) informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício.

Neste item trataremos apenas das ocorrências contábeis apontadas pela Setorial Contábil da 1ª Região Fiscal, às Unidades Gestoras sob sua jurisdição, no exercício de 2014.

Tipo de Ocorrência	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
315 - Falta ou Restrição na Conformidade de Registro de Gestão	0	2	0	1	0	2	0	0	0	0	1	0	6
Total de Alertas	0	2	0	1	0	2	0	0	0	0	1	0	6
603 - Saldo Contábil do Almoarifado do SIAFI não confere com o do SIADS	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
606 - Saldos Alongados ou Indevidos em Contas Transitórias do Ativo Circulante	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	13
640 - Saldo Contábil de Bens Móveis não confere com o do SIADS	3	4	3	3	3	3	4	4	3	3	3	3	39
653- - Saldos Alongados ou Indevidos em Contas Transitórias do Ativo Compensado	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	11
654- Saldo Contábil selos de controle não confere com RMMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
655- Saldo Contábil Merc. Apreendida não confere com o RMMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
674 - Saldos Alongados ou Indevidos em Contas Transitórias do Passivo Circulante	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
677 - Falta ou Atraso na Retenção /Recolhimento de Obrigações e Tributos	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
680- Divergências Valores Liquidados X Passivos Financeiros	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
703- Erro na Classificação da Despesa	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total de Ressalvas	9	7	5	7	5	5	7	6	5	7	5	3	71
Total	9	9	5	8	5	7	7	6	5	7	6	3	77

d) descrição de ocorrências não sanadas até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.

1) UG 170018 – SRRF

A inconsistência permanece desde a implantação do sistema que administra o almoxarifado e bens móveis das Unidades Gestoras do Ministério da Fazenda, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços). Em 2014 a Setorial Contábil fez uma pesquisa detalhada das contas, abrangendo documentos disponíveis no SIADS (RMB, Relatório de Inventário Específico, Relatório de Movimentação Analítico, entre outros) e no SIAFI (balancete contábil e notas de lançamento). Após esse levantamento encaminhamos as informações ao SERPRO, uma vez que por se tratar de questões de ordem técnica envolvendo os programas, os ajustes só podem ser feitos pelos gestores do sistema.

2) UG 170110 - Inspeção da Receita Federal do Brasil em Corumbá

A inconsistência permanece desde a implantação do sistema que administra o almoxarifado e bens móveis das Unidades Gestoras do Ministério da Fazenda, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços). Em 2014 a Setorial Contábil fez um levantamento e identificou o patrimônio envolvido que gera a divergência. A partir daí foi solicitado aos gestores do sistema SIADS, por meio de chamados à Rede SERPRO, que fizessem a regularização.

3) UG 170271 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Palmas

Essa divergência permanece desde a implantação do sistema que administra o almoxarifado e bens móveis das Unidades Gestoras do Ministério da Fazenda, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços). A Setorial Contábil fez uma verificação detalhada da conta, analisando documentos gerados no SIADS e SIAFI e identificou os bens envolvidos. As informações obtidas após esse levantamento, foram encaminhadas aos gestores do sistema SIADS, para que providenciassem os acertos necessários.

Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada, contemplando:

a) descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da unidade jurisdicionada, identificando a instância responsável pela realização de tal conformidade e as unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade;

b) informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício;

c) descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.

12.3 - Declaração do Contador responsável por Unidade Jurisdicionada

Declaração do Contador responsável por UJ que apresenta Relatório de Gestão para dar cumprimento a normativo do TCU, no caso de declaração plena, incluirá a denominação completa da UJ; o código da UJ no SIAFI (UG); o texto da Declaração, de acordo com o Quadro 65

apresentado a seguir; local e data da elaboração da declaração; o nome completo do Contador responsável pela UJ, bem como o respectivo nº do registro do profissional no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

12.3.1 - Declaração com Ressalva

Conforme determinação da Macrofunção SIAFI nº 02.03.15 e Acórdão TCU nº 1.274/2013 esta declaração deverá ser utilizada caso a Região Fiscal tenha alguma ocorrência registrada na conformidade contábil de dezembro, justificando os motivos que originaram o registro e as medidas adotadas para a devida regularização da inconsistência.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Superintendência Regional da Receita Federal na Primeira Região Fiscal - SRRF01	170018
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2014, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>- UG 170018 - SRRF</p> <p>a) Saldo contábil de bens móveis não confere com o Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB</p> <p>a1) Fundamento Legal: Regulamento sobre a Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoxarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.</p> <p>a2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.</p> <p>a3) A inconsistência permanece desde a implantação do sistema que administra o almoxarifado e bens móveis das Unidades Gestoras do Ministério da Fazenda, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços). Em 2014 a Setorial Contábil fez uma pesquisa detalhada das contas, abrangendo documentos disponíveis no SIADS (RMB, Relatório de Inventário Específico, Relatório de Movimentação Analítico, entre outros) e no SIAFI (balancete contábil e notas de lançamento). Após esse levantamento encaminhamos as informações ao SERPRO, uma vez que por se tratar de questões de ordem técnica envolvendo os programas, os ajustes só podem ser feitos pelos gestores do sistema.</p> <p>2) UG 170110 - Inspeção da Receita Federal do Brasil em Corumbá</p> <p>a) Saldo contábil de bens móveis não confere com o Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB</p> <p>a1) Fundamento Legal: Regulamento sobre a Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoxarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.</p> <p>a2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.</p> <p>a3) A inconsistência permanece desde a implantação do sistema que administra o almoxarifado e bens móveis das Unidades Gestoras do Ministério da Fazenda, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços). Em 2014 a Setorial Contábil fez um levantamento e identificou o patrimônio envolvido que gera a divergência. A partir daí foi solicitado aos gestores do sistema SIADS, por meio de chamados à Rede SERPRO, que fizessem a regularização.</p> <p>3) UG 170271 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Palmas</p>	

a) Saldo contábil de bens móveis não confere com o Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB.

a1) Fundamento Legal: Regulamento sobre a Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoxarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.

a2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.

a3) Essa divergência permanece desde a implantação do sistema que administra o almoxarifado e bens móveis das Unidades Gestoras do Ministério da Fazenda, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços). A Setorial Contábil fez uma verificação detalhada da conta, analisando documentos gerados no SIADS e SIAFI e identificou os bens envolvidos. As informações obtidas após esse levantamento, foram encaminhadas aos gestores do sistema SIADS, para que providenciassem os acertos necessários.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília/DF	Data	06/03/2015
Contador Responsável	Félix Valois Rodrigues Araújo	CRC nº	020436/O-1



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL –
1ª REGIÃO FISCAL - SRRF 01**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 13: Outras Informações sobre a Gestão
(Item 13, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

13.1 - Informações não exigidas que sejam consideradas relevantes pela Unidade Jurisdicionada

Não há outras informações a acrescentar.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL –
1ª REGIÃO FISCAL - SRRF 01**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Considerações Finais

As informações inseridas no presente documento retratam as ações realizadas por esta UJ, através das suas Unidades Gestoras e demais subunidades administrativas, no ano de 2014, as quais permitiram que a Secretaria da Receita Federal do Brasil pudesse cumprir seus objetivos institucionais.

Alguns Itens e Quadros são pertinentes apenas à Unidade Orçamentária – 170010 – Secretaria da Receita Federal do Brasil e tais informações estão replicadas neste Relatório de Gestão da Superintendência Regional com a finalidade de facilitar a avaliação das informações pelos Órgãos de Controle Regionais.

ANEXO I – QUADRO DA FROTA DE VEÍCULOS

UG	MARCA	MODELO	ANO FABRICA	TIPO E USO	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA	PATRIMÔNIO	CONTA SIADS
170018 SRRF01	Randon	Reboque	1995	Pesado e repressão	5.000	Incorporado	499408	123110503
	Renault	Van	2005	Utilitário e repressão	3.000	Adquirido	499724	123110503
	Mercedes	Van	2007	Utilitário e repressão	1.000	Incorporado	Aguardando Regularização de documentos	
	Toyota	Land Cruiser	2005	Pesado e repressão	4.400	Adquirido	484797	123110503
	Volvo	Caminhão	1995	Pesado e repressão	0	Incorporado	498308	123110503
	Honda	Moto NX4	2005	Leve e Investigação	1.000	Incorporado	499672	123110503
	Chevrolet	Caminhonete	2005	Utilitário e Investigação	5.000	Incorporado	499673	123110503
	Fiat	Palio Weekend	2005	Leve e Institucional	3.000	Incorporado	499684	123110503
	Volkswagen	Saveiro	2003	Utilitário e repressão	1.500	Incorporado	606387	123110503
	Scania	Ônibus	1994	Pesado e repressão	1.500	Incorporado	914818	123110503
	Ford	Caminhão	2005	Pesado e repressão	1.500	Adquirido	1838226	123110503
	Fiat	Doblo EX	2005	Utilitário e Investigação	5.000	Incorporado	2526871	123110503
	Volkswagen	Espace Fox	2008	Leve e Investigação	5.000	Incorporado	2526878	123110503
	Renault	Furgão	2008	Utilitário e Investigação	6.000	Incorporado	2527238	
	Peugeot	Allure	2008	Utilitário e Investigação	5.500	Incorporado	2527239	123110503
	Volkswagen	Fox	2007	Leve e Investigação	7.000	Incorporado	2528507	123110503
	Volkswagen	Saveiro	2001	Utilitário e Institucional	0	Incorporado	2527241	123110503
	Fiat	Marea	2003	Leve e repressão	3.000	Incorporado	2527245	123110503
	Peugeot	Van/Boxer M330	2011	Utilitário e repressão	0	Incorporado	2527369	123110503
	Volkswagen	Caminhão Trator	2010	Leve e repressão	6.000	Incorporado	2528026	123110503
	Chevrolet	Capitiva	2009	Utilitário e institucional	3.000	Incorporado	2528027	123110503
	Hiunday	Santa Fé	2011	Utilitário e repressão	8.000	Incorporado	2528247	123110503
	Fiat	Strada	2007	Leve e repressão	8.000	Incorporado	2528395	123110503
	Volkswagen	Golf	2009	Leve e repressão	8.000	Incorporado	2528476	123110503
	Chevrolet	Vectra Hatch	2008	Utilitário e repressão	8.000	Incorporado	2528477	123110503
	Mitsubishi	Caminhonete L200	2013	Utilitário e Repressão	10.000	Adquirido	2781578	123110503
Mitsubishi	Caminhonete L200	2013	Utilitário e Repressão	10.000	Adquirido	2781580	123110503	
Mitsubishi	Caminhonete L200	2013	Utilitário e Repressão	10.000	Adquirido	2781581	123110503	

	Mitsubishi	Caminhonete L200	2013	Utilitário e Repressão	10.000	Adquirido	2781582	123110503
	Mitsubishi	Caminhonete L200	2013	Utilitário e Repressão	10.000	Adquirido	2781583	123110503
	Mitsubishi	Caminhonete L200	2013	Utilitário e Repressão	10.000	Adquirido	2781584	123110503
	Hyundai	Sonata	2011	Leve Institucional	5.000	Incorporado	2528506	123110503
	Chevrolet	Montana	2008	Leve Investigação	5.000	Incorporado	3238050	123110503
	Volvo	Caminhão	2011	Pesado e repressão	5.000	Incorporado	2528509	123110503
Total de veículos da UG							35	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência							R\$ 30.591,88	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência							R\$ 20.074,32	
170019 DRF/BSB	Toyota	Corolla	2006	Utilitário e Institucional	9163	Incorporado	2527242	0503
	Fiat	Palio	2010	Utilitário e Institucional	9053	Incorporado	2004218	0503
	Hyundai	Azzera	2008	Utilitário e Institucional	5783	Incorporado	2528508	0503
	Chevrolet	Vectra	2008	Leve e Institucional	7051	Incorporado	2004107	0503
Total de veículos da UG							4	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência							Custeado pela SAMF	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência							Custeado pela SAMF	
170020 ALF/BSB	Nissan	Frontier	2005	Utilitário e Institucional	5.000	Incorporado	499693	
	Nissan	Xterra	2006	Utilitário e Institucional	2.000	Incorporado	2527014	
	Chevrolet	Montana	2005	Utilitário e Institucional	3.000	Incorporado	560346	
	Chevrolet	S10	2007	Utilitário e Institucional	5.000	Incorporado	2007367	
	Volkswagen	Fox Cross	2008	Utilitário e Institucional	6.000	Incorporado	2528475	
	Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e Institucional	15.000	Adquirido	2781791	
	Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e Institucional	15.000	Adquirido	2781792	
Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e Institucional	15.000	Adquirido	2781793		
Total de veículos da UG							08	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência							Custeado pela SAMF	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência							Custeado pela SAMF	
170109 DRF/CGE/MS	Fiat	Doblo ADV 1.8	2010	Leve e investigação	6.000	Incorporado	888009	5200
	Fiat	Palio Weekend advent	2012	Leve e institucional	2.000	Incorporado	Em processo de regularização junto ao Detran	
	Fiat	Palio weekend ELX	2005	Leve e institucional	10.000	Incorporado	499683	5200
	Fiat	Strada Advent	2005	Leve e investigação	6.000	Incorporado	888946	5200
	Fiat	Strada Advent CD	2010	Leve e repressão	6.000	Incorporado	Em processo de regularização junto ao Detran	

170109 DRF/CGE/MS	Ford	Cargo 2428 CNL	2011	Pesado e institucional	10.000	Incorporado	Em processo de regularização junto ao Detran	
	Ford	F-150 SVT RAPTOR	2011	Utilitário e repressão	6.000	Incorporado	888943	5200
	Ford	F250	2002	Utilitário e institucional	5.000	Incorporado	873272	5200
	Ford	Focus 2L FC	2010	Leve e investigação	6.000	Incorporado	Em processo de regularização junto ao Detran	
	GM	S10 2.8 D 4X4	2007	Utilitário e repressão	6.000	Incorporado	Em processo de regularização junto ao Detran	
	M.BENZ	313 FURGÃO SCANNER	2011	Leve e repressão	8.000	Adquirido	Em processo de regularização junto ao Detran	
	Mitsubishi	L200 Triton 3.2 D	2012	Utilitário e institucional	8.000	Adquirido	2781444	5200
	Mitsubishi	L200 Triton 3.2 D	2012	Utilitário e institucional	8.000	Adquirido	2781443	5200
	Mitsubishi	L200 Triton 3.2 D	2012	Utilitário e repressão	12.000	Adquirido	2781439	5200
	Mitsubishi	L200 Triton 3.2 D	2012	Utilitário e repressão	12.000	Adquirido	2781440	5200
170109 DRF/CGE/MS	Mitsubishi	L200 Triton 3.2 D	2012	Utilitário e repressão	12.000	Adquirido	2781441	5200
	Mitsubishi	L200 Triton 3.2 D	2012	Utilitário e repressão	12.000	Adquirido	2781442	5200
	Mitsubishi	L200 Triton 3.2 D	2012	Utilitário e repressão	12.000	Adquirido	2781445	5200
	Mitsubishi	L200 Triton 3.2 D	2012	Utilitário e repressão	12.000	Adquirido	2781446	5200
	Mitsubishi	L200 Triton 3.2 D	2012	Utilitário e repressão	12.000	Adquirido	2781447	5200
	Mitsubishi	L200 Triton 3.2 D	2012	Utilitário e repressão	12.000	Adquirido	2781448	5200
	Mitsubishi	Montero GLS	2005	Utilitário e institucional	2.000	Incorporado	887769	4800
	Mitsubishi	Pajero HPE 3.2D	2012	Utilitário e institucional	8.000	Incorporado	888944	5200
	Mitsubishi	Pajero SPORT 4X4	2000	Utilitário e institucional	6.000	Incorporado	885178	5200
	Nissan	Frontier 4X4 SE	2005	Utilitário e repressão	2.000	Adquirido	885931	5200
	Nissan	Frontier 4X4 SE	2005	Utilitário e repressão	2.000	Adquirido	885935	5200
	Nissan	Frontier 4X4 SE	2005	Utilitário e repressão	2.000	Adquirido	885933	5200
	Renault	MASTER BUS16 DCI	2005	Utilitário e repressão	3.000	Incorporado	499725	5200
	Toyota	Hilux 4X2 CD	2006	Utilitário e repressão	12.000	Incorporado	Em processo de regularização junto ao Detran	
	Toyota	Hilux CD 4X4 SRV	2008	Utilitário e repressão	10.000	Incorporado	Em processo de regularização junto ao Detran	

Toyota	Hilux CD 4X4 SRV	2007	Utilitário e repressão	10.000	Incorporado	Em processo de regularização junto ao Detran	
Toyota	Hilux CD4X2	2006	Utilitário e repressão	10.000	Incorporado	887770	4800
Volvo	VM 260 6X2R	2011	Pesado e repressão	10.000	Incorporado	Em processo de regularização junto ao Detran	
VW	13.180 E	2005	Pesado e institucional	8.000	Adquirido	886373	5200
VW	17.210 MAXIBUS URB	2006	Pesado e repressão	3.000	Adquirido	500983	5200
VW	19.320 CLC TT	2007	Pesado e institucional	8.000	Incorporado	Em processo de regularização junto ao Detran	
VW	24.250 CNC 6X2	2010	Pesado e institucional	10.000	Incorporado	Em processo de regularização junto ao Detran	
VW	Amarok CD 4X4 HIGH	2010	Utilitário e institucional	8.000	Incorporado	Em processo de regularização junto ao Detran	
VW	Gol 1.6 RALLYE	2011	Leve e investigação	6.000	Incorporado	Em processo de regularização junto ao Detran	
VW	Saveiro 1.6 CE	2010	Leve e investigação	6.000	Incorporado	Em processo de regularização junto ao Detran	
YAMAHA	WR250	2010	Leve e repressão	500	Incorporado	888011	4800
VW	SR / GUERRA AG FG	2009	Pesado e institucional	10.000	Incorporado	Em processo de regularização junto ao Detran	
VW	Voyage 1.6 Comfort	2010	Leve e investigação	6.000	Incorporado	Em processo de regularização junto ao Detran	
Fiat	Strada Fire	2005	Leve e Institucional	8.000	Incorporado	Retorno de ADM	
Mercedes Benz	L 1620	2011	Pesado e Institucional	8.000	Incorporado	Devolução judicial	
Mercedes Benz	L 1620	1999	Pesado e Institucional	8.000	Incorporado	Devolução judicial	
Citroen	C4 Pallas GLX	2009	Leve e Institucional	8.000	Incorporado	Doado para o exército	
VW	15.180 Euro 3 Worker	2006	Pesado e Repressão	6.000	Adquirido	Transferido para IRF/ Mundo Novo	

Total de veículos da UG					43 ativos e 5 baixados			
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 94.290,07			
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 145.123,42			
170110 IRF/COR/MS	Fiat	Pálio Weekend	2005	Leve e Institucional	3.681	Adquirido	499680	0503
	Fiat	Pálio EL	1998	Leve e Institucional	740	Adquirido	73588	0503
	Mitsubishi	L200	2012	Utilitário e Repressão	15.693	Adquirido	2781466	0503
	Mitsubishi	L200	2012	Utilitário e Repressão	8.795	Adquirido	2781467	0503
	Mitsubishi	L200	2012	Utilitário e Repressão	12.514	Adquirido	2781468	0503
	Nissan	Frontier	2005	Utilitário e Repressão	6.931	Adquirido	885938	0503
	Volkswagen	Caminhão	2006	Pesado e Repressão	31.072	Adquirido	484743	0503
	Volkswagen	Caminhão	2007	Pesado e Repressão	1.211	Incorporado	484975	0503
	Ford	Cargo	2008	Pesado e repressão	27.107	Incorporado	484888	0503
	Ford	Cargo	2005	Pesado e Repressão	**	Incorporado	484890	0503
170110 IRF/COR/MS	Volkswagen	Gol	2007	Leve e Institucional	473	Incorporado	484849	0503
	Fiat	Ducato	2010	Pesado e Institucional	1.674	Incorporado	484978	0503
	Fiat	Strada	2010	Leve e Institucional	1.100	Incorporado	484976	0503
	Fiat	Strada	2009	Leve e Institucional	3.827	Incorporado	484887	0503
	Volkswagen	Saveiro	2011	Leve e Institucional	1.175	Incorporado	484977	0503
	Toyota	Corolla	2005	Leve e Institucional	**	Incorporado	484889	0503
	Toyota	Hillux	2006	Utilitário e Repressão	12.355	Incorporado	486365	0503
	Fiat	Doblo	2012	Utilitário e Repressão	550	Incorporado	889180	0503
	Volvo	Caminhão	2013	Utilitário e Repressão / Scanner Móvel	1881	Adquirido	3842789	0503
	Total de veículos da UG					19		
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 62.629,64			
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 68.475,07			
170111 IRF/PPA/MS	Fiat	Pálio	1997	Leve e Institucional	5.000	Adquirido	73589	0503
	Fiat	Siena	2009	Leve Institucional	5000	Incorporado	891197	0503
	M.Benz/L1514	ABU7870	1987	Pesado	500	Incorporado	73642	0503
	Fiat	Uno	2008	Leve Institucional	5000	Incorporado	891196	0503
	Vw/7.90S	Caminhão furgão HQL5652	1989	Pesado			73781	0503
	Chevrolet	D20	1994	Utilitário e Institucional	6.000	Adquirido	485846	0503
	VW	13.180	2007	Pesado e Repressão	8.000	Incorporado	486742	0503
	Chevrolet	D20	1995	Utilitário e Institucional	6.000	Incorporado	72541	0503
	Chevrolet	D20 – branca - bva	1995	Utilitário e Institucional	500	Incorporado	72543	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Repressão	12.600	Adquirido	2781459	0503

	Vw	Voyage	2010	Leve Institucional	6000	Incorporado	891195	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Repressão	12.600	Adquirido	2781460	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Repressão	6.300	Adquirido	2781461	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Repressão	7.200	Adquirido	2781462	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Repressão	7.200	Adquirido	2781463	0503
	Volvo	FH 440 6X2T	2011	Pesado e Repressão	10.000	Incorporado	891193	0503
	VW	17.250	2010	Pesado e Repressão	8.000	Incorporação	891194	0503
	Volvo	FM 370 NUCTECH MT	2013	Pesado/Repressão/scanner	5000	adquirido	3842811	0503
Total de veículos da UG							18	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência							R\$ 44089,08	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência							R\$ 69.241,99	
170192 DRF/CUI/MT	Ford	Cargo	2009	Pesado e Institucional	998	Incorporado	Aguardando Detran	0503
	Renault	Microônibus	2005	Utilitário e Institucional	1.386	Incorporado	Aguardando Detran	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Institucional	18.830	Adquirido	2781450	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Institucional	18.830	Adquirido	2781449	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Institucional	18.830	Adquirido	2781451	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Institucional	18.830	Adquirido	2781453	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Institucional	18.830	Adquirido	2781452	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Institucional	18.830	Adquirido	2781454	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Institucional	18.830	Adquirido	2781455	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Institucional	18.830	Adquirido	2781457	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Repressão	18.830	Adquirido	2781456	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Repressão	18.830	Adquirido	2781458	0503
	Ranger XLT	Ford Prata	2002	Utilitário e Institucional		Incorporado	616156	0503
	Tornado	S10	2007	Utilitário e Institucional		Incorporado	619470	0503
Volvo	FM 370 NUCTECH MT	2013	Pesado/Repressão/scanner	5000	adquirido	3824788	0503	
Total de veículos da UG							14	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência							R\$ 34.947,75	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência							R\$ 27.754,75	
170198 DRF/GOI/GO	Dodger	Ram2500	2005	Pesado e repressão	5.000	Incorporado	873271	0503
	VW	17.210 Max Bus	2007	Motohome e Educação Fiscal	5.000	Adquirido	500984	0503
	GM	D20	1994	Utilitário e Repressão	500	Incorporado	491799	0503

170198 DRF/GOI/GO	Nissan	Frontier	2005	Utilitário Institucional	15.000	Adquirido	873749	0503
	VW	Saveiro	2006	Utilitário e Institucional	15.000	Incorporado	873585	0503
	M. Benz	313 CDI	2011	Pesado e Repressão	4.000	Adquirido	3897347	0503
	Gm	Vectra SD	2008	Leve e Institucional	5.000	Incorporado	874111	0503
	Nissan	X Terra	2007	Utilitário e Repressão	3.000	Incorporado	2527243	0503
	Renault	M Revescap	2007	Utilitário e Institucional	6.000	Incorporado	873749	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	3.000	Adquirido	2781588	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	3.000	Adquirido	2781591	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	3.000	Adquirido	2781794	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	3.000	Adquirido	2781795	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	3.000	Adquirido	2781585	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	3.000	Adquirido	2781586	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	3.000	Adquirido	2781587	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	3.000	Adquirido	2781589	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	3.000	Adquirido	2781590	0503
	VW	23220	2004	Pesado e Repressão	15.000	Incorporado	873656	0503
	VW	8.150E	2007	Pesado e Repressão	2.000	Incorporado	Aguardando DETRAN	0503
	VW	24250	2008	Pesado e Repressão	6.000	Incorporado	3897471	0503
Kia	Cerato	2008	Leve e repressão	4.000	Incorporado	Aguardando DETRAN	0503	
Total de veículos da UG							22	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência							R\$ 19.800,00	
Despesas da UG com combustível no exercício							R\$ 27.800,00	
170247 IRF/MNO/MS	Wolkswagen	Saveiro	2010	Leve e Repressão	5.282,50	Incorporado	893579	0503
	Wolkswagen	Saveiro	2012	Leve e Repressão	29473,00	Incorporado	893781	0503
	Renault	Master Bus	2008	Utilitário e Repressão	16.448,66	Incorporado	499723	0503
	Renault	Mast Marticar	2012	Utilitário e Repressão	57.208,00	Incorporação	893780	0503
	Chevrolet	Montana	2004	Leve e Repressão	7.205,20	Incorporado	893371	0503
	Nissan	Frontier	2005	Utilitário e Repressão	20.209,00	Incorporado	885937	0503

	Nissan	Frontier	2005	Utilitário e repressão	10.634,50	Incorporado	885939	0503
	GMC	Caminhão Furgão	1998	Pesado e Institucional	12.767,40	Incorporado	893330	0503
	Wolkswagen	15.180 Euro3	2006	Pesado e Institucional	20.000,00	Incorporado	1838524	0503
	Hyundai	Santa Fé	2008	Utilitário e Institucional	8.855,80	Incorporado	893580	0503
	Toyota	Hillux	2008	Utilitário e Repressão	6.018,84	Incorporado	893648	0503
	Toyota	Hillux	2007	Utilitário e Repressão	5.000,00	Incorporado	893779	0503
	Renault	Master Bus	2005	Utilitário e Institucional	12.327,20	Incorporado	893372	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Repressão	7.978,50	Adquirido	2781464	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário e Repressão	5.870,00	Adquirido	2781465	0503
	Volvo	FM370 Nuctech	2013	Pesado e Repressão		Adquirido	3842686	0503
	Wolkswagen	Gol	2010	Leve e Repressão	7.981,75	Incorporado	893782	0503
	Wolkswagen	Saveiro	2010	Leve e Repressão	5.282,50	Incorporado	893579	0503
Total de veículos da UG							17	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência							77.218,73	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência							45851,69	
170271 DRF/PAL/TO	Nissan	Frontier	2005	Utilitário e institucional	2620	Adquirido	499694	0503
	Mitsubshi	L200	2005	Utilitário e institucional	15684	Incorporado	469419	0503
	Mitsubshi	L200	2007	Utilitário e institucional	11010	Incorporado	469772	0503
	Volkswagen	GOL 1.0	2005	Leve e institucional	0	Incorporado	469433	0503
	Volkswagen	GOL 1.0	2006	Leve e institucional	5466	Incorporado	469417	0501
	Volkswagen	GOL 1.0	2010	Leve e institucional	4018	Incorporado	469836	0501
	Volkswagen	GOL 1.6	2012	Leve e institucional	7194	Incorporado	469838	0501
	Mercedes	Caminhão	2005	Pesado e institucional	5506	Incorporado	469393	0501
	Chevrolet	D20	1996	Utilitário e institucional	0	Incorporado	469174	0503
	Chevrolet	S10	2010	Utilitário e institucional	19671	Incorporado	875270	0503
	Fiat	STRADA	2008	Leve e institucional	4789	Incorporado	469839	0501
	Fiat	DUCATO	2010	Pesado e institucional	2715	Incorporado	469837	0501
	Volkswagen	Caminhão	1997	Pesado e institucional	0	Adquirido	76486	0503
Total de veículos da UG							13	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência							R\$ 109.810,28	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência							R\$ 29.382,12	
170388 DRF/DOU/MS	Nissan	Frontier	2005	Utilitário e Repressão	5.737	Adquirido	Doado p/ exercício 2014	
	Ford	F250	2005	Utilitário e Repressão	3.275	Adquirido	Doado p/ exercício 2014	
	Fiat	Uno	2006	Leve e Institucional	1.221	Incorporado	2358398	0503
	Mitsubishi	L200 Triton	2013	Utilitário e Repressão	8580	Adquirido	2781579	0503
Total de veículos da UG							02	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência							R\$ 1.759,65	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência							R\$ 4.244,11	
170516	Ford	Fiesta Sedan 1.6	2007	Leve e Institucional	8064	Incorporado	474937	

DRF/ANA/GO	Fiat	Pálio Fire	2007	Leve e Institucional	0	Incorporado	Doado para corpo de bombeiros
	GM	S10	2008	Utilitário e Institucional	2152	Incorporado	Doado para segurança pública
	VW	Caminhão	2004	Pesado e Institucional	1.060	Incorporado	Doado para corpo de bombeiros
	VW	Golf 1.6	2011	Leve e Institucional	5763	Incorporado	881941
	Fiat	Van Ducato	2011	Utilitário e Institucional	6506	Incorporado	881940
	Nissan	Frontier	2005	Utilitário e Institucional	3.500	Incorporado	Doado para a Polícia Civil
	Scania	Ônibus	1997	Pesado e Institucional		incorporado	1886722
Total de veículos da UG							04
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência							R\$ 3.089,02
Despesas da UG com combustível no exercício de referência							R\$ 7.250,00